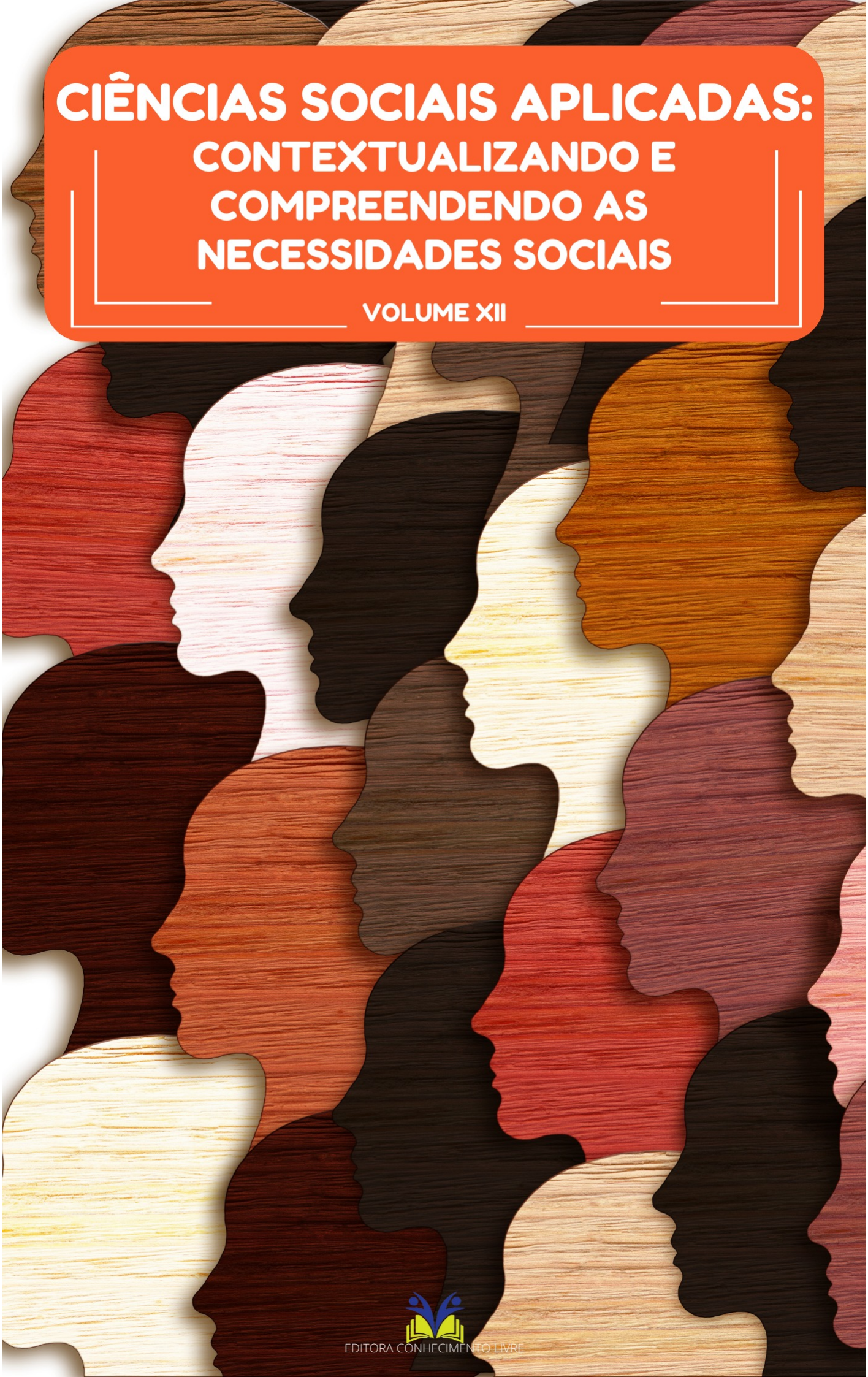
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:
CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XII



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

12ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

Copyright© 2023 por Editora Conhecimento Livre

12ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2023

354 f.: il
DOI: 10.37423/2023.edcl866
ISBN: 978-65-5367-440-0
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

https://doi.org/10.37423/2023.edcl866

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

MSc Rainei Rodrigues Jadejiski

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO
2024

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 7
QUALIDADE DA INFORMAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA: USOS E DESUSOS NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO
Rosely Cândida Sobral
Amarildo Jorge DaSilva
DOI 10.37423/231208538

CAPÍTULO 2 20
UM ESTUDO SOBRE A ÉTICA EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
Claudinete Salvato Lima
Cláudia Aparecida de Oliveira Maia
Roberto Cordeiro Waltz
DOI 10.37423/231208541

CAPÍTULO 3 32
INTEGRAÇÃO DO E-COMMERCE NA ESTRATÉGIA LOGÍSTICA DE UMA MINERADORA DE ÁGUA
Roberto Cordeiro Waltz
Claudinete Salvato Lima
DOI 10.37423/231208542

CAPÍTULO 4 44
A DESIGUALDADE SALARIAL DE GÊNEROS NO BRASIL
Karolyne Brito Carvalho
Piter Borges Azambuja
DOI 10.37423/231208552

CAPÍTULO 5 65
CELERIDADE PROCESSUAL E PERÍCIA MÉDICA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL POR ERRO MÉDICO DA 1ª VARA CÍVEL DE ITUMBIARA
Amanda Dantas Martins
DOI 10.37423/231208554

CAPÍTULO 6 95
O ENFOQUE DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES MEDIANTE A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA
Israel de Sousa Ribeiro
Antonia Carla Araújo da Costa
Aurilene Araújo da Costa
Domingas Marques Santos
DOI 10.37423/231208555

CAPÍTULO 7 109
A SÉTIMA ARTE E OS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA
JAMMERSON GOMES SOARES
DOI 10.37423/231208556

CAPÍTULO 8 120
AS FORMAS DE INCLUSÃO: O DIREITO AO TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Caio Martins Azevedo
DOI 10.37423/231208559

CAPÍTULO 9 142
O SAMBA COMO EXPRESSÃO CULTURAL E LUTA POLÍTICA
Renan Dias Oliveira
DOI 10.37423/231208567

CAPÍTULO 10 163
PENSANDO O ECOFEMINISMO NA INTERDISCIPLINARIDADE COM O TURISMO SUSTENTÁVEL, A ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, ARQUITETURA E URBANISMO
Giovanna de Araújo Leite
DOI 10.37423/231208588

CAPÍTULO 11 169
ESTUDO DE CASO: CONTROLE GERENCIAL E DE CUSTOS NA EMPRESA DE CONFECÇÃO DE CAMISAS NA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES -MG
Lidiane Galvão Bessa da Costa
Alinie Rocha Mendes
DOI 10.37423/231208595

CAPÍTULO 12 186
RELAÇÃO ENTRE AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA E ESTRUTURA DE CAPITAL NAS EMPRESAS DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL
Lidiane Galvão Bessa da Costa
Alinie Rocha Mendes
DOI 10.37423/231208596

CAPÍTULO 13 208
ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E DOS ODS: PERFIL ECONÔMICO DO SETOR DE SIDERURGIA
Lidiane Galvão Bessa da Costa
Alinie Rocha Mendes
DOI 10.37423/231208597

CAPÍTULO 14 235
A AMPLIAÇÃO DA PRERROGATIVA DE DEFESA NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NOS TERMOS DO PROVIMENTO 188/2018
Iury Vinicius Santos Andrade
DOI 10.37423/231208603

CAPÍTULO 15 259
DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI PARA A RENDA DO TRABALHADOR AGRÍCOLA NO BRASIL E EM SUAS GRANDES REGIÕES ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2019
Thiago Henrique Leite
Gabriel Domingues Justo
Ednaldo Michellon
DOI 10.37423/231208614

CAPÍTULO 16 280
CLIMA ORGANIZACIONAL E SUA RELAÇÃO COM O ESTILO DE LIDERANÇA EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NA ORDEM DEMOLAY EM PORTO VELHO (RO).
Pedro Caio Freitas da Costa
Clésia Maria de Oliveira
DOI 10.37423/231208615

CAPÍTULO 17 302
A IMPORTÃNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DE LUTA PELA TERRA
Davi Amancio de Souza
DOI 10.37423/231208619

CAPÍTULO 18 311
FERRAMENTAS DE GESTÃO: UMA ANÁLISE DO AUXÍLIO PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS EM UMA INDÚSTRIA
Natália Ceretta Pozzer
Jaqueline Guse
Carine Dalla Valle
Andrea Cristina Dorr
Tônia Magali Moraes Brum
DOI 10.37423/240108636

CAPÍTULO 19 339
O TRABALHO DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS E(M) ENSINO REMOTO: TECNOLOGIAS E GÊNEROS DIGITAIS EM EVIDÊNCIA
Zeneide Paiva Pereira Vieira
Anderson de Jesus Caires
Ana Ketilly Manhães Magalhães
DOI 10.37423/240108641

Capítulo 1

10.37423/231208538

QUALIDADE DA INFORMAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA: USOS E DESUSOS NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Rosely Cândida Sobral — *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Amarildo Jorge DaSilva — *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*



Resumo: O objetivo do artigo é compreender, apreender e discutir como a qualidade da informação pode favorecer a criação e disseminação de conhecimento no ambiente universitário. Ancora- se na visão filosófica, epistêmica, teórica e metodológica da gestão do conhecimento e da informação. Tomam-se como elementos subjacentes as metáforas de Francis Bacon e Michel Foucault de que conhecimento é poder e poder é conhecimento. Leva-se em conta também a visão de Henry Mintzberg que o conhecimento é uma das bases do poder organizacional. Elege-se como estratégia de estudo a pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados do estudo indicam que de fato a informação de qualidade e o conhecimento caracterizam-se como elementos estratégicos para todos os tipos de organizações, em particular para a instituição universidade. Finaliza-se o artigo ratificando que informação e conhecimento faz a diferença estratégica na sociedade globalizada e virtualizada.

Palavras chave: Conhecimento, Poder, Universidade.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que nenhuma outra tecnologia revolucionou a sociedade hodierna como a tecnologia da informação. Fica evidente que a era da informação tem condenado legiões de cidadãos a depender de algo que é intangível, inodoro, invisível e de difícil quantificação e valorização. A esta visão pessimista e negativista opõe-se outra pesrpectiva, produto da mesma gênese, de uma comunidade planetária (MORIN, 2003) mais produtiva e mais cuidadosa para com as entidades vivas incluindo o ser humano, ao disponibilizar o mais essencial que existe para a nossa atuação como indivíduo, grupo e especie: a informação e o conhecimento. Algures no meio está a verdade do homo e seu código de conduta (MORIN, 2007).

Ao emergir destas evidências e especulações, vê-se um conjunto de ferramentas que possibilitam o acesso cada vez mais rápido e eficiente a volumes incomensuráveis de informação em vários formatos, como a imagem e o vídeo não limitado por questões geográficas ou temporais. São colocadas ao dispor das organizações e dos indivíduos ferramentas para que os seus objetivos sejam alcançados da forma mais eficiente e eficaz possível.

A informação é encarada como um recurso essencial para as organizações (CHOO, 2003). Não que a informação seja uma novidade, tendo em vista que ela faz parte da própria essência das organizações, mas só nos últimos anos é que se reconheceu a sua importância estratégica. Francis Bacon já afirmava na renascença que conhecimento é poder. O seu reconhecimento como recurso estratégico significa que esta terá que ser gerida sabiamente. Aponta-se que será necessária a existência de uma estrutura capaz de assegurar que a informação de qualidade esteja disponível no momento, na forma e na quantidade desejável para os seus consumidores.

Os problemas com a qualidade da informação são sentidos de forma rotineira por todas as organizações, com diferentes níveis de gravidade e de prejuízo (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). O impacto negativo traduz-se em custos desnecessários (custo de transação), em processos de decisão afetados e ainda na perda de confiança dos clientes. Evidências apontam que o problema da qualidade dos dados e informações deve ser tratado com formalismo e deve seguir o caminho que a qualidade já tomou na indústria.

Ao encarar a informação como um produto, está-se a considerar a existência de uma economia da informação, na qual consumidores, fornecedores e produtores de informação desempenham um papel no processo de criação de valor (DE MASI, 2000, 2003). Se focarmos esse pensamento no

ambiente público, esse valor passa a ser mais apurado e de difícil disseminação, porque os atores e gestores públicos mudam constantemente conforme a vontade política.

Este pensamento sobre a informação vai além quando o assunto é discutido em um ambiente universitário, porque se acredita que a criação de valor nestes ambientes seja vista como uma constante, mas não necessariamente disseminada e institucionalizada. Ao se pensar na informação como processo de criação de valor em programas e projetos na gestão pública, salta-se para um campo ainda menos explorado e de vital importância para os consumidores desta informação. Assim, optou-se por compreeder e analisar a qualidade da informação e suas implicações na gestão pública, mais especificamente no ambiente universitário.

A criação de valor por meio da informação é um dos caminhos para se gerar conhecimento na universidade, todavia nem sempre o conhecimento gerado é compartilhado, permanecendo nas pesquisas teóricas e publicações em eventos. Isto não deixa de ser importante, pelo contrário, é condição sine qua non para qualquer pesquisador, ainda mais com a exagerada cobrança da academia por produção científica.

Mas, muitas vezes as pesquisas param por aí, principalmente no campo da administração. Não há muito envolvimento de acadêmicos e o docente-pesquisador é um solitário em busca de respostas. Assim, este artigo busca compreender, apreender e discutir como a qualidade da informação pode favorecer a criação e disseminação de conhecimento no ambiente universitário. Para este propósito são compreendidos e analisados alguns modelos teóricos de avaliação da qualidade da informação visando a possibilidade de aplicação na gestão pública.

2 PERCURSO ONTOEPISTÊMICO E METODOLÓGICO

Tomou-se a visão fenomenológica de mundo para a construção do artigo. Utilizaram-se para compreender, apreender e analisar dados e informações as técnicas de análise de conteúdo e fenomenologia hermenêutica. Os dados foram coletados a partir da pesquisa documental e bibliográfica disponíveis em livros, artigos, dissertações, teses e sites da internet. Permeou a produção do artigo a visão epistemológica de pesquisa qualitativa junto com a visão teórica de gestão do conhecimento na era digitalizada.

3 PERCURSO TEÓRICO SOBRE INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

Nesta seção discutem-se as bases teóricas da informação e da gestão do conhecimento.

3.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

É de consenso hodiernamente que a informação seja estrategicamente considerada um dos principais patrimônios de uma organização. Ter acesso e a habilidade de aplicar o conhecimento que se pode retirar das informações disponíveis é fundamental para a sobrevivência da empresa no mercado em que está inserida. Por este motivo, na administração, é essencial saber lidar com os diversos tipos de sistemas de informação existentes para apoio na tomada de decisão.

Batista (2004, p. 13) define sistema como "um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo." Trata- se de um conjunto estruturado de partes que se organizam e agem relacionados entre si, com a finalidade de executar uma ou mais ações para atingir objetivos predefinidos, operando sobre entradas e fornecendo saídas processadas.

É possível inferir que um sistema recebe entradas também chamadas de inputs, para poder operar, e processa ou transforma essas entradas em saídas, ou outputs. Entrada é o que o sistema recebe do exterior, podendo ser dados ou informações iniciais, e as saídas são o resultado final da operação de processamento ou transformação de um sistema. Desse modo, um sistema é capaz de produzir várias saídas, por meio das quais oferece ao ambiente o retorno do resultado de suas operações (BATISTA, 2004).

A fim de promover entendimento preciso do conceito de informação, Caiçara Jr. (2008, p. 22) alega que:

> A informação pode ser entendida como a medida da redução da incerteza sobre um determinado estado de coisas por intermédio de uma mensagem. Muitas vezes, os conceitos de dado e informação são confundidos. Dado é o fato bruto e, por si só, pode ou não ser relevante. Informação vem do latim *informare,* que significa **dar forma**. Podemos concluir então, que a informação usa como matéria-prima os dados.

Laudon e Laudon (2007) corroboram essa afirmação, argumentando que informação diz respeito aos dados apresentados em uma forma significativa e proveitosa para os indivíduos ou organizações. Dados, de outro modo, são sucessões de fatos brutos que representam fatos que ocorrem nas organizações antes de terem sido organizados e arranjados de maneira que as pessoas possam compreendê-los e utiliza-los.

Complementado esse ponto de vista, Caiçara Jr. (2008) afirma que, tendo em vista que as informações são dados dotados de significado e relevância, é possível deduzir, então, que a principal função de um sistema de informação é transformar dados em informações úteis para o processo de tomada de decisões. Esta transformação está representada na figura 1:

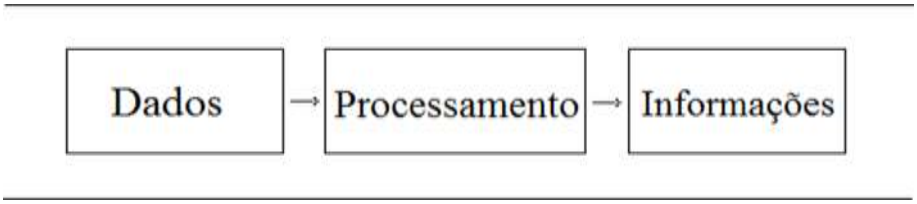


Figura 1 - Representação Gráfica de um Sistema de Informação Fonte: Caiçara Jr. (2008)

Segundo Laudon e Laudon (2007, p. 9), sistemas de informação comportam informações a respeito de pessoas, locais e itens significativos para a empresa e para o ambiente em que esta se insere. Desse modo, definem sistema de informação da seguinte maneira:

> um sistema de informação pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização. Além de dar apoio à tomada de decisões, à coordenação e ao controle, esses sistemas também auxiliam os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos.

Complementando a visão de Batista e de Júnior no que se refere à transformação dos dados em informações, Laudon e Laudon (2007) acrescentam que um sistema de informação se baseia em três atividades básicas para produzir as informações que a organização necessita para a tomada de decisões, análise de problemas e criação de novos produtos ou serviços. Tais atividades são a entrada, o processamento e a saída.

Conforme afirma O´Brien (2004), o conceito de sistema oferece melhores resultados com a incorporação de dois elementos adicionais, que são o feedback e o controle. O primeiro diz respeito aos dados sobre o desempenho de um sistema e o segundo envolve a monitoração e avaliação do feedback, com a finalidade de determinar se o sistema está efetivamente indo em direção da concretização do objetivo, além de implementar os ajustes necessários aos elementos de entrada e processamento do sistema para assegurar que se alcance a meta adequada.

Na figura 2 podem ser observadas as funções de um sistema de informação. O esquema demonstra o sistema contendo as informações sobre a organização e o ambiente que a cerca, o que inclui os fatores ambientais, como clientes, fornecedores, concorrentes acionistas e agências governamentais, que se

relacionam com a organização e seus sistemas de informação. Verifica-se, além disso, a presença do componente feedback, mencionado por O´Brien (2004), que é o fornecimento de informações sobre as operações do sistema, que permitirá o referido controle sobre o sistema. Para Laudon e Laudon (2007), o feedback é a saída que retorna a determinados membros e atividades da organização para auxilia-los na avaliação e correção do estágio de entrada, que se resume, essencialmente, na citada função de controlar.

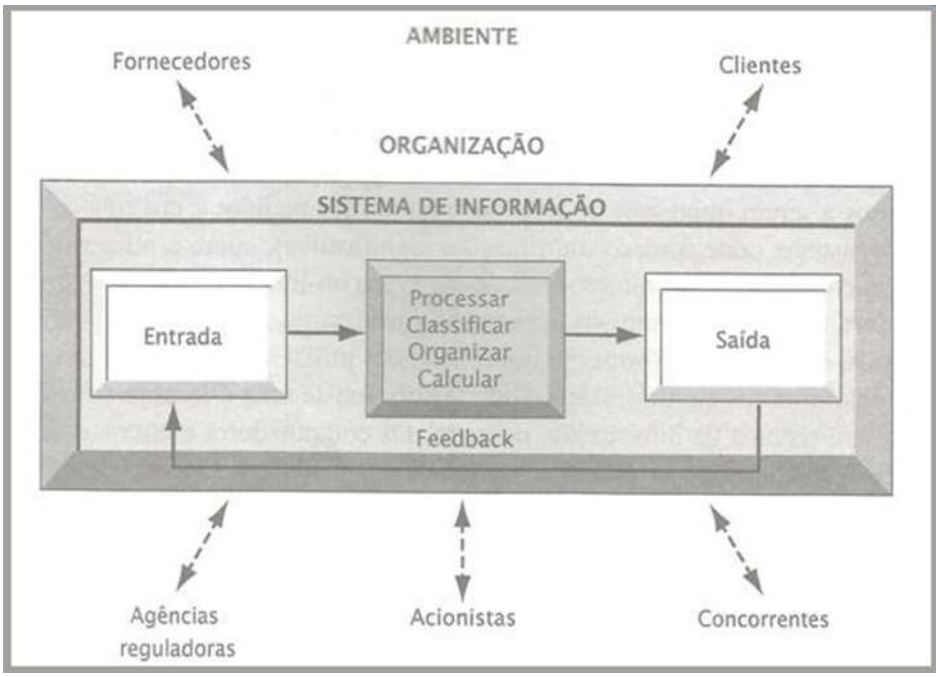


Figura 2 - Funções de um Sistema de Informação Fonte: Laudon e Laudon, (2007)

O'Brien (2004) afirma que um sistema composto por estes elementos é denominado, em algumas ocasiões, como um sistema cibernético, isto é, um sistema auto regulado, ou auto- monitorado. Para Batista (2004, p. 15), "a cibernética é a ciência da comunicação e do controle, relativo tanto aos seres humanos como à máquina. A comunicação é que torna os sistemas integrados e coerentes, e o controle é que regula o seu comportamento".

3.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Li e Lin (2006) afirmam que a qualidade da informação contribui positivamente para a satisfação dos clientes e para a qualidade de parcerias de negócio ao longo da cadeia de suprimentos. Sellito et al. (2007) afirmam que as consequências de se ter informações de qualidade são refletidas na tomada de decisão de diversos negócios com resultados alcançados em todos os níveis da gestão organizacional.

Segundo Miller et al. (2001), a informação pode ser vista como um bem, com dimensões e atributos de qualidade que podem ser medidos. Uma vez identificados os atributos, a qualidade da informação pode ser gerenciada. Nesse sentido, Lillrank (2003) defende que o produto de informação deve ser avaliado de acordo com seus atributos de qualidade, como acurácia, confiabilidade, interpretabilidade, e outros.

Diversos estudos têm identificado vários atributos de qualidade da informação, com destaque para os trabalhos de Ballou e Pazer (1985), DeLone e McLean (1992), Goodhue (1995) e outros já citados até aqui. Casanova (1990 apud NEHMY; PAIM, 1998, p. 38), por exemplo, afirma que a "informação tem características intrínsecas, como responsabilidade, confiabilidade, objetividade, abrangência, precisão, capacidade de ser transmitida, suporte material". Wand e Wang (1996) afirmam que a qualidade da informação é um conceito multidimensional, e assim como um produto físico tem dimensões de qualidade associadas, um produto de informação também tem dimensões de qualidade.

Autores como Wang et al. (1995), desenvolveram uma sumarização das dimensões de qualidade apresentadas em estudos anteriores. Uma linha comum ao longo dessas referências é o uso de quatro dimensões para capturar os possíveis atributos de qualidade da informação (WANG; STRONG, 1996): (1) a dimensão intrínseca (acurácia, credibilidade, objetividade, precisão e confiabilidade); (2) a dimensão contextual (relevância, oportunidade, completude e conveniência); (3) a dimensão de representação (compreensão, interpretabilidade, representação concisa e consistente), e; (4) a dimensão de acessibilidade (acessibilidade, segurança, disponibilidade do sistema, facilidade de operação e privilégios). E outra proposta é a apresentada por O'Brien (2004) estabelecendo três dimensões para avaliar a qualidade da informação: Conteúdo, forma e tempo. Essas três dimensões se dividem em vários atributos que são avaliados estabelecendo parâmetros de análise.

Durante os estudos sobre dimensões e atributos de qualidade da informação observou-se que os autores pesquisados apresentam diferentes atributos de qualidade em suas obras. Assim, parece razoável compilar uma versão mais enxuta de uma lista de atributos de qualidade, a fim de utilizá-la como referência para a avaliação da qualidade da informação.

Neste estudo teórico a discussão terá como referência de análise o modelo de O'Brien (2004), estabelecendo um diálogo sobre a qualidade da informação no ambiente universitário sob as três dimensões da qualidade, quais sejam: conteúdo, forma e tempo.

3.3 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Com o propósito de atender melhor às demandas e interesses da cidadania, bem como trazer o cidadão às esferas públicas, os governos são desafiados à qualificação permanente em torno de técnicas de negociação, habilidades de harmonia de interesses, diversidades e da administração de conflitos. Em meio a esse cenário, a gestão da comunicação na esfera pública pode ser explicada pela administração de conflitos, da diversidade e da cooperação entre os públicos e a necessidade de uma gestão de relações entre a esfera pública e a esfera privada. A configuração dessa nova realidade conduz ao debate para o espaço da comunicação, cuja definição de novas redes sociais, de acordo com Fossatti (2004), passa a impor medidas que assegurem ao cidadão a facilidade de acesso e disponibilidade de informações.

Para Mattelart (2000, p.170), existe uma perspectiva de ampliação do espaço da comunicação, ao afirmar que: Essas novas redes sociais passam a fazer parte do debate sobre a possibilidade de um espaço público em escala planetária. Em todas as latitudes, a problemática da transformação do espaço público, nacional e internacional, tende, aliás, a ocupar lugar de destaque nas abordagens críticas inspiradas pela sociologia, pela ciência política e pela economia política (MATTELART, 2000, p.170). Torquato (2002, p.34) aponta para quatro formas de comunicação nas organizações, sintetizadas a seguir: a) cultural – quando as pessoas falam umas com as outras: b) administrativa – que reúne cartas internas, memorandos: c) sistema de informações – agrega informações armazenadas em bancos de dados: d) social – caracteriza-se por um processo indireto, unilateral e público, envolvendo as áreas de jornalismo, relações públicas, publicidade, editoração.

4 INFERÊNCIAS REFLEXIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensa na informação como uma vantagem competitiva nas organizações, logo se reflete na qualidade dessa informação, porque ter dados e transformá-los em informação não significa que esta tenha qualidade. Pode ser que ela não seja fornecida no tempo correto, ou na forma que seja entendível para o usuário, ou ainda que seu conteúdo não esteja de acordo com as necessidades estratégicas.

Imagina quando se analisa em um contexto universitário. A primeira impressão pode ser de um local repleto de informações precisas, um espaço amplamente burocrático, com regras e regulamentos a serem cumpridos. E se estendermos a análise, poder-se-ia pensar num ambiente de criação do saber científico nas mais diversas áreas do conhecimento.

Quando se analisa a informação como elemento principal na criação e disseminação do conhecimento amplitude desta discussão o processo se torna mais complexo. Talvez por isso existam tantos modelos teóricos para avaliar a qualidade da informação e como torná-la estratégica para a organização. Ocorre que não existem tantos estudos acerca da qualidade da informação na gestão pública e muito menos sobre um modelo de avaliação da qualidade da informação em universidade pública.

Este foi o objetivo do artigo, compreender, apreender e discutir como a qualidade da informação pode favorecer a criação de conhecimento no ambiente universitário. Ancorada na visão teórica e metodológica da gestão do conhecimento e da informação, pretende-se seguir adiante com os estudos para aprofundamento e discussão teórica, bem como produzir uma Tese sobre avaliação da qualidade da informação em ambientes universitários.

Os resultados da discussão acerca do tema indicam que de fato a informação de qualidade e o conhecimento caracterizam-se como elementos estratégicos para todos os tipos de organizações, em particular para a instituição universidade.

Neste sentido, ampliar os estudos sob esta temática contribui para o entendimento de que a informação e o conhecimento faz a diferença estratégica na sociedade globalizada e virtualizada.

5. REFERÊNCIAS

BALLOU, D. P.; PAZER, H. L. Modeling data and process quality in multi-input, multi-output information systems. Management Science, v. 31, n. 2, p. 530-545, 1985.

BIO, S. R. Sistemas de Informação: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1996. CAMPOS, V. Gerenciamento pelas diretrizes. 4. ed. Belo Horizonte: INDG, 2004.

CARDOSO, Luís Antônio. Rationalized Factory and the Changes in the Work Management: the case of the FIAT after-fordist auto plant in Brazil, 2003.

CHAVEZ, José Ramon Arica; SOUZA, S. D. C. Análise da trajetória competitiva de empresas em um arranjo produtivo local; Anais do XXIII ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção; 2003; 1; ;

; 1; 8; XXIII ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção; Ouro preto; BRASIL; Português. DE MASI, Domenico. A Sociedade Pós Industrial. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

_____. Criatividade e Grupos Criativos. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DELONE, W. H.; MCLEAN, E. R. Information systems success: the quest for the dependent variable.

Information Systems Research, v. 3, n. 1, p. 60-95, 1992.

ENGLISH, L. P. Information quality management: the next frontier. In: Proceedings… ASQ'S ANNUAL QUALITY CONGRESS PROCEEDINGS, 2001, p. 529-533.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARVIN, David A. et al. Learning organization: aprender a aprender. HSM Management, v. 4, n. 9, p. 57-64, jul./ago. 1998.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

GOODHUE, D. L. Understanding user evaluations of information systems. Management Science, v. 4, n. 12, p. 1827-1844, 1995.

HOPE J.; HOPE T. Competindo na Terceira Onda: os 10 mandamentos da era da informação. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

JIANG, J. J. et al. Closing the user and provider service quality gap: a method for measuring service quality that includes both the user and IS service provider perspectives. Communications of the ACM, v. 46, n. 2, p. 72-76, feb. 2003.

KHAN, B. K.; STRONG, D. M.; WANG, R. Y. Information quality benckmarks: product and service performance. Communication of the ACM, v. 45, n. 4, 2002.

LAKATOS, Eva M. Fundamentos de Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEE, Y. W. et al. AIMQ: a methodology for information quality assessment. Information & Management, v. 40, p. 133-146, 2002.

LI, S.; LIN, B. Accessing information sharing and information quality in supply chain management. Decision Support Systems, v. 42, p. 1641-1656, 2006.

LILLRANK, P. The quality of information. International Journal of Quality & Reliability Management, v. 20, n. 6, p. 691-703, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES JR, Ricardo; HEINECK, Luiz F. M. Ensino e informação tecnológica na INTERNET, XXIV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia - COBENGE/96, Outubro/1996, Manaus. Disponível em: http://www.cesec.ufpr.br/docente/mendesjr/artigos/mendesjr96a.htm. Acesso em: 10/06/2015.

MILLER, B. et al. Towards a framework for managing the information environment. Information, Knowledge, Systems Management, v. 2, n. 4, p. 359-384, 2001.

MINTZBERG, Henry. El poder en la organización. Barcelona: Ed. Ariel. 1993.

_____. Power in and around organizations. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1983.
MORIN, Edgar. O método 6: etica. Porto Alegre: Sulina. 2007.

MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

NEHMY, R. M. Q.; PAIM, I. A desconstrução do conceito de “qualidade da informação”. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 1, p. 36-45, jan./abr., 1998.

O’BRIEN, J. A. Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PAIM, I.; NEHMY, R. M. Q.; GUIMARÃES, C. G. Problematização do conceito “Qualidade” da Informação.

Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, vl. 1, n. 1, p. 111-119, jan./jun., 1996.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAM, V. A.; BERRY, L. L. A conceptual model of services quality and its implication for future research. Journal of Marketing, v. 49, n. 4, p. 41-50, 1985.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAM, V. A.; BERRY, L. L. Servqual: a multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality. Journal of Retailing, v. 64, n. 1, p. 12-40, 1988.

PIPINO, L. L.; YANG, W.; WANG, R. Y. Data quality assessment. Communications of the ACM, v. 45, n. 4, p. 211-218, 2002.

REIS, Dálcio R. Gestão da Inovação Tecnológica. Barueri, SP: Manole, 2004.

ROBBINS, Stephen P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003.

SALOMI, G. G. E.; MIGUEL, P. A. C.; ABACKERLI, A. J. SERVQUAL x SERVPERF: comparação entre

instrumentos de avaliação da qualidade de serviços internos. Gestão & Produção, v. 12, n. 2, p. 279-293, mai./ago. 2005.

SELLITTO, C.; BURGESS, S.; HAWKING, P. Information quality attributes associated with RFID-derived benefits in the retail supply chain. International Journal of Retail & Distribution Management, v. 35, n. 1, p. 69-87, 2007.

SILVA, Edna L. MENEZES; Estera M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2007.

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. Princípios dos Sistemas de Informação. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

STEWART, Thomas A. A Riqueza do Conhecimento: o capital Intelectual do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

STRONG, D. M.; LEE, Y. W.; WANG, R. Y. Data quality in context. Communications of the ACM, v. 40, n. 5, p. 103-109, 1997.

VIEIRA, Leociléa A. Projeto de pesquisa e monografia: O que é? Como se faz? Normas da ABNT. 3. ed. Curitiba: Ed. do autor, 2004.

WAND, Y.; WANG, R. Y. Data quality dimensions in ontological foundations. Communications of the ACM,v. 39, n. 11, p. 86-95, 1996.

Capítulo 2

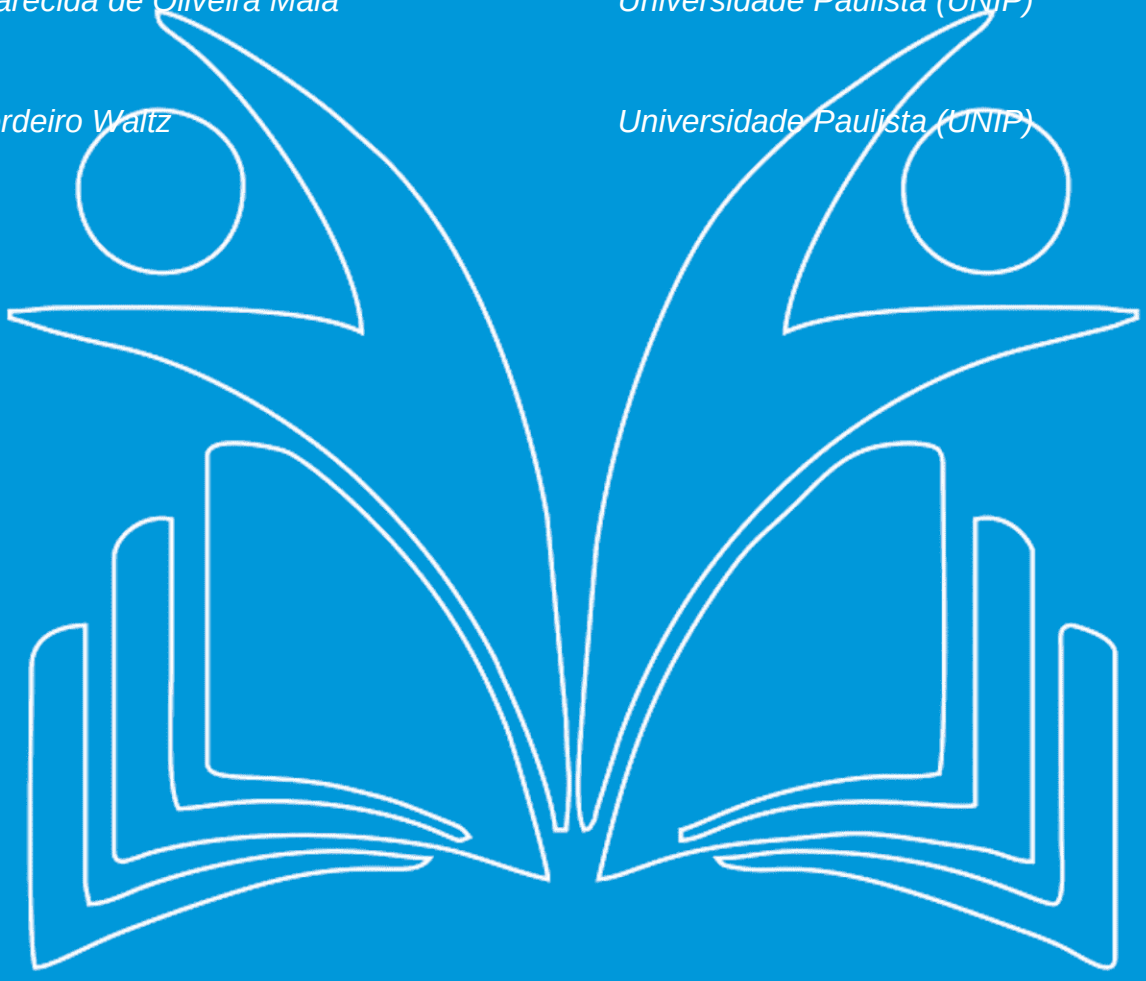
10.37423/231208541

UM ESTUDO SOBRE A ÉTICA EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Claudinete Salvato Lima — *Universidade Paulista (UNIP)*

Cláudia Aparecida de Oliveira Maia — *Universidade Paulista (UNIP)*

Roberto Cordeiro Waltz — *Universidade Paulista (UNIP)*



Resumo: Assim como a ética, o direito do trabalho vem evoluindo, seja por meios das alterações nas leis, ou até mesmo pelas mudanças que se inserem nos postos de trabalhos atuais. No Brasil existem várias leis que não são cumpridas pelas empresas e também não contam com a devida cobrança em relação à sua efetivação por parte dos colaboradores. Este trabalho tem por objetivo conscientizar as pessoas de seus direitos, relacionados à legislação trabalhista, com ênfase no assédio moral, mostrando a importância da ética no exercício da cidadania. A pesquisa avaliará as hipóteses levantadas em relação ao comportamento ético empresarial, o que poderá conduzir o trabalhador à validação de seus direitos trabalhistas, contribuindo para a formação de uma sociedade mais cidadã. Por fim, a pesquisa permite considerar que a atualidade traz consigo os avanços tecnológicos e com eles a facilidade de se obter informações, as quais podem ajudar os indivíduos a expandirem seus conhecimentos e se tornarem cidadãos mais conscientes e, com isso, mais eficientes na busca por seus direitos.

Palavras chave: Assédio moral, cidadania, direito do Trabalho, ética empresarial, legislação trabalhista.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Leisinger (2001), a ética empresarial está em alta, pois até os anos 50 este conceito não era muito conhecido. O autor destaca também que os aspectos morais relacionados às atividades econômicas eram conhecidos como a ética social, os quais consideravam os aspectos trabalhistas, e que somente uma década depois, nos anos 60, que as relações econômicas e a sociedade conseguiram atingir um público maior. Tal fato ocasionou uma crescente *faixa de interesses,* onde o foco não se direcionava apenas aos empregados e trabalhadores, mas incluía também uma minoria que tinha por objetivo lutar por seus direitos. Ainda de acordo com o autor desde o inicio dos anos 70 todo o agir social estava submetido a uma reflexão ética, que influenciou as instituições a se preocuparem com a ética aplicada as suas funções. Surgem ainda muitos binômios como a ética ambiental, ética da mídias, ética de pesquisa e com eles também a ética empresarial. Neste contexto, Sá (2001, p.138) destaca que: “O valor profissional deve acompanhar-se de um valor ético para que exista uma integral imagem de qualidade. Quando não existe uma conduta virtuosa, a tendência é de que o conceito possa abalar-se, notadamente em profissões que lidam com maiores riscos”.

Assim como a ética o direito do trabalho vem se modificando com o tempo e evoluindo também seja por meios das alterações nas leis ou até mesmo pelas as mudanças que se inserem nos postos e trabalhos atuais. Para Nascimento (2012, p.48) “o direito do trabalho, na fase atual, é uma obra inacabada”. Isso sugere que para o direito do trabalho sempre haverá o que se pensar no que se refere a igualdade social.

No Brasil existem várias leis que não são cumpridas pelas empresas e também não contam com a devida cobrança em relação à sua efetivação por parte dos colaboradores. Este trabalho tem por objetivo conscientizar as pessoas de seus direitos, relacionados à legislação trabalhista, com ênfase no assédio moral, mostrando a importância da ética no exercício da cidadania.

A pesquisa avaliará as hipóteses levantadas em relação ao comportamento ético empresarial, o que poderá conduzir o trabalhador à validação de seus direitos trabalhistas, contribuindo para a formação de uma sociedade mais cidadã.

Por fim, a pesquisa permite considerar que a atualidade traz consigo os avanços tecnológicos e com eles a facilidade de se obter informações, as quais podem ajudar os indivíduos a expandirem seus conhecimentos e se tornarem cidadãos mais conscientes e, com isso, mais eficientes na busca por seus direitos.

2 A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES

Para Daft (1999) a organização visa atingir suas metas, estratégias, focando na divisão do trabalho. Assim, ela cria departamentos para determinadas funções, onde cada setor contém um coordenador que é responsável pela a distribuição das tarefas dentro do departamento. Afirma Maximiano (2004, p.26) que "uma organização é um sistema de recursos que procura realizar algum tipo de objetivo (ou conjunto de objetivos) [...]."

É imprescindível para as empresas que adotem práticas éticas e morais, onde se consigam obter mais transparência, para que possam ser reconhecidas e respeitadas pelas as pessoas. Para Aguilar (1996, p.27-28): "A empresa ética é aquela onde os empregados são motivados naturalmente a se comportarem de modo ético no trabalho porque as pessoas tornam-se hábeis em levar em conta os interesses de todas as partes afetadas por decisão ou ação."

É muito importante para as empresas terem suas normas éticas e morais bem definidas, pois a organização é composta por pessoas e muitas delas não têm compromisso ético, por isso é imprescindível que a empresa mantenha um relacionamento transparente conforme ilustrado na figura 1.



Figura 1: Grupos integrados de comunicação empresarial

Fonte: RH portal - adaptado pelo autor, 2017.

- Público interno: focado nas relações de compromisso com a força de trabalho para construção de resultados de valor agregado, por meio da qualidade do ambiente de trabalho, saúde e segurança.
- Público externo: qualidade dos serviços, relacionamento com os clientes e parceiros, proteção ao meio ambiente e cumprimento das responsabilidades legais, fiscais e sociais.
- Comunidade: exercer a cidadania é, acima de tudo, buscar uma sociedade melhor para todos, a fim de que exista mais liberdade, justiça e solidariedade.

Ainda de acordo com a reportagem as empresas podem adotar práticas em que os funcionários participem como palestras, campanhas para que assim eles consigam se conscientizar e participar mais nas atividades da organização no que diz respeito as condutas éticas e morais.

O ranking EthisphereInstitute (2017) tem por objetivo evidenciar as empresas que tem melhores práticas éticas internamente. O mesmo avalia também se as empresas estão cumprindo com as exigências legais do compliance de forma correta. O ranking avalia 131 empresas de 21 países, a avaliação ocorre por meio de um formulário que contém perguntas de múltiplas escolhas, onde são avaliados cinco fatores conforme apresentado em porcentagem no gráfico contido na figura 2.

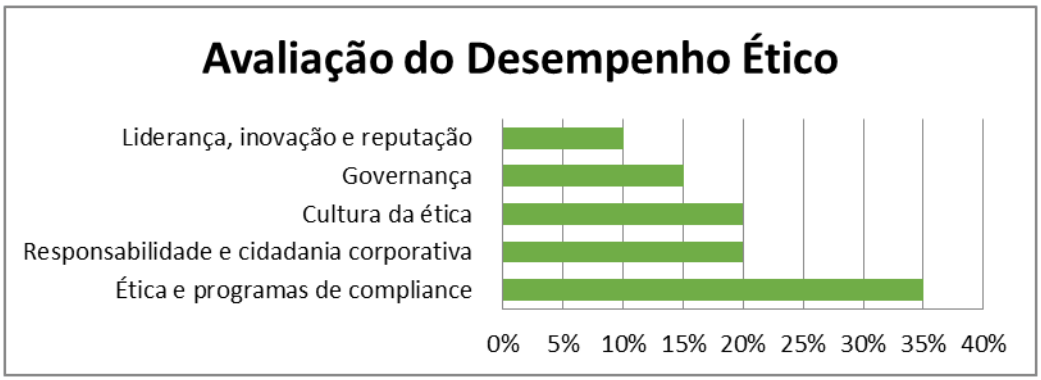


Figura 2: Avaliação de desempenho ético nas organizações

Fonte: Ranking EthisphereInstitute – adaptado pelo autor, 2017.

De acordo com o CEO do EthisphereInstitute, Timothy Erblich (2017), companhias que demonstram liderança em áreas como cidadania, integridade e transparência criam maior valor aos investidores, comunidades, consumidores e colaboradores, solidificando assim uma vantagem de negócio sustentável.

3 ESTUDO DE CASO: ASSÉDIO MORAL NAS EMPRESAS

A hierarquia dentro de uma organização é caracterizada pelas relações de subordinação entre os membros da organização. Essas divisões hierárquicas têm o propósito de estabelecer regras organizacionais, para que os membros de uma companhia possam ser designados a efetuarem os seus afazeres de forma que identifiquem alguém nestes níveis hierárquicos para que eles saibam a quem poderão se reportar.

Caracteriza-se por Assédio Moral, todo ato que exponha o trabalhador a situações humilhantes, constrangedoras, de forma repetitiva e prolongada que ocorram durante a jornada de trabalho, quando o trabalhador estiver exercendo suas funções dentro da organização. Segundo o MPT – SP (Ministério Público do Trabalho de São Paulo, 2016), as principais reclamações dos trabalhadores sobre o assédio moral, são caracterizadas pelas as seguintes situações:

- No caso do uso de listas, deve-se usar o marcador que aparece no início desta frase;

- Não dar nenhuma tarefa ao trabalhador;
- Dar instruções erradas, com o objetivo de prejudicar;
- Atribuir erros imaginários ao trabalhador;
- Fazer brincadeiras de mau gosto ou críticas em público;
- Impor horários injustificados;
- Transferir o trabalhador de setor para isolá-lo ou colocá-lo de castigo;
- Forçar a demissão do empregado;
- Tirar seus instrumentos de trabalho, como telefone, computador ou mesa, para gerar constrangimento;
- Proibir colegas de falar ou almoçar com o trabalhador;
- Fazer circular boatos maldosos e calúnias sobre o trabalhador;
- Submeter o trabalhador a humilhações públicas ou particulares;
- Perseguições da chefia aos subordinados;
- Punições injustas e ilegais;
- Não passar informações necessárias para a atividade.

No Brasil o projeto de lei Nº 4742/2001 que tramita pelo Congresso Nacional para a sua aprovação tem por objetivo inserir o assédio moral na lei e tratar do assunto com mais vigor e também estabelecer punições aqueles que nas empresas efetuarem ações que caracterizem o assédio moral.

Apesar de existir este projeto de lei, o país possui muitos casos de assédio moral, talvez seja pelo fato de que ainda não se caracterizou nenhum regulamento mais formal que aborde o assunto.

De acordo com o jornal Estadão (2016), 52% dos brasileiros já sofreram com o assédio moral. Entre os entrevistados para a pesquisa muitos relataram que já sofreram assédio moral por meio de agressões verbais, piadas e até mesmo gritos constantes.

A pesquisa destaca também que as mulheres são as que mais sofrem com o assédio moral, e que muitos desses atos partem das pessoas que ocupam níveis hierárquicos superiores. O gráfico representado na figura 3 apresenta dados que mostram que os cargos hierárquicos influenciam no assédio moral.

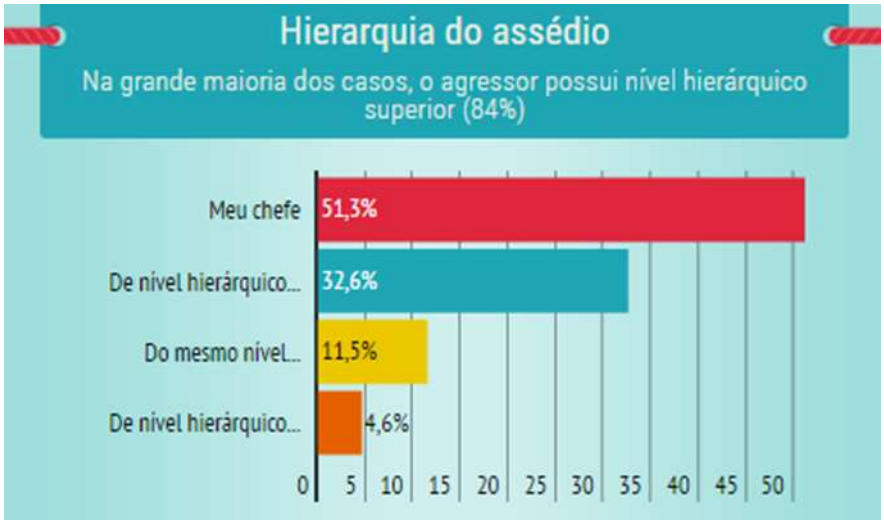


Figura 3: cargos hierárquicos influenciam no assédio moral.

Fonte: Estadão, 2016.

O levantamento da pesquisa destacou também que 87,5% das pessoas que sofreram assédio moral não denunciam essas agressões pelos os seguintes motivos: medo de perder o emprego, represálias, vergonha, receio de culpa cair sobre o denunciante e sentimento de culpa.

Para Rufino (2007) existe uma desigualdade entre empregado e empregador, visto que os empregados por muitas vezes tem medo de perderem seus postos de trabalho, outro ponto que interfere é a diminuição de ofertas de emprego, esses fatos de alguma forma tem relação indireta com os trabalhadores, pois devido a essas situações os empregadores poderão ter atitudes abusivas com seus trabalhadores, e assim possam lesar alguns trabalhadores a exercerem sua cidadania e buscando por seus direitos.

Apesar de a pesquisa evidenciar que muitos casos de assédio moral ocorrem por meio da chefia das empresas, vale destacar que o assédio moral também pode ser cometido por colegas de trabalho que ocupem o mesmo cargo hierárquico, em situaçõesconstrangedoras onde o chefe imediato ciente do acontecido se mostre indiferente com o ocorrido.

4 DISCUSSÕES

Tanto a ética quanto a moral estão inseridas na sociedade e também no âmbito empresarial. Afirma Nash (2001) que alguns líderes corporativos já identificam a necessidade de inserir padrões éticos nos negócios, entretanto existe uma dificuldade em se encontrar um parâmetro para explicar a importância da moral nas empresas. A conduta moral dos negócios merece atenção como qualquer outro item administrativo, entretanto, não existe muito auxilio para desenvolver essa área.

Foi possível identificar no decorrer deste trabalho que o assédio moral, ocorre nas organizações por meio de pessoas que possuem cargos hierarquicamente de maior relevância e que deveriam prover por um ambiente melhor para todos. Uma forma para se tentar combater ou até mesmo diminuir os casos de assédio moral, seria que os sindicatos pudessem se incluir dentro das organizações, pois seria de suma importância que o próprio setor de RH (Recursos Humanos), pudesse intervir pelos os funcionários. No entanto o assédio moral pode surgir de qualquer área da empresa, inclusive do próprio RH, por isso a intervenção dos sindicatos seria muito relevante, por se tratar de um grupo externo a empresa.

Para tentar reprimir o assédio moral que até então não possui regulamentação, ou lei de conduta a qual se tenha alguma punição severa aos agressores, os sindicatos poderiam intervir nas organizações fornecendo formulários virtuais que contenham perguntas, onde se possa identificar por meios das respostas, se nesta organização há casos que caracterizem o assédio moral ou até mesmo algum descumprimento relacionado a legislação trabalhista. Neste formulário, o funcionário não precisaria se identificar, mas apenas informara empresa na qual trabalha por meio do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) da mesma.

Caso houvesse muitos casos relatados de uma mesma empresa, o sindicato poderia intervir enviando uma comunicação aos órgãos competentes como o Ministério do Trabalho, para que o mesmo pudesse tomar medida legal para solucionar esse tipo de problema existente na organização. Tudo isso com o intuito de preservar os funcionários e ajudá-los a encontrar uma solução para tentar combater o assédio moral e outras irregularidades que possam vir a ocorrer dentro do ambiente de trabalho.

De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (2016), a justiça do trabalho no Brasil exerce a função de conciliar e julgar ações judiciais que ocorrem entre empregados e empregadores entre outros fatores decorrentes da relação trabalhista.

Além do TST (Tribunal Superior do Trabalho), existem os tribunais regionais do trabalho TRTs e também os juízes do trabalho, que por sua vez exercem suas funções nas Varas do trabalho que qualificam a 1ª instância da justiça do trabalho.

Existem 24 tribunais do trabalho e a composição deles é composta por desembargadores que representam a 2ª instância da justiça do trabalho.

Tanto o empregado quanto o empregador podem recorrer a justiça do trabalho, com o objetivo de sanar e reparar alguns prejuízos causados por ambas as partes.

As reclamações trabalhistas podem ser realizadas de duas formas, entre elas estão:

- Reclamação escrita – Isso ocorre por meio de um advogado ou até mesmo pelo sindicato;
- Reclamação Verbal – Ocorre quando a parte interessada procura uma Vara do trabalho, buscando o setor de Reclamação, com a intenção de relatar o ocorrido, é necessário que a parte apresente comprovantes do que for alegado.

Esgotados todos os recursos da 1ª e 2ª instância, a última decisão transita em julgado, assim a decisão final se torna definitiva e irrecorrível.

Tanto a ética quanto a legislação trabalhista deve ser conhecida por todos os trabalhadores. De acordo com Manus (2015), o direito do trabalho vai além dos princípios, doutrinas e leis, o direito do trabalho é um instrumento que se vale para manter uma vida social ordenada.

A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) se consolidou por meio da lei Nº 5.452 de 1943, a qual se firmou no governo de Getúlio Vargas, tendo sido criada com o intuito de proteger o trabalhador por meio de algumas medidas, entre elas: salário mínimo, carteira de trabalho, jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, previdência Social e descanso semanal. De acordo com Nascimento (2012, p.52) a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943) é a “sistematização das leis esparsas existentes na época, acrescidas de novos institutos criados pelos os juristas que a elaboram”.

Atualmente os meios eletrônicos como a internet e aplicativos podem ajudar a manter as pessoas informadas, pois a tecnologia está ao alcance de grande parte das pessoas. Para o trabalhador é importante deixar evidente que eles possuem muitos direitos e que os mesmos devem ser cobrados, no entanto, os seus deveres como cidadãos devem ser cumpridos. As pessoas devem cumprir com o seu papel, sendo mais íntegros e com isso ter empatia com os outros, não buscando levar vantagens, sabendo que tal atitude poderá interferir negativamente na vida dos outros.

Tendo o conhecimento e conscientização os indivíduos poderão obter melhores resultados em suas vidas, contribuindo assim por uma sociedade mais justa e informada, das quais lutem por direitos e efetivem seus deveres se tornando assim pessoas justas e capazes de influenciar os demais com sua conduta.

5 CONCLUSÃO

Para Manzini Covre (2002), o surgimento da cidadania tem relação a polis grega, em outras palavras a cidade, pois a cidade era formada por homens livres com a intervenção política frequente em uma democracia direta, onde os deveres e direitos dessa coletividade eram debatidos. A cidadania tem relação com a vida na cidade onde as pessoas têm direitos e deveres que devem ser exercidos.

Acrescenta Botelho (2011), que o conceito da palavra cidadania por muitas vezes não é compreendido e pouco esclarecido para as pessoas, de forma geral a palavra cidadania nos passa a ideia de direitos, mas mais importante de identificar os direitos é necessário valorizá-los e com isso obter um sentimento de justiça. Sobre a cidadania, afirma Botelho (2011, p.105): “decorre da conjugação de dois movimentos, que nem sempre caminham juntos: a democratização social e a democratização das instituições republicanas, o que pode ser comprovado pelas lutas recentes por igualdade”.

Portanto, mais importante do que conhecer os conceitos de cidadania, é conseguir efetiva - lá em ações cotidianas de forma plena, sabendo valorizar seus direitos, mas também, conseguindo cumprir com os seus deveres de cidadãos.

Atualmente existem várias motivações trabalhistas que fazem com que os trabalhadores recorram à justiça do trabalho, como por exemplo, falha nos registros de horas extras, danos morais, danos materiais, diferenças por desvios de funções, doenças ocupacionais e verbas de rescisão do contrato.

Estes processos têm ocorrido com mais frequência em empresas de pequeno e médio porte, que por muitas vezes não cumprem a lei por falta de conhecimento da mesma ou até mesmo para tentar diminuir seus custos.

Em contrapartida as empresas maiores como, por exemplo, as multinacionais recebem muitas ações trabalhistas por danos morais, pelo fato da falta de controle interno de seus líderes, e que por muitas vezes excedem no seu papel e acabam cometendo abusos por meio do cargo que ocupam.

Com o decorrer do trabalho foi possível observar que a busca por conhecimento é essencial para se constituir uma sociedade melhor e justa, onde as leis possam ser cumpridas e cobradas pelas as pessoas, assim como benefícios que lhes cabem como cidadãos.

As pessoas devem se manter sempre informadas quanto aos seus diretos e deveres, pois atualmente as alterações políticas são cada vez mais constantes. Um exemplo atual foi a aprovação da Medida Provisória MP 763/2016 que aprovou o saque de contas inativas do FGTS para as pessoas que pediram demissão ou foram demitidos por justa causa em contratos encerrados até 31 de dezembro de 2015.

Vale salientar que os indivíduos precisam conhecer os seus direitos e também deveres na constante busca por um futuro melhor que pode se iniciar com pequenos gestos.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Francis J. A ética nas empresas. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BOTELHO, André, Lilia MortizSchwarcz. Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança. Companhia das Letras, São Paulo, 2011.

CLT. Disponível em: <http://educacao.globo.com/artigo/consolidacao-das-leis-do-trabalho-na-era-vargas.html>Acesso em 20 dez 2016.

DAFT, Richard L. Administração, LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, Rio de Janeiro, 1999.

ESTADÃO ASSÉDIO MORAL. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,maioria-dos-brasileiros-ja-sofreu-assedio-moral-ou-sexual-no-trabalho--indica-estudo,1713719> Acesso em 20 dez 2016.

LEISINGER, Klaus M. Ética empresarial; responsabilidade global e gerenciamento moderno/ Klaus M. Leisinger , Karin Schmit; tradução de Carlos Almeida Pereira; Vozes, Petrópolis, RJ, 2001.

MANZINI COVRE, Maria de Lourdes. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, Introdução à administração.6ed.rev. e ampl. Atlas, São Paulo, 2004.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira, Direito do Trabalho, 16 ed. Atlas, São Paulo, 2015.

NASH, Laura L. Ética nas empresas, tradução: Kátia Aparecida Roque; revisão técnica : Peter Nadas, São Paulo: Makron Books, 2001.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, Iniciação ao direito do trabalho; 37 ed. LTr, São Paulo, 2012.

RUFINO, Regina Célia Pezzuto. Assédio Moral no Âmbito da Empresa. 2 ed. LTr, São Paulo, 2007.

SÁ, Antonio Lopes de,Ética profissional/ Antonio Lopes de Sá; 4 ed. Atlas, São Paulo, 2001.

Capítulo 3

10.37423/231208542

INTEGRAÇÃO DO E-COMMERCE NA ESTRATÉGIA LOGÍSTICA DE UMA MINERADORA DE ÁGUA

Roberto Cordeiro Waltz

Universidade Paulista (UNIP)

Claudinete Salvato Lima

Universidade Paulista (UNIP)



Resumo: No Brasil, nos últimos anos, observou-se um crescimento contínuo na produção de águas minerais, em decorrência da grande preocupação com a saúde e do incentivo ao consumo de produtos naturais. Portanto, deve-se ter uma preocupação com a captação destas águas, pois uma captação incorreta pode influenciar nas suas características químicas, físico-químicas e microbiológica, alterando sua qualidade, principalmente no que diz respeito à segurança, ao paladar e à aceitabilidade pelo consumidor. Sendo assim, é de extrema relevância abordar um tema que abranja a importância das águas minerais, suas propriedades químicas e terapêuticas, e a sua correta industrialização. A e-logística é extremamente importante em toda a cadeia de valor, desde o recebimento, estocagem e armazenamento até o processo de separação dos produtos e entrega final. É importante que essas etapas sejam inseridas em ferramentas de rastreamento dos pedidos para haver um melhor controle das variadas operações, dando informações para os clientes, em tempo real e da fase em que o produto adquirido se encontra. Este trabalho tem por objetivo discutir uma proposta para a integração do comércio eletrônico por meio de aplicativo junto às estratégias logísticas para uma empresa mineradora de água. Serão desenvolvidas aqui as pesquisas de natureza descritiva e bibliográfica, abordando a importância da logística para o comércio eletrônico no contexto do mercado de águas minerais. Os métodos desenvolvidos neste trabalho são dos tipos: racional, dedutivo e observacional.

Palavras chave: Aplicativo, Comércio eletrônico, Estratégia logística, Mineradora de água.

1 Introdução

No Brasil, nos últimos anos, observou-se um crescimento contínuo na produção de águas minerais, em decorrência da grande preocupação com a saúde e do incentivo ao consumo de produtos naturais. As águas minerais são aquelas que por sua composição química ou características físico-químicas são consideradas benéficas à saúde, por possuírem propriedades medicinais, que podem combater desde uma prisão de ventre até desequilíbrios emocionais.

Portanto, deve-se ter uma preocupação com a captação destas águas, pois uma captação incorreta pode influenciar nas suas características químicas, físico-químicas e microbiológica, alterando sua qualidade, principalmente no que diz respeito à segurança, ao paladar e à aceitabilidade pelo consumidor. Sendo assim, é de extrema relevância abordar um tema que abranja a importância das águas minerais, suas propriedades químicas e terapêuticas, e a sua correta industrialização.

Segundo Hall (2006), a água mineral é um dos produtos com maior sintonia aos valores de consumo do século 21. O produto possui excelentes atrativos como conveniência e estilo de vida. Portanto os envasadores podem obter grandes retornos se tiverem bom senso comercial e imaginação.

De acordo com dados do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral, 2006) as taxas de crescimento estáveis ou em queda representam o ponto de saturação que o mercado brasileiro atingiu. O número de fontes envasadoras, que em 1994 era 307, em 2004 passou para mais de 700. Além disso, outros fatores como a queda dos preços, alta carga tributária, baixo valor agregado, produtos substitutos como os filtros domésticos, vêm afetando o mercado de água mineral, principalmente para os galões de 20 litros.

Com isso é possível observar que o mercado brasileiro mudou nestes últimos anos. Desde 1995 o crescimento do consumo estava gerando lucros para a indústria. Contudo, a partir de 2000, com o crescimento da concorrência, o mercado está exigindo dos empresários do setor uma postura mais profissional e inovadora.

A e-logística é um termo utilizado no comércio eletrônico e pode ser definido como um componente imprescindível desse setor, compreendendo toda a cadeia logística que pode ser composta de recebimento e acondicionamento de pedidos, estocagem, picking (deslocação ou separação de produtos para preparar pedidos), e intervenção das transportadoras que realizam as entregas.

Segundo Silva, Faria e Lima (2005), a logística do comércio eletrônico tem como característica o expressivo número de pedidos pequenos, dispersos em termos geográficos e entregues de modo fracionado porta a porta, tendo como resultado baixa densidade geográfica e custos altos na entrega.

Este trabalho tem por objetivo discutir uma proposta para a integração do comércio eletrônico por meio de aplicativo junto às estratégias logísticas para uma empresa mineradora de água.

Serão desenvolvidas aqui as pesquisas de natureza descritiva e bibliográfica, abordando a importância da logística para o comércio eletrônico no contexto do mercado de águas minerais. Os métodos desenvolvidos neste trabalho são dos tipos: racional, dedutivo e observacional.

2 ASPECTOS ESTRATÉGICOS DO MERCADO DE ÁGUAS MINERAIS

O mercado de águas minerais conseguiu apresentar significativo crescimento nos últimos anos. A indústria está em expansão tanto no Brasil quanto no mundo. Destacam-se como líderes mundiais do mercado de águas envasadas a Nestlé Waters, seguida pela Danone, Coca-Cola e Pepsi, que detêm juntas 31% do mercado desse segmento, sendo todas as empresas citadas multinacionais.

Os grandes players do mercado mundial como a Danone, a Nestlé e a Coca-Cola estão focalizando seus investimentos no mercado brasileiro, pois perceberam que mais do que um negócio lucrativo, este é um negócio estratégico no futuro, uma vez que sabemos que muitos países como os Estados Unidos, o México e a China são dependentes deste recurso, além de vários países do contente Africano e também do Oriente Médio. As perspectivas futuras indicam um cenário de escassez de água até o ano 2050, conforme ilustra a tabela 1.

Tabela 1: Perspectivas futuras demanda e oferta de água potável no mundo

Previsões:	1999	2050
População Mundial	6.0 bilhões	9.4 bilhões
Suficiência	92%	58%
Insuficiência	5%	24%
Escassez	3%	18%

Fonte: Revista Veja, 1998.

Pelo fato do Brasil contar com as maiores reservas de água potável do planeta, isso lhe confere um importante instrumento na geoestratégia mundial, uma vez que quem tiver o controle dos grandes reservatórios de água dominará as relações mercantis. Com a crescente demanda por água mineral constatada e com a, cada vez maior, escassez da mesma, os países grandes produtores de água terão forte influência na decisão do preço e da quantidade de água mineral a ser vendida. No entanto, não apenas as multinacionais estão movendo esforços neste sentido, as empresas brasileiras de pequeno e médio porte estão sendo pulverizadas em território brasileiro visando difundir seus produtos e conquistar o mercado nacional.

A demanda por garrafões de 20 litros é a que lidera o mercado nacional, com 57% das vendas de água mineral natural, ficando somente 3% com as embalagens de 10 litros e 40 % com o consumo chamado de mesa.

No desempenho regional, segundo o balanço do setor, o Sudeste continua sendo responsável pela maior produção de água mineral natural do Brasil, engarrafando 60% do total. São Paulo, isoladamente, já produz mais de 1 bilhão de litros. A segunda colocação cabe ao Nordeste, com 21,2% da produção nacional, seguido das regiões Sul 9,8%, Centro-Oeste 5,9% e Norte 5,7%. Porém a maior expansão percentualmente, deu-se na região Norte, com 40%, correspondente a 143 milhões de litros engarrafados.

Sendo assim, os principais produtos a serem comercializados serão: a água mineral em garrafões de 20 litros e em garrafas de 500ml. As vendas dos garrafões de 20 litros ocorrerão principalmente para empresas e também através de licitações devido ao fato de que estes tipos de clientes consomem em maior quantidade e reduzem menos o consumo durante o inverno.

No Brasil, a distribuição do market-share associado ao mercado de águas envasadas está assim disposta:

- Grupo Edson Queiroz, através das marcas Indaiá e Minalba, detêm 11,5% do mercado nacional. O Grupo exporta água mineral para Japão, Estados Unidos e América Central.
- Outro grande grupo é o Mocellin, que comercializa a marca Ouro Fino, que corresponde a 2,6% do mercado, se destacando na produção de águas flavorizadas e com rótulos e embalagens diferenciados.
- A empresa Spal é uma engarrafadora da Coca-Cola no estado de São Paulo e sua água é comercializada como Crystal Spal. A empresa detém 2,5% do mercado.
- A empresa Flamin, das marcas Lyndóia/Bioleve, tem 2,5% de participação no mercado nacional.

- O grupo Schincariol, que, apenas em 1997 entrou no mercado de água mineral, tem uma participação de 2,6% no mercado.
- Aquarel, tem 1,6% da fatia do mercado nacional.
- A empresa Dias D´Ávila, com a entrada em operação de um novo poço (Senhor do Bonfim), fez com que sua produção chegasse a 1,7% de participação no mercado nacional.
- Os restantes 76,5 % estão pulverizadas em pequenas e médias empresas.

3 ESTUDO DE CASO:INTEGRAÇÃO DO E-COMMERCE NA ESTRATÉGIA LOGÍSTICA DE UMA MINERADORA DE ÁGUA

Além de ser um termo muito utilizado atualmente no comércio eletrônico, a e-logística é extremamente importante em toda a cadeia de valor, desde o recebimento, estocagem e armazenamento até o processo de separação dos produtos e entrega final.

É importante que essas etapas sejam inseridas em ferramentas de rastreamento dos pedidos para haver um melhor controle das variadas operações, dando informações para os clientes, em tempo real e da fase em que o produto adquirido se encontra.

A variedade de produtos oferecidos é grande, e pedidos simultâneos de mercadorias perecíveis e não perecíveis acontecem com frequência, exigindo cuidados especiais e grande capacidade de coordenação no tratamento, no processo e ainda na expedição separadamente para um mesmo pedido dentro do centro de distribuição da organização, conforme Novaes (2007).

Algumas diferenças podem ser notadas entre a logística tradicional e a logística do comércio eletrônico pela observação da tabela 2.

Tabela 2: Diferenças entre logística tradicional e do comércio eletrônico.

	LOGÍSTICA TRADICIONAL	LOGÍSTICA DO CE
CARREGAMENTO (TIPOS)	Paletizado	Pequenos pacotes
CLIENTES	Conhecidos	Desconhecidos
MODELOS DA DEMANDA	Empurrada	Puxada
FLUXO DE PEDIDO	Unidirecional	Bidirecional

Na logística do comércio eletrônico são aplicadas as mesmas ferramentas da logística relativa ao comércio tradicional, porém deve-se atentar que é necessário estarem adaptadas para viabilizar o comércio virtual (e-commerce).

3.1 UTILIZAÇÃO DE APLICATIVO PARA E-COMMERCE

Aplicativos são programas cujo desenvolvimento serve para facilitar o desempenho de atividades práticas do usuário, seja isso nos tablets ou nos telefones móveis. Esses aplicativos podem ser pagos ou gratuitos e podem ser utilizados conectados à Internet ou não. Podem, ainda, ser divididos em várias categorias como: entretenimento, educação, música e interação social, entre outros. Criados para tornar simplificada a vida dos usuários (quando se trata de aplicativos utilitários), ou apenas por pura diversão, os apps tem sido uma ferramenta cada vez mais utilizada pelas pessoas conectadas, otimizando e deixando rotinas cada vez mais práticas, fazendo com que as mesmas sejam responsáveis pela divulgação e popularidade dos serviços ou produtos.

Existem três diferentes opções de tipos de aplicativos mobile, a saber:

- Aplicativos nativos: são instalados e armazenados na memória do dispositivo celular / mobile para rápido acesso. São baixados de lojas específicas para cada plataforma, têm fácil acesso a funcionalidades do sistema operacional e sensores (GPS, câmera, etc). Possuí alto custo e necessita de desenvolvedores com conhecimento específico, além de precisar da aprovação da loja que irá publicá-lo;
- Aplicativos híbridos: são desenvolvidos através de linguagens e tecnologia de web apps. Também são publicados na loja e funcionam de modo similar aos nativos, exigindo apenas conhecimento de desenvolvimento web, porém com um custo menor;
- Mobile Web apps: são páginas na internet acessadas como qualquer outra através de um browser. Não acessam alguns elementos dos dispositivos móveis como notificações nativas, mas exigem um design de web app com uma interface mobile. A grande vantagem é que não há necessidade de passar pela burocrática aprovação para entrar na appsstores (lojas de aplicativos) e podem ser atualizados com facilidade. Possuem baixo custo de desenvolvimento e atualização, dependendo apenas do browser como interface de acesso.

Segundo Nonnenmacher (2012), algumas organizações já perceberam e entenderam que as plataformas móveis são grandes e novas oportunidades de mercado, criando assim conteúdos de interação para seus consumidores. De acordo com Parasuraman e Colby (2002), há uma importância relevante das empresas conhecerem seus clientes e afirmam que, se a organização comercializa utilizando tecnologia de modo mais sintonizado com as necessidades dos clientes consumidores, ela consequentemente estará acelerando sua adoção de modo a atingir um número maior de vendas antes do esperado.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DA LOGÍSTICA PARA O COMÉRCIO ELETRÔNICO

Vendas que ocorrem por meio de internet exigem cuidados específicos em relação às entregas e ao relacionamento com o consumidor, antes mesmo da finalização da venda, durante e após. É necessário uma estrutura organizacional e um planejamento peculiar da logística, quando se quer implementar o comércio eletrônico.

Independente de qual seja o negócio, ou qual o propósito da organização, a logística sempre terá a mesma definição, de planejar, controlar e executar de modo eficiente o transporte, a movimentação e o armazenamento de produtos e serviços dentro ou fora do ambiente organizacional, garantindo a qualidade, integridade e prazos de entregas dos mesmos aos clientes. Manter um aplicativo de integração junto aos consumidores vai necessitar de dedicação e preocupação com a estrutura logística da mineradora.

3.3 ETAPAS DO PROCESSO DE VENDAS PELO APLICATIVO MÓVEL

Há várias etapas de venda em qualquer aplicativo móvel e, em uma proposta experimental como a desenvolvida na presente pesquisa, elas serão classificadas na seguinte ordem:

1- Preparo do pedido: o cliente irá localizar e identificar o produto, no caso a água, nas quantidades e tamanhos de seu interesse, obter informações necessárias para iniciar a decisão da compra e autorizar a transação financeira;

2- Processamento do pedido: após o consumidor efetuar o pedido, o aplicativo junto a administradoras de cartão de crédito, irá analisar dados, realizar o processo e a validação do pedido. Após ser validado e sem risco de fraude, segue então para a área financeira;

3- Confirmação do pedido – confirmada a transação financeira, será emitido um número de pedido e informado ao cliente. A partir do número do pedido será enviada uma solicitação para a área de picking (separação), para que as águas sejam separadas e disponibilizadas para a expedição, conforme o pedido do cliente; e

4- Entrega: será realizada junto aos demais pedidos, sejam eles através de compra eletrônica ou através de compra tradicional. Após o produto ser entregue no local designado pelo cliente, o pedido será encerrado no aplicativo, concluindo assim todas as etapas planejadas.

3.4 PROPOSTAS ENVOLVENDO A UTILIZAÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO E SUAS RESPECTIVAS ESTRATÉGIAS DE LOGÍSTICA.

Com o intuito de aproveitar os benefícios e vantagens que o comércio eletrônico oferece para as organizações, a atuação nesse mercado pode se efetivar através de um aplicativo móvel gratuito conforme ilustrado na Figura 1.



Figura 1: Tela inicial do aplicativo.

A proposta para a mineradora atuar junto ao comércio eletrônico é a implementação de um mobile web app, ou seja, um aplicativo móvel web gratuito, o qual, além de seu baixo custo bastante vantajoso para a empresa, ainda tem vantagens aos clientes usuários uma vez que não ocupa espaço no armazenamento do dispositivo celular.

O protótipo do aplicativo a ser implementado é capaz de funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana e vai permitir que clientes atacadistas, varejistas e consumidores finais façam pedidos com poucos cliques, sem serem necessárias ligações. A divulgação é estratégica para a visibilidade do aplicativo, com custos menores e eliminando intermediários para a distribuição, de maneira fácil, inteligente e cômoda, a intenção é de que estejam disponíveis no aplicativo:

- Catálogo de produtos da empresa;
- Preços (para atacado e varejo);
- Formas de pagamento;
- Agendamento / prazo de entrega;
- Informações gerais sobre cada produto, (tamanho, qualidade, etc);

- Localização da mineradora;
- Rede social, entre outros pontos relevantes que sejam atrativos aos clientes.

O aplicativo é objetivo e simples, com um layout claro, limpo (clean), seguro e de fácil manuseio. Vai permitir ainda que consumidores cadastrem mais de um endereço de entrega, para pedir e receber seus produtos onde desejarem. O aplicativo contará também com uma estratégia para que o próprio cliente realize a divulgação da marca/empresa, através de uma opção de compartilhamento em suas redes sociais, que o mesmo irá sugerir após a finalização do pedido de compra.

A proposta para a integração do comércio eletrônico por meio do aplicativo junto às estratégias logísticas será feita da seguinte maneira:

- Na etapa da confirmação do pedido, as compras realizadas no aplicativo, serão enviadas para a área de picking (separação), através de um software;
- Esse sistema de software integrado, permitirá automatizar a gestão do aplicativo, fazendo com que o funcionamento da operação tenha harmonia. O sistema terá como objetivo atuar na logística, gerenciamento de pedidos e estoques; e
- No momento em que o pedido de compra gerar a necessidade de picking, o colaborador da logística fará a separação das águas, disponibilizando os pacotes na área de expedição.

4 DISCUSSÃO: A CONTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO PARA EMPRESAS MINERADORAS DE ÁGUA

O comércio atual, em qualquer setor, enfrenta dificuldades e peculiaridades que o tornam tão dinâmico quanto as variações de valores e de estilos de vida dos consumidores. Dessa maneira, é preciso identificar demandas e proporcionar as condições mais adequadas para que elas sejam atendidas, de tal maneira a garantir a estabilidade de atuação da empresa nesse mercado, além de manter suas perspectivas de crescimento e de evolução.

É inegável que nesse escopo a utilização dos recursos advindos dos meios eletrônicos encontra terreno fértil, seja em que abordagem se desejar, desde as facilidades para conhecimento e aquisição de um produtoou de um serviço, até o desenvolvimento de novos mercados, passando pela vinculação do nome da empresa com as modernas práticas, o que lhe proporciona um determinado frescor de ideias e de propostas.

Particularmente em um segmento que demonstra, conforme as pesquisas, potencial de crescimento significativo, torna-se importante a sua aproximação com as práticas mais modernas de negócios, facilitando a vida do consumidor e atraindo-o para um produto que está atrelado a algo que ele

considera indispensável, que são as características de um produto relacionadas à qualidade, saúde e bem-estar, entre outras.

Assim sendo, a proposição para o desenvolvimento de um aplicativo que disponibilize acesso à aquisição de águas minerais, parece ser absolutamente pertinente no que concerne ao momento do mercado para esse produto e para a utilização intensa dos recursos do comércio eletrônico, que se mostra perfeitamente adequado a esse tipo de negócio.

Finalmente é possível vislumbrar uma perspectiva factível para que as pequenas e médias empresas do setor, além daquelas que estejam planejando lançarem-se ao mercado, tenham uma alternativa estratégica viável para oferecer-lhes condições de competitividade, pela criação de diferenciais relevantes, que agregam valores desejados a seus produtos, tornando-os capazes de, pelo menos, enfrentarem as grandes multinacionais na busca de seu nicho de mercado.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa proporcionou condições para a identificação, levantamento e avaliação de um mercado emergente no Brasil e no mundo, enfatizando as práticas mais modernas de comércio, com a proposta para o uso de tecnologia que poderá representar um diferencial decisivo para a manutenção de determinadas empresas no segmento da comercialização de águas minerais, especialmente as pequenas e médias mineradoras que, dadas as condições logísticas para sua atuação de mercado, necessitam otimizar a utilização dos recursos de que dispõem.

Particularmente em relação à proposta para utilização de um aplicativo mobile para comercialização, nota-se que a iniciativa não requer grande investimento, além de utilizar-se de uma tecnologia já conhecida e disponível, perfeitamente customizável para atender aos principais requisitos do segmento.

Como proposição para o prosseguimento dos estudos nesse setor, sugere-se a relação dessa proposta com a utilização dos canais convencionais de comércio, pela qual poderá ser identificada em termos quantitativos a relação custo/benefício e os ganhos advindos da utilização da estratégia proposta.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz. Comércio eletrônico:modelo, aspecto e contribuições de sua aplicação. São Paulo - Atlas, 2004.

ARNOLD, J. R. T. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1999.

FLEURY, Paulo Fernando. MONTEIRO, Fernando José Retumba C.O desafio logístico do e-commerce. São Paulo - Editora Publicare. Revista Tecnologística, 2000.

NONNENMACHER, Renata Fravetto. Estudo do Comportamento do Consumidor de Aplicativos Móveis. Universidade do Rio Grande do Sul- Escola de Administração, DPTO de Ciências Administrativas. Porto alegre - 2012.

NOVAES, Antonio Galvão. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição. 10ª reimpressão. Rio de Janeiro - Elsevier 2007.

PARASURANAN, A; COLBY, Charles L. Marketing para Produtos Inovadores: Como e por que seus cientes adotam tecnologia. Porto Alegre - Bookman, 2002.

VASCONCELLOS, Eduardo. E-commerce nas empresas brasileiras. 5ª edição. São Paulo - Atlas, 2005.

Capítulo 4

10.37423/231208552

A DESIGUALDADE SALARIAL DE GÊNEROS NO BRASIL

Karolyne Brito Carvalho — *UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL*

Piter Borges Azambuja — *UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL*



Resumo: O trabalho aborda a desigualdade salarial de gênero no Brasil, destacando a existência de disparidade salarial entre homens e mulheres e seus efeitos. O artigo examina a inserção das mulheres no mercado de trabalho, as medidas de proteção asseguradas pela Constituição Federal e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as barreiras para a equidade salarial, e as consequências sociais da disparidade salarial de gênero. Além disso, discute a segregação ocupacional e a mudança no mercado de trabalho mais jovem. O estudo ressalta a importância de abordar e concorda com as discrepâncias salariais injustificadas entre gêneros no ambiente de trabalho, e destaca a necessidade de um olhar humano para que essas diferenças se dissolvam de forma orgânica. A pesquisa também menciona a Lei nº 14.611/2023, que garante remunerações iguais para trabalho igual aos trabalhadores do sexo masculino e feminino, e reforça os mecanismos legais para combater qualquer forma de diferenças salariais injustificadas com base no gênero

Palavras chave: Equidade. Trabalho. Gênero.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade salarial de gênero no Brasil existe desde os primórdios das mulheres no mercado de trabalho. Essa diferença trouxe muitos dados ao passar das décadas, minando a perspectiva de sucesso na carreira feminina e consequentemente afetou a saúde financeira de famílias sustentadas por mulheres, especialmente as mães solos.

A desigualdade salarial de gênero no Brasil. Quais são os efeitos da desigualdade salarial de gênero no Brasil?

A hipótese para o problema do presente artigo é que disparidade salarial entre homens e mulheres resulta em um prejuízo financeiro significativo para as mulheres ao longo de suas vidas. Salários mais baixos limitam sua capacidade de acumular riqueza, investir em educação e obter independência financeira. Isso também contribui para uma maior incidência de pobreza feminina.

O presente artigo tem como objetivo geral examinar a literatura histórica e jurídica sobre a disparidade salarial entre homens e mulheres que, pelo menos em teoria, exercem os mesmos cargos e funções, tendo a mesma capacitação.

Abordamos como objetivo específico: estudar como foi a inserção das mulheres no mercado de trabalho; analisar as medidas tomadas para a proteção de seus trabalhos, assegurada pela Constituição Federal e Consolidação de Leis do Trabalho (CLT); examinar as barreiras e entraves para que de fato aconteça a equidade salarial entre homens e mulheres.

Este artigo vem debater sobre quais são as consequências sociais da disparidade salarial de gênero, utilizando o método dedutivo, pois parte de uma ideia mais ampla para um mais particular. O procedimento será bibliográfico pois irá analisar livros e artigos científicos, usando da pesquisa qualitativa, buscando analisar o tema por meio de fontes confiáveis.

A justificativa social aborda o prejuízo que a diferença salarial entre homens e mulheres causa no âmbito social, pois impede que pessoas com o mesmo perfil profissional tenham a mesma oportunidade de desenvolvimento pessoal, além de não dar o devido destaque e reconhecimento à mulher que fez por merecer ocupar o seu cargo. Com o olhar voltado para a mãe solo, as consequências de não receber o devido salário são ainda mais prejudiciais, pois a responsabilidade financeira integral quanto ao filho faz com que cada necessidade do mesmo seja cada vez menos atendida. Quanto à justificativa jurídica, o trabalho vem expor a necessidade de amparo legal com

verdadeiro efeito para essas mulheres, para que não seja necessário uma busca por remediar os problemas causados por essa diferença, mas sim prevenir tantos danos.

2 - DOS ASPECTOS HISTÓRICOS

A trajetória da mulher no mercado de trabalho é marcada por desigualdade e discriminações desde os primórdios da história feminina, quando eram consideradas vulneráveis e submissas aos homens. No Brasil, a estrutura laboral é intrinsecamente discriminatória, atribuindo às mulheres funções vistas como uma extensão de seus supostos atributos naturais e não respeitando a equidade salarial de gênero.

Apesar das barreiras que foram derrubadas ao longo do tempo, a mulher ainda é estereotipada como "o sexo frágil", enfrentando desigualdades no ambiente de trabalho. Esse cenário é acentuado para a mulher negra, que sofre com a marginalização em todos os setores da sociedade, incluindo o mercado de trabalho formal.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não aborda de maneira específica a equidade salarial de gênero. No entanto, é importante observar que a Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade de direitos entre homens e mulheres, conforme delineado no artigo 5º. Além disso, a Lei nº 9.029/95 proíbe a discriminação salarial com base no sexo.

Através da Constituição Federal de 1988 que veio a assegurar direitos fundamentais aos seres humanos, principalmente ao gênero feminino, destaca-se que o processo ainda está em fixação, tendo diversas perguntas a serem respondidas pelo direito, essas conquistas mostram avanços sociais e jurídicos (MARTINS, 2015).

Suas garantias estão dispostas da seguinte maneira:

> Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. § 1º Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos. § 2º Os organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público. § 3º No caso do § 2º deste artigo, as promoções poderão ser feitas por merecimento e por antiguidade, ou por apenas um destes critérios, dentro de cada categoria profissional. § 4º O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência

> Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial. § 5º A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria. § 6º No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por 24 cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (BRASIL, 1943).

Vale ressaltar que a Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, dinamicamente possibilita a homologação extrajudicial de acordos entre funcionários e empregados. Essa medida abre espaço para a negociação de diversos aspectos, incluindo questões salariais, proporcionando uma via alternativa para a resolução de conflitos trabalhistas.

Dessa forma, embora a CLT não trate diretamente da equidade salarial de gênero, existem dispositivos legais em outras instâncias que visam garantir a igualdade de direitos e coibir a discriminação salarial com base no sexo, oferecendo, assim, uma base jurídica para abordar essas questões no ambiente de trabalho.

Embora a posição das mulheres no mercado de trabalho tenha sido melhorada ao longo do tempo, ainda persiste um longo caminho a ser percorrido para alcançar a igualdade de gênero e raça no ambiente profissional.

Com o advento das guerras no início do século XX, as mulheres passaram a ter uma participação mais ativa no mercado de trabalho, especialmente aquelas nas nações diretamente envolvidas nos conflitos. Durante a ausência dos homens nas batalhas, suas esposas assumiram negócios familiares e posições de trabalho antes ocupadas exclusivamente por homens (PROBST; RAMOS, 2019). O pós-guerra trouxe mudanças significativas, pois muitos homens não retornaram para seus lares e, quando o fizeram, frequentemente não estavam em condições de retomar o trabalho. Isso levou muitas mulheres a ocuparem posições de trabalho para garantir o sustento de suas famílias (BIASOLI, 2016).

No contexto brasileiro, a participação feminina no mercado de trabalho ganhou maior destaque apenas na década de 1940, acompanhando o processo de industrialização da época (RIBEIRO; JESUS, 2016). Esse cenário evoluiu, tornando-se mais significativo na década de 1970, quando a contribuição das mulheres para a atividade econômica do país aumentou substancialmente. Segundo Hoffmann e Leone (2004), as mulheres trabalhadoras eram predominantemente jovens, solteiras e com níveis educacionais mais baixos.

A expansão da presença feminina no mercado de trabalho continuou nas décadas seguintes, mesmo durante a estagnação econômica dos anos 1980. Nesse período, as mulheres adultas, especialmente aquelas com níveis mais elevados de escolaridade e renda média-alta, foram as que mais aumentaram sua participação no mercado (BRUSCHINI, 2007). Os anos 1990, marcados pela abertura da economia, mantiveram o crescimento da inserção feminina na força de trabalho, ocorrendo em paralelo à redução das oportunidades para os jovens (BRUSCHINI, 2007).

Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), evidencia-se que, no âmbito do setor público, a presença feminina corresponde a apenas 21,7% dos cargos, sendo que os ocupados pelas mulheres em cargos de gestão equivalem a 76% dos cargos ocupados pelos homens. Embora haja um progresso discernível na inclusão de mulheres em diversos postos de trabalho, é inegável que ainda subsista um percurso específico a ser percorrido.

Segundo Barros e Mendonça (1996), a desigualdade de renda pode ser decomposta em fatores que estão relacionados à desigualdade de condições e à desigualdade de resultados.

A primeira referência é à disparidade gerada por diferenças nos atributos produtivos com os quais uma pessoa ingressa no mercado, manifestando-se principalmente antes de sua entrada no mercado de trabalho.

Por outro lado, a desigualdade de resultados está associada ao tratamento que uma pessoa recebe no mercado, levando em consideração seus atributos produtivos. Uma vez que essa forma de tratamento desigual ocorre quando se espera a equidade “a priori”, ela é considerada “social e eticamente inaceitável”. Esse tipo de tratamento desigual é atribuído à segmentação ou discriminação no mercado de trabalho.

A partir de 4 de julho, entrou em vigor a Lei nº 14.611/2023, que garante remunerações iguais para trabalho igual a trabalhadores do sexo masculino e feminino. Além de criar disposições uniformes para as referidas funções, a nova legislação visa também reforçar a regulação de práticas discriminatórias e simplificar os procedimentos legais relacionados com estas questões. Esta medida representa um importante passo em frente na promoção da igualdade salarial e no reforço dos mecanismos legais para combater qualquer forma de diferenças salariais injustificadas com base no género.

A legislação em questão estabelece que, no caso de discriminação com base em sexo, raça, etnia, origem ou idade, o pagamento das diferenças salariais não impede a possibilidade de quem sofreu a

discriminação buscar uma ação trabalhista por indenização por danos morais, levando em consideração as particularidades do caso específico.

De acordo com dados estatísticos da Justiça do Trabalho (2022), houve 36.889 processos em todo o país relacionados à equiparação salarial ou isonomia. No que diz respeito às promoções associadas às diferenças salariais, foram registrados 9.669 processos. No entanto, não há uma análise específica sobre a disparidade de gênero nessas ações.

Para a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Liana Chaib (2023) citada por Natália Pianegonda (2023):

> Desigualdade salarial entre homens e mulheres evidencia discriminação de gênero no mercado de trabalho (...) Se um homem e uma mulher exercem as mesmas funções, no mesmo local e com o mesmo grau de perfeição técnica e, no entanto, um deles é mais bem remunerado, estamos diante de um desvirtuamento inexplicável.
>
> Como justificar, aos olhos de todos, o privilégio desmerecido ou a diminuição infundada? Não se pode marchar para o futuro sem soltar as amarras do passado.

Essa perspectiva reforça a importância de abordar e corrigir discrepâncias salariais injustificadas entre gêneros no ambiente de trabalho.

3 - DA EQUIDADE DE GÊNERO

Segundo pesquisa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), a equidade de gênero é fundamentalmente sobre um direito humano e também está diretamente ligada à evolução da civilização, mas devido às várias atividades da vida social, como o cuidado com filhos, cuidado com o lar e idosos, muitas delas não conseguem progredir no âmbito do trabalho e assim ficam excluídas dos cargos de mais poder.

A igualdade de gênero visa corrigir essas diferenças e promover a igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Igualdade de gênero não significa tratar homens e mulheres da mesma forma, mas reconhecer as diferenças existentes e garantir que todos, independentemente de gênero, tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades. Isso implica eliminar os estereótipos de gênero e promover uma cultura que valorize e respeite a diversidade de identidades e expressões de gênero.

Essa problemática não é apenas uma questão das mulheres, mas também envolve a transformação das normas sociais e culturais que perpetuam a desigualdade. É um processo contínuo que requer o

engajamento e a colaboração de toda a sociedade para criar um futuro mais igualitário e justo para todos.

A desigualdade de gênero afeta as mulheres em todas as áreas de suas vidas, como discriminação no local de trabalho, incluindo diferenças salariais, falta de oportunidades de promoção e tratamento injusto de gênero. Isso pode levar a menos autonomia financeira, menos avanço na carreira e menores ganhos ao longo da vida.

Analisando os sintomas da sociedade Brasileira quanto a dificuldade de melhorar essas questões, é possível perceber a falta de empatia com a vida das mulheres vítimas dessa disparidade.

> "Adotar a eqüidade de gênero como um conceito ético associado aos princípios de justiça social e de direitos humanos não implica em desmerecer ou desvestir de direitos os homens para privilegiar as mulheres. Trata-se de re-olhar, com esmero e cuidado, a situação de milhares de mulheres que sofrem iniqüidades no cotidiano, indignar-se com isso e mover-se para as transformações, sem confundir o direito à assistência digna e respeitável por serem, antes de tudo, cidadãs, com o imperativo de tê-las hígidas e produtivas, por serem geradoras e mantenedoras da força de trabalho presente e futura, portanto, de quem a sociedade depende para a geração de riqueza social." (Fonseca, 2005).

Esse olhar humano que falta na sociedade é de extrema importância para que essas diferenças se dissolvam mais rápido e de forma orgânica, com menos sofrimento e excesso de esforço da classe que é vítima desse desequilíbrio

No tocante a diferença salarial, o assunto é bem delicado, pois uma das formas mais visíveis de desigualdade de gênero no mercado de trabalho é a disparidade salarial entre homens e mulheres. Em muitos países, inclusive no Brasil, as mulheres ganham menos que os homens em ocupações semelhantes, mesmo quando têm níveis de educação e experiência semelhantes.

Além disso existe grande influência da denominada segregação ocupacional. A segregação ocupacional refere-se à tendência de homens e mulheres se concentrarem em diferentes setores e ocupações. As mulheres são frequentemente posicionadas em áreas consideradas 'femininas' ou tradicionalmente associadas a papéis estereotipados de gênero, como enfermagem, educação e serviços, onde a remuneração costuma ser mais baixa. Isso exacerba a diferença salarial e limita as oportunidades de ascensão profissional das mulheres.

O lado positivo de vários estudos é que devido a quebra de vários estereótipos enraizados nas gerações, houve uma mudança no mercado de trabalho quando se investiga o mercado de trabalho mais jovem.

Silveira e Siqueira (2021) dizem:

> "O artigo conclui que a segregação por gênero e raça entre pessoas com ensino superior completo no Brasil é menor entre os mais jovens. Os índices de segregação e a desigualdade salarial são menores no grupo de 26 a 35 anos do que no de 46 a 55 anos."

Cabe destacar que o Brasil carrega muita bagagem que pode e poderia ser útil na redução significativa da discriminação de gênero de maneira mais rápida e eficiente.

> "O caso brasileiro é interessante nesse aspecto, pois o país é conhecido por ter uma das legislações mais avançadas do mundo, mas, nem por isso, a igualdade de gênero foi alcançada na prática e em todas as esferas. Por um lado, as mulheres avançaram muito e até superaram os homens em algumas áreas, como na educação e na proteção social." (Alves, 2016)

Sendo assim, fica a sensação de que as ferramentas disponíveis na legislação e nas políticas públicas não são usadas da melhor maneira, já que o potencial que o Brasil tem é muito significativo, mas não evolui com a rapidez necessária.

3.1- DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

A inserção das mulheres no mercado de trabalho tem sido um processo de transformação nas últimas décadas. Embora as mulheres sempre tenham desempenhado um papel importante na economia, sua participação formal no mercado de trabalho e o acesso a oportunidades de emprego foram historicamente limitados por barreiras sociais, culturais e políticas. Nas últimas décadas, no entanto, o mundo profissional deu passos significativos em direção à inclusão e ao empoderamento das mulheres.

O desempenho quanto às normas sociais e culturais têm um papel fundamental na entrada das mulheres no mercado de trabalho. As atitudes em relação ao trabalho das mulheres mudaram ao longo do tempo e os papéis tradicionais de gênero foram desafiados. A noção de que as mulheres são as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado dos filhos está sendo questionada, abrindo caminho para uma maior participação feminina na força de trabalho.

Além disso, leis e políticas desempenham um papel vital na promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho. Muitos países implementaram legislação anti-discriminação que proíbe a discriminação com base no gênero no recrutamento, promoção e remuneração. Também se avançou na implementação das licenças de maternidade e paternidade, nas políticas de conciliação trabalho-família e na prevenção do assédio sexual no local de trabalho.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho tem efeitos positivos no empoderamento econômico individual e coletivo. Ao entrar no mercado de trabalho, as mulheres ganham independência financeira, podem contribuir para a economia e ter mais controle sobre suas vidas.

O empoderamento econômico das mulheres também têm um impacto positivo em suas famílias e comunidades. Apesar dos progressos, a entrada das mulheres na força de trabalho ainda enfrenta grandes desafios. As mulheres continuam a enfrentar barreiras como segregação ocupacional, discriminação salarial, falta de oportunidades de liderança e equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Além disso, as mulheres enfrentam desafios específicos relacionados à maternidade, como discriminação e falta de apoio adequado no local de trabalho.

> "O conflito existente entre a construção da carreira e da família é central para a literatura empírica recente sobre as penalidades da maternidade, entendidas como a redução nos rendimentos que as mães vivenciam após o nascimento dos filhos. Há aumento das desigualdades entre os casais, pois, além de o homem buscar e performar o "trabalho ganancioso", tendo maior recompensa financeira, as mulheres ganham menos. Isso não apenas gera disparidades salariais entre homens e mulheres, mas também reforça a desigualdade de um casal em termos de envolvimento com a carreira e com a família." (Cardoso, 2022).

É importante observar que os prejuízos que a disparidade salarial de gênero causam à família são reais. Enquanto a sociedade teve por muito tempo uma tendência a pensar que a inserção da mulher no mercado de trabalho seria prejudicial à família, há estudos que comprovam que a verdade é o contrário, pois uma mulher que se sente útil e consegue contribuir com a renda familiar, provavelmente trará mais equilíbrio ao seu lar, família e casamento.

Embora muitas famílias funcionem bem sem a necessidade da renda da mulher e sem que a mulher sinta o desejo de entrar para o mercado, esta não é a realidade da maioria das famílias brasileiras, haja vista que nem toda mulher tem outras pessoas como apoio para garantir a sobrevivência e bem estar financeiro de sua casa.

Além da discussão sobre a mulher estar inserida ou não no mercado de trabalho, também é necessária uma atenção para essas mulheres que estão ou desejam estar em cargos de chefia, pois a presença de mulheres em cargos de gestão e liderança tem se tornado cada vez mais importante nas discussões sobre igualdade e representatividade de gênero. Apesar do progresso nessa área, os desafios significativos permanecem significativos.

> “A presença de mulheres em cargos de gestão e liderança tem se tornado cada vez mais importante nas discussões sobre igualdade e representatividade de gênero. Apesar do progresso nessa área, desafios significativos permanecem para as mulheres em cargos de liderança.” (Abramo, 2007).

Fica evidente então que as mulheres vêm buscando melhora e assim fazem a muito tempo, pois é uma caminhada repleta de desafios, lutas e conquistas significativas ao longo dos séculos. A participação das mulheres no trabalho remunerado e a busca por igualdade de oportunidades tem raízes históricas profundas, embora isso varie de acordo com a cultura, o período histórico e o contexto local.

Nas sociedades antigas, as mulheres geralmente desempenhavam papéis restritos, concentrados em atividades domésticas e de cuidado. Embora houvesse exceções, como as rainhas e as mulheres da nobreza que exerciam influência política, a participação das mulheres no trabalho remunerado era limitada.

Durante a Revolução Industrial, no século XVIII, ocorreram mudanças significativas nas estruturas econômicas e no mercado de trabalho. As mulheres passaram a desempenhar um papel importante nas indústrias têxteis, nas fábricas e no setor de serviços, muitas vezes recebendo salários mais baixos em comparação com os homens.

No final do século XIX e início do século XX, o movimento sufragista ganhou força em muitos países, lutando pelo direito das mulheres ao voto e por igualdade de direitos. As ativistas sufragistas também levantaram questões relacionadas ao trabalho e à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Durante as duas Guerras Mundiais, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou significativamente devido à necessidade de mão de obra nas indústrias e na economia em geral. As mulheres assumiram uma variedade de empregos anteriormente dominados por homens, contribuindo para a guerra e demonstrando sua capacidade de trabalhar em várias áreas.

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista trouxe à tona questões fundamentais relacionadas à igualdade de gênero no mercado de trabalho. As mulheres lutaram por igualdade salarial, melhores condições de trabalho, acesso à educação e oportunidades de carreira igualitárias.

Ao longo do século XX e início do século XXI, muitos países promulgaram leis e políticas para promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Essas medidas incluíram legislação antidiscriminatória, políticas de licença-maternidade e licença-paternidade, programas de igualdade salarial e ações afirmativas para promover a participação das mulheres em posições de liderança.

A luta por igualdade de oportunidades e direitos continua sendo uma prioridade para promover uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as pessoas.

3.2 - DOS FATORES QUE DIFICULTAM A EQUIDADE NA PRÁTICA

A redução do número de filhos emerge como um fator facilitador para as mulheres conciliarem de maneira mais eficaz os papéis de mãe e trabalhadora remunerada. As conquistas alcançadas pelas mulheres brasileiras, tanto em termos de maior participação política quanto de maior igualdade de gênero em esferas pública e privada, desempenham um papel crucial na redefinição das relações de gênero dentro da família e na esfera econômica. Dentro do ambiente familiar, o novo papel da mulher, conforme observado por Arriagada (2006), implica em maior autonomia, dentro de um contexto de busca por relações sociais fundamentadas nos direitos individuais e opções mais igualitárias de convivência.

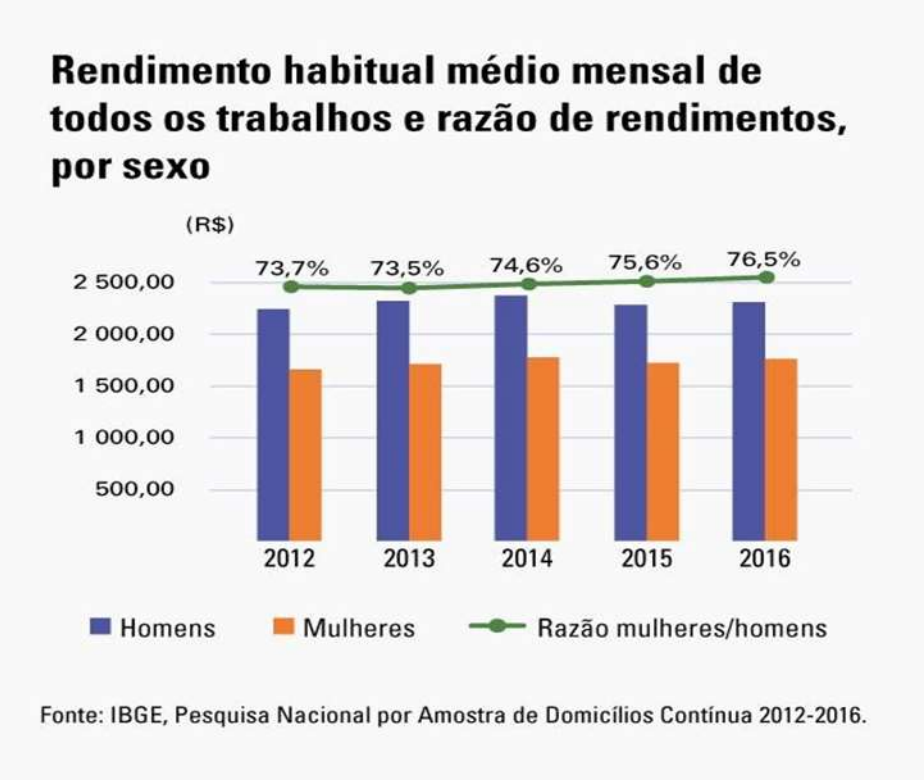
No âmbito econômico, o fortalecimento da participação das mulheres, que não mais se afastam do trabalho remunerado com o casamento e o nascimento dos filhos, tem levado à consolidação de carreiras profissionais, conferindo uma crescente importância dessa participação como fonte de renda para as famílias. A aproximação dos rendimentos do trabalho entre homens e mulheres, juntamente com o aumento da participação da renda do trabalho feminino na renda familiar, reflete as mudanças em curso dentro das famílias, indicando uma melhor distribuição, entre homens e mulheres, do papel de provedor de renda, conforme destacado por e Therborn (2006).

Esses ritmos desiguais de mudança destacam a necessidade de um novo referencial de políticas públicas por parte do Estado. Especificamente no que diz respeito às mulheres, torna-se imperativo implementar políticas que facilitem sua participação na atividade econômica em condições mais igualitárias de oportunidades em comparação com os homens. Isso visa assegurar que as responsabilidades familiares não atuem como restrições para o ingresso, permanência e ascensão das mulheres no mercado de trabalho.

4 - DA ANÁLISE DA DISPARIDADE SALARIAL DE GÊNERO

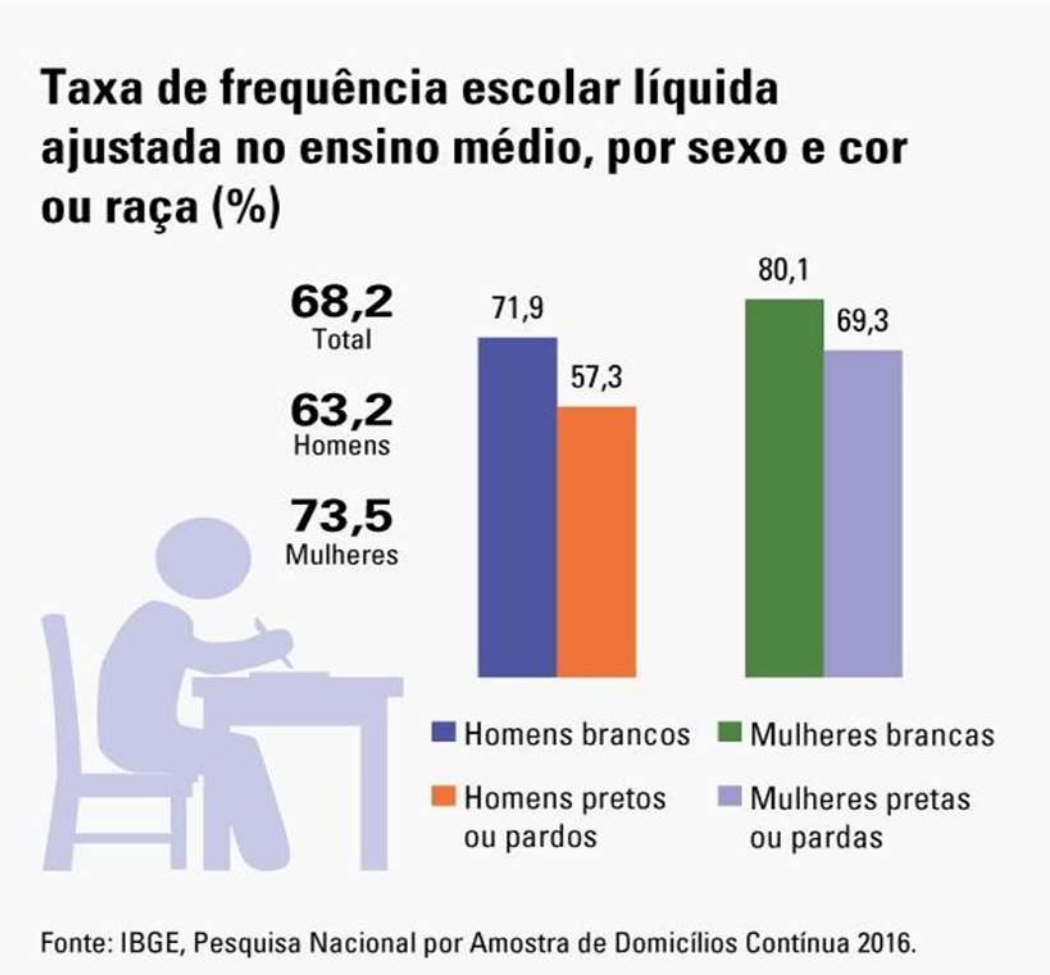
O estudo de Estatísticas de Gênero, divulgado recentemente pelo IBGE, destaca uma disparidade significativa entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Em média, as mulheres dedicam cerca de três horas a mais por semana do que os homens, considerando tanto o trabalho remunerado quanto as responsabilidades domésticas e os cuidados com as pessoas. Essa carga adicional de trabalho persiste mesmo quando as mulheres possuem um nível educacional mais elevado.

Curiosamente, apesar desses esforços extras, as mulheres recebem, em média, apenas 76,5% do rendimento dos homens. Esse desequilíbrio salarial é notável e suscita questões sobre igualdade de gênero no ambiente profissional. O estudo do IBGE fornece uma visão abrangente dessas disparidades, destacando a necessidade contínua de abordar e combater as desigualdades de gênero em diversos aspectos da sociedade.



Os dados de 2016 revelam disparidades significativas na frequência escolar entre jovens de 15 a 17 anos, com foco nas diferenças de gênero e raça. As mulheres nessa faixa etária tiveram uma frequência escolar líquida de 73,5% para o ensino médio, superando os homens, cuja taxa foi de 63,2%. Este último dado significa que 36,8% dos homens estavam em situação de atraso escolar.

Ao considerar a desagregação por cor ou raça, observa-se que 30,7% dos jovens pretas ou pardas de 15 a 17 anos enfrentavam atraso escolar em relação ao ensino médio, enquanto esse percentual era de 19,9% para as mulheres brancas. A comparação entre gênero e cor ou raça destaca uma disparidade adicional, evidenciando que o atraso escolar entre as mulheres brancas estava mais distante do registrado entre os homens pretos ou pardos, com uma diferença de 42,7%. Esses números refletem as complexas interferências de gênero e raça no acesso à educação e indicam uma necessidade de abordagens específicas para lidar com as desigualdades presentes nesse contexto.

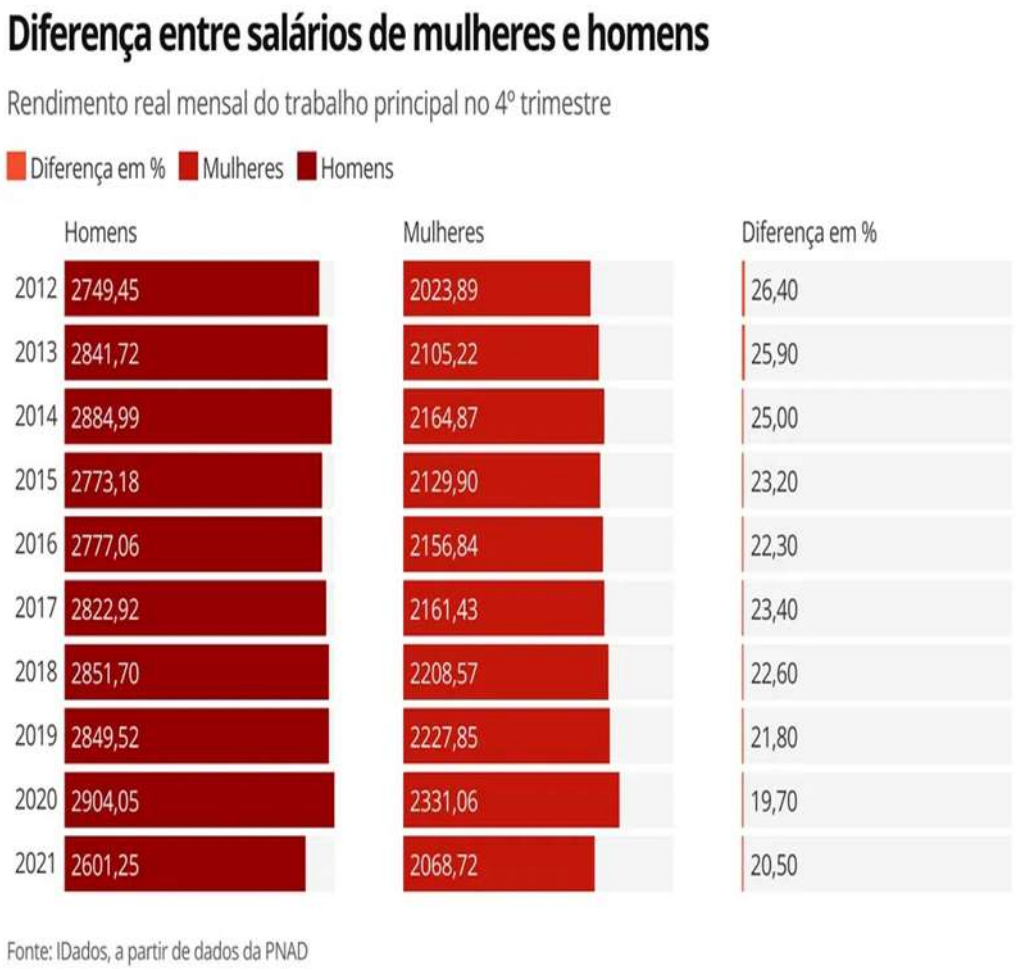


A disparidade na trajetória escolar, influenciada por papéis de gênero e pela entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, tem implicações marcantes nos níveis de instrução entre homens e mulheres. Na faixa etária de 25 a 44 anos, observa-se que 21,5% das mulheres concluíram a graduação, em comparação com 15,6% dos homens.

Ao desagregar a população com 25 anos ou mais de idade que concluiu o ensino superior por cor ou raça, as mulheres brancas lideraram com 23,5%, seguidas pelos homens brancos, que apresentaram 20,7%. No entanto, a discrepância é significativa entre as mulheres pretas ou pardas, com uma taxa de conclusão de 10,4%, e os homens pretos ou pardos, que registam apenas 7,0%.

Esses dados refletem não apenas as diferenças de gênero, mas também as disparidades raciais no acesso e na conclusão do ensino superior. A compreensão desses padrões é crucial para desenvolver políticas e estratégias que superem as barreiras específicas enfrentadas por diferentes grupos demográficos, promovendo assim a igualdade de oportunidades educacionais.

Apesar de ter aumentado a disparidade média de rendimento entre os gêneros ao longo dos últimos anos, um levantamento revela que a desigualdade persiste quando se analisam dados específicos. Ao comparar a remuneração por hora de trabalho entre profissionais com características semelhantes, como escolaridade, cor, idade, setor de atividade e categoria ocupacional, constata-se que a disparidade se mantém estável em torno de 20%. No quarto trimestre de 2021, este índice situa-se em 20,3%.



"Quando comparamos grupos que são comparáveis, a mulher ainda ganha 20% a menos. É um problema estrutural na nossa sociedade e que está persistindo, e é preocupante porque ao mesmo tempo as mulheres têm uma escolaridade mais alta do que dos homens" diz Thais Barcellos, pesquisadora da consultoria IDados e autoria do levantamento.

Em sintonia com a dinâmica nacional, a realidade salarial em Ribeirão Preto, por exemplo, reflete disparidades significativas entre homens e mulheres. Essas discrepâncias podem ser notadas de forma acentuada, chegando a uma duplicação dependendo da profissão em questão. Como exemplo, a média salarial masculina para a posição de gerente de marketing é R$ 3,6 mil superior à remuneração

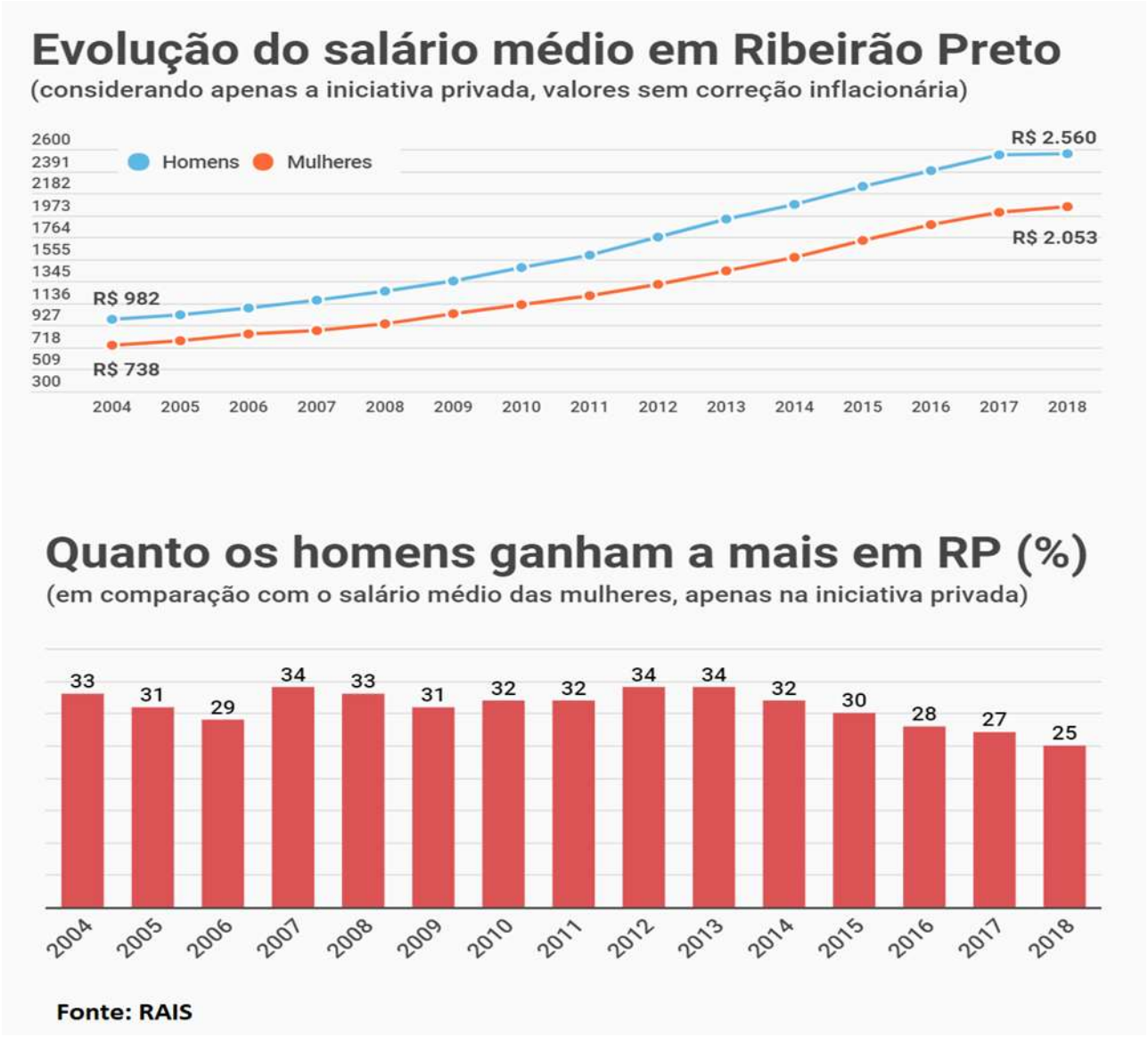
média feminina na mesma função. Esses dados evidenciam a existência de desafios persistentes em relação à equidade salarial de gênero, destacando a necessidade de uma abordagem mais abrangente para enfrentar essas disparidades específicas no âmbito local.

Os gráficos a seguir apresenta dados divulgados pela Revista Farolete (2020):



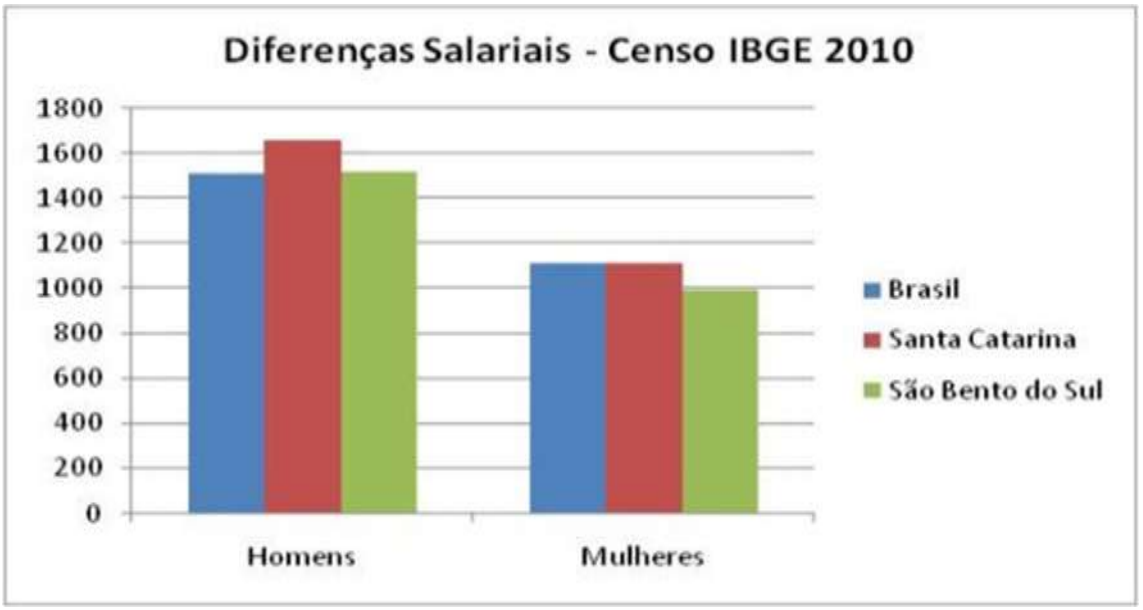
Verificando o gráfico, é possível observar que em 5 categorias as mulheres recebem ao menos 10% a mais do que os homens, enquanto homens ganhando ao menos 10% a mais do que as mulheres é um cenário presente em 71 categorias.

Apenas 49 categorias não tem disparidade salarial de gênero além de 10% , ficando explícito a preferência das empresas quanto a valorização dos funcionários se baseando no gênero.

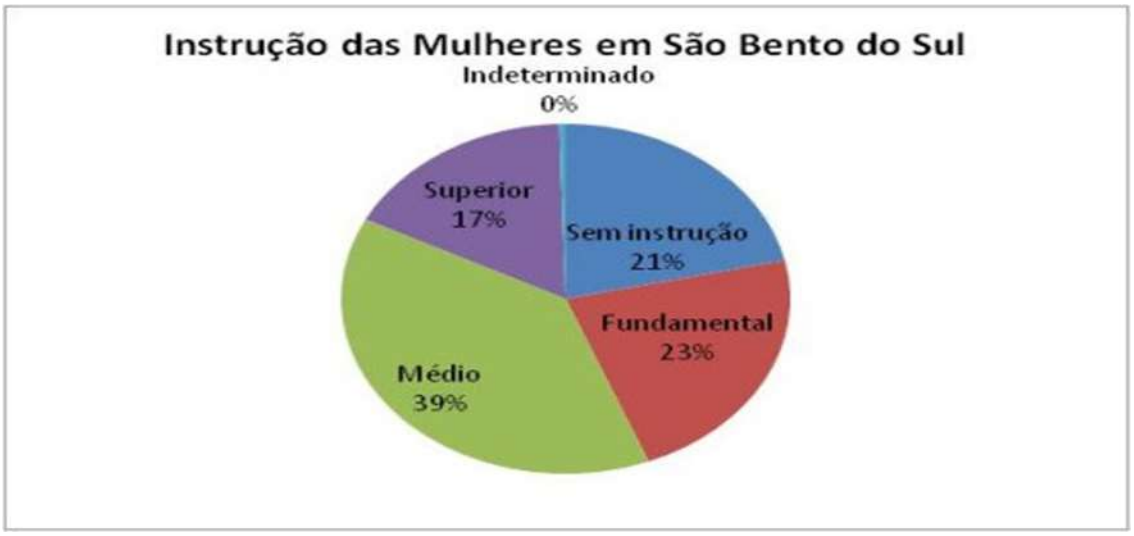


Uma pesquisa do Censo Demográfico IBGE (2010), mostra tamanha diferença salarial entre homens e mulheres trabalhadores no Brasil, em Santa Catarina e em São Bento do Sul.

Ocorre que os dados apontam também a porcentagem de mulheres e homens de determinados graus de escolaridade, sendo que as mulheres apresentam ter mais estudos e qualificações, exceto no grau fundamental, onde ambos os sexos ocupam 23% e ainda assim recebem valor inferior ao recebido pelos homens.


Diferenças Salariais - Censo IBGE 2010
1800
1600
1400
1200
1000
800
600
400
200
0
Homens
Mulheres
Brasil
Santa Catarina
São Bento do Sul


Instrução dos Homens em São Bento do Sul
Indeterminado
1%
Superior
12%
Sem instrução
31%
Médio
33%
Fundamental
23%


Instrução das Mulheres em São Bento do Sul
Indeterminado
0%
Superior
17%
Sem instrução
21%
Fundamental
23%
Médio
39%

Com base nos dados do Censo (2010), é possível observar disparidades significativas entre homens e mulheres em relação à educação e qualificação. Conforme os números, 31% dos homens não tinham instrução escolar, enquanto entre as mulheres esse índice era menor, correspondendo a 21%. Além disso, a discrepância se estende ao ensino superior, onde 17% das mulheres residentes em São Bento concluíram a faculdade, em comparação com apenas 12% dos homens.

CONCLUSÃO

O trabalho abordou a desigualdade salarial de gênero no Brasil, destacando dados que provam a disparidade de valores sociais, além de seus efeitos sociais e jurídicos. É exemplificado como apesar dos avanços, as mulheres enfrentam diversos desafios no mercado de trabalho, como desproporção salarial, falta de oportunidades de liderança e barreiras para alcançar equilíbrio entre profissional e pessoal.

O artigo revela a importância da equidade de gênero, que visa ter direitos, oportunidades e responsabilidades iguais para homens e mulheres em todas as áreas da vida, especialmente no que tange o profissional, não só na teoria, mas também na prática.

Foi demonstrado também a recente Lei nº 14.611/2023, que garante iguais remunerações para trabalhadores do sexo masculino e feminino, sendo um avanço importante na trajetória das mulheres, além de oportunizar melhores condições para manutenção das famílias.

No decorrer do artigo, foi apurado através de dados estatísticos e conteúdos diversos que a disparidade salarial de gênero realmente é prejudicial para e evolução das mulheres, principalmente de maneira financeira e social, pois ao mesmo tempo em que elas estudam e trabalham mais, também carregam uma responsabilidade familiar e financeira maior que os homens na maioria dos casos, não permitindo assim que consigam investir o necessário nelas mesmas.

O presente estudo almeja chamar a atenção para o fato de que lutar pela igualdade salarial é fundamental não apenas do ponto de vista ético, mas também para promover uma sociedade mais justa e equitativa, existindo várias razões que legitimam a importância dessa busca.

REFERÊNCIAS

ABRAMO. L.W. A presença da mulher no mercado de trabalho. Universidade de São Paulo. Programa de Doutorado em Sociologia.

ALVARENGA,D.https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml

ALVES. J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI Rev. Estud. Fem. 24(2) May-Aug 2016 ANA,VALISA,TALITA,

https://coletivomuv.wordpress.com/2015/03/19/desigualdade-salarial/

ARRIAGADA, I. Transformações sociais e demográficas das famílias latino-americanas. In: DOMINGUES, J. M.; MANEIRO, M. (Org.). América Latina hoje: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatorias. Estudos feministas, v. 4, n. 1, p. 183, 1996.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado, 1988.

_____. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

CARDOSO. L Desigualdade de gênero e o equilíbrio entre trabalho e família. Rev. bras. estud. popul. 39 • 2022

FONSECA. S. G. M. R. Eqüidade de gênero e saúde das mulheres. Rev. esc. enferm. USP 39 (4) Dez 2005

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016) Desafios da equidade de gênero no século XXI

https://www.scielo.br/j/ref/a/rkcC3bGTRQv5Lz59HJy6HRG/#

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. Nova Economia_Belo Horizonte. Nº 4 (2), p. 35-58. Maio-agosto de 2004.

Disponível.em:http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf?ori gin=publication_d etail;

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2015.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, Rebep, v. 23, n. 2, 2006.

PAVINI,C.https://farolete.info/conheca-a-desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-em-ribeirao-preto/

PIANEGONDA,N.https://www.csjt.jus.br/web/csjt/-/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-evidencia-discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-no-mercad o-de-trabalho

SILVEIRA. S.L; SIQUEIRA. L.N. Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil: uma análise de grupos etários Rev. bras. estud. popul. 38 • 2021

THERBORN, G. Sexo e poder. São Paulo: Contexto, 2006.

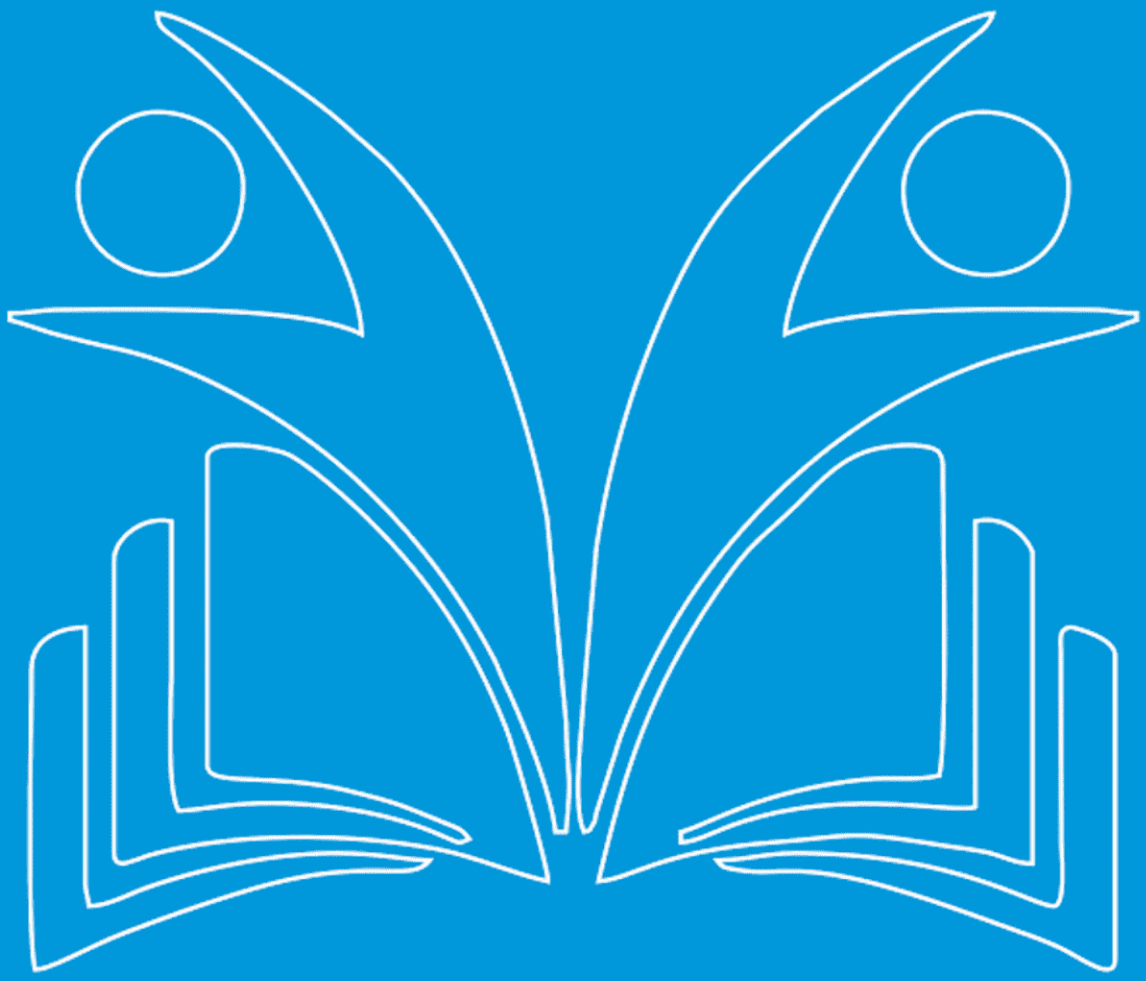
Capítulo 5

10.37423/231208554

CELERIDADE PROCESSUAL E PERÍCIA MÉDICA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL POR ERRO MÉDICO DA 1ª VARA CÍVEL DE ITUMBIARA

Amanda Dantas Martins

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA



Resumo: O presente artigo aborda a aplicabilidade do princípio da celeridade processual frente aos processos de responsabilidade civil por erro médico em sua fase probatória, desta forma, foi necessário a análise do impacto do respectivo, em casos de ações que demandem a produção do laudo pericial; sendo assim, acerca da análise de aplicação, os processos verificados que tratem de ações que tramitam na 1° Vara Cível de Itumbiara-GO. Desta forma, fez-se necessário a busca de fatores determinantes, como o entendimento doutrinário acerca da qualificação dos princípios constitucionais, a adequação do novo Código de Processo Civil frente a adesão desses princípios, a compreensão acerca das questões processuais que envolvem o direito civil, o entendimento acerca da responsabilidade civil, bem como, conceituar responsabilidade civil por erro médico, e entender os requisitos necessários para sua configuração, e analisar a aplicabilidade do princípio da celeridade processual por meio de estudo de casos, em processos de responsabilização civil por erro médico da 1° Vara Cível de Itumbiara-GO. a pesquisa possui caráter descritivo, com fontes de pesquisa primárias em sites e secundárias tais como livros, artigos, ainda os resultados serão tratados como qualitativo e quantitativo, ainda com aplicação do método dedutivo. Os resultados obtidos, caracterizam a inaplicabilidade por parte do TJGO do princípio da celeridade processual, na fase probatória dos processos de responsabilização civil por erro médico, pois, não há emprego de ferramentas ou procedimentos mais céleres e eficazes, fase a demasiadas intimações e buscas de peritos que aceitem a feitura da produção do laudo pericial.

Palavras-chave: Princípio da Celeridade Processual. Processo de Responsabilização por Erro Médico. Fase Probatória. Laudo Pericial.

1. INTRODUÇÃO

O princípio da celeridade processual foi introduzido pela Emenda Constitucional 45/2004, por onde buscava-se solucionar a problemática que envolve o excesso de processos no judiciário, deste modo, intentando em atos mais céleres em relação a todas as etapas processuais.

A fase probatória no processo, enseja na construção de provas a fim de favorecer o convencimento do juiz, sendo assim, considera-se uma etapa de grande relevância. Ademais, em processos que necessitem deste tipo de construção probatória, como em casos de ações de responsabilidade civil por erro médico, o laudo pericial é o tipo de prova acolhido; sendo indispensável para embasar o julgamento da lide, desta feita, à aplicabilidade da celeridade na respectiva fase é deveras primordial.

Como problema tem-se: qual a aplicabilidade do princípio da celeridade processual na fase probatória quando há uso de laudo pericial, no tocante a processos de responsabilidade civil por erro médico? da 1° Vara Cível de Itumbiara-GO

Inicialmente acredita-se que o princípio da celeridade, mesmo sendo principiologia constitucional, não possui grande impacto na fase probatória do processo, quando existe a necessidade de produção de laudo médico para embasamento, pois o judiciário não demonstra ferramentas ou práticas cabíveis para agilizar esse procedimento.

É objetivo geral analisar o impacto do princípio da celeridade processual nos casos de perícia médica em processos de responsabilidade civil por erro médico, adendo à 1° Vara Cível de Itumbiara.

São objetivos específicos do presente artigo: identificar as doutrinas jurídicas e legislações pertinentes que constituem e embasam o princípio da celeridade processual, compreender o aspecto processual da produção probatória no processo civil, conceituar responsabilidade civil por erro médico, e entender os requisitos necessários para sua configuração, e analisar a aplicabilidade do princípio da celeridade processual por meio de estudo de casos, em processos de responsabilização civil por erro médico da 1° Vara Cível de Itumbiara-GO.

Metodologia: a pesquisa possui caráter descritivo, com fontes de pesquisa primárias em sites e secundárias tais como livros, artigos, ainda os resultados serão tratados como qualitativo e quantitativo, ainda com aplicação do método dedutivo.

No que concerne a Justificativa social, as análises acerca dos andamentos processuais e retorno ágil das demandas é de grande valia social; logo que, se trata de princípios constitucionalizados na carta magna do Brasil, deste modo, enseja em plena aplicabilidade para as causas dos indivíduos por ela

regidos. Ademais, sendo o foco do presente trabalho os processos relacionados à erro médico, urge a necessidade de maior efetividade dos respectivos, pois, trata-se de danos causados à integridade física do indivíduo, assim a busca por análises, acerca da funcionalidade dos processos no âmbito de instituições educacionais, caracteriza na possibilidade do retorno informativo para a sociedade.

Como justificativa jurídica, tem-se que o estudo em voga é de grande relevância, pois, abrange estudo casuístico e atual, com a finalidade de entender como se encontra o andamento dos processos de responsabilização civil por erro médico em sua fase probatória, no tocante à 1ª Vara Cível da Comarca de Itumbiara, assim, através dos resultados, será possível a obtenção de um panorama que poderá agregar referências jurídicas acerca do tema.

2. PRINCÍPIOS E NORMAS

Conforme Robert Alexy (2014) a diferença entre regras e princípios é "uma distinção entre duas espécies de normas". Acrescenta Silva (2005) que inicialmente as normas são preceitos tutelares de atuações subjetivas de vantagem ou de vínculo; reconhecendo assim, a faculdade de realizar atos por conta própria, exigem ação ou abstenção de outrem, bem como, vincula pessoas ou entidades a submeter-se às exigências de realizar prestações, ação ou abstenção em favor de terceiros. Acerca dos princípios, menciona:

> Os princípios são ordenações que irradiam e imantam os sistemas de normas, são "núcleos de condensações" nos quais confluem valores e bens constitucionais. (...) "os princípios, que começa por ser a base de normas jurídicas, podem estar positivamente incorporados, transformando-se em normas-princípios e constituindo preceitos básicos da organização constitucional (SILVA, 2005).

De acordo com Bonavides (2009) a diferença se manifesta na distinção primária sob a perspectiva de duas espécies de normas, sendo a generalidade a grande distinção; desta forma, os princípios são normas dotadas de alto grau de generalidade relativa, de forma que, as regras apesar de possuir este determinado carácter, agrega também, grau relativamente baixo de generalidade.

Neste sentido, as regras se divergem dos princípios quanto ao modo como prescrevem o comportamento, pois, as respectivas são imediatamente descritivas, de forma a estabelecer obrigações, permissões e proibições mediante a descrição de uma conduta adotada, em consonância, os princípios são normas imediatamente finalísticas, de forma a estabelecer um estado de coisas para cuja possível realização é necessária à adoção de determinados comportamentos. (ÁVILA, 2003, *apud* GONÇALVES FILHO, 2010). Sobre a distinção, ainda informa:

> Robert Alexy expõe que princípios conferem normatividade a valores, conferindo carga deôntica ao seu sentido axiológico, e são mandatos de otimização, devendo ser realizados na maior medida possível, dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes (ALEXY, 2002, *apud* GONÇALVES FILHO 2010).

Ante o exposto, entende-se que tanto os princípios quanto as regras no ordenamento jurídico, são de relevante importância, pois, quando manifestados em uma constituição, proporcionam o equilíbrio legal e a eficiência na aplicabilidade da lei.

2.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Os princípios são mandamentos centrais de qualquer sistema; sob o prisma de uma interpretação literal, o respectivo está diretamente relacionado com a "primariedade", ou seja, algo primário, desse modo, no que concerne ao ordenamento jurídico, trata-se das bases fundamentais que se manifestam sobre o conjunto de leis que o acoplam, Mello (2008), acrescenta "(...) disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo lhe o espírito e servindo de critérios para sua exata compreensão", Acrescenta Geraldo Ataliba:

> O Prof. Agustin Gordillo diz que o princípio é uma diretriz do sistema. É um norte que deve ser observado por todos os intérpretes do sistema, direção que deverá ser seguida, quando se adotem as medidas tendentes a dar-lhe eficácia e animá-lo. Daí dizer esse grande mestre argentino eu o conteúdo estimativo do sistema se encontra involucrado nos princípios. (ATALIBA, 2011)

Neste sentido, a principiologia constitucional se caracteriza como normas de natureza originária com papel fundamental, pois, impacta diretamente na elaboração de toda a legislação infraconstitucional, nesse diapasão, podendo influir diretamente nas interpretações das normas subsidiárias à Constituição Federal, ainda de como observa Canotilho:

> Os princípios são verdadeiros suportes jurídicos vinculantes, que determinam diretrizes fundamentais, bem como influenciam em toda aplicação e interpretação na prática e proteção de direitos. São caracterizados como valores supremos de todo o ordenamento jurídico e em razão de sua qualidade normativa especial, promovem a coesão, a unidade interna de todo um sistema (CANOTILHO, 2003)

De acordo com Nunes (2011) os princípios impõem função essencial dentro do ordenamento jurídico brasileiro, logo que, orientam, condicionam e iluminam a interpretação das normas jurídicas, assim, percebe-se que os respectivos se posicionam como normas superiores. Ainda, menciona Barroso (2010) que os princípios do direito constitucional é a maneira adequada de interpretação das normas de outras áreas do direito, de acordo:

> O direito constitucional é não apenas um sistema em si, mas uma forma - na verdade, a forma adequada - de ler e interpretar as normas dos demais ramos do Direito, isto é, todas as normas infraconstitucionais. Além disso, no caso brasileiro, em que vige uma Constituição especialmente analítica, nela se encontram os grandes princípios dos diferentes domínios jurídicos. (BARROSO, 2010)

Verifica-se que, muito se deriva dos princípios constitucionais, desta forma, há atuação de forma conjunta com o direito constitucional, desta forma, afirma Júnior:

> O direito sem embargo de sua divisão em ramos autônomos, caracterizados por métodos, objetivos e princípios próprios, (...) por mais que sejam considerados autônomos os seus ramos, haverá sempre entre eles alguma intercomunicação, algum traço e até mesmo alguma dependia em certos ângulos ou assuntos. (JÚNIOR, 2015).

Consoante, os princípios por se tratar de alicerces, bem como, diretrizes de um ordenamento jurídico, a violação desse, seria muito mais gravosa que a mera transgressão de uma regra qualquer. Acrescenta, ainda: “A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos.” (MELLO, 2008)

2.2. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004 - PRINCÍPIOS DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E CELERIDADE PROCESSUAL

A Emenda Constitucional nº 45/2004 agregou o princípio da razoável duração do processo dentro dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo, assim, afirma-se no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, os seguintes dizeres: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. (BRASIL, 1988).

O direito à duração razoável do processo foi aderido precipuamente pela "Convenção Européia para Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais", assinada em Roma no dia 4 de novembro de 1950; tem-se assim, no artigo 6° do respectivo tratado, a manifestação do direito a um processo equitativo:

> Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil (CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM, 2013)

Assevera José Rogério Tucci (2002) que foi a partir desse diploma legal supranacional, que o direito ao processo sem dilações indevidas passa a ser considerado como um direito subjetivo no âmbito constitucional, agregando à autonomia para com os membros coletivos, bem como, incluindo pessoas

jurídicas, dando-lhes à tutela jurisdicional dentro de um prazo cabível, acrescenta ainda "decorrente da proibição do non liquet, vale dizer, do dever que tem os agentes do Poder Judiciário de julgar as causas com estrita observância das normas de Direito Positivo". (TUCCI, 2002)

Após consagração da Convenção Europeia, adveio a "Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, que também discriminou tratativas acerca do devido processo e da celeridade processual, sendo adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro no ano de 1992 pelo decreto n° 678, deste modo, encontra-se presente no tópico de garantias judiciais, sob o artigo 8° tem-se os seguintes dizeres:

> Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil (CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS, 1992)

Conforme Humberto Theodoro Júnior (2022) não há positivação acerca de um lapso específico de tempo qualificado como sendo razoável, para que haja a efetiva conclusão do processo, contudo, não cabe ser alegado a procrastinação injustificável sendo decorrente de uma pouca ou total ineficiência dos serviços judiciários, de forma que, a garantia do processo não possua delongas inexplicáveis ou intoleráveis. (THEODORO JÚNIOR, 2022).

De acordo com Tucci (1992, apud TEIXEIRA, 2017) o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, possui dois postulados distintos, sendo o primeiro da segurança jurídica, de modo a exigir lapso temporal razoável para a tramitação do processo, e o segundo sendo a efetividade processual, demandando que o momento da decisão final não se procrastine mais do que o necessário, possibilitando assim, o equilíbrio entre a segurança e celeridade, deste modo, sob esta perspectiva, será possível a imergir as melhores condições para a garantia da justiça no caso concreto, sem que haja a diminuição do grau de efetividade da tutela jurisdicional.

2.3. Da constitucionalização do código de processo civil

A lei 13.135 foi aprovada em 16 de março de 2015, e possui como um dos motivos de sua criação a busca por um processo mais célere, desta forma, previsto no artigo 4° do referido código tem-se: "Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva." (CÓDIGO CIVIL, 2015).

De acordo com CÂMARA (2017) o processo civil é o instrumento utilizado pelo Estado, para que assim, possa solucionar as lides existentes na sociedade; deste modo, a fim de que haja melhor aplicabilidade é necessário à atenção acerca de uma série de premissas, que servirá de embasamento para o emprego de maneira correta, tal efetivação primária de aplicação, é consagrada pela interpretação a par dos princípios constitucionais presente no Código de Processo Civil, acrescenta ainda, "como qualquer outra ciência, também o Direito Processual civil está sujeito a princípios norteadores de todo o desenvolvimento da disciplina". Acrescenta ainda, Nery Júnior (2000):

> O Direito Processual Civil, ramo do direito público, é regido por normas que se encontram na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Existem, também, institutos processuais cujo âmbito de incidência e procedimento para sua aplicação se encontram na própria Constituição. (NERY JUNIOR, 2000)

Conforme Didier Jr. (2016), a Constitucionalização das normas infraconstitucionais, ocorre pela incorporação dos textos constitucionais as respectivas, além disto, a doutrina passa a analisar as normas processuais infraconstitucionais como uma forma de concretização das disposições normativas que estão presentes sobre a égide constitucional.

Frisa-se que, o primeiro capítulo do Código de Processo Civil de 2015, abrange cerca doze artigos que tratam das normas fundamentais do processo civil brasileiro, por onde se obtém embasamento através da Constituição Federal de 1988. Nesse ínterim, menciona Theodor Júnior (2022):

> Assim, o direito processual civil mantém estreitas relações com o direito constitucional, não apenas derivadas da hegemonia que cabe a esse ramo sobre os demais, mas principalmente porque, cuidando o processo de uma função soberana do Estado, será na Constituição que estarão localizados os atributos e limites dessa mesma função. Além disso, a Constituição traça regras sobre os direitos individuais que falam perto ao direito processual, como (...) a duração razoável do processo e os meios para assegurar a celeridade de sua tramitação (...). (THEODORO JÚNIOR, 2022)

No que concerne ao anteprojeto de lei do Código de Processo Civil, o ministro Luiz Fux, no já mencionava que o Brasil há tempos reverbera por um processo mais ágil e célere "O Brasil clama por um processo mais ágil, capaz de dotar o país de um instrumento que possa enfrentar de forma célere, sensível e efetiva, as misérias e as aberrações que passam pela Ponte da Justiça. (FUX, 2010). De acordo com o anteprojeto (2010)

> Levou-se em conta o princípio da razoável duração do processo. Afinal a ausência de celeridade, sob certo ângulo, é ausência de justiça. A simplificação do sistema recursal, de que trataremos separadamente, leva a um processo mais ágil. (ANTEPROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL, 2010)

Para Theodoro Júnior (2004), a celeridade processual foi considerada como medida essencial no momento da reforma; sendo discriminados ao juiz, os deveres de vigiar, prevenir e reprimir qualquer ato que possa atentar contra à dignidade da justiça, havendo, ainda, condutas severas para aqueles que agiram com litigância de má-fé. Acrescenta ainda, Theodoro Júnior (2022) "Não só os princípios constitucionais se prestam a funcionar como critérios de interpretação da lei a ser aplicada na solução da causa, como eles próprios funcionam como normas a se observar com precedência sobre as regras da legislação ordinária."

2.4. APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL NA ESTRUTURA JUDICIAL BRASILEIRA

A morosidade que segue o judiciário nos tempos atuais, parece ser o mais absoluto dos problemas enfrentados pelos tribunais, o que implica diretamente na falta de credibilidade dos indivíduos para com à justiça. Conforme prediz o inciso XXXV da Constituição Federal (1988) em seu artigo 5°: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Ainda sobre o tema, acrescenta Gabriela Scheneider (2012)

> A conscientização da população aumentou de forma significativa acerca da possibilidade de acesso à justiça. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em função do amplo rol de direitos proporcionados, observa-se crescente aumento da litigiosidade no Brasil. De acordo com o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, enquanto que em 1990 o Judiciário recebeu 3,6 milhões de processos, já na década de 2000, esse volume rapidamente ultrapassou o patamar de 20 milhões de ações. (SCHENEIDER, 2012)

De acordo com Humberto Theodoro Júnior (2022) ressalta-se que, é evidente que sem a efetividade, no que diz respeito ao resultado processual almejado com o direito material ofendido, não é possível discernir acerca de um processo justo, desta forma, não sendo rápida a resposta do juízo para que seja feita a pacificação do litígio; a tutela não se revela efetiva, pois, ainda que os indivíduos tenham o inicial acesso à jurisdição, a demasia no cumprimento das fases processuais, demonstra a privação do indivíduo para com o seu bem jurídico almejado, inferindo em uma grande injustiça, acrescenta ainda:

> (...) Daí por que, sem necessidade de maiores explicações, se compreende que o Estado não pode deixar de combater a morosidade judicial e que, realmente, é um dever primário e fundamental assegurar a todos quantos dependam da tutela da Justiça uma duração razoável para o processo e um empenho efetivo para garantir a celeridade da respectiva tramitação. (THEODORO JÚNIOR, 2022)

Entende-se a partir do exposto a correlação devida dos princípios constitucionais da efetividade, duração razoável do processo, e celeridade processual, logo que, estão intrínsecos a levada do processo no âmbito judicial, cada qual, com suas aplicabilidades. Contudo, no que prediz ao princípio

da celeridade processual, pode-se entender pelas práticas, procedimentos, operações e ferramentas utilizadas, que inferem na duração razoável do processo e na efetividade processual. Em consonância afirma Gaio (2019) "(...) a simplicidade no processamento e a informalidade dos atos, devendo estes, inclusive, sobreporem a qualquer exigência de conotação formalista sem que se justifique".

De acordo com Moreira (2004, apud Gabriela Scheneider, 2012) muito são o mitos sustentados quando se fala acerca da celeridade no processo, sendo um deles a crença de que a legislação processual, bem como, os efeitos que são decorrentes dela, seja a maior responsável pela duração excessiva dos respectivos, pois, alega que, é inegável que os códigos jurídicos, carregam resquícios de um formalismo exacerbado, sendo indiscutível que mudanças são necessárias aos texto infraconstitucionais; contudo, sustenta ainda de forma basilar, que a lei por mais imperfeições que carregue, não pode ocupar de máximo relevo como responsável pela demora judiciária. Sobre outras perspectivas acerca da morosidade, tem-se:

> Necessário é, (...) ter consciência dos tipos de morosidade que contaminam cada caso e o ideal de celeridade que se persegue, eliminando, desta forma, os atrasos desnecessários. De acordo com o autor, dois tipos de morosidade podem ser identificados: a sistêmica (decorre da sobrecarga de trabalho, excesso de burocracia e positivismo) e a ativa (consiste na interposição de obstáculos para impedir a sequência normal dos procedimentos, por parte não só de operadores como magistrados, funcionários, advogados etc.; mas, também, de algumas partes e terceiros envolvidos) (SANTOS, 2011 apud SCHENEIDER, 2012)

Conforme Kazuo Watanabe (1985) a celeridade e uma das características necessárias para fundamentar o empenho do legislador em evitar dilações de prazos, com a finalidade de impedir que o processo seja obstruído nos seus trâmites normais, deste modo, com base nestes princípios não são cabíveis os incidentes que protelam o julgamento. Em mútuo consenso acrescenta Prado (2010) "A celeridade processual a priori toma por base o fornecimento das ferramentas materiais e instrumentais para agilizar o trâmite processual, endereçada precipuamente ao Poder Judiciário". Acrescenta ainda, Garcia (1987, apud SCHENEIDER, 2012)

> Os atrasos que se produzem no processo por inobservância dos prazos estabelecidos, em razão de injustificados prolongamentos das etapas mortas que separam a realização de um ato processo de outro, sem que essas dilações dependam da vontade das partes, são vistos à unanimidade como indevidos (SCHENEIDER, 2012, *apud* GARCIA, 1986)

O princípio da celeridade processual primeiramente foi instituído no âmbito dos juizados especiais cíveis,

> Sendo assim visando regulamentar este Instituto, foi promulgado em 26 de setembro de 1995 a Lei Federal nº 9.099 que instituiu um novo sistema de aplicação da justiça. Basicamente regulamentou as ideias da celeridade do fácil acesso à justiça para o cidadão comum e especialmente para a camada mais humilde da população (SILVA E PAIXÃO, 2022)

No que concerne à aplicação do referente princípio aos juizados especiais cíveis, tem-se, de acordo com Gaio (2019):

> Com relação à celeridade impõem-se a preocupação com o término do feito no menor tempo possível, sem prejuízo, como de certo, do respeito ao devido processo constitucional da defesa e contraditório, mas pautando-se na sensibilidade da urgência natural no entendimento dos hipossuficientes (...) (GAIO, 2019)

Ademais, sendo aderido posteriormente no âmbito constitucional, através da ementa n° 45 de 2004, bem como, incluídos nas legislações processuais, como o Código de Processo Civil, que busca a atividade satisfativa jurisdicional em todas as fases do processo, incorrendo assim, em atos mais céleres.

3. PROCESSO NO ÂMBITO CIVIL A PARTIR DA PERSPECTIVA DO NO NOVO CPC

No que concerne ao direito processual civil, a lei que faz a sua regulação, tem como objeto o compilado de tudo o que fomenta o exercício da jurisdição civil, não apenas, cabendo de atuar sobre a forma, modos e os termos do desenvolvimento da relação processual, ou da tramitação do processo em juízo. Nesse ínterim, integra-se também:

> a) Regras de organização estática da jurisdição, como a distribuição de atribuições entre os componentes dos órgãos judiciários, horário de funcionamento dos serviços forenses, competência de juízes e auxiliares etc.;
> b) Regras sobre a forma e a dinâmica do exercício da ação em juízo (procedimento); e
> c) Normas e princípios gerais ou específicos de interpretação e equacionamento da função jurisdicional e do exercício do direito de ação, como as condição e pressuposto processuais, a definição do ônus e as faculdades das partes no processo, os meios e os ônus de prova permitidos e os meios de harmonizar o direito processual com outras normas jurídicas estranhas ao código, além de solucionar conflitos intertemporais de normas (THEODORO JÚNIOR, 2022)

De acordo com Luiz Wambier e Eduardo Talamini (2015) acerca dos princípios integrantes das relações processuais na esfera do processo civil, estes orientam a elaboração legislativa, interpretação e aplicação do direito processual. Assim, os princípios, são as normas que fornecem melhor entendimento e ordem a um conjunto de elementos, com o objetivo de sistematizá-lo, segundo a doutrina, são as normas fundantes do sistema jurídico. Alega ainda, Wambier e Talamini:

> Os princípios jurídicos são também normas jurídicas. Mesmo quando implícitos e não expressos, os princípios jurídicos são obrigatórios, vinculam, impõem deveres, tanto quanto qualquer regra jurídica. (...) princípios têm um âmbito de incidência ilimitado, ao passo que as regras contêm em si mesmas as hipóteses específicas em que vão incidir. (WAMBIER, TALAMINI, 2015)

Ademais, sendo o conjunto de normativas que disciplinam o processo "jurisdicional civil", é também visto como ato jurídico complexo ou como feixe de relações jurídicas. Contudo, compõe-se das normas que determinam o modo como o processo deve estruturar-se, bem como as situações jurídicas que decorrem dos fatos jurídicos processuais. (MARIONI, ARENHART, MITIDERO, 2016). Cita ainda, acerca do ato jurídico complexo:

> O ato jurídico complexo é aquele "cujo suporte fático é complexo e formado por vários atos jurídicos. (...) No ato-complexo se relacionam entre si, ordenadamente no tempo, de modo que constituem partes integrantes de um processo, definido este como um conjunto de atos destinados a um certo fim. (MELLO, 2000 apud MARIONI, ARENHART, MITIDERO, 2016)

As normas de direito processual civil, por sua especificidade, disciplinam os mecanismos de acesso à jurisdição pelas partes envolvidas em conflito. Assim, definida a lide, passará a ser submetida às regras que disciplinam o processo. Ademais, a atuação da jurisdição e demais órgão vinculados, ocorre à luz da legislação processual e demais que sejam necessárias, a fim de solução da lide. Contudo, tendo em vista o tipo de resultado almejado pela parte, há várias classificações dos processos, bem como das ações que o impulsionam.

3.1 DO DIREITO DE AÇÃO

Muito se reverberou ao longo da história acerca da melhor conceituação em termos de "ação processual", dessa forma, atualmente tem-se que a ação é um direito público abstrato de requerer a tutela jurisdicional do Estado, para a solução eficaz de determinada lide, sendo, contudo, a determinação pacificamente aceita. Ainda, informa Wambier, Talamini:

> De acordo, todavia, com a concepção teoria hoje vigente, o direito de ação é independente e autônomo diante do direito material invocado como a causa de pedir, embora a ele seja vinculado instrumentalmente, exata e precisamente na medida em que seu fim é o de dar a solução do poder jurisdicional à pretensão de direito material veiculada pela parte. (WAMBIER, TALAMINI, 2015)

De acordo com Fredie Didier Jr. (2016) a ação pode ser considerada como um direito fundamental, resultante de um conjunto de situações jurídicas, que garantem ao titular do direito o poder de ingressar nos tribunais e exigir uma tutela jurisdicional apropriada, tempestiva e efetiva. Entende-se, contudo,

que por ser um direito fundamental, há a incidência de normas constitucionais, como a aplicação dos princípios de cunho constitucional. (DIDIER, 2016)

Assim sendo, o Estado está representado pela figura do juiz, o direito e obrigação de prestar a tutela jurídica ao cidadão, bem como, prover o direito à jurisdição. No que diz respeito às partes, a ação é o direito a um pronunciamento estatal que solucione o litígio, buscando que seja sanado as incertezas ou a insegurança gerada pelos conflitos de interesses. (THEODORO JÚNIOR, 2022). Theodoro Humberto Júnior, prediz que:

> Todo titular de direito subjetivo lesado ou ameaçado tem acesso à Justiça para obter, do Estado, a tutela adequada, a ser exercida pelo Poder Judiciário (CF, art. 5°, XXXV). Nisso consiste a denominada tutela jurisdicional, por meio da qual o Estado assegura a manutenção do império da ordem jurídica e da paz social nela fundada. (THEODORO JÚNIOR, 2022)

Relaciona Fredie Didier Jr. (2016) que após o exercício do direito de ação e a devida instauração do processo, há de surgir novas situações jurídicas, estas sob carácter processual, podendo, algumas dessas situações compor o conteúdo do direito de ação, neste ínterim, tem-se: o direito à tutela jurisdicional, o direito a um procedimento adequado, direito à técnicas processuais adequadas para que seja efetivado o direito afirmado, o direito à prova e o direito de recorrer são desdobramentos do exercício do direito de ação. Contudo, todos são situações jurídicas que fazem a composição do conteúdo de eficácia do direito de ação. (DIDIER, 2016)

Nesta contenta, a regulação do direito de ação é regida pelo código de processo civil, bem como, todas as condições que lhe diz respeito, assim, o sentido da respectiva, em âmbito processual, pressupõe não apenas o viés do direito material da parte que atua em juízo, mas também, o direito de obter a prestação jurisdicional pacificadora, sendo assim, a ação um “remédio jurídico processual”. Afirma, ainda Theodoro Júnior (2022) “A parte envolvida em conflito jurídico detém o direito de ação, em sentido processual, (...), mesmo que afinal essa prestação, quando efetivamente realizada, redunde em declaração de inexistência do direito substancial daquele que exercitou o actio em juízo”.

3.1.1. AÇÃO DE COGNIÇÃO SOB O DESDOBRAMENTO CONDENATÓRIO

Extensas são as classificações doutrinárias acerca das ações ao longo do tempo, contudo, a ação consiste na aspiração para que haja determinado provimento jurisdicional, a melhor classificação deve ser aquela que viabilize a espécie e natureza de tutela que se pretende do órgão jurisdicional, nesta contenda, para melhor compreensão do presente artigo, deve-se pôr em voga, a explicação da ação de cognição com sua faceta no meio condenatório, conforme classificação do nobre Theodoro Júnior

(2022) “A ação de cognição, que provoca a instauração de um processo de conhecimento, busca o pronunciamento de uma sentença que declare entre o contentores quem tem razão e quem não tem”

Seu desdobramento pode ser enquadrado em demais vinculações, contudo, faz-se necessário para o direcionamento do presente estudo a face condenatória da ação de cognição, assim, a respectiva busca além da declaração do direito subjetivo e material do autor, como também a formulação de um comando que possa impor uma prestação a ser cumprida pelo réu.

Em sentido comum, explica Luiz Wambier e Eduardo Talamini (2015) que as ações condenatórias são aquelas nas quais o autor instaura processo de conhecimento, visando assim, além da declaração, a condenação do réu ao cumprimento de obrigação ativa ou omissiva. Contudo, tem-se o seguinte exemplo:

> A promove ação de reparação de danos contra B, alegando que, em razão do dano que lhe foi causado por este, sofreu prejuízos materiais e morais que precisam ser ressarcidos e reparados (respectivamente) por B. Se seu pedido for julgado procedente, haverá sentença condenatória, que autorizará, posterior execução. (WAMBIER, TALAMINI, 2015)

O direito de ação, contudo, envolve tanto questões materiais, quanto processuais; no que diz respeito às questões de cunho processual, a partir delas que se torna possível todo o desdobramento da postulação, ainda, para cada ofensa a direito material que pretende o autor exigir reparação na via jurisdicional, é possível a categorização de seu pedido, devido a classificação das ações no processo civil, bem como, as alterações no processo e no procedimento de cada rito.

3.2. DO PROCESSO AO PROCEDIMENTO

De acordo com Theodoro Humberto Júnior (2022), com a finalidade de exercer a função jurisdicional, o Estado cria órgãos especializados. Contudo, esses órgãos encarregados de aplicar a jurisdição não podem atuar discricionária ou livremente, dados aos encargos da própria essência da atividade que lhes compete. Com isso, subordinam-se, por esse motivo, a um método ou sistema de atuação, que vem a ser o “processo”. Insere-se, em tempo Didier Jr:

> O processo pode ser examinado sob perspectiva vária. Variada será, pois, a sua definição. O processo pode ser compreendido como método de criação de normas jurídicas, ato jurídico complexo e relação jurídica. Sob o enfoque da teoria da norma jurídica, processo é o método de produção de normas jurídicas, (...) concepção de processo como método de exercício da jurisdição (..) o processo sob a perspectiva da teoria do fato jurídico. (DIDIER JR, 2016).

Acrescenta, Fernando Garjadoni (2007) que o processo é considerado uma autoridade complexa, podendo ser discernido em acepção ampla ou formal, bem como, restrita ou substancial. Desta forma,

na primeira, abrange qualquer combinação dos atos que são praticados, a fim de uma finalidade conclusiva, dado conceito, equivale de igual forma para o procedimento. Ademais, na segunda acepção, entende-se que possui carácter mais técnico. O processo é o instrumento pelo qual o Estado exerce a jurisdição, possibilitando assim, o direito de ingresso em juízo pelo autor e o réu o direito de defesa. (GARJADONI, 2007). Discorre Luiz Wambier e Eduardo Talamini, acerca do processo:

> Processo é conceito de cunho finalístico, teleológico, que se consubstancia numa relação jurídica de direito público, traduzida num método de que se servem as partes para buscar a solução do direito para os conflitos de interesses (especificamente, para aquela parcela do conflito levada em juízo, ou seja, para a lide). (WAMBIER, TALAMINI, 2015).

Dentre as formas de exteriorização do processo, tem-se os tipos: processo de conhecimento, processo de execução, e processo cautelar, a fim de embasar o presente artigo, toma-se o rumo do estudo mais aprofundado do processo de conhecimento, assim, insere-se que o processo de conhecimento é aquele em que a parte realiza afirmação de direito; demonstrado sua pretensão de obtê-lo por meio da atuação do Poder Judiciário, isto é possível, mediante a formulação de um pedido, cuja solução pode ocorrer tanto em sentido positivo quanto negativo, conforme pleito de resolução na qual provê a sentença de procedência e improcedência. Acrescenta ainda, Luiz Wambier e Eduardo Talamini (2015) “No processo de conhecimento, as partes têm oportunidade de realizar ampla produção de provas, voltadas a demonstrar a existência do direito (..) ou a existência de fato que o impeça, modifique ou extinga”.

Ato contínuo, acerca do procedimento, sua denominação provém do latim procedere, que possui como significado: andar para frente, e que não tem o igual sentido de processo, pois, representa um meio exterior do começo ao fim, a fim de realizar o objetivo intentado. (GARJADONI, 2007)

O Procedimento pode considerado como o indutor dinâmico do processo, é o modo pelo qual os variados atos processuais se relacionam, no que concerne a sequência constitutiva do processo como um todo, representando a maneira do processo atuar em juízo; sendo o seu “movimento”. Acrescenta, ainda Fernando Guarjadoni (2021) “No procedimento é que são fixadas às regras (prazos, modo etc.) para que as partes, o juiz e os auxiliares da justiça pratiquem os atos processuais tendentes a conduzir cada tipo de processo do começo ao fim.”.

De acordo com Humberto Theodoro Júnior (2022), enquanto entende-se que o processo é uma unidade, como relação processual em busca da prestação jurisdicional, em contrapartida o procedimento é a exteriorização dessa relação, havendo por este motivo a possibilidade de adequação

das diversas feições ou modo de ser. Afirma que, “A essas várias formas exteriores de se movimentar o processo aplica-se a denominação de procedimento.”.

3.2.1 PROCEDIMENTO COMUM E FASE INSTRUTÓRIA

De acordo com Humberto Júnior (2022) O procedimento comum pode ser considerado como o mais apto à perfeita realização do processo de conhecimento, dado a sua abrangência que permite com que as parte e ao juiz possa pesquisar a verdade real, encontrando assim, a justa composição da lide, destarte é organizada mediante fases lógicas, que possibilitam, tornar efetivos os princípios fundamentais do procedimento.

> O procedimento comum é o que se aplica a todas a causas para as quais a lei processual não haja instituído um rito próprio ou específico. Seu âmbito é, portanto, delimitado por exclusão: onde não haver previsão legal de um procedimento especial, a causa será processada sob as regras do procedimento comum. (THEODORO JÚNIOR, 2022)

Desta forma, o procedimento comum se desdobra em três fases, quais sejam: a de saneamento, a instrutória, e a decisória. Ato contínuo, nos casos em que o processo é determinado como saneado, ou seja, quando não há vícios que possam impactar na sua legitimidade e no seu desenvolvimento, nem no exercício regular da ação em curso, parte-se para um maior exaurimento das questões que concernem a materialidade do direito material postulado pelo autor na ação, dessa forma, tem o início da fase instrutória. (BUENO, 2023)

Theodoro Humberto Júnior acrescenta, acerca da fase instrutória do procedimento comum:

> Destina-se à coleta do material probatório, que servirá de suporte à decisão do mérito. Reconstituem-se por meio dela, no bojo dos autos, os fatos relacionados à lide. É a de contornos menos definidos, as partes já começam sua atividade probatória com a inicial e a contestação, momentos em que, de ordinário, devem produzir a prova documental (CPC/2015, art. 434). Saneado o processo, porém, surge um momento em que os atos processuais são preponderantemente probatórios: é o da realização das perícias e o da primeira parte da audiência de instrução e julgamento, destinada ao recolhimento dos depoimentos das partes e testemunhas. (...) Comumente, no entanto, ao encerrar o saneamento, o juiz decidirá sobre as provas a produzir, determinando o exame pericial, quando necessário; e designará a audiência de instrução e julgamento, deferindo as provas que nela hão de produzir-se (art. 357). (THEODORO JÚNIOR, 2022)

Em igual sentido, de acordo com Cássio Bueno (2023) na fase instrutória, o juiz por sua determinação de ofício ou por via de deferimento, requer das partes, tanto no que concerne os pólos do processo, quando a terceiros eventuais, para que seja autorizado a produção de provas a fim da formação de seu convencimento; acerca dos fatos relevantes e pertinentes para o julgamento. Ademais, o juiz

pratica atos de instrução no viés de trazer para o processo todos os elementos que são necessários e fundamentais para ter condições de decisão. (BUENO, 2023)

3.3. DIREITO PROBATÓRIO E OS MEIOS DE PROVA ADMITIDOS NO NOVO CPC – A PROVA PERICIAL

As partes, durante o curso do processo, sustentam fatos aos quais reverberam efeitos de cunho jurídico, ademais, estas se relacionam com a suas alegações, que são direcionadas ao juiz para que sejam acolhidas ou rejeitadas, deste modo, os fatos ingressos pelo autor denominam-se constitutivos do seu direito e os formulados pelo réu, são extintivos, modificativos ou impeditivos do direito do autor. Assim, sendo, cabe às partes o ônus de comprovar os fatos que lhes são favoráveis. Contudo, a execução de levar ao juízo elementos de convicção por meios dos fatos que são alegados, denomina-se de atividade probatória, sendo operada na fase de instrução do processo. (FUX, 2023). No mesmo sentido, ingressa Cássio Bueno (2023)

> Não é qualquer fato que precisa ser provado em juízo. O objeto da prova recai sobre os fatos *relevantes* e os *pertinentes* para a formação da convicção do magistrado diante dos limites objetivos e subjetivos da postulação, estabilizada no momento do saneamento (art. 329, II). Esses fatos, não por acaso, são aqueles mesmos que, desde o saneamento e a organização do processo, devem ser explicitados nos termos do inciso II do art. 357. (BUENO, 2023)

De acordo com Cássio Bueno (2023), a prova é a palavra que se usa para a compreensão de tudo o que pode influenciar de alguma maneira na formação da convicção do juiz, a fim de decisão da existência, extensão e consequências dos fatos que lhe são narrados na ação/petição inicial. (BUENO, 2023)

A prova que se relaciona no meio processual, pode ser conceituada através de dois sentidos, de acordo com Theodoro Júnior:

> (a) um objetivo, isto é, como o instrumento ou o meio hábil, para demonstrar a existência de um fato (os documentos, as testemunhas, a perícia etc.);
>
> (b) e outro subjetivo, que é a certeza (estado psíquico) originada quanto ao fato, em virtude da produção do instrumento probatório. Aparece a prova, assim, como convicção formada no espírito do julgador em torno do fato demonstrado. (THEODORO JÚNIOR, 2022)

No que se refere a sua classificação, considera-se:

> A primeira delas leva em consideração o seu sujeito, isto é, aquele ou o que produz a prova. Para esse critério, os meios de prova serão pessoais (declaração ou afirmação feita por alguém) ou reais (exame de uma pessoa ou de uma coisa). A segunda delas diz respeito à sua forma, isto é, o método de sua produção. Os meios de prova serão orais ou escritos, consoante seja a palavra oral ou a escrita, respectivamente, empregada para a sua materialização. Os

> meios de prova podem ser classificados também quanto ao momento de sua produção. Eles podem, para essa terceira classe, ser apresentados dentro ou fora da "fase instrutória" dos mais diversos procedimentos, inclusive do comum, paradigma de exposição deste Curso. O que importa destacar, por ora, é que o momento em que o meio de prova é produzido não é suficiente para descaracterizá-lo como prova. (BUENO, 2023).

De acordo com Luiz Fux (2023) o novo CPC, no seu Capítulo XII, do Título I, faz a regulação dos tipos de provas cabíveis, sendo está sob caráter lícito e admitidas para embasamento processo, dessa forma, são regulados os seguintes meios de prova: ata notarial, depoimento pessoal, confissão, exibição de documentos ou coisa, prova documental, prova testemunhal, inspeção judicial e a prova pericial. (FUX, 2023)

Ademais, os fatos litigiosos em sua maioria nem sempre são fáceis e descomplicados, que possam permitir que apenas os meios recorrentes de prova, quais sejam: as testemunhais e documentais, possam revelar convencimento ao juiz no tocante à realidade dos fatos, também nem é admissível exigir do juiz que disponha de determinados conhecimentos de cunho diferente ao âmbito jurisdicional, ato contínuo é variadas vezes será necessário o juiz socorrer do auxílio de outros profissionais, acrescenta Theodoro Humberto Júnior (2022):

> Não é qualquer fato que precisa ser provado em juízo. O objeto da prova recai sobre os fatos relevantes e os pertinentes para a formação da convicção do magistrado diante dos limites objetivos e subjetivos da postulação, estabilizada no momento do saneamento (art. 329, II). Esses fatos, não por acaso, são aqueles mesmos que, desde o saneamento e a organização do processo, devem ser explicitados nos termos do inciso II do art. 357. (THEODOR JÚNIOR, 2022)

A prova pericial, conforme se subentende, é uma prova que possui como requisito a necessidade de conhecimento técnico, sendo a perícia o meio no qual o perito possibilita a juntada de informações de acordo com suas percepções técnicas. Assim sendo, o perito realiza afirmação de juízo no laudo que elabora, o que possibilita ao juiz melhor interpretação e apreciação dos fatos da causa, por isso que é afirma que ele atua como expert percipiendie deducendi. (FUX, 2023)

3.3.1 DA NOMEAÇÃO DO PERITO

Neste ínterim, a nomeação do perito é feita pelo juiz na decisão de saneamento, momento no qual há o deferimento do pedido de prova técnica, assim, estabelece, de logo, o prazo para a entrega do laudo e o calendário para sua realização, desse modo, ao tomar conhecimento de sua nomeação, o perito deverá se apresentar no prazo de cinco dias, apresentando em juízo, sua proposta de honorários, currículo, comprovação de especialização e seu contatos profissionais, com foco para o seu endereço

eletrônico, para onde serão dirigidas as suas intimações pessoais. (THEODORO JÚNIOR, 2022), Nesse contexto, acrescenta Cássio Bueno:

> A atuação do perito no processo independe de qualquer compromisso, devendo, de qualquer sorte, cumprir seu encargo com o zelo de um profissional sério e conhecedor da sua área de especialização (arts. 157 e 466, caput) e assegurando que os assistentes técnicos tenham acesso e acompanhem as diligências e os exames que realizar. (BUENO, 2023)

Ademais, o perito será nomeado pelo magistrado, mediante disponibilização anterior em cadastro vinculado aos tribunais, aos quais prestam o serviço, de acordo com artigo 156 do CPC, expressos nos parágrafos 1° e 3°. (CÓDIGO CIVIL, 2015)

4. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO E O PRINCÍPIO DA CELERIDIDADE

O instituto da responsabilidade civil surge como resultado do descumprimento obrigacional, assim, pela desobediência de uma regra estabelecida em meio contratual, ou por deixar determinada pessoa de observar preceito normativo que regula a vida. (TARTUCE, 2022)

De acordo com Venosa (2023), o termo responsabilidade é utilizado em qualquer situação na qual uma pessoa, que seja, natural ou jurídica, deva arcar com os resultados de um ato, fato ou negócio danoso. Acrescenta: “Sob essa noção, toda atividade humana, portanto, pode acarretar o dever de indenizar. Desse modo, o estudo da responsabilidade civil abrange todo o conjunto de princípios e normas que regem a obrigação de indenizar”. (VENOSA, 2023)

Assevera Dantas (1979 apud TARTUCE, 2022) a ideia da responsabilidade sempre esteve correlacionada com a lesão do direito, a vinculação de ambos os indicadores é fundamental para que haja o entendimento acerca do tema de “defesa dos direitos”, acrescenta que, sempre que há uma lesão do direito, caso no qual, se infringe um dever jurídico que corresponde ao um direito, há como consequência o nascimento de da responsabilidade. Em comum entendimento, reverbera Silvio Venosa:

> Os princípios da responsabilidade civil buscam restaurar um equilíbrio patrimonial e moral violado. Um prejuízo ou dano não reparado é um fator de inquietação social. Os ordenamentos contemporâneos buscam alargar cada vez mais o dever de indenizar, alcançando novos horizontes, a fim de que cada vez menos restem danos irressarcidos. É claro que esse é um desiderato ideal que a complexidade da vida contemporânea coloca sempre em xeque. Os danos que devem ser reparados são aqueles de índole jurídica, embora possam ter conteúdo também de cunho moral, religioso, social, ético etc., somente merecendo a reparação do dano as transgressões dentro dos princípios obrigacionais. (VENOSA, 2023).

Conforme Flávio Tartuce (2022) no que concerne à classificação da responsabilidade civil, de início, pode-se dizer primariamente em responsabilidade civil contratual ou negocial, sendo situada no meio da inexecução obrigacional; traz a previsão na qual as cláusulas contratuais devem ser respeitadas, sob a pena de responsabilidade dos indivíduos que as descumprem, tanto sob o viés de dolo ou culpa; ressalta-se que os fundamentos principais da respectiva responsabilidade civil, se encontram previstos nos artigos 389, 390 e 391 do CC/2002. Ademais, em concorrência a obrigação contratual, se estabelece a obrigação extracontratual ou aquiliana, proveniente do desrespeito ao direito alheio, bem como, às normas que regram a conduta e que decorre de uma lesão de direito diferente ao meio contratualizado, como preceituam os artigos 186 e 927 do Código Civil de 2015. (TARTUCE, 2022).

Acrescenta Maria Helena Diniz (2021) que, no tocante ao seu fundamento, está se subdivide em: responsabilidade subjetiva, que se encontra justificada na culpa ou no dolo por ação ou omissão, lesiva a determinada pessoa. Assim sendo, a prova da culpa do agente é de requisito indispensável para que haja o dever de reparação do dano, por fim, a responsabilidade objetiva, que é fundada mediante existência de risco, explica, contudo, que se dá através de situação fatídica, de haver o agente causado prejuízo à vítima ou a seus bens. Sendo, neste enquadramento a irrelevância da conduta culposa ou dolosa do causador do dano, uma vez que bastará a existência do nexo causal entre o prejuízo que foi sofrido pela vítima e a ação do agente para que nasça o dever de indenização. (DINIZ, 2021).

Por fim, importa salientar acerca dos pressupostos necessários à configuração da responsabilidade no meio civil, que se dá, acolhendo os seguintes: a) existência de uma ação, sendo comissiva ou omissiva, que possui qualificação jurídica, sendo ato ilícito ou lícito, logo que, no que concerne a culpa como fundamento da responsabilidade civil há o risco; b) ocorrência de dano moral ou patrimonial causado à vítima; c) nexo de causalidade entre o dano e ação, sendo constitutivo do fato gerador que enseja a responsabilidade civil. (DINIZ, 2021)

4.1. RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA

Conforme Genival Veloso de Diniz (2020) no que concerne ao mundo jurídico, deve-se considerar a responsabilidade como a obrigação de reparar prejuízo que decorre de uma ação na qual se é culpado, direta ou indiretamente. Assim, no que diz respeito à responsabilidade profissional, tem-se: “E por responsabilidade profissional, no âmbito do exercício da medicina, como um elenco de obrigações a que está sujeito o médico, e cujo não cumprimento o leva a sofrer as consequências impostas normativamente pelos diversos diplomas legais”.

De acordo com Lima (2012) a responsabilidade civil do médico se estabelece, em regra, na teoria da responsabilidade subjetiva, adotando assim, o princípio da culpa-provada. Em complemento de acordo com Sebastião (2003 apud LIMA, 2012) "Em sede de culpa provada, cabe ao autor da demanda (vítima do dano) demonstrar a conduta imprópria do agente (causador do dano) para obrigá-lo à indenização". Desta forma, conclui Fernando Lima (2012) que, deve-se avaliar, contudo, a conduta do agente com a perspectiva do resultado ocorrido, havendo a caracterização, assim, da punição pela imperícia, imprudência, negligência, frente ao abuso de poder do causador. Acrescenta, Fernando Lima:

> Reafirma-se que a responsabilidade civil do profissional decorrente do erro médico apresenta condições sine qua non, pressupostos legalmente definidos: o exercício profissional, o dano, a culpa e o nexo de causalidade, e que esta responsabilidade será, no geral, contratual, subjetiva e como obrigação de meio. (LIMA, 2012)

No que infere a obrigação de meio, o objeto ou conteúdo da obrigação é comportamento do devedor, não há cogitação enquanto ao resultado, ademais o ônus da provatório, cabe ao credor. Diferente da obrigação de resultado, por onde, o resultado é obrigatório, cogita-se um resultado, nesse caso o ônus da prova cabe ao devedor. (LIMA, 2012)

Por fim, acerca da natureza da obrigação civil do médico, esta poderá ocorrer tanto em sede contratual, quanto extracontratual, ademais, independente da forma que se estabelece a prestação de serviços médicos, caso haja falha relacionada ao profissional, será possível a parte lesada, ingressar em juízo através de ação judicial, a título de responsabilização civil por erro médico e demais pedidos que supunha serem cabíveis.

4.2. AÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO POR ERRO MÉDICO E SEUS DESDOBRAMENTOS PROCESSUAIS

O erro médico, na maioria dos casos, ocorre mediante culpa, devido a conduta profissional inadequada, por onde, supõem-se uma inobservância técnica, essa, capaz de produzir um dano à vida e à saúde do paciente. Ainda, acrescenta Genival Veloso de França (2020) "É o dano sofrido pelo paciente que possa ser caracterizado como imperícia, negligência ou imprudência do médico, no exercício de suas atividades profissionais. Levam-se em conta as condições do atendimento, a necessidade da ação e os meios empregados." (FRANÇA, 2020)

As ações processuais que se relacionam com a responsabilização civil por erro médico, podem ser determinadas como uma ação de cognição que busca a condenação de uma das partes; essa, tramita pelo processo de conhecimento, a fim, de exaurir todo o conteúdo que se vincula aos fatos processuais

alegados, bem como, a produção de provas (ar. 464 NCPC), (por se tratar de acusações de “erro”) nos casos de processos que lhe caibam. Assim, a etapa probatória se manifesta no processo por meio da fase procedimental de instrução. (CÓDIGO CIVIL, 2015)

Necessário ressaltar, a importância da perícia médica nos referidos processos, sendo os laudos periciais, o grande divisor de águas a fim de fomentar o convencimento do juiz, logo que, esse não possui conhecimento técnico necessário para efetuar tal avaliação. Assim, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, o juiz há de nomear perito especializado no objeto da perícia.

Assim sendo, dentro da decisão ou despacho de saneamento do processo, conforme art. 357 em seu inciso II, há de o juiz delimitar de fato sobre as questões nas quais recairá a atividade probatória, bem como, especificando os meios de provas que serão admitidos, desta forma, no caso em comento, qual seja, de “Ação de Responsabilização Civil por erro Médico”, em sua grande maioria, há o pedido de provas periciais por via do magistrado. Ato contínuo, fica reservado à secretaria das varas, por onde, houve a distribuição do processo, de intimar o perito já cadastrado no banco de dados dos respectivos tribunais. Dando, contudo, seguimento a fase de instrução/probatória, havendo previsão legal, nos art. 464 a 480 do Código de Processo Civil.

4.3. CÉLERES ALTERNATIVAS APLICADAS À PERÍCIA MÉDICA DE ACORDO COM NOVO CPC/2015

O novo Código de Processo Civil promulgado no ano de 2015, trouxe a inovação de dois artigos, quais sejam: art. 464 e art. 472, sendo que, o primeiro dispõem da possibilidade do emprego da “prova técnica simplificada”, porventura, sendo admitido quando se tratar de causa de menor complexidade (art. 464, § 2º); o modo se dá por meio de inquirição pelo juiz de especialista (art. 464, § 3º), esse, que deverá ter formação acadêmica específica na área que é objeto de seu depoimento. (CÓDIGO CIVIL, 2015). De acordo com Cássio Bueno (2023) o especialista atuará sobre ponto controvertido da causa, essa, que demanda conhecimento técnico ou científico. (BUENO, 2023). Em igual sentido, acrescente Theodoro Humberto Júnior (2022)

> Por se tratar de prova especial, subordinada a requisitos específicos, a perícia só pode ser admitida, pelo juiz, quando a apuração do fato litigioso não se puder fazer pelos meios ordinários de convencimento. Somente haverá perícia, portanto, quando o exame do fato probando depender de conhecimentos técnicos ou especiais e essa prova, ainda, tiver utilidade, diante dos elementos disponíveis para exame. (THEODORO JÚNIOR, 2022),

Em sentido similar, tem-se também aduzido o contexto do art. 472 do referido código, no qual a perícia pode ser dispensada; quando as partes, mediante emprego de petição inicial e contestação,

apresentarem pareceres técnicos ou documentos elucidativos e claros, acerca das questões de fato que, usualmente, demandam em juízo a realização do laudo pericial. (Bueno, 2023). Acerca do exposto, complementa Luiz Fux (2023) "A desnecessidade da perícia revela-se, pela existência nos autos, de outras provas produzidas em relação ao mesmo fato, como a apresentação de pareceres técnicos ou documentos suficientes (art. 464, § 1º, inciso II c/c art. 472, do CPC)."

4.3.ESTUDO DE CASO - AÇÕES PROCESSUAIS DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL POR ERRO MÉDICO - 1ª VARA CÍVEL DE ITUMBIARA-GO

Análise de três processos aos quais é alegado "erro médico", deste modo, ensejando assim, na responsabilização civil dos profissionais.

Os processos foram obtidos através do sistema PROJUDI vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, localizado pelo endereço eletrônico: https://projudi.tjgo.jus.br/. No campo pesquisa por publicações, optando pela pesquisa "POR CAMPO ESPECÍFICO", onde foram incluídas as seguintes palavras: erro médico, laudo pericial, intimação perito; ato contínuo, foram registrados os campos, "Serventia": Itumbiara/1ª Vara Civel, "Tipo de Arquivo" com: despacho e decisão, e pôr fim a opção "DATA DE PUBLICAÇÃO" ao qual teve como data inicial: 01/01/2017 e final 30/06/2023.

Sob o viés da análise descritiva, buscou-se a sistematização das informações obtidas, com a finalidade de caracterizar a amostra analisada, assim sendo, logrou os seguintes dados: O número do processo, A cidade de tramitação, se os autores fizeram pedido de justiça gratuita, O nome da ação, os problemas alegados, E o local de busca pelo perito.

Destarte, a busca pela amostragem foi feita a partir de perguntas dicotômicas, através dos seguintes quesitos: 1. O perito retornou à 1ª intimação? 2. Mais de um perito foi intimado para prestação de laudo pericial? 3. Desde a primeira intimação se passaram mais de 1 ano? 4. O processo ainda está na fase probatória?

5.3.1.RESULTADOS

No presente estudo foram avaliados três processos aos quais é alegado "erro médico", justificados na perspectiva de requerimento indenizatório pelo autor, através da condenação do profissional de saúde por responsabilização civil.

Os processos analisados foram instaurados no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em sua 1ª Vara Cível, localizada na Comarca de Itumbiara-GO. Conforme:

N° do Processo	Cidade	Vara	Justiça gratuita	Nome da ação	Problemas alegados	Perito - banco de dados TJGO
5438601-31	Itumbiara/GO	1ª Vara Cível	Sim	Ação de indenização por danos morais e materiais	Erro médico	Sim
5461363-41	Itumbiara/GO	1ª Vara Cível	Não	Ação de conhecimento pelo procedimento comum	Erro médico	Sim
5211996.66	Itumbiara/GO	1ª Vara Cível	Sim	Ação de indenização por danos morais e materiais c/c pensão por erro médico	Erro médico	Sim

Elaboração própria a partir de dados do PROJUDI (2023)

De acordo com o Código de Processo Civil, os processos que necessitam de avaliação pericial, tramitaram nas varas cíveis, pois, no processo de conhecimento pelo procedimento comum é possível a instauração da fase de instrução/pericial. Ato contínuo, confirma-se que dentre os pedidos de justiça gratuita houve apenas um indeferimento, logo, constata-se que, pela maioria haver hipossuficiência por parte dos autores, ademais, todos contemplam o indicador “erro médico”, sendo assim, há solicitação pela parte do magistrado na fase de saneamento processual a intimação de perito, por meio do banco de dados disposto pelo TJGO.

5.3.2. DOS QUESITOS

N° do Processo	Decisão/Despacho	Quesito 1	Quesito 2	Quesito 3	Quesito 4
5438601-31	18/02/2021	Sim	Sim	Sim	Sim
5461363-41	09/06/2021	Sim	Sim	Sim	Sim
5211996.66	27/01/2020	Não	Sim	Sim	Sim

Elaboração própria a partir de dados do PROJUDI (2023)

Acerca do processo: 5438601-31, o respectivo foi protocolado no dia 02/09/2020, e teve decisão saneadora/despacho no dia 18/02/2021. Houve o total de 3 negociações periciais, com 3 médicos diferentes, sendo que o 1° rejeitou a oferta de perícia por parte do tribunal (intimação - 18/02/2021), o 2° não havia a especialidade necessária para dar seguimento a perícia (intimação - 09/03/2021), e o 3° foi admitido pelas partes (intimação - 24/11/2022). Contudo, até o dia 08/11/2023, discute-se depósitos periciais, não havendo até o momento a disponibilidade do laudo pericial.

Acerca do processo: 5461363-4, o respectivo foi protocolado no dia 17/09/2020, e teve decisão saneadora no dia 09/06/2021, bem como, foi deferida a secretaria o provimento de intimação do perito no dia 29/07/2021. Houve o total de 5 negociações periciais, com 5 médicos diferentes, sendo que o 1° rejeitou a oferta de perícia por parte do tribunal, o 2° não retornou à intimação, 3° aceitou o encargo, porém, por não haver especialidade médica, não foi aceito pelas partes, assim, houve,

contudo, reiteração para o 1° e 3°, sem efetividade, logo que, o 1° perito anteriormente intimado, mais uma vez se manifestou em desfavor, e o 3° foi intimado por erro, pois, já havia sido desconsiderado. Contudo, houve intimação do 4° perito o qual declinou da perícia (intimação - 06/06/2022) e o 5º perito que por fim, aceitou o encargo (intimação - 02/08/2022) dando sequência aos atos da fase probatória. Contudo, até o dia 03/10/2023, discute-se depósitos periciais, não havendo até o momento a disponibilidade de laudo pericial.

Acerca do processo: 5211996.6, o respectivo foi protocolado no dia 24/04/2019, e teve 1ª decisão saneadora no dia 27/01/2020 (intimação das partes, para requer provas que achar cabíveis), dia 06/03/2020 (intimação em decisão, juiz solicitou a intimação do perito), Houve o total de 5 negociações periciais, com 5 médicos diferentes, sendo que o 1° perito intimado não retornou a intimação da secretaria do tribunal (intimação - 18/06/2020), o 2° perito intimado não aceitou o ofício de atuar como perito no processo (intimação - 08/09/2020), o 3° perito respondeu a intimação de aceite à prestação de serviço (Intimação - 06/10/2020), houve entrega do laudo, porém no decorrer do andamento processual, porém, o laudo foi desconsiderado em pedido das partes, ato contínuo, houve nova intimação de novo perito, o 4° perito recusou a feitura de novo laudo para o processo (intimação - 01/11/2022), por fim, o 5° perito foi intimado, com a finalidade de desenvolver nova perícia, esse contudo, foi aceito (intimação - 06/12/2022). Contudo, até o dia 28/09/2023, discute-se depósitos periciais, não havendo até o momento a disponibilidade de laudo pericial.

Ante o exposto, verifica-se que há numerosas intimações aos peritos no curso do processo, alguns se abnegar de efetuar a prestação de serviço, outros não se manifestaram, cabendo o magistrado reiterar a intimação ou nomear/intimar perito posterior, contudo, entre a primeira intimação ao aceite do perito efetivo, aquele que produzirá o laudo pericial, há um extenso período no trâmite do processo, sendo óbice estrutural no que diz respeito a fase probatória de processos que envolvem o erro médico e sua responsabilização.

O tempo de tramitação é impactado, por reiterados comportamentos dos entes processuais, que através da contínua repetição de atos sem grau efetivo de resultado, permite que o processo se arraste por longos anos, cita-se as intimações do juiz, por decisões ou despacho, de forma desenfreada, sem observar por exemplo as especialidades do perito, questão essa que, muitas vezes, após intimação e aceite do perito, se tornam matéria de impugnação pelas partes; no mesmo sentido, quando há intimação e aceite do perito e adequação do profissional pelas partes, porém ao apresentar seus

honorários, há repetidas impugnações ao valor empreendido, assim, mais uma vez há postergação do andamento processual

Ante o exposto, verifica-se que atualmente os procedimentos adotados pelo TJGO frente aos processos com matéria de “erro médico” e “responsabilização civil por erro médico”, quando há o uso da perícia e a necessidade de produção de laudo, não são apropriadas, logo que, por serem processos que demandem superior grau de importância, faz-se necessário, maior efetividade dos respectivos, pois, trata-se de danos causados à integridade física dos autores. Assim, contata-se que, o judiciário não demonstra ferramentas ou práticas cabíveis para agilizar esse procedimento; mesmo havendo disposição de listagem dos peritos pelo TJGO, o procedimento não se torna mais célere. Diante disso, pode-se dizer que pela análise amostral dos respectivos processos, que não há o emprego do princípio da celeridade processual na fase probatória quando há uso de laudo pericial, no tocante a 1° Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, na comarca de Itumbiara-GO.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema em apreço é de grande relevância, pois, abrange estudo casuístico e atual, assim, o presente trabalho possuía a intenção de compreender qual aplicabilidade do princípio da celeridade processual na fase probatória de processos de responsabilização civil por erro médico da 1° Vara Cível de Itumbiara, que necessitam de laudo pericial para constituir matéria de sentenciamento por parte do magistrado.

Inicialmente, verificou-se a importância de entender conceitos de princípios e sua organização frente às normas e princípios relacionados ao meio constitucional e aderidos pelo novo Código de Processo Civil de 2015. Em seguida, a funcionalidade processual do direito civil, a conceituação de responsabilidade civil e responsabilidade civil do médico, e por fim, entender o andamento da fase probatória, dos processos que possuem como matéria o “erro médico” e a responsabilidade civil por erro médico”

Constatou-se que, os princípios de cunho constitucional de acordo com a vasta doutrina abordada, se equiparam e devem ser aplicados no caso concreto conforme execução das normas de direito, percebeu que, os princípios quando incorporados em outros códigos, tais como o código em estudo, passam a ter sua aplicabilidade relacionada a toda matéria regida pelo respectivo, bem como, aplicação nos processos e nos procedimentos processuais.

Portanto, entendeu-se que, com a promulgação do novo Código de Processo Civil de 2015, o princípio da celeridade se tornou principiologia constitucional em seu corpo normativo, e suas normas devem ser interpretadas de acordo com tais princípios. Assim como, no que concerne aos seus processos e procedimentos.

A atuação do novo código trouxe várias inovações, que podem se relacionar com o aumento da celeridade processual, no que diz respeito a procedimentos vinculados à produção de provas e adiantamento do processo, trouxe as inovações dos artigos 464 e 472; sendo novas formas de construção probatória.

Essas inovações são aplicadas em processos de responsabilização civil por erro médico, logo que, a responsabilidade civil em seu viés primário, possibilita ao ofendido, ingressar em juízo e obter reparação pelo dano sofrido, assim, não sendo diferente no meio médico, logo que, se trata de prestação de serviços muitas vezes, vinculados a contratos obrigacionais, ademais, o direito de ação também abrange a forma extracontratual.

Contudo, em análise fática dos processos da 1ª Vara Cível de Itumbiara-GO, acerca da análise de tramitação dos referidos processos em sua fase probatória, percebeu-se a grande demora desses processos. Assim, foi possível constatar que atualmente os procedimentos adotados pelo TJGO frente aos processos com matéria de “erro médico” e “responsabilização civil por erro médico”, quando há o uso da perícia e a necessidade de produção de laudo, não são apropriadas, logo que, por serem processos que demandem superior grau de importância, faz-se necessário, maior efetividade dos respectivos, pois, trata-se de danos causados à integridade física dos autores. Deste modo, constata-se que, o tribunal em voga não demonstra ferramentas ou práticas cabíveis para agilizar esse procedimento; mesmo havendo disposição de listagem dos peritos, o procedimento não se torna mais célere, não havendo assim, o uso do princípio da celeridade processual.

6. REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. 2ª. ed. São Paulo: Malheiros,

2014.

ATALIBA, Geraldo. Eficácia dos princípios Constitucionais – República – Periodicidade – e alternância – Reeleição das Mesas do Legislativo. Doutrinas Essenciais Direito Constitucional. V 1. 2011. Editora Revista dos Tribunais.

BRASIL. Constituição da Federal de 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18ª de abril de 2023.

BRASIL. Lei n.13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF:

Presidência da República, 2015. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 02 maio 2023.

BARROSO, Roberto Luís. Direito Constitucional Contemporâneo os Conceitos Fundamentais e a Construção de um Novo Modelo. 2ª ed. Editora Saraiva, 2010.

BUENO. Cássio Scarpinella. Direito Processual Civil, Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 12ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 24ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

CONVENÇÃO EUROPÉIA DOS DIREITOS DO HOMEM, 2013, Disponível em: https://www.echr.coe.int/documents/convention_por.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2023

CANOTILHO, Joaquim Jose Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª ed. Coimbra, 2003.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil: vol. 1. 24ª. ed. São Paulo:

Atlas, 2017.

Decreto 678 de 9 de novembro de 1992, promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 31 de abril de 2022.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual

Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento. 18ª. ed. São Paulo: JUSPODIVIM, 2016.

DINIZ. Marina Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. 36ª. ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2021.

FRANÇA, Genival Veloso de. Direito médico. 12ª. ed. São Paulo: Editora Florence, 2014.

FUX, Luiz. Anteprojeto do novo código de processo civil. Brasília, 2010. Disponível em:www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496296/000895477.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19/09/2023

FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil. 6ª. ed. São Paulo: Editora Florence, 2023.

GONÇALVES FILHO, João Gilberto. O princípio constitucional da eficiência no processo civil. 2010. Tese (Doutorado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso em: 20/08/2023

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. O processo nos juizados especiais cíveis estaduais, federais e da fazenda pública. 3ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 19/11/2023

GARJADONI, Fernando da Fonseca. Flexibilidade Procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual. 2007. Tese (Doutorado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: Microsoft Word - CAPA, FOLHA DE ROSTO E DEMAIS - FERNANDO.doc (usp.br). Acesso em: 10/10/2023

GARJADONI, Fernando da Fonseca. Procedimento. 2ª. ed. São Paulo: Enciclopédia Jurídica da PUC. 2021.

LIMA, Fernando Gomes Correia. Erro Médico e Responsabilidade Civil. 2012. Conselho Federal de Medicina / Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Teoria do Processo Civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25ª. ed. rev. E atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. 6ª ed. Editora Revista dos Tribunais. 2000.

PAIXÃO, Thales Carvalho da; SILVA, Leonardo Rossini da. A celeridade processual no juizado cível de Araguaína nos anos de 2020 e 2021. v. 1, n. 37. JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1. 2022. Disponível em: A CELERIDADE PROCESSUAL NO JUIZADO CÍVEL DE ARAGUAÍNA NOS ANOS DE 2020 E 2021 | PAIXÃO | Facit Business and Technology Journal (faculdadefacit.edu.br). Acesso em: 2023-10-10.

PRADO, João Carlos Navarro de Almeida. Princípio constitucional da celeridade processual. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo. 2010. Disponível em: Dissertacao_Principio_Constitucional_da_Celeridade_processual.pdf (usp.br). Acesso em:

01/10/2023

PROJUDI. Disponível em: https://projudi.tjgo.jus.br/.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 25ª ed. Editora Malheiros, 2005.

STRENGER, Guilherme. Efetividade processual e sua celeridade: sob o enfoque do processo civil contemporâneo. 1ª ed. Editora Dialética, 2021.

SCHNEIDER, Gabriela. A (incessante) busca pela Garantia da Celeridade processual: possibilidades e desafios. Ano 3, vol.4. Revista de Direito Brasileira, 2013. Disponível em: A (Incessante) Busca Pela

Garantia da Celeridade Processual: Possibilidades e Desafios | Schneider | Revista de Direito Brasileira (indexlaw.org). Acesso em: 20 de junho de 2023.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. 18ª ed. Rio de Janeiro, Editora Florence, 2022.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Garantia do processo sem dilações indevidas: responsabilidade do Estado Pela Intempestividade da Prestação Jurisdicional. 2002, v. 97. Revistas da USP. Disponível em: Garantia do processo sem dilações indevidas: responsabilidade do Estado pela intempestividade da prestação jurisdicional | Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (usp.br). Acesso em: 20 de maio de 2023.

TEIXEIRA, Aline da Silva. A Celeridade Processual no Âmbito do Novo CPC. 2017. (especialização em processo civil) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/184543. Acesso em: 22/05/2023

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 64ª. ed. Rio de Janeiro, Forense, 2022. v. 1.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. insuficiência da reforma das leis processuais. 2004. Academia Brasileira de Direito Processual. Disponível em: Celeridade e Efetividade da Prestação Jurisdicional - Insuficiência da Reforma das Leis Processuais (abdpc.org.br). Acesso em: 22 de maio de 2023

VENOSA. Sílvio de Salvo. Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil. 23ª. ed. Rio de Janeiro, Editora Atlas, 2023.

WATANABE, Kazuo et al. Juizado Especial de Pequenas Causas: Lei 7.244, de 07 de novembro de 1984. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 15ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Capítulo 6

10.37423/231208555

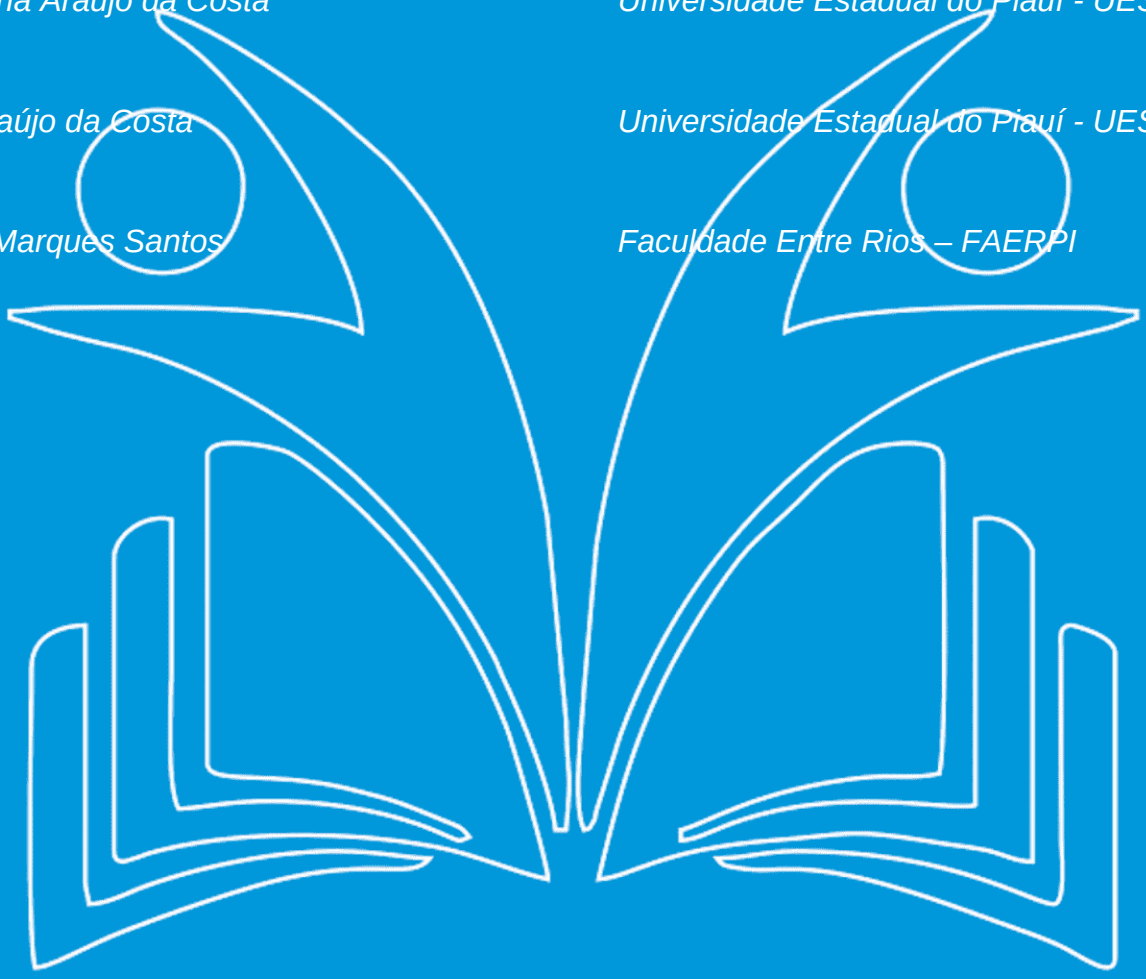
O ENFOQUE DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES MEDIANTE A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Israel de Sousa Ribeiro — *Universidade Federal do Piauí - UFPI*

Antonia Carla Araújo da Costa — *Universidade Estadual do Piauí - UESPI*

Aurilene Araújo da Costa — *Universidade Estadual do Piauí - UESPI*

Domingas Marques Santos — *Faculdade Entre Rios – FAERPI*



Resumo: O estudo discute acerca da atuação da Psicopedagogia no campo institucional**,** delineada especificamente no âmbito escolar, desvelando os desafios e implicações da ação psicopedagógica. A metodologia utilizada para a compilação do estudo é de caráter qualitativo, tendo como instrumento de abordagem a pesquisa bibliográfica, a partir da qual foi estabelecido o referencial teórico que deu sustentação ao tema pesquisado. A partir da revisão e análise da literatura adotada, o estudo sinalizou que a atuação psicopedagógica, no contexto escolar, tem sido marcada por diversos desafios, contudo, através dos mecanismos específicos da Psicopedagogia, enquanto área do conhecimento interdisciplinar, é possível visualizar múltiplas contribuições dessa área do conhecimento nas práticas escolares.

Palavras-chave: Psicopedagogia institucional escolar; Desafios; Implicações.

INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia é uma área do conhecimento que tem como objetivo primordial, compreender o processo de aprendizagem humana em seus múltiplos aspectos. Sua abordagem pode ocorrer na área da saúde e da educação, considerando a aprendizagem tanto nos aspectos normais, como patológicos, associada à influência do meio, sendo este composto pela família, pela escola e/ou pela sociedade em geral. Desse modo, ela se utiliza de técnicas específicas do fazer psicopedagógico, dialogando com as mais diversas áreas do saber.

Nessa perspectiva, a Psicopedagogia focaliza seu olhar no ato de aprender e nos possíveis problemas que surgem, impedindo que a aprendizagem ocorra de maneira efetiva. Ela compreende e intervém nas práticas que objetivam ajudar a corrigir, minimizar ou sanar os obstáculos encontrados pelos discentes e docentes no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse viés, a atuação psicopedagógica institucional, nos espaços escolares, tem recebido especial atenção nos últimos anos, devido às frequentes discussões em torno das problemáticas existentes na área da educação. Se de um lado, os dados estatísticos demonstram que nunca houve, em toda a história da educação brasileira, tantos investimentos nos sistemas de ensino, por outro, não é fácil encontrar respostas convincentes para os inúmeros casos de fracasso escolar.

É com base nessa realidade tão presente em nossos sistemas de ensino, que surge o interesse de analisar e suscitar discussões a partir de literaturas relativas à Psicopedagogia institucional a nível escolar, com o objetivo de tentar compreender quais são os desafios e as implicações da atuação da psicopedagógica no campo da educação, já que o papel do psicopedagogo possui forte relevância dentro de uma instituição de ensino.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a discutir sobre a Psicopedagogia desenvolvida em instituições escolares, configurando novas percepções e perspectivas frente à ação psicopedagógica. Em função disso, foi adotada uma metodologia de caráter qualitativo, ancorada na pesquisa bibliográfica, por meio da qual foi construída a fundamentação teórica, com base em autores que discutem sobre a temática que deu forma ao objeto deste estudo.

Em seguida, a bibliografia utilizada foi revisada, por meio da análise dos dados teóricos obtidos, a fim de dar à devida legitimidade a pesquisa, permitindo a compreensão de que o desempenho psicopedagógico institucional escolar, sofre desafios diversificados, entretanto, possui significativas contribuições frente aos problemas de aprendizagem, dando a ela um caráter que transpõe o

aprender por aprender, configurando-a como um procedimento viável, independente dos obstáculos que venham surgir ao longo de todo o processo cognitivo.

TRAÇOS HISTÓRICOS DA PSICOPEDAGOGIA

Os estudos feitos em torno da psicopedagogia revelam a sua gênese no continente europeu em meados do século XIX, evidenciado que os problemas relativos à aprendizagem humana eram conduzidos, a priori, por filósofos, educadores e médicos preocupados com a demanda dos problemas de aprendizagem já observáveis naquela conjuntura (Bossa, 2007). No entanto, as ações empreendidas foram incipientes em virtude da complexidade dos problemas de aprendizagem que existiam naquela época.

Decorre disso, que os problemas de aprendizagem eram tratados simplesmente de forma orgânica, já que determinadas dificuldades eram identificadas através dos aspectos fisiológicos dos aprendentes. Tais aspectos foram contundentes para o delineamento quanto ao modo de tratamento oferecido à problemática do fracasso escolar em anos anteriores.

O primeiro centro psicopedagógico foi criado na França, por George Mauco, onde pedagogos, médicos e demais profissionais já atuavam em trabalhos cooperativos, na tentativa de resolver os problemas de aprendizagem presentes em crianças. Ao ponderar sobre o primeiro centro médico-psicopedagógico francês, Griz discorre:

> Neste centro já se observava uma articulação entre várias áreas de conhecimento, como a medicina (psiquiatria, neuropediatria e pediatria), a psicologia, a psicanálise e a pedagogia. Juntos, os profissionais dessas áreas buscavam soluções para os problemas de aprendizagem que cercavam as crianças até então (2009, p. 25).

Havia nesse Centro dados da área da educação e saúde, visando à readaptação de crianças que apresentavam condutas socialmente inapropriadas em casa, na escola, assim como nos demais segmentos sociais, atendendo-as, ainda que elas fossem consideradas inteligentes, isto é, sem déficits em suas faculdades cognitivas.

No que diz respeito à graduação em Psicopedagogia Bossa (2007), afirma que ela surgiu há mais de 30 anos na Argentina, ressaltando que as práticas psicopedagógicas precedem a criação do próprio curso. Os profissionais detentores de outras formações como Sara Paín, filósofa, juntamente com um grupo de profissionais, sentiram a necessidade de ocupar um espaço que não podia ser preenchido pelo Psicólogo nem pelo Pedagogo, passando a fazer reeducação, em torno das funções egóicas, cuja finalidade consistia em resolver questões de fracassos na aprendizagem.

No território brasileiro, por sua vez, os primeiros cursos de especialização na área da Psicopedagogia datam da década de 70, consistindo na complementação da graduação de Educadores e Psicólogos, objetivando a solução dos problemas de aprendizagem. Tendo como base os modelos do Centro Médico de Pesquisas de Buenos Aires, os profissionais de Porto Alegre organizaram centros de estudos destinados à formação e atualização em Psicopedagogia.

A partir da proposta de criação do Conselho Federal e Regional de Psicopedagogia, aliado ao Projeto de Lei n° 3124/97 do Deputado Barbosa Neto, a profissão de Psicopedagogo passou a ter maior visibilidade. O Código de Ética que estabelece as diretrizes para a atuação psicopedagógica foi aprovado pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) em 1996, elencando as normas para a atuação do Psicopedagogo, tanto na área institucional, quanto no campo clínico, estabelecendo diretrizes para o fazer psicopedagógico.

Para além dos traços históricos apresentados, torna-se válido ressaltar, que a Psicopedagogia é um campo do saber recente e que suas ações psicopedagógicas, tanto na área clínica quanto institucional, buscam apoio em diversas áreas do conhecimento. Com isso Scoz (2011 p. 2) menciona que: “a psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades, e numa ação profissional deve englobar vários campos do conhecimento, integrando-os e sistematizando-os”. O que indica, portanto, que o aporte teórico-metodológico da Psicopedagogia é interdisciplinar e encontra-se em permanente construção.

A PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR

A Psicopedagogia institucional consiste no ato de identificar, analisar, bem como planejar intervenções psicopedagógicas, por meio das etapas do diagnóstico e do tratamento, constituindo-se como um trabalho interdisciplinar, que recorre a outras áreas do conhecimento, a fim de dar sugestões de mudanças curriculares, que viabilizem a aprendizagem de forma favorável ao sujeito cognoscente, com estratégias apropriadas para a adequação do processo de ensino-aprendizagem. Ao abordar sobre as funções do Psicopedagogo, a Psicóloga e Psicopedagoga, Nádia Bossa enfatiza que cabe a ele:

> [...] detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem; participar da dinâmica das relações da comunidade educativa, a fim de favorecer processos de integração e troca; promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupo; realizar processos de orientação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual quanto em grupo. (2007, p. 33).

Conforme se observa, a presença do Psicopedagogo no ambiente escolar tem um imenso valor, já que ele tem como principal objetivo promover a aprendizagem e o bem-estar dos sujeitos ensinantes e aprendentes e, consequentemente, o bom convívio destes em seus diferentes contextos socioculturais. Com sua escuta apurada e olhar diferenciado, ele é um profissional de suma importância no contexto escolar, uma vez que observa e lida com o sujeito aprendente em sua totalidade, ou seja, contempla suas especificidades, evitando com isso o isolamento do indivíduo das dimensões que permeiam o processo de aprendizagem.

Dentre suas funções no interior da escola, destaca-se o desenvolvimento de projetos de intervenção com professores, funcionários, diretor, família e alunos, no sentido de compreender as causas das dificuldades de aprendizagem e de intervir para o alcance da melhoria deste processo, nas mais variadas áreas, tais como afetiva, social, emocional e física, de modo a elevar a autoestima dos sujeitos.

Ao discorrer sobre a Psicopedagogia Visca (2012), afirma haver a necessidade da existência de um instrumento conceitual, que se apresente como elo entre os aspectos globais de um estudo diagnóstico. Observa-se com isso, que o âmbito institucional prescinde de uma ligação geral com todas as partes constituintes da instituição, que estejam comprometidas com a aprendizagem dos alunos, evidenciando que o Psicopedagogo precisa adquirir uma visão geral do recinto escolar, de modo a propor a melhor forma de aliar a teoria com a prática, desobstruindo as barreiras que limitam a efetivação da aprendizagem.

Ainda na concepção de Visca (2012), é salutar à listagem de alguns interacionistas, construtivistas e estruturalistas para a execução da práxis psicopedagógica, que deve partir da análise do contexto em que se desenvolve o processo de ensino aprendizagem; da leitura dos sintomas que emergem da interação social voltada para o sujeito que aprende; da explicação de causas que coexistem temporalmente com sintomas; da explicação da origem destas causas; da análise do distanciamento do fenômeno em relação aos parâmetros presentes no fenômeno atual, frente à presença e a ausência de processos corretores; e das indicações específicas, inerentes à atuação psicopedagógica.

Somado a isso, Barbosa (2001, p. 65), discorre sobre o elo desencadeador que envolve a aprendizagem humana no espaço institucional, ao pontuar que:

> A atuação psicopedagógica junto a um grupo ou instituição, para ser operante, precisa interpretar os papéis desempenhados, a forma como foram atribuídos e assumidos, assim como as expectativas que se encontram latentes neste movimento de atribuir e aceitar o papel. [...] A tarefa de cada um deve estar voltada para o aprender, desde a direção até a portaria ou o serviço de limpeza.

A partir de uma nova visão, sob uma ótica mais ampla, a Psicopedagogia institucional se propõe a romper com visões simplistas quanto às instituições de ensino, uma vez que essa área do conhecimento acredita que no espaço escolar todos os agentes da prática educativa necessitam atuar de forma integrada, a partir do entendimento de que numa instituição de ensino todos os profissionais que ali atuam precisam estar a serviço da aprendizagem.

Visualiza-se, portanto, a necessidade de uma organização sistêmica da Psicopedagogia institucional escolar, que parta de uma leitura que tem como foco a própria instituição educativa, visando seus aspectos multifacetados, sem desconsiderar, a observação da realidade, pois com isso, a aprendizagem encontrará espaços harmoniosos entre o grupo que constitui o recinto escolar, e terá respaldo para reduzir os impactos das dificuldades de aprendizagem, rompendo os fatores que geram o fracasso escolar.

Em vista disso, a Psicopedagogia implementa a partir do diagnóstico, as estratégias peculiares de tratamento, orientação e intervenção, destinadas a desenvolver processos harmônicos e favoráveis à aprendizagem. Por essa razão, a atuação psicopedagógica ganha força quando os docentes e a escola atuam de forma integrada, contemplando o público que precisa de atendimento relacionado aos problemas de aprendizagem.

Em decorrência disso, Oliveira, Camelo e Pereira, (2021, p. 07), destacam outro fator que pode favorecer o trabalho na instituição escolar: “torna-se necessário que haja avanços nas políticas públicas que visem à formação continuada dos professores especializados na área, assim como voltadas à formação de docentes em fase inicial”, visto que o objetivo universal da educação é assegurar educação de qualidade em todos os níveis educacionais para que haja a efetividade do aprendizado. Dessa forma, o trabalho psicopedagógico, aliado à mútua cooperação dos atores escolares, tende a alcançar resultados favoráveis à instituição.

DESAFIOS E IMPLICAÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Diante da complexidade do ato de aprender, em que muitas informações e vários aspectos devem ser observados, interpretados, avaliados e considerados, a Psicopedagogia institucional, frente ao

contexto escolar, configura-se como uma mola propulsora na prevenção dos obstáculos inviabilizantes da aprendizagem.

Conhecer as etapas de construção do saber, bem como compreender as extensões relativas ao contexto escolar, sem desconsiderar os discentes, docentes e demais profissionais que atuam dentro da escola, fazendo com isso um forte elo entre os aspectos afetivos e cognitivos, culminando em práticas escolares exitosas, são incumbências do psicopedagogo, uma vez que, dessa forma ele fará com que a evolução do sujeito que aprende ocorra de maneira equilibrada e harmoniosa nas categorias orgânica, emocional, cognitiva e social.

Compete ao Psicopedagogo auxiliar os docentes e demais profissionais inseridos no contexto escolar, nas demandas psicopedagógicas. Por outro lado, este profissional deve promover momentos de orientação aos pais dos alunos, cooperando com a gestão escolar, com vistas a boa integração de todos os sujeitos que compõem a instituição e, acima de tudo, amparar o aprendente que esteja sofrendo, a fim de identificar as causas de seu sofrimento e encaminhá-lo à profissionais que lhe assegurem o devido tratamento para seu sofrimento.

Em contrapartida, os desafios enfrentados pelo Psicopedagogo para a efetivação do seu trabalho psicopedagógico são diversificados. No ato de sua chegada à instituição escolar, os profissionais que ali atuam possuem certa crença no mito de que o Psicopedagogo vá resolver todos os problemas ali existentes, sejam eles dificuldades de aprendizagem, indisciplina, evasão escolar, ou ausência de estímulo.

Outro mito é que este é o profissional que vai salvar o aluno, quando na verdade o aprendizado depende do entendimento de cada docente ao refletir e planejar, os métodos de como trabalhar com alunos que precisam de apoio, haja vista que muitos profissionais em sala de aula deixam de dar a devida atenção ao aluno com problemas de aprendizagem por diversos motivos, dentre eles, está o desconhecimento de como trabalhar com este público, crendo nos rótulos de que este aluno não possa aprender e isso prejudica a instituição escolar.

Por não compreenderem que os resultados do trabalho psicopedagógico não são imediatos, os professores e, até mesmo a equipe gestora, acabam desacreditando na eficácia do trabalho do profissional da área da Psicopedagogia. Essa visão equivocada a despeito do trabalho desenvolvido pelo Psicopedagogo necessita de um trabalho de esclarecimento quanto à importância das ações psicopedagógicas capazes de gerar melhorias para a instituição.

Na visão de Barbosa (2001), os recintos escolares caracterizam-se como um espaço concebido para a realização do processo de ensino-aprendizagem, com vistas ao alcance e propagação do conhecimento, provenientes de uma longa construção histórica, que muitas vezes, não dá a devida atenção aos desequilíbrios dos sujeitos aprendentes, tornando-os seres incompreensíveis, que passam a desacreditar na própria capacidade de aprender.

Em face dessa realidade, a Psicopedagogia, como área do saber, que atua destemidamente com o processo de aprendizagem, pode contribuir com a entidade escolar na missão de resgatar o prazer pelo aprender, através do estímulo à curiosidade. Para Freire (1996, p. 154): “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade [...]”. Essa linha de raciocínio indica um elemento essencial à atuação do Psicopedagogo, pois propõe uma ferramenta decisiva para o alcance da aprendizagem, apresentando-a como fonte de prazer, bem como, fazendo uso do diálogo como mecanismo de estímulo à curiosidade.

Outro desafio que pode ser destacado na área da Psicopedagogia no contexto escolar consiste na resistência à mudança. Infelizmente o fracasso escolar nem sempre é um problema que se encontra apenas no sujeito aprendente, mas que pode estar situado no ensinante. Dada esta realidade, o trabalho do Psicopedagogo é visto como algo importuno ou desnecessário; isto culmina num grande desafio a ser solucionado, que exigirá deste profissional um trabalho estratégico e delicado junto aos professores.

Para Bassedas (1996), as instituições de ensino trabalham para manter um equilíbrio entre os arranjos que produzem uma transformação, tencionando a conservação da estabilidade escolar, o que converge na homeostase propriamente dita, que resultará no equilíbrio de sobrevivência. O desafio do Psicopedagogo em face desse contexto é mobilizar os diversos segmentos do estabelecimento de ensino para gerar mudanças que favoreçam a aprendizagem de modo concreto, combatendo situações de comodidade ou de conflitos.

A atuação da Psicopedagogia deve recorrer a várias instâncias da ciência para alicerçar a sua atuação. Para tanto, nota-se que o ato filosófico, que se utiliza da reflexão, é um dos pilares para a atuação do Psicopedagogo, pois “A função da reflexão é criar uma nova situação em que a dificuldade se ache resolvida, a confusão esclarecida, a perturbação aliviada, a questão proposta, respondida” (Dewey, 1959, p. 17 Apud Carvalho, 2006). Logo, transformar uma situação de obscuridade, dúvida, conflito, distúrbio de algum gênero, numa situação clara, coerente, assentada e harmoniosa é uma das atribuições do profissional da área da Psicopedagogia visto que:

> [...] o psicopedagogo é alguém que convoca todos a refletirem sobre sua atividade, a reconhecerem-se como autores, a desfrutarem o que têm para dar. Alguém que ajuda o sujeito a descobrir que ele pensa, embora permaneça muito sepultado, no fundo de cada aluno e de cada professor. Alguém que permita ao professor ou à professora recordar-se de quando era menino ou menina. Alguém que permita a cada habitante da escola sentir a alegria de aprender para além das exigências de currículos e notas (Fernández, 2001, p. 54).

Conforme o exposto, apreende-se que o papel do Psicopedagogo na instituição escolar visa a articulação e mobilização dos agentes conjunturais que integram o estabelecimento de ensino. Por se tratar de uma atuação profissional que busca e intervém nos problemas relacionados à aprendizagem, torna-se comum e até inerente a profissão do Psicopedagogo, a concepção errônea dos sujeitos envolvidos no ato de aprender, de que este profissional é alguém que vai interferir, isto é, atrapalhar o desenvolvimento da rotina estabelecida nas escolas. Este equívoco, por sua vez, demonstra que exercer sua profissão é um enorme desafio para esses profissionais, havendo a necessidade de esclarecimentos constantes em sua atuação.

Como se observa, a atuação do Psicopedagogo caracteriza-se como uma prática bastante desafiadora por ter que atuar de forma preventiva, no sentido de detectar os bloqueios de aprendizagem, antes que estes se instalem e, posteriormente, ter que sinalizar a um possível diagnóstico. Este trabalho configura-se como uma práxis que deve estar vinculada, prioritariamente, ao saber, a criatividade, a discrição, de forma a viabilizar adaptações ao trabalho a que se propõe, trazendo consigo um olhar diferenciado em face das necessidades educativas e possibilidades de atuação face às circunstâncias em que ele precisa atuar.

Por outro lado, visualiza-se outro imenso desafio para esta área do conhecimento, centralizada na ausência de parceria entre a família e a escola, uma vez que, mesmo havendo entre ambas um desejo em comum, aquela nem sempre se une a esta para que ele possa se concretizar, todavia é necessário que escola e família estejam “[...] em inter-relação contínua, mesmo que nem sempre sejam obtidas atuações adequadas, já que, muitas vezes, agem como sistemas contrapostos mais do que como sistemas complementares” (Bassedas, 1996. p. 66). Por isso, insistimos na importância de que a presença do Psicopedagogo nos estabelecimentos de ensino equivale ao rompimento de protótipos existentes na escola, que devem ser reavaliados, com base reflexiva.

A equipe escolar precisa propiciar a aprendizagem pautada nos ideais de igualdade, equidade, ética, voltando seu olhar para a individualidade dos sujeitos, bem como respeitando a diversidade como um

aspecto preponderante para a existência da interação entre os sujeitos aprendentes, ensinantes, equipe gestora e todos os outros seguimentos da equipe escolar.

Inferimos assim, que o papel do Psicopedagogo no âmbito escolar consiste numa prática de suma importância, já que ele fomenta a devida orientação educacional, promove a intervenção curricular, viabiliza as mudanças necessárias ao projeto político pedagógico (PPP), auxilia os docentes na adoção de métodos de ensino adequados, e também, na identificação das formas de aprender e ensinar do professor, além de contribuir para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre a entidade escolar e as famílias, possibilitando, portanto, um elo cooperativo entre essas duas importantes instituições sociais.

METODOLOGIA

Contribuir para a sociedade acadêmica é de extrema importância para ambos os públicos, seja ele o público escritor ou leitor, porém é importante destacar que essa contribuição não acontece de modo isolado, para que ela ocorra é necessário que outros pesquisadores também compartilhem saberes, fundamentando e alimentando argumentos para a escrita. Com base no expresso dar-se início a leituras aos teóricos que abordam a linha de raciocínio do tema escolhido para pesquisa escrita, esse processo é chamado de pesquisa bibliográfica, que segundo Freitas e Prodanov (2013, p.102):

> Normalmente, fazemos uma pesquisa bibliográfica prévia, de acordo com a natureza da pesquisa, passando, em seguida, aos detalhes desta, determinando as técnicas a serem utilizadas na coleta de dados, a fonte da amostragem, que deverá ser significativa, isto é, representativa e suficiente para apoiar conclusões, além das técnicas de registro desses dados e as de análise posterior.

A questão da pesquisa prévia de acordo com a natureza da pesquisa compõe o planejamento do estudo, que é de extrema importância para o sucesso do trabalho. Atendendo a necessidade de planejamento do estudo, é relevante ratificar que “O planejamento é primordial para o desenvolvimento da pesquisa científica”. (Freitas; Prodanov, 2013, p. 102). Ancorada em uma abordagem qualitativa, apropriando-se de uma bibliografia que dá conta da explanação da área psicopedagógica, oferecendo uma revisão da literatura adotada, a pesquisa ganhou forma através do seu aporte teórico, que subsidiou as reflexões explanadas no estudo.

Após esse processo construtivo e paralelo a ele foi realizada a escrita do estudo, sempre seguida de constantes revisões e adequações de pensamentos, de acordo com as obras selecionadas, seguindo os critérios de data de publicação e relevância para o saber acadêmico, para desse modo chegar a uma

linha argumentativa concisa, de opinião construtiva em torno das atualizações concernentes a área da Psicopedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões abordadas nesta pesquisa, apreende-se que a Psicopedagogia se desenvolve a partir do estudo do processo de aprendizagem humana e de suas dificuldades, sejam elas de origem patológicas ou não, unindo vários campos do conhecimento, de maneira sistematizada. Ela possui caráter eminentemente preventivo, podendo intervir, também, para o tratamento dos problemas de aprendizagem instalados nos estabelecimentos de ensino, apresentando-se como uma grande aliada da escola frente aos insucessos escolares.

Considerando o contexto histórico em que a Psicopedagogia está inserida quanto ao delineamento de suas práxis psicopedagógica, foi possível alcançar conhecimentos relevantes quanto ao papel do Psicopedagogo no contexto escolar, bem como sobre as implicações e os desafios a que estes profissionais são submetidos no exercício de suas funções psicopedagógicas.

Foram elencados neste estudo diversos desafios enfrentados pelos profissionais formados em Psicopedagogia. Contudo, mediante os mecanismos e estratégias inerentes ao trabalho psicopedagógico, observa-se que este profissional corresponde a uma das peças fundamentais para que a aprendizagem ocorra de forma efetiva no âmbito escolar, haja vista que seu foco é viabilizar a aprendizagem, no sentido de erradicar os obstáculos que impedem que isso ocorra de modo satisfatório e harmonioso.

Percebe-se assim, que este trabalho traz elucidações pertinentes relacionadas a esta área do saber, evidenciando as contribuições da Psicopedagogia institucional escolar, mesmo diante dos desafios que lhe são impostos. Por outro lado, constata-se que o trabalho escolar possui maiores chances de práticas exitosas quando este é desenvolvido com o apoio do profissional Psicopedagogo, já que sua atuação traz uma macro visão das práticas de ensino e oferece estratégias essenciais para a otimização do processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, mesmo diante dos incontáveis desafios da efetivação do trabalho realizado pelos profissionais da área da Psicopedagogia nos espaços escolares, recomenda-se como elemento favorável às práticas de ensino, que o Psicopedagogo tenha espaço para sua atuação nas instituições de ensino, sendo visto como aquele que ali se encontra para contribuir com os processos educativos

e auxiliar nas demandas socioemocionais, com vistas à resolução de conflitos, rompendo com os obstáculos que impossibilitam o acesso à aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARBOSA. Laura Monte Serrat. A Psicopedagogia no âmbito da instituição escolar. Curitiba: Expoente, 2001.

BASSEDAS. E. et al. Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico. Tradução: Neves B.A. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996.

BOSSA, Nádia Aparecida. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2007.

CARVALHO, Marlene Araujo de. Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CÓDIGO DE ÉTICA DA ABPP, In: Revista Psicopedagogia. São Paulo. v. 12, nº 25, p. 36-37, ABPp, 1996.

FERNÁNDEZ, Alícia. O idioma do aprendente: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Tradução: Hickel NK. Porto Alegre: Artes Médicas; 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 21. ed.

São Paulo: Paz e terra, 1996.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GRIZ, Maria das Graças Sobral. Psicopedagogia: um conhecimento em contínuo processo de construção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

OLIVEIRA, Guilherme Laranjeira Mendonça; CAMELO, Aline Cristina Pereira da Silva; PEREIRA, Alana Ermília Paiva. Formação de professores para Educação Especial: perspectivas históricas entre Brasil e Portugal. Revista Mosaico, v. 12, n. 3, p. 02-08, 2021. Disponível em http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2784/1732 Acesso em 08 Dez. 2023.

SCOZ, Beatriz J. L. Psicopedagogia e realidade escolar: problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

VISCA, Jorge. Introdução aos jogos lógicos no tratamento psicopedagógico: história, regras e significado psicopedagógico. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2012.

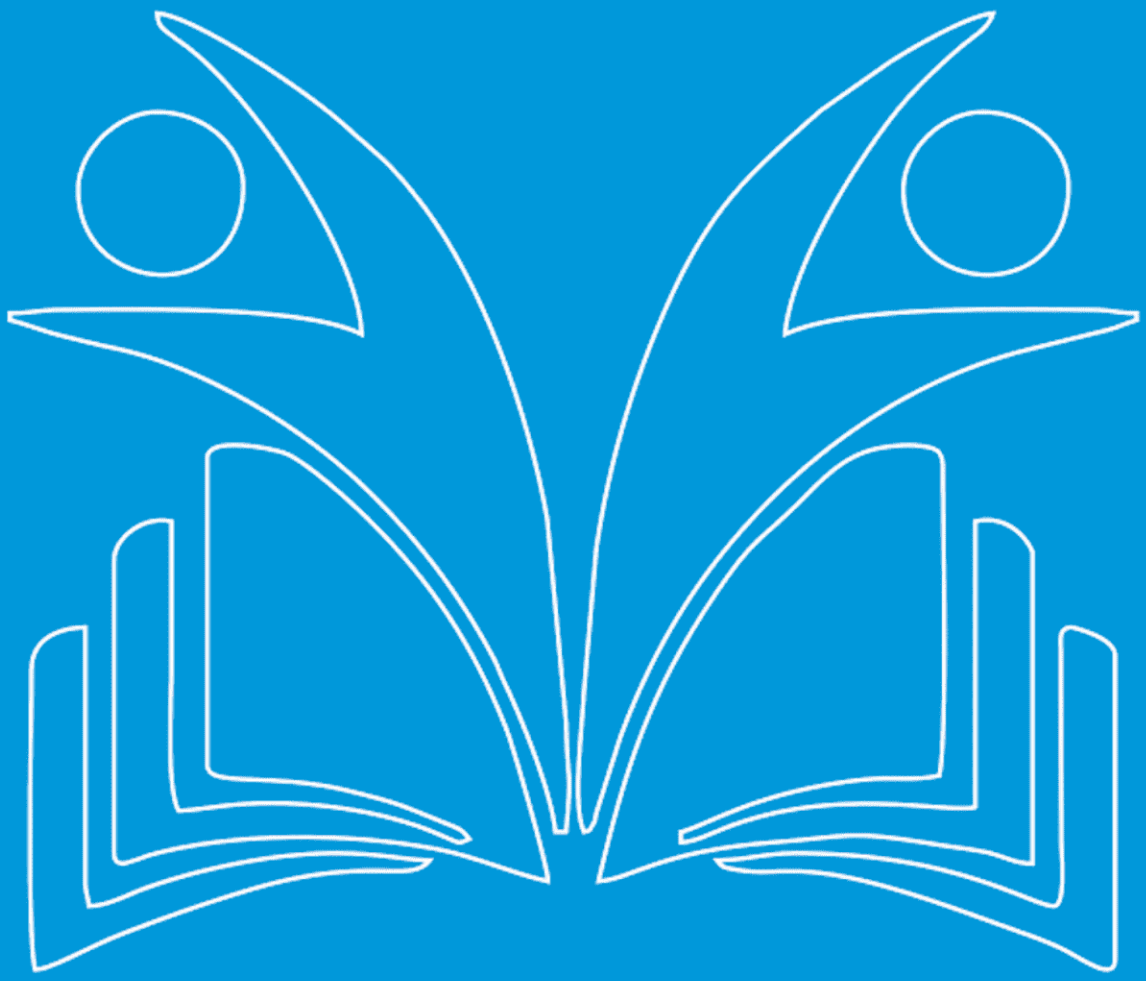
Capítulo 7

10.37423/231208556

A SÉTIMA ARTE E OS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA

JAMMERSON GOMES SOARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



Resumo: O presente texto tem por objetivo apresentar reflexões acerca das teorias dos sociólogos clássicos a partir dos filmes ‘‘O enigma de Kasper Hauser (1974), ‘‘Ponto de mutação (1990) e Sonhos (1990). Como metodologia foi utilizado a observação desses filmes e apresentada citações de personagens que os compõem com a finalidade de correlacionar essas falas com as teorias de Durkheim, Marx e Weber, sociólogos clássicos. A pesquisa demonstrou a relevância que esse tipo de reflexão traz, mostrando os filmes a grande capacidade de refletir a realidade, esta, amplamente discutida pelos clássicos da Sociologia.

Palavras-chave: Filme; Sociedade; Teoria; Reflexão; Clássicos.

INTRODUÇÃO

O cinema tem um poder incrível de nos fazer imaginar. O que muitas vezes não conseguimos realizar devido as nossas limitações físicas, de tempo e de espaço, a sétima arte retrata muito bem por meio dos seus filmes cheios de efeitos especiais, que tem por finalidade prender a atenção dos espectadores levando-os a um mundo imaginário e de acontecimentos inesperados.

Ao mesmo tempo que os filmes podem nos transportar para lugares que não existem e nos apresentar personagens fantasiosos, essa sétima arte também possui a capacidade de demonstrar com veemência a nossa realidade. Os dramas que os seres humanos passam, estando estes inseridos em sociedade, são externados cotidianamente por meio de diversos filmes que são produzidos. Refletir sobre o contexto social que nos circunda por meio da produção cinematográfica é uma atividade bastante promissora, mesmo tendo a certeza que essa reflexão poderá nos fazer ficar mais decepcionados com os desacertos da humanidade no decorrer dos tempos.

Diante dessa capacidade dos filmes de demonstrar a realidade e nos fazer refletir acerca dos dilemas sociais, esta pesquisa tem como proposta apresentar algumas conexões que três filmes externam com a teoria social dos três sociólogos clássicos Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber.

Os filmes que serão aqui discutidos, relacionados com as teorias dos sociólogos acima citados serão os seguintes: ‘‘O enigma de Kasper Hauser’’ (1974), do diretor Werner Herzog; ‘‘Ponto de mutação’’ (1990), com a direção de Bernt Amadeus Capra; ‘‘Sonhos’’ (1990), do diretor Akira Kurosawa. Nesta ordem, os filmes serão apresentados. Num primeiro momento será feito um breve e objetivo resumo sobre o enredo da obra e, logo após, algumas falas dos personagens serão citadas fazendo-se a partir delas uma comparação com as principais características das teorias sociais dos sociólogos clássicos.

Reafirma-se a importância da sétima arte como meio pelo qual a realidade pode ser representada, assim como também sua função de encaminhar reflexões acerca das principais questões que envolvem o homem em sociedade.

O ENIGMA DE KASPER HAUSER (1974)

Este filme tem como enredo a história de um homem que foi criado desde criança em cativeiro. Passou toda a sua infância, adolescência e juventude privado de liberdade, isolado socialmente. Já em sua fase adulta, foi libertado pelo homem que o prendia e levado a um vilarejo, onde seu destino ficaria a cargo das pessoas ali residentes. É a partir desse encontro com os habitantes do pacato lugar e o relacionamento de Kasper com essas pessoas que a história do filme vai se desenrolar.

Assim que os moradores entendem que Kasper seria uma ameaça àquela comunidade, podendo o mesmo trazer perigo aos seus habitantes devido ao fato de o mesmo não ter uma identidade definida, chama a atenção uma frase suscitada por um dos investigadores no momento em que se estava fazendo a inspeção daquele ‘‘ser estranho’’ que quebrou com a ‘‘normalidade’’ da vila: ‘‘Precisamos enquadrá-lo nas normas legais’’ (HERZOG, 1974, 31:33). Apresenta-se aqui a ideia de que todos os habitantes de uma determinada comunidade deve se submeter as normas previamente estabelecidas. Essas leis se destacam como meios coercitivos para subjugar todos aqueles que não se comportam adequadamente às regras impostas, tendo estas a finalidade de regular o bem social e promover o bem coletivo. As leis são um exemplo de Fato Social, que segundo Durkheim:

> É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2007, pg. 13)

As leis do vilarejo nas quais o personagem principal teria que ‘‘se enquadrar’’ e de acordo com elas ser investigado, é um fato social por possuir exterioridade, ou seja, estar fora do indivíduo; generalidade, pois todas as sociedades possuem normas e regras; coercitividade, pelo fato de exercer força e influência sobre a pessoa tendo que esta se submeter ao que é imposto. Como diz Durkheim, ‘‘... eis portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção’’ (DURKHEIM, 2007, pg. 3), Kasper agora não estava alheio a essas normas pré- estabelecidas, precisava ser julgado e disciplinado de acordo com as regras da comunidade.

Após passar por um tempo preso em uma torre, sendo frequentemente visitado pelos moradores da cidade que enxergavam Kasper como uma atração devido ao seu comportamento semelhante a uma criança ou animal não domesticado, o protagonista do filme termina sendo adotado por um homem rico que vai conceder-lhe a educação que ele necessita para melhor se comportar em sociedade e diante das pessoas que o circundava.

Na casa desse homem influente, depois de ouvir uma música que é tocada ao piano, Kasper externa a emoção que sente diante daquele som, afirmando que estava muito velho. O senhor então declara diante dessa afirmação: ‘‘Kasper, você mal começou a viver’’ (HERZOG, 1974, 1:00). Essa frase revela o lugar que o processo educativo possuía para aquela comunidade, pois mesmo sendo Kasper já um homem adulto, fica explícito o entendimento de que os homens só passam a viver, ou seja, ‘‘ser alguém na vida’’, quando são inseridos na esfera educacional. Sobre isso Durkheim falou que ‘‘a

educação tem justamente por objeto produzir o ser social; pode-se, portanto, ver nela, como que resumidamente, de que maneira esse ser constituiu-se na história'' (DURKHEIM, 2007, pg. 6). Para o sociólogo francês é por meio da educação que o indivíduo se constitui como sujeito social. Kasper precisaria internalizar àquilo que era valorativo para aquela comunidade para que só assim viesse se constituir um participante da coletividade e possuidor de uma história.

Em outra cena bastante interessante, os religiosos da época começam a questionar Kasper acerca da existência da divindade. Eles perguntam ao protagonista se no cativeiro ele possuía alguma noção de Deus, se ele tinha sido elevado a algum tipo de conclusão sobre as coisas espirituais. Kasper então responde: ''... no cativeiro eu não pensava em nada, e não consigo imaginar que Deus do nada criou tudo, como vocês me disseram'' (HERZOG, 1974, 1:03). Aqui vemos um forte interesse dos párocos do vilarejo de impor a religião predominante da época à Kasper. Quando introduz a obra ''A Ideologia Alemã'' de Karl Marx, o autor Gorender declara o seguinte:

> ''Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias das classes dominantes são as ideias dominantes em cada época. A classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante'' (GORENDER, 2001, pg. XXXII).

Para Marx, a classe dominante tem o poder de impor sobre os indivíduos seus interesses e ideologias. Pelo fato de possuir os recursos necessários para influenciar todas as áreas da vida das pessoas, aqueles que estão no poder exercem sobre a sociedade a capacidade de convencê-los a acreditarem naquilo que lhes é apresentado, seja por imposição ou medo. Assim acontece com a questão religiosa, também retratada no filme. Kasper estava sendo impelido a aceitar a profissão de fé predominante à época, sendo ele muitas vezes considerado um homem insubordinado por não se ''convencer'' de bom grado a crença que estava sendo apresentada.

Uma outra cena que podemos destacar relacionando-a com as teorias dos clássicos é quando Kasper é apresentado à alta sociedade da época. Numa festa, ele é exposto aos olhos dos habitantes mais nobres da redondeza e, com desdém, o responsável pelo evento declara o seguinte acerca do protagonista: ''... como ele é cômico, um verdadeiro filho da natureza'' (HERZOG, 1974, 1:03).

Destaca-se mais uma vez aqui a noção de que aquele que não foi ''domesticado'' por meio das regras sociais e da educação imposta pela sociedade é considerado como um bicho, um animal que precisa ser domado e adestrado para o bem de todos. Comentando o pensamento de Durkheim sobre essa reflexão, Sell (2002) declara que para o sociólogo francês ''é a sociedade que age sobre o indivíduo, modelando suas formas de agir, influenciando suas concepções e modos de ver, condicionando e

padronizando o seu comportamento'' (SELL, 2002, pg. 29). É esse comportamento padronizado que os habitantes da cidade queriam que Kasper apresenta-se, a ausência desse modo ''natural'' de ser fazia com que ele fosse considerado uma pessoa excêntrica que necessitava urgentemente de um ''banho de sociedade''.

PONTO DE MUTAÇÃO (1990)

O filme tem como enredo um extenso diálogo entre três personagens. Um deles é um ex-candidato à presidência e senador dos Estados Unidos que decide ligar para o seu amigo, um poeta que mora na França para lá passar alguns dias com o propósito de refletir um pouco acerca de como ficaria o seu futuro político. Ao chegarem em uma pequena cidade, que ficava sobre um antigo castelo medieval, eles começam a conversar sobre diversas questões da vida, participando desse diálogo uma terceira pessoa, uma doutora em Física que aproveitava o contexto pacato do lugar para ler e viver a sua aposentadoria. Diversas questões são levantadas no decorrer da conversa dos três, temas como o sentido da vida, a vocação científica, a vocação política, teorias acerca das leis do Universo, relacionamento interpessoal, preservação do meio ambiente, visão de mundo etc., são trazidos à tona. Algumas dessas falas podemos destacar aqui com o intuito de relacioná-las com algumas das teorias dos sociólogos clássicos.

Logo ao encontrar com o seu amigo senador de carro e antes de levá-lo para um passeio pelos arredores do castelo medieval, o poeta inicia um diálogo consigo mesmo, referindo-se ao recém-chegado. Após algumas afirmações do político, o escritor em seus pensamentos externa a seguinte frase: ''Sempre atento e dizendo a coisa certa para cada ocasião. Ele vê a vida como uma coletiva à espera de sua opinião'' (CAPRA, 1990, 03:33). Essa afirmação demonstra o caráter de todo agente político, daquele que tem em suas mãos a habilidade do convencimento por meio de seu discurso e argumentos. Sobre isso, Weber declara que ''... a autoridade carismática baseia-se na 'crença' no profeta ou no 'reconhecimento' que encontram pessoalmente o herói guerreiro, o herói da rua e o demagogo, e com eles cai'' (COHN, 1999, pg. 136).

A maneira de pensar do amigo escritor em relação ao seu amigo político está inteiramente correlata com o que Max Weber define por autoridade ou dominação carismática. Os políticos possuem essa habilidade de elaborar da melhor forma possível aquilo que irá falar aos seus ouvintes com o intuito de convencê-los de que o seu discurso é verdadeiro e tem sentido. Muitas vezes esses políticos são

divinizados, considerados heróis e vistos como aqueles que poderão resolver todo e qualquer problema das pessoas ou de determinada comunidade.

Outra cena e fala que podemos associar à teoria dos clássicos é uma envolvendo o diálogo agora da personagem que é doutora em Física com o poeta e o político. Explicando sobre a teoria racionalista de René Descartes e sua forma de fazer ciência, a doutora se remete ao político associando a sua vocação à forma de se buscar a verdade por meio do método cartesiano. Ela declara o seguinte: ‘‘... mas vocês políticos parecem ainda ter essa máquina dentro de suas cabeças...’’ (CAPRA, 1990, 23:10). Isso ela afirmou apontando para uma antiga máquina, comentando acerca da funcionalidade da mesma e associando esse processo à maneira de fazer política. Essa característica racionalista e metódica surgiu com o advento da modernidade, onde houve um desencantamento do mundo e as questões subjetivas foram deixadas de lado no desenrolar do processo científico. Citando o pensamento de Weber sobre essa questão, Sell (2002) afirmou o seguinte:

> Para o pensador alemão, a modernidade se caracteriza pelo processo de racionalização (que é uma consequência do desencantamento do mundo). E embora a razão tenha trazido para o homem a capacidade de dominar o mundo, especialmente através da ciência e da técnica, trouxe também consequências negativas: a perda de sentido e a perda de liberdade (SELL, 2002, pg. 56).

Prosseguindo o diálogo, ainda sobre a temática do agir político, o senador agora externa o que ele entende por essa atividade. Ele foi por diversas vezes inquirido sobre o seu modus operandi, se sua atividade era legítima e se propunha a alcançar de fato o bem comum. Ele então evidencia a sua conclusão sobre o sentido da política declarando o seguinte: ‘‘A política é um sistema baseado em pessoas. É a arte de pôr pessoas em acordo sobre certas ações’’ (CAPRA, 1990, 29:29). Diante dessa afirmação, cabe-nos lembrar daquilo que Weber entendia por dominação. Segundo Sell (2002), para o sociólogo alemão dominação significa ‘‘a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato’’ (SELL, 2002, pg. 66). O senador compreendia que sua expertise consistia em convencer as pessoas de que suas propostas externavam a ideia do trabalho em prol da coletividade, ficando evidente mais uma vez que esse processo de dominação, aqui de maneira específica o carismático, é que está em voga.

É trazida mais uma vez à discussão entre os três personagens qual era o sentido do fazer político e do ser político. O senador novamente expõe o seu pensamento sobre a questão. Tentando se defender em relação ao seu trabalho e àquilo que era enquanto agente público ele declara em relação ao povo: ‘‘Tenho o dever de representá-los. Não depende só de mim. O povo é que deve determinar o curso e

o governo acha os meios de dar ao povo o que ele quer'' (CAPRA, 1990, 118). Ele então demonstra que é um ''servo'' do povo, trabalha para ele e está totalmente à disposição daqueles que o elegeu para o cargo que possui.

O sociólogo Max Weber vai falar sobre isso em seu texto ''A política como vocação'', ele diz que "... há duas maneiras de fazer política. Ou se vive para a política ou se vive da política. Nessa oposição não há nada de exclusivo. Muito ao contrário, em geral se fazem uma e outra coisa ao mesmo tempo, tanto idealmente quanto na prática". Ele também afirma: "Daquele que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que "vive da política" e diremos, no caso contrário, que "vive para a política" (WEBER, 1967, págs. 64-65). O senador parece demonstrar em sua fala que tanto vive para a política como também vive da política. Foi por isso que ele inclusive viajou para encontrar-se com o seu amigo escritor, com a finalidade de convencer ao mesmo de ser seu assessor numa nova tentativa de se eleger à presidente dos Estados Unidos.

Depois da doutora em Física externar todo o seu conhecimento acerca das leis naturais e resumir estas a simples movimentos pré-programados deixando de lado a subjetividade humana e sua capacidade de envolver-se com o meio no qual está inserido, o poeta faz a seguinte declaração: ''... a vida é infinitamente mais que as suas ou as minhas obtusas teorias a respeito dela'' (CAPRA, 1990, 1:42). Com a sua teoria da ação social e demonstrando que é impossível apegar-se a uma cega objetividade no fazer científico, Weber declara: ''...nenhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na significação que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações singulares'' (COHN, 1999, pg. 96).

SONHOS (1990)

Este filme é composto por episódios fragmentados que se apresentam como sonhos tido por alguns personagens. Nesses sonhos, são evidenciadas por meio de todo um aparato imaginativo e de exagero visual, críticas muito duras aos comportamentos inadequados da humanidade em relação ao meio ambiente e aos seus semelhantes.

Num desses ''sonhos'' o personagem principal, um homem de meia idade, encontra-se num lugar que teria sofrido terríveis danos devido a poluição e a utilização de resíduos tóxicos. Os homens também foram afetados, tendo sido os mesmos transformados em ''demônios'' por causa da exposição da radioatividade e degradação da natureza. Em um diálogo com um desses demônios, o protagonista da cena ouve a seguinte afirmação: ''A humanidade estúpida fez isso. Fez nosso planeta um terreno

baldio de lixo tóxico. A natureza desapareceu da Terra, a natureza que nó costumávamos desfrutar'' (KUROSAWA, 1990, 1:28).

Esta afirmação do ''demônio'', ser humano que tinha se transformado em uma figura animalesca e degenerada por causa da exposição à produtos tóxicos, é externada em um ambiente degradante que passara a ter um papel de grande ''lixão'' a céu aberto onde homens, plantas e animais sofreram mutações incontornáveis. Essa crítica do demônio ao modo de agir da humanidade lembra o caráter metodológico utilizado por Karl Marx em seu fazer sociológico. Sell (2002) declara que ''... com Marx, a sociologia vai assumir uma vocação crítica, voltada para o desmascaramento e a superação da formação social capitalista'' (SELL, 2002, pg. 70). Enquanto Durkheim lutava por uma Sociologia que tinha por objetivo contribuir para a manutenção da sociedade e suas instituições, Marx traz a proposta de colocar-se como um sujeito crítico que oferece uma proposta de modificação daquilo que é tido por natural, promovendo assim uma revolução e o desmantelamento do domínio capitalista que a corrói.

No prosseguimento da conversa entre o homem, que parece ser um viajante, e o demônio, o homem pergunta como ele faz para se alimentar. O demônio então responde: ''Não há comida. Alimentamo-nos de nós mesmos. Os fracos vão primeiro. Agora já está na minha vez. Mesmo aqui há categorias'' (KUROSAWA, 1990, 1:30). Surge então no diálogo a ideia do conceito de classe, evidenciando-se uma divisão existente entre os próprios demônios, onde os que tinham três chifres comiam os que tinham dois chifres e estes comiam os que tinham um chifre. Sobre a questão de classes, temática bastante discutida pelos sociólogos clássicos, Giddens vai destacar:

> A classe continua exercendo uma grande influência em nossas vidas, e a condição de membro de uma classe está correlacionada a uma variedade de desigualdades, que vão desde a expectativa de vida e a saúde física de um modo geral até o acesso à educação e aos empregos bem-remunerados'' (GIDDES, 2010, pg. 251).

Fica evidenciada a noção de divisão entre as pessoas que gera as diversas desigualdades que há na sociedade. Aqueles que não possuem, por exemplo, os meios de produção, como já dissera Marx em suas obras, está totalmente subserviente aos que detém esses meios. O demônio em seu discurso faz reverberar uma realidade que existe em todas as sociedades. Os que têm mais poder, status e bens, são os que dominam sujeitando os mais fracos aos seus interesses.

Em um outro sonho relatado pelo filme, o personagem principal que se apresenta também como um viajante, chega há uma comunidade isolada onde não há a presença ou influência do modo de vida urbano e capitalista. Ele fica surpreso ao observar que algumas crianças ao passarem por uma pedra

deixam em cima dela flores. Ao questionar a um ancião o porquê daquele ato, o idoso responde que há muito tempo se fazia isso, em homenagem a um antigo cidadão que teria morrido próximo do rio tendo sido o seu corpo enterrado embaixo daquela pedra. Ainda respondendo ao viajante, o idoso declara: ‘‘Tornou-se costume colocar flores ali, não só os meninos. Também todos os aldeões põem flores ali quando passam, apesar de não saberem o motivo’’ (KUROSAWA, 1990, 1:46).

Percebe-se diante da afirmação do ancião o comportamento repetitivo dos habitantes da comunidade devido a uma prática que se fazia a muito tempo. Não havia indagações ou questionamentos do significado daquele ato, mas uma reprodução dessa atividade como um ritual que caracterizava aquele lugar. Falando acerca dessa imposição de comportamento e hábitos a quais nos sujeitamos, Durkheim declara que ‘‘a maior parte de nossas ideias e de nossas tendências não é elaborada por nós, mas nos vem de fora, elas só podem penetrar em nós impondo-se; eis tudo o que significa nossa definição’’ (DURKHEIM, 2007 pg. 4). Mais uma vez verifica-se a influência da sociedade sobre os indivíduos, levando-os a fazerem ou se comportarem de acordo com o que é comum para aquela determinada comunidade, mesmo que os seus integrantes não compreendam o porquê de tais atitudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das citações de cada filme expostas acima, podemos perceber a relevância que a sétima arte possui em trazer reflexões acerca da sociedade em que vivemos. Isso fica muito evidente quando temas como desigualdade social, degradação do meio ambiente, a influência do social sobre o indivíduo, a exploração da natureza, o desencantamento do mundo etc., são apresentados para que seja produzida uma crítica ou melhor esclarecimento sobre essas questões.

Quando esses temas são correlacionados com aquilo que os sociólogos clássicos refletiram sobre os mesmos, nosso leque de informações e visão de mundo se expande pela possibilidade de desnaturalizar àquilo que é visto como normal em nossa sociedade. Fica então evidente que a junção entre a teoria clássica e sua representação por meio do cinema é de extrema importância para a formação de indivíduos críticos que se importam em questionar a sua realidade e buscam promover o bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPRA, Bernt Amadeus. Ponto de mutação. Youtube. Disponível em:

< https://www.youtube.com/watch?v=Q-c5_xnRsTI>. Acesso em 26 de julho de 2021. 1:51:08.

COHN, Gabriel. Weber. A ‘‘Objetividade’’ do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais, n° 13. São Paulo: Ática, 1999, pp. 79-127.

. Weber. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais, n° 13. São Paulo: Ática, 1999, pp. 128-141.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. 3° ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GIDDES, Anthony. Classe, Estratificação e Desigualdade. In: Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2010, pp. 234-253.

GORENDER, Jacob. Introdução: o nascimento do materialismo histórico. In: MARX, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 200, pp. VII-XLIII.

HERZOG, Werner. O enigma de Kasper Hauser. Youtube. Disponível em:

< https://www.youtube.com/watch?v=Wplj0ITkwho>. Acesso em 26 de julho de 2021. 1:49:35.

KUROSAWA, Akira. Sonhos. Youtube. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=kP7uzkXEmyw. Acesso em 27 de julho de 2021. 1:59:44.

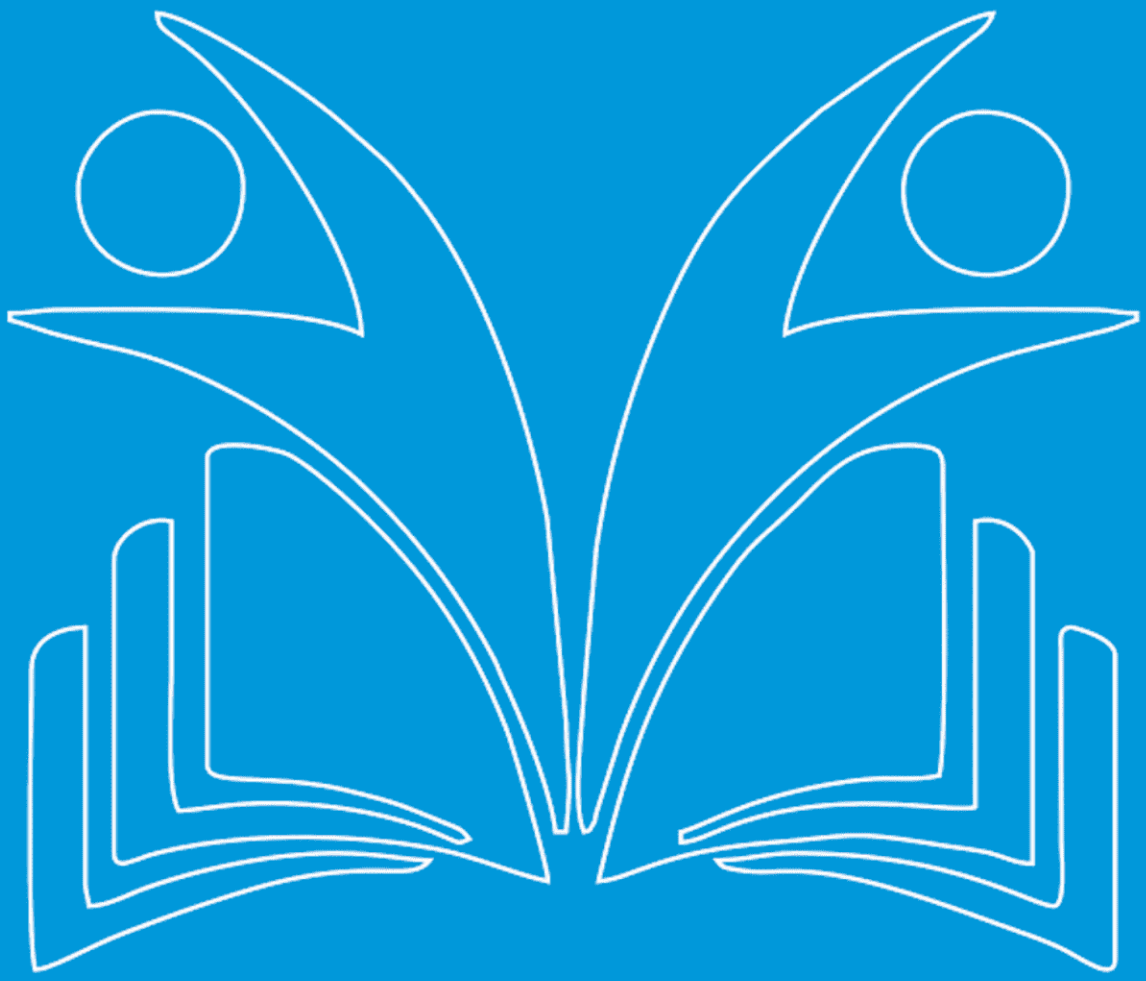
SELL, Carlos Eduardo. Sociologia Clássica. Itajaí: Editora UNIVALE, 2002. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1967.

Capítulo 8

10.37423/231208559

AS FORMAS DE INCLUSÃO: O DIREITO AO TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Caio Martins Azevedo — *Universidade luterana do Brasil*



Resumo: As pessoas com deficiência possuem direito ao trabalho garantindo por legislações, como a Lei n.º 7.853 de 1989 e a Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Dessa forma, o presente trabalho, apresenta como tema o formas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pretende responder a seguinte problemática: como as leis de inclusão da pessoa com deficiência vem sendo cumprida pelas empresas privadas no Brasil? Sendo o objetivo geral da pesquisa analisar o cumprimento das leis de inclusão da pessoa com deficiência por empresas privadas no Brasil e as ações inclusivas desenvolvidas por elas. A partir desta, são traçados os objetivos específicos, quais sejam, refletir sobre os direitos fundamentais do trabalho; analisar leis de inclusão da pessoa com deficiência; investigar a responsabilidade empresarial na garantia da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. São diversas as legislações que garantem o direito ao acesso ao mercado de trabalho para as pessoas com deficiência, cita-se, a Constituição Federal de 1988, a Lei n.º7853/89, a Lei n.º 8112/90, a Lei n.º 8213/91 conhecida como lei de Cotas, o Decreto n.º 8298/99, o Decreto n.º 8298/99, Decreto n.º 5296/04, e a Lei Brasileira de Inclusão. Estas legislações determinam porcentagem para a contração de funcionários com deficiência, sendo importante também outras formas de inclusão, como a disponibilidade de acessibilidade arquitetônica, mobiliaria, Tecnologia Assistivas para o desenvolvimento do trabalho pelas pessoas com deficiência, formação dos funcionários sem deficiência voltada para aspectos de comunicação, formação dos trabalhadores com deficiência, valorização das especificidades e potencialidades destes trabalhadores. Portanto, estas ações visam inclusão e o bom desempenho de todos os funcionários da empresa.

Palavras-chave: inclusão; pessoas com deficiência; direito ao trabalho.

1.INTRODUÇÃO

A última Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontava 17,2 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, entre deficiências física, visual, mental e auditiva –, número que representa quase 9% da população acima de dois anos (IBGE, 2023).

As pessoas com deficiência, quais sejam, física, auditiva, visual, intelectual e múltipla são sujeitos de direitos, dentre entres destaca-se o trabalho, sendo por meio dele que estas poderão ter acesso aos bens disponíveis na sociedade. Mas, se observa que historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade, sendo necessário a promulgação de políticas públicas para a garantia de seus direitos fundamentais, dentre eles o trabalho.

Contudo, além do direito garantido pela legislação, é preciso que as empresas possuam responsabilidade social, voltada para a permanência desses sujeitos no trabalho, ou seja, promovam a inclusão que se relaciona a garantia de que todos possa exercer seus direitos e atuar na sociedade. Dessa forma, o presente trabalho, apresenta como tema o formas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pretende responder a seguinte problemática: como as leis de inclusão da pessoa com deficiência vem sendo cumprida pelas empresas privadas no Brasil?

Sendo o objetivo geral da pesquisa analisar o cumprimento das leis de inclusão da pessoa com deficiência por empresas privadas no Brasil e as ações inclusivas desenvolvidas por elas. A partir desta, são traçados os objetivos específicos, quais sejam, refletir sobre os direitos fundamentais do trabalho; analisar leis de inclusão da pessoa com deficiência; investigar a responsabilidade empresarial na garantia da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

As discussões são organizadas a partir da hipótese que as pessoas com deficiência tem seu direito ao trabalho garantido, mas que s empresas não realizam em sua maioria ações inclusivas, ou seja, ações que garantam a permanência desses sujeitos em seu posto de trabalho.

Para tanto, será utilizada a metodologia dedutiva e a pesquisa bibliográfica e documental por meio da análise de obras e artigos de autores sobre o. Trata-se de pesquisa interdisciplinar, pois envolverá análise da legislação e de trabalhos publicados sobre a temática.

O trabalho tem relevância social e cultural, pois reflete sobre a garantia da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, ou seja, sobre formas com as empresas que empregar esses sujeitos tem garantido a sua permanência no posto de trabalho. Tem relevância científica também,

pois discute aspectos jurídicos relativos às leis trabalhistas e também as diversas legislações que garantem o direito ao trabalho da pessoa com deficiência.

Dessa forma, o presente texto se apresenta organizado em seções, sendo a primeira a Introdução apresentada até o momento que busca contextualizar a pesquisa. A segunda, intitulada "Os Direitos Fundamentais ao Trabalho", que busca discutir direitos fundamentais sociais ao trabalho dos sujeitos, incluindo aqueles com deficiência. A terceira, que recebeu o título "Inclusão da Pessoa com Deficiência: Legislação e a Responsabilidade Social das Empresas", que busca discutir a garantia dos direitos ao trabalho da pessoa com deficiência, apontando as diversas legislações que o garante, bem como aspectos da responsabilidade social das empresas.

A quarta seção, qual seja, "A Efetivação do Direito ao Trabalho da Pessoa com Deficiência: a Atuação das Empresas e a Legislação", que vai apresentar a efetivação da legislação pelas empresas frente a garantia de condições de trabalho para as pessoas com deficiência. Por fim, apresentam-se as considerações finais que apresentam as reflexões do trabalho realizado, com o intuito de apontar se o mesmo respondeu à problemática e aos objetivos da pesquisa.

2. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS AO TRABALHO

Os direitos fundamentais são básicos para que o indivíduo exerça suas atividades de forma básica na sociedade. Segundo Delgado (2007, p.11) "[...] os direitos fundamentais são prerrogativas ou vantagens jurídicas estruturantes da existência, afirmação e projeção da pessoa humana e de sua vida em sociedade [...]". Estes direitos são historicamente recentes na sociedade, estando estes ligados ao desenvolvimento da democracia no Brasil e no mundo e também ao desenvolvimento da Constituição Federal no Brasil (DELGADO, 2007). Discutindo questões históricas dos direitos fundamentais, Chadid (2015, p.109) discute que:

> Os acontecimentos históricos, normalmente acompanhados dos problemas sociais, econômicos, religiosos e políticos de cada época proporcionaram o surgimento de direitos e a possibilidade de articulá-las, transformando-os em fundamentais. O perfil geral dos direitos fundamentais, por não ser estático, imutável ou absoluto, permite uma formulação normativa aberta, aplicadas a partir da técnica da ponderação, cujos paradigmas referenciais orientam os sistemas jurídicos dos Estados, tendo como destinatários tanto os Estados como os cidadãos.

Nesse sentido, Canotilho (2003, p. 425), discute que os direitos fundamentais "[...] pressupõem concepções de Estado e de Constituição decisivamente operantes na atividade interpretativo-concretizadora das normas constitucionais [...]". O Brasil, teve ao longo e sua história sete

Constituições promulgadas nos anos de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967,1988, que fazendo nascer e evoluir os direitos ao cidadão.

Mas, os autores Spaller e Cruz (2021), discutem que a atual Constituição, promoveu a mais longa previsão de direitos e garantias fundamentais dentre as Constituições que o Brasil já teve, pois além de contemplar os benefícios previstos nas anteriores, inovou com acréscimo de outros. Direitos sociais também foram relacionados, tornando o documento como um dos mais completos na atualidade, portanto, promovendo uma valorização dos direitos fundamentais.

Tácito (2018), também comenta que a referida Constituição estabeleceu princípios democráticos em seu texto e foi fiel às tradições nacionais, reafirmando como fundamento principal da ordem jurídica, o princípio da legalidade, um rol de direitos e deveres dos cidadãos brasileiros e delimitou o poder do Estado e estabeleceu a autonomia da vontade.

Na atualidade, se reconhece os direitos fundamentais a partir das dimensões subjetiva e objetiva. Em sua significação objetiva, os direitos fundamentais representam as bases do consenso sobre os valores de uma sociedade democrática, ou seja, sua função é a de sistematizar o conteúdo axiológico objetivo do ordenamento democrático escolhido pelos cidadãos. Já em sua dimensão subjetiva, os direitos fundamentais "têm a função de tutelar a liberdade, a autonomia e a segurança dos cidadãos, não só em suas relações com o Estado, mas em relação aos demais membros da sociedade [...]" (SARMENTO, 2006, p. 194-195).

São exemplos, de direitos fundamentais à educação, alimentação, segurança, trabalho, moradia e saúde. Os direitos fundamentais são inerentes à dignidade humana "no sentido de que sem o seu gozo efetivo não se terá uma vida conforme a dignidade humana, ou seja, os direitos fundamentais são direitos cujo gozo é uma exigência da dignidade humana" (ALMEIDA; ALMEIDA, 2017, p. 90).

Neste trabalho vamos dar foco ao direito fundamental, qual seja, trabalho, que é grande relevância para que os indivíduos tenha acesso aos diferentes bens disponíveis na sociedade, além de ser por meio, dele que se garante aspectos como a economia e a cultura do país. O conceito de trabalho é complexo e sofreu grandes mudanças com o tempo (CAMPOS, 2018). Se na antiguidade o labor não era algo bem visto e não deveria ser realizado por homens livres; na era industrial, o trabalho passou a ter valor central (MERINO, 2011), sendo essencial para a consolidação de uma identidade pessoal e meio de garantia da dignidade humana. De forma, genérica se relaciona a atividade do ser humano que visa satisfazer suas necessidades por meio de trocas.

Observa-se que o trabalho (emprego) é uma garantia legal no Brasil, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Em seu Art. 6º, a referida legislação menciona expressamente o trabalho como um dos direitos dos cidadãos, ao lado da educação, da saúde, da moradia, do lazer, da segurança, da previdência e da assistência à maternidade, à infância e aos desamparados.

O artigo 5º, § 2º, se relaciona aos direitos humanos, os quais, o Brasil, deve estar atento. Deste modo, Almeida e Almeida (2020) apontam que a Constituição reconhece o direito ao trabalho com direitos humanos, lembrando que o gozo dos direitos humanos, dentre os quais os trabalhistas, é também uma exigência da dignidade humana, justiça social, cidadania e democracia.

Dessa forma, "[...] a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) reúne na atualidade as leis sobre o direito individual do trabalho, o direito coletivo do trabalho e o direito processual do trabalho [...]" (NASCIMENTO, 1999, p. 65), que até hoje é o parâmetro fundamental das relações de trabalho no Brasil.

Nos arts. 7º, 8º, 9º, 10º e 11º, a Constituição explicita direitos e garantias que estão diretamente relacionados com o direito ao trabalho. Enfocando o trabalhador individual e, particularmente, assalariado. O art. 7º expõe conjunto de proteções que lhe são dispensadas, tais como, proteções ao vínculo de trabalho, possibilidades de descanso e recuperação do trabalho, proteções à segurança e à saúde no trabalho, entre outras.

Delgado (2007), afirma que são quatro os principais princípios constitucionais afirmativos do trabalho na ordem jurídico-cultural brasileira: o da valorização do trabalho, em especial do emprego; o da justiça social; o da submissão da propriedade à sua função socioambiental; e o princípio da dignidade da pessoa humana. É importante discutir que o direito ao trabalho não se relaciona somente a sua garantia, mas as condições para que o mesmo possa ser realizado de forma digna.

Almeida e Almeida (2020) apontam que a Constituição define ao trabalho um valor social. Nesse sentido os autores comentam que essa definição foi realizada a partir de:

> Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil enquanto Estado Democrático de Direito. Assim, o valor social do trabalho recebeu, da Constituição, o status de princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, o que é de suma relevância, na medida em que os princípios têm entre as suas funções a de servirem de parâmetro para a ação e a Constituição também define as ações a serem desenvolvidas pelo Estado, como se vê no seu artigo 3º, que fixa os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, quais sejam, construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o

> desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos (ALMEIDA; ALMEIDA, 2020, p. 342).

Observa-se que o valor social se mostra como uma base para o Estado Democrático de Direitos, o que demostra a necessidade de que esse direito seja garantido a todos os membros da sociedade, incluindo as pessoas com deficiência, que também devem por meio do trabalho buscar formas de garantir a sua dignidade.

Destaca-se, que a Constituição Federal de 1988 representa o primeiro movimento nacional que garantiu o acesso ao mercado de trabalho as pessoas com deficiência, além de buscar que esse ocorresse mediante igualdade de oportunidades, assegurando a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (BRASIL, 1988).

Em consonância a Convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o governo brasileiro aprovou em julho de 1991 a Política Nacional de Cotas, também chamada de "Lei de Cotas", por meio da Lei de n.º 8.213, que em seu artigo 93 diz que "A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas" (BRASIL, 1991).

A Lei de Cotas, estipula uma porcentagem de contratação de pessoas com deficiência, analisando a mesma e sua efetividade, os autores Lopes e Reicher (2019) a partir de dados apresentados pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) afirmam que as empresas não conseguem garantir que a lei seja efetivamente cumprida, sendo que apenas 35% das empresas brasileiras conseguem contratar o número esperado de funcionários com deficiência. Os autores Simonelli et al., (2020), discutem que a efetividade da Lei de Cotas passa pelas pessoas com deficiência e também pelas empresas, sendo que a primeira precisa busca a qualificação e o desenvolvimento profissional e a segunda garantir a acessibilidade e a inclusão dos funcionários em vista da garantia da inclusão.

No ano de 1999, por meio do Decreto n.º 3.298, que regulamenta a Lei n.º 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que esses sujeitos receberam apoio e suporte legais mais amplos de modo a garantir a equiparação de oportunidades no acesso à saúde, educação e trabalho (Brasil, 1999).

No âmbito da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho formal, destaca-se também a Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho-SIT n.º 98/2012, voltada para a "fiscalização do

cumprimento, por parte dos empregadores, das normas destinadas à inclusão no trabalho das pessoas com deficiência e beneficiários da Previdência Social reabilitados" (BRASIL, 2012).

Assim, observa que as pessoas com deficiência possuem seu direito fundamental garantido pela legislação. Mas, destaca-se que além do direito ao trabalho é necessário a garantia de condições para que esse seja efetivado pelos trabalhadores. Corroborando, Campo (2018) aponta que direito não se refere apenas ao trabalho, mas sim ao trabalho decente, que se caracteriza por ser realizado em condições de liberdade, igualdade e segurança, bem como mediante remuneração capaz de garantir existência digna aos trabalhadores e a suas famílias.

O labor dignifica as pessoas e contribui com a vida social de cada ser humano, sendo "[...] fundamental na construção do valor que cada um atribui a si [...]" (CLOT, 2006, p. 69), para tanto as funções laborais têm uma característica extremante positiva e valorativa no desenvolvimento do indivíduo. Somado a isso, frisa-se que as condições de trabalho desempenhadas de modo favorável implicam na segurança, saúde (física e mental) do ser humano (MARANHÃO, 2016).

A partir disso, no tópico a seguir busca-se discutir aspectos da legislação e da responsabilidade social das empresas frente a garantia do acesso ao mercado de trabalho das pessoas com deficiência.

3. INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: LEGISLAÇÃO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

A Constituição Federal de 1988, garante o direito ao trabalho da pessoa com deficiência em seu art. 27 que cita o "direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas" (Brasil, 1988, p. 408). Os autores Souza et al., (2017) e Dias e Rezende (2022) corroboram, afirmando que a Constituição Federal de 1988 é um marco importante que prevê a ampliação dos direitos legais das pessoas com deficiência, inclusive em relação ao trabalho.

Ao analisar o desenvolvimento da Constituição Federal até chegar ao documento de 1988, vigente até a atualidade, podemos observar que estes buscam garantir o princípio de isonomia, ou seja, igualdade entre todos, Dias e Rezende (2022) corroboram com essa observação ao afirmar que o princípio da isonomia esteve sempre presente no constitucionalismo republicano do Brasil: na Constituição de 1891, art. 72, § 2º; na Constituição de 1934, art. 112, I; na Carta de 1937, art. 122; na Constituição de 1946, art. 141, § 1º; na de 1967, art.150, § 1º; na de 1969, art. 153, § 1º; e agora, na Constituição de 1988, art. 5º, caput, ao estabelecer que "todos são iguais perante a lei.

Todo esse movimento organizado de lutas pelos direitos das pessoas com deficiência e de outros segmentos da sociedade influenciaram a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1987, a fim de redigir a nova constituição federal brasileira. As pessoas com deficiência participaram ativamente dos debates por meio de diversas reuniões, fóruns, encontros e audiências públicas, convocada pelas diversas comissões de direitos da Assembleia Constituinte, sendo apresentadas nesses momentos diversas propostas de inclusão e equiparação de direitos e oportunidades (Lanna Junior, 2010).

Em 24 de outubro de 1989 ocorre a promulgação da Lei n.º 7.853 que em seu art. 2º remete a garantia de direito ao trabalho da pessoa com deficiência:

> Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989, p. 15).

A primeira Lei a garantir vagas em concursos públicos as pessoas com deficiência foi a Lei 8.112/1990 (BRASIL, 1990, p 12) que em seu § 2º do artigo 5º estabelece que:

> Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

A fim de regulamentar o exercício do direito previsto na Lei n.º 8.112/90, o Poder Executivo Nacional baixou o Decreto n.º 3.298 de 20 de dezembro de 1999, determinando, dentre outras normas, que o percentual de vagas nos concursos públicos não poderia ser inferior a 5%. Sobre esse ponto, Gugel (2012) destaca a falta de fixação de reserva real sobre o número total de cargos e empregos públicos existentes em cada órgão ou entidade da administração pública, a exemplo do que ocorre na legislação voltada para o setor privado, em que se sabe exatamente o número de funcionários com deficiência que devem ser contratados para o cumprimento da lei.

O sistema de cotas para pessoas com deficiência no âmbito das empresas privadas está previsto no artigo 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), que dispõe sobre planos de benefícios da Previdência Social. Na contratação por empresas privadas com mais de 100 funcionários, deverá ser observado o percentual de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, na proporção de 2% para empresas que possuem até 200 empregados, 3% para as empresas que tenham de 201 a 500 funcionários, 4% para aquelas com 501 a 1.000 funcionários e 5% para as que tenham mais de 1.001 funcionários.

Observa-se que a legislação não cita aquelas empresas com menos de 100 funcionários. Souza et al., (2017) e Lopes e Reicher (2019) ilustram que os estabelecimentos com menos de 100 funcionários, que por lei não têm obrigação de contratar pessoas com deficiência, apresentam uma taxa de empregabilidade média de pessoas portadoras de deficiência de 1,05%, inferior ao conjunto de empresas. Quanto à formalização do contrato de trabalho, não há regra específica que a diferencie das demais, aplicando-se as normas gerais previstas na CLT.

Lopes e Reicher (2019) discutem que as empresas menores possuem mais dificuldade no cumprimento das legislações voltadas para a garantia do direito da pessoa com deficiência ao trabalho. Os autores citam, que as burocracias relacionadas a essa legislação dificultam o processo e o tornam menos lucrativo, sendo que os gestores destas empresas buscam alternativas mais “lucrativas”.

Conforme apontado por Dias e Rezende (2022), várias políticas públicas de inclusão surgiram para facilitar a inserção das pessoas com deficiência no mercado, como, por exemplo, a Lei das Cotas, no entanto, apesar do aumento das oportunidades de trabalho após esta lei, as pessoas com deficiência ainda percebem existir atitudes preconceituosas e de temor por parte dos empregadores e funcionários com relação à sua inserção no mercado de trabalho.

Mas, atualmente temos a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei n.º 13.146, promulgada no ano de 2015, sendo que essa legislação determina que os administradores na esfera pública ou privada, de qualquer natureza, proporcionem a acessibilidade das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, para que esses tenham a prerrogativa de escolher a função que pretendem desempenhar.

Os autores Santos (2016) e Fialho et al., (2017), marcam a LBI como um avanço após Constituição Federal de 1988, para o direito igualitário para as pessoas com e sem deficiência. A referida legislação, busca garantir a legalidade da pessoa com deficiência ao trabalho, ou seja, foi necessário emergir ações afirmativas no intuito de garantir esse direito. Segundo Garcia (2012) as ações afirmativas surgem como resultado do processo de luta histórica pelo reconhecimento de grupos marginalizados, vemos que autor reforça a ideia de que a pessoa com deficiência precisou ir à luta para garantir os seus direitos.

Hidalgo (2010) também corrobora com essa ideia, afirmando que a proteção às pessoas com deficiência, por meio de ações afirmativas estatais, em especial, a garantia de acesso ao trabalho, que lhes garantam a inclusão social e econômica é necessária para preservar seus direitos humanos fundamentais. A LBI em seu artigo 34 estabelece que:

> Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
>
> § 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
>
> § 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.
>
> § 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.
>
> § 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.
>
> § 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Ao analisar o art. 34, se observa que LBI é enfática em garantir condições que sejam justas e favoráveis para que as pessoas com deficiência possam realizar o seu trabalho de forma efetiva, além de focar na garantia da acessibilidade como uma forma de promover a inclusão, o que não ocorreu nas demais legislações que versam sobre a temática.

Observa-se que a LBI não somente determina a garantia de um encaminhamento profissional da pessoa com deficiência, como também os passos anteriores e preparatórios para a sua inserção no mercado de trabalho (DIAS; REZENDE, 2022). A partir da garantia da inserção no mercado de trabalho também é importante apontar aspectos da responsabilidade social das empresas que recebem os trabalhadores com deficiência.

Nesse sentido, autores como Dias e Rezende (2022) discutem que as legislações estimulam a responsabilidade social das empresas e contribui com o desenvolvimento da pessoa com deficiência, de maneira que permite uma evolução, não apenas para elas, como de seus familiares, haja vista a soma da renda familiar. Além do que, o labor viabiliza a saída dessas pessoas do isolamento social, permitindo a independência da família, e possibilitando a autonomia econômica e de vida.

Ocorre que, na prática, vislumbra-se uma problemática a respeito da inclusão social delas, pois não basta somente existir a previsão legal para concretizar o direito, em outras palavras para que a pessoa com deficiência seja incluída socialmente faz-se necessário mais do que só leis, atitudes do Estado, da

sociedade e das empresas são essenciais para concretizar a integração das pessoas com deficiência (BRITO FILHO; FERREIRA, 2021).

Com relação, a responsabilidade social, Duarte e Dias (1985) e Dias e Rezende (2022) apontam que está pode ser interpretada de duas maneiras. Pode representar a ideia de responsabilidade ou obrigação legal e ainda um comportamento responsável no sentido ético.

Wakahara, (2017), comenta que a responsabilidade social empresarial se aplica também a sociedade em termos gerais, a exemplo de atitudes que visam o combate à pobreza de forma genérica; assim como também pode ser uma comunidade que esteja sendo comprometida pela atividade empresarial, tendo como exemplo a construção de usina hidrelétrica que afeta um grupo de ribeirinhos ou alguma comunidade indígena (Wakahara, 2017); ou mesmo quando se limita ao zelo de seus em funcionários e/ou trabalhadores terceirizados, é o caso de programas que incentivem a melhora na qualidade de vida dessas pessoas, "[...] ou em casos de adesão a selos de melhores empresas para se trabalhar, de respeito às condições de saúde e segurança do trabalho, de erradicação do trabalho escravo, de não discriminação, de empresa amiga da criança etc. [...]" (WAKAHARA, 2017, p. 167).

No tópico a seguir, busca-se aprofundar as discussões sobre as ações de efetivação do direito da pessoa com deficiência ao trabalho, apontando com as empresas tem cumprido com a legislação.

3. A EFETIVAÇÃO DO DIREITO AO TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A ATUAÇÃO DAS EMPRESAS E A LEGISLAÇÃO

Já o emergente paradigma da inclusão preconiza a potencialização das pessoas com deficiência, sem direcioná-las a funções específicas, oportunizando o desenvolvimento de suas habilidades por meio de adaptações na função, no ambiente e nas ferramentas de trabalho. Esses procedimentos básicos consistem em promover singulares condições que atendam às necessidades da pessoa para que ela exerça, com sucesso, as mais variadas funções (SASSAKI, 2005).

Dentre as atividades que atender as necessidades se encontra o trabalho, um direito garantido a todos mediante a legislação brasileira, portanto um direito social, sendo este uma forma de reconhecimento e de inclusão social, conforme aponta Farias (2021). Portanto, é preciso que as empresas busquem formas de promover a inclusão das pessoas com deficiência, sendo que a primeira forma de garantir esse processo de inclusão é o cumprimento da legislação, qual seja, Lei de Cotas, frente as porcentagens de funcionários com deficiência, para em seguida pensar em desenvolver ações de permanência destes nos espaço de trabalho.

Para os autores Carvalho-Freitas (2009), Santos (2016), Fialho et al., (2017) Farias (2021) e Dias e Rezende (2022), a dificuldade da pessoa com deficiência em adentrar no mercado de trabalho perpassa em duas visões, a primeira é a maneira que os indivíduos percebem a deficiência e a segunda é o modo que a empresa se adequa para que a pessoa com deficiência desenvolva suas atividades laborativas.

O papel das empresas supera suas demandas internas e o caráter econômico, interligando-se à manifestação do direito de propriedade, relações jurídicas, interações políticas, sociais e meio ambiente (SUGUIMATSU, 2008; DIAS E REZENDE, 2022). O ideal é que organizações se tornem mais inclusivas, investindo em ações de atração, manutenção e incentivo à mão-de-obra diversificada, criando ambientes receptivos aos tradicionalmente segregados do convívio social. Mas, na prática, as diferenças ainda são consideradas perdas de tempo e problemas a serem resolvidos.

Nesse sentido, Pereira (2016) comenta que as empresas para receberem pessoas com deficiência devem preparar os funcionários sem deficiência para atuar com estes sujeitos, ou seja, promovendo ações que envolvam questões organizacionais, atitudinais, informacionais e de comunicação. Portanto, a empresa deve se preocupar com as questões relacionais entre os funcionários, sendo essa também uma forma de garantir a inclusão e a permanência das pessoas com deficiência no trabalho.

Dessa forma, não basta contratar pessoas com deficiência por obrigatoriedade legal, pois, mais do que isso, é preciso oferecer oportunidades para que ela desenvolva suas habilidades e permaneça na empresa atendendo aos critérios de produtividade estabelecidos (BAHIA, 2006; PEREIRA, 2016; DIAS; PEREZ, 2022). A permanência somente pode ser garantida mediante ações com esse objetivo a serem desenvolvidas pelas empresas, sendo que estas passam pelas condições de locomoção no espaço de trabalho, comunicação, relações pessoais entre os funcionários e também formação.

Um dos principais pontos a ser considerado no processo de efetivação do direito ao trabalho para as pessoas com deficiência se relaciona a acessibilidade, ou seja, o trabalhador precisa ter condições para efetivar o seu trabalho de forma satisfatória. Cruz (2009) corrobora com essa ideia ao dizer que o conceito de inclusão está intrinsecamente ligado à definição de autonomia pessoal, que nada mais é do que a capacidade do sujeito de subsistir por si, sem depender da ajuda do outro.

Neste sentido, os princípios de solidariedade, respeito individual e universalidade são a base do modelo proposto de autonomia pessoal, o que proporciona oportunidades semelhantes para todas as pessoas em várias áreas, com alternativas arquitetônicas, mobilidade e transporte, tecnologia assistiva e atitudes sociais. Assim, a organização social deve estar adequada a todas as pessoas, o ambiente deve

ser modificado ou adaptado, quando necessário, para garantir a acessibilidade universal (CRUZ, 2009; SILVA JUNIOR; FERRAZ, 2020).

Portanto, as empresas deve investir não somente em contratar as pessoas com deficiência, mas em as manter no seu trabalho, isso vai além de escolher o setor que a pessoa irá trabalhar, e sim averiguar se há estrutura predial, adaptações para a acessibilidade da pessoa com deficiência, entre outros aspectos. Após todas essas observações, o recrutador deve avaliar as competências profissionais do candidato, tornando a deficiência como uma característica e não uma habilidade no ato da admissão (OLIVEIRA, 2013; SILVA JUNIOR; FERRAZ, 2020). Ou seja, a deficiência não pode ser vista como um limitador do trabalhador, mas sim como um ponto positivo a partir das habilidades que este sujeito possui.

Corroborando Spaller e Cruz (2021) discute que a deficiência não precisa ser um obstáculo para o sucesso, sendo indispensável que as organizações não tenham como barreira o preconceito, pois o profissional almeja um ambiente laboral uma oportunidade de exercer as competências. Ao admitir uma pessoa com deficiência deve haver uma inclusão social capaz de atrair e reter um capital intelectual.

Assim, a acessibilidade e a inclusão social estão integradas, pois ao pensar em acessibilidade é necessário averiguar não somente o aspecto fisco e/ou estrutural dos ambientes e a qual necessita estar interligado com inclusão social para obter um resultado satisfatório (SANTOS; GUSMÃO, 2013; SILVA JUNIOR; FERRAZ, 2020).

A exemplo, do citado, empresas como a Natura, a Magazine Luiza e Ernst Young (EY) fazem uso de Tecnologias Assistiva como formas de garantir a inclusão de pessoas com as mais variadas deficiências no trabalho. Silva Junior e Ferraz (2020) discutem a importância da presença das Tecnologias Assistiva como uma das formas de garantir a permanência de pessoas com deficiência no trabalho, visto que estas são ferramentas de auxílio que irá promover a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada que se encontre impedida por circunstância da deficiência.

Pereira (2016) também comenta que promover ações de acessibilidade no mercado de trabalho não representam apenas a possibilidade de inclusão no trabalho de uma pessoa com deficiência, mas podem ter muitos outros significados, como a aquisição da autonomia e autoestima desses sujeitos, o incremento da produtividade e a valorização deste segmento da população, a formação de um novo paradigma social, entre outros. Portanto, a acessibilidade é uma forma fundamental de promover a inclusão no trabalho.

Aspecto esse que na maioria das vezes acaba não ocorrendo. Silva *et al.,* (2015) avaliou a acessibilidade e adaptação do ambiente de trabalho juntamente com as barreiras atitudinais e constatou que no ambiente laboral faltam adaptações, dificultando que a pessoa com deficiência se desenvolvimento de habilidades. Dessa forma, não há igualdade nas oportunidades e a pessoa com deficiência não consegue produzir de forma satisfatória e quando o entrevistado relata tais atitudes em relação às barreiras atitudinais deixa claro que a maior de todas é o preconceito com o profissional com deficiência (SILVA et al., 2015).

Com relação à acessibilidade atitudinal, como uma forma de promover a inclusão de pessoas com deficiência, Dias e Perez (2022) dão destaque aos gestores que são os responsáveis pela organização efetiva do trabalho, então, estes precisam ser preparados para trabalharem com pessoas com deficiência, bem como com toda a diversidade que pode haver no espaço do trabalho.

Nesse sentido, os autores Coutinho, *et al.,* (2017) e Aichner (2021) discutem a relevância do papel dos gestores na garantia da inclusão em vista de diminuir a segregação social. Se o gestor não apresenta uma concepção que valorize a pessoa com deficiência, promover a inclusão se torna um desafio (Serrano e Brustein, 2011). Portanto, as empresas precisam garantir um preparo gestores, sendo está voltada para a diversidade, respeito à dignidade humana, o que vai possibilita a este reconhecer e fazer uso das potencialidades de todos os trabalhadores, inclusive os com deficiência (GARG; SANGWAN, 2020; AICHNER, 2021).

Baptista (2012) comenta que a contratação de pessoas com deficiência é uma vantagem mútua, pois quando há uma inclusão afetiva voltada para o desenvolvimento da pessoa com deficiência, a mesma atrai e retém novos talentos e assegura a credibilidade social da organização. Além disso, ao ter uma pessoa com deficiência, a empresa promove a diferença, aprecia a diversidade tanto no ambiente laboral como no externo, e estimula o sujeito a superar seus próprios limites.

Mas, isso acaba não se efetivando, pois muitas empresas privadas acaba apenas contratando a pessoa com deficiência para cumprir o determinado pela legislação, sem planejar como será a permanência desse sujeito no espaço de trabalho.

Por exemplo, algumas empresas não possuem planos de carreira para pessoas com deficiência, como contatado por Lorenzo (2016) que pesquisou doze empresas questionando-as sobre o plano de carreira. Os resultados da pesquisa apontam que 50% das organizações não implantaram programa para todos os colaboradores, 8% das empresas admitem que o plano de carreira seja conforme o grau da

deficiência do colaborador, em 34% delas existe o plano de carreira independentemente da deficiência e 8% não tem programa de carreira para pessoas com deficiência.

Outra questão apontada com relação à efetivação da legislação é a formação e o preparo dos trabalhadores com deficiência, sendo que muitas empresas afirmam que os trabalhadores com deficiência não estão preparados para assumir os cargos.

Pagaime (2016) ao discutir as características de candidatos com e sem deficiência que concorreram aos cargos de Analista e Técnico Judiciário – Área Administrativa (da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho), realizados no período de 2010 a 2014, observa que os candidatos com deficiências são candidatos com faixas etárias mais altas do que aqueles sem deficiência, a autora sugere que esse fator se deve a uma escolarização tardia ou mesmo um atraso no tempo médio de formação para as pessoas com deficiência, já que os concursos públicos exigem, pelo menos o Ensino Médio completo.

Parizzi (2015) afirma que atualmente, estão sendo implementadas algumas iniciativas para auxiliar a pessoa com deficiência intelectual a conseguir um emprego nas empresas. São exemplos dessa tendência os cursos profissionalizantes oferecidos pelo Sistema S3, principalmente pelo SENAC, Serviço Social da Indústria – SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, o que vemos com bons olhos, pois demostram um interesse dessa instituição com a profissionalização da pessoa com deficiência. Nesse sentido, Freire (2004, p.23) “[...] elucida que a educação é permanente e acontece em todos os momentos e lugares, na relação dos sujeitos com o mundo. “Idealmente, não deveria haver verticalidade nessa relação, pois quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [...]”.

A partir das discussões expostas vemos que a escolarização das pessoas com deficiência é apontada como importante meio de acesso ao mundo do trabalho, pois, além da formação profissionalizante, contribui para a formação dos sujeitos sociais. E é por meio da Educação que são disponibilizadas às pessoas com deficiência as condições para a inclusão no mundo do trabalho, considerada o meio mais importante para a inclusão social dessa população (OLIVEIRA, 2017). Assim, se observa que promover formação continuada para os trabalhadores também se apresenta como uma das formas de garantir a inclusão e a permanência das pessoas com deficiência no trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou responder ao problema, qual seja, como as leis de inclusão da pessoa com deficiência vem sendo cumprida pelas empresas privadas no Brasil? Ao longo das discussões observou-se que são diversas as legislações que garantem o direito ao acesso ao mercado de trabalho para as pessoas com deficiência, cita-se, a Constituição Federal de 1988, a Lei n.º7853/89, a Lei n.º 8112/90, a Lei n.º 8213/91 conhecida como lei de Cotas, o Decreto n.º 8298/99, o Decreto n.º 8298/99, Decreto n.º 5296/04, e a Lei Brasileira de Inclusão.

Estas legislações determinam porcentagem para a contratação de funcionários com deficiência que devem ser cumpridas pela legislação, ou seja, as empresas privadas com mais de 100 funcionários, deverá ser observado o percentual de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, na proporção de 2% para empresas que possuem até 200 empregados, 3% para as empresas que tenham de 201 a 500 funcionários, 4% para aquelas com 501 a 1.000 funcionários e 5% para as que tenham mais de 1.001 funcionários.

Mas, a legislação pouco discutem sobre as condições de permanência das pessoas com deficiência no emprego, ficando a carga das empresas determinarem as condições de acessibilidade e de inclusão social. Assim, observa-se que as empresas, em vista de garantia que o direito da pessoa com deficiência se cumpra, vem buscando formas de promover a inclusão que vão para além da contratação desses sujeitos e visam principalmente a sua permanência no local de trabalho.

Estas ações se relacionam a disponibilidade de acessibilidade arquitetônica, de mobiliaria, rampas, banheiros adaptados entre outras. O uso de Tecnologia Assistiva para o desenvolvimento do trabalho pelas pessoas com deficiência, o que vem sendo realizados por empresas como atura, a Magazine Luiza e Ernst Young (EY).

Outras formas de inclusão também podem ser desenvolvidas pelas empresas, como formação dos funcionários sem deficiência voltada para aspectos de comunicação, formação dos trabalhadores com deficiência para a garantia do desenvolvimento eficiente do trabalho, valorização das especificidades e potencialidades dos trabalhadores com deficiência, entre outras.

As formas de inclusão citadas devem ser colocadas em ação em prol de fornecer condições para que os trabalhadores com deficiência possam desenvolver o seu trabalho de forma adequada e assim possam contribuir com o desenvolvimento da empresa. Portanto, as discussões presentes no trabalho respondem ao problema e objetivos da pesquisa.

5. REFERÊNCIAS

AICHNER, T. O argumento econômico para a contratação de pessoas com deficiência.

Humanit Soc Sci Commun, v. 8, n. 22, p. 1-4, 2021.

ALMEIDA, C. L. de; ALMEIDA, W. G. R de. Direito do Trabalho e Constituição: a constitucionalização do Direito do Trabalho no Brasil. São Paulo: LTr, 2017.

ALMEIDA, C. L.; ALMEIDA, W. G. R. Trabalho, direitos inerentes ao trabalho, direito do trabalho e constituição da república: o significado humano, social e político da reforma trabalhista. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 337–364, 2020. DOI: 10.18759/rdgf.v21i3.1365. Disponível em: https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1365. Acesso em: 16 set. 2023.

Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), 2021). Disponível em

https://www.abrhbrasil.org.br/cms/. Acesso em: 25 de nov. de 2023.

BAHIA, M. S. Responsabilidade social e diversidade nas organizações: contratando pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

BAPTISTA, F. C. C. Análise das práticas de RH voltadas às pessoas com deficiência nas organizações. In: SemeAD, 15, 2012, São Paulo. Anais...São Paulo, 2012. p. 7-8.

BRASIL. Documentos de Direitos Humanos das Nações Unidas Brasil. 1945. Disponível em: https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/documentos/. Acesso em: 18 de out. de 2023.

BRASIL. Declaração dos Direitos das pessoas Portadoras de Deficiência da ONU. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf .

Acesso em: 18 de out. de 2023.

BRASIL, Constituição Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 de nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1989.

BRASIL. Decreto n.º 129 de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção n. 159 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. Brasília: Diário Oficial da União, 1991.

BRASIL. Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61?print=true Acesso em: 18 de out. de 2023.

BRASIL. Lei nº. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

BRASIL. Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 18 de out. de 2023.

BRITO FILHO, J. C. M. de; FERREIRA, V. R. Direitos humanos, pessoa com deficiência e mercado de trabalho: a política de cotas no Brasil. In: LOPES FILHO, F. C. A.; MOREIRA, T O.; GURGEL, Y. M. P. (Org.). Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade. 1. Ed., Natal (RN): Polimatia, 2021.

CAMPOS, L. R. Trabalho digno como requisito da função social da empresa: um empreendimento conjunto entre os três setores do sistema social. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CANOTILHO, J. J. G. Direito constitucional e teoria da constituição. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 7ª ed. 2003.

CARVALHO-FREITAS, M. N. de. Inserção e gestão do trabalho de pessoas com deficiência: um estudo de caso. Revista de Administração Contemporânea – RAC, Curitiba, v. 13, p. 121-138, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/FXGvnD8wLQXP67fdng5my3j/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 18 de out. de 2023.

CHADID, R. Direitos Fundamentais: Origem, Evolução, Precursores Doutrinários E Seu Perfil Geral. Revista DIREITO UFMS, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 87 – 111, 2015.

CLOT, Y. A função psicológica do trabalho. Petrópolis: Vozes. 2006.

COUTINHO, K. S.; RODRIGUES, G. F.; PASSERINO, L. M. O trabalho dos colaboradores com deficiência nas empresas: com a voz os gestores de RH. Rev. bras. educ. espec., v. 23, n. 2, p. 261- 278, 2017.

CRUZ, Á. R. de S. O direito à diferença. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2009.

DELGADO, M. G. Direitos fundamentais na relação de trabalho. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, [S. l.], n. 2, p. 11–40, 2007. DOI: 10.18759/rdgf.v0i2.40. Disponível em: https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/40. Acesso em: 16 set. 2023.

DIAS, S. A.; REZENDE, F. V de. LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO NO TRABALHO: um estudo com Gestores e Pessoas Com Deficiência. XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD, 2022.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. A. M. Responsabilidade social: a empresa hoje. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985.

FARIAS, C. C. LEI Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Comentada. São Paulo: Juspodivm, n.4, 464p, 2021.

FIALHO, C. B.; MELO, A. N.; GAI, M.J.P. Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ambiente Organizacional: Responsabilidade Social ou Obrigação Legal? Revista de Carreiras e Pessoas, v. 7, n. 3, p. 43-63, 2017.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GARCIA, R. A. de S. A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: medidas de discriminação positiva, seus mitos e suas possibilidades. Dissertação (mestrado acadêmico) - Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana, 2012.

GARG, S.; SANGWAN, S. Revisão de Literatura sobre Diversidade e Inclusão no Local de Trabalho, 2010–2017. The Journal of Business Perspective, v. 25, n. 1, p. 12-22, 2021.

GUGEL, M. A. Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direita e indireta. Belo Horizonte: RTM, 2019.

HIDALGO, L. H. F. Ações afirmativas para inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Norte do Paraná – Ciência Jurídica, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023. Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/trabalhe-conosco/37301-2023-03-agente-de-pesquisas-e-mapeamento.html. Acesso em: 25 de nov. de 2023.

LOPES, L. V. C. F.; REICHER, S. C. (Des)cumprimento da Lei de Cotas nas organizações da sociedade civil. Boletim de Análise Político -Institucional, n. 20, p. 73-80. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9458. Acesso em: 25 de nov. de 2023.

LORENZO, S. M. Inserção de pessoas com deficiências no mercado formal de trabalho a partir da percepção dos profissionais de recursos humanos das empresas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2016.

MERINO, L. T. A eficácia do conceito de trabalho decente nas relações trabalhistas. 2011. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, A. M. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 1999.

OLIVEIRA, T. O papel do RH na inclusão de pessoas com deficiência, 2013.

OLIVEIRA, F. C. Educação profissional de pessoas com deficiência: política e produção acadêmica, no Brasil, pós lei 8.213/1.991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo – São Paulo, 2017.

PAGAIME, A. Pessoas com deficiência: concursos públicos e cotas. Estudos em Avaliação Educacional, v. 21, n. 45, p. 127-143, 2010.

PARIZZI, C. Deficiência intelectual e trabalho: estudo de caso dos egressos do programa

Trampolim desenvolvido pelo SENAC/RP. Ribeirão Preto/SP. Dissertação (Mestardo em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto, 2015.

PEREIRA, A. C. C. Processos de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: A apropriação da Solução Assistiva no Contexto das Organizações Brasil e Espanha. 182f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 10 p. 3007-3015.

SANTOS, E. G.; GUSMÃO, M. S. Inclusão de pessoas com deficiência nas organizações. Revista Reação, n. 4, 2013.

SARMENTO, D. A vinculação dos particulares aos direitos fundamentais no direito comparado e no Brasil In: BARROSO, L. R (org). A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 193-284.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.=

SERRANO, C.; BRUNSTEIN, J. (2011). O gestor e a PCD: reflexões sobre aprendizagens e competências na construção da diversidade nas organizações. READ, v. 17, n. 2, p. 360-395.

SILVA et al. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. Ciência Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2549-2558, ago. 2015.

SIMONELLI, A. P., JACKSON FILHO, J. M., TEIXEIRA, A. C., OLIVEIRA, B. A. DE, FRIEBE, E. C. DE L., CANALI, R. DEL., BORDIGNON, T. M., OLIVEIRA, V. P. M. de. Enquadramento da temática da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho em Jornal de grande circulação do estado do Paraná de 1991 a 2016. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 28, nª. 2, p. 452-466. https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1988

SILVA JUNIOR, G. E.; FERRAZ, D. P. de A. O Uso Dos Recursos Em Tecnologia Assistiva para a Permanência de Servidores com Deficiência no Ambiente de Trabalho. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 89–104, 2020. DOI: 10.35699/2238-037X.2020.9892. Disponível em:

https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9892. Acesso em: 25 nov. 2023.

SOUZA, J. M.; SALVAGNI, J.; NODARI, C. H.; RASIA, I.C. R. B. Inclusão de pessoas com deficiência: das políticas públicas ao preconceito. Revista Alcance. v. 24, n. 1. 2017.

SPALLER, A. V; CRUZ, E. R. S. da. A evolução histórica dos direitos fundamentais no Brasil entre as constituições de 1824 e 1988. IUS GENTIUM, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 112–126, 2021. Disponível em:

https://www.revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/577. Acesso em: 17 set. 2023.

SUGUIMATSU, M. T. F. Preservação da empresa e trabalho humano: perspectiva constitucional à luz da diretriz de tutela da pessoa. In: Congresso Nacional Do Conpedi, Anais... Brasília, 2008. Disponível em: <http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasilia/17_429.pdf>. Acesso em: 18 de out. de 2023.

TÁCITO, C. Constituições Brasileiras. Volume VII 1988. Senado Federal. Secretaria da Editoração e Publicações. Coordenação de Edições Técnicas.

WAKAHARA, R. Bluewashing, desrespeito aos direitos fundamentais laborais e propaganda enganosa. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, n.50, 2017. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/108698/2017_wakahara_roberto_bluewashing_disrespect.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 de out. de 2023.

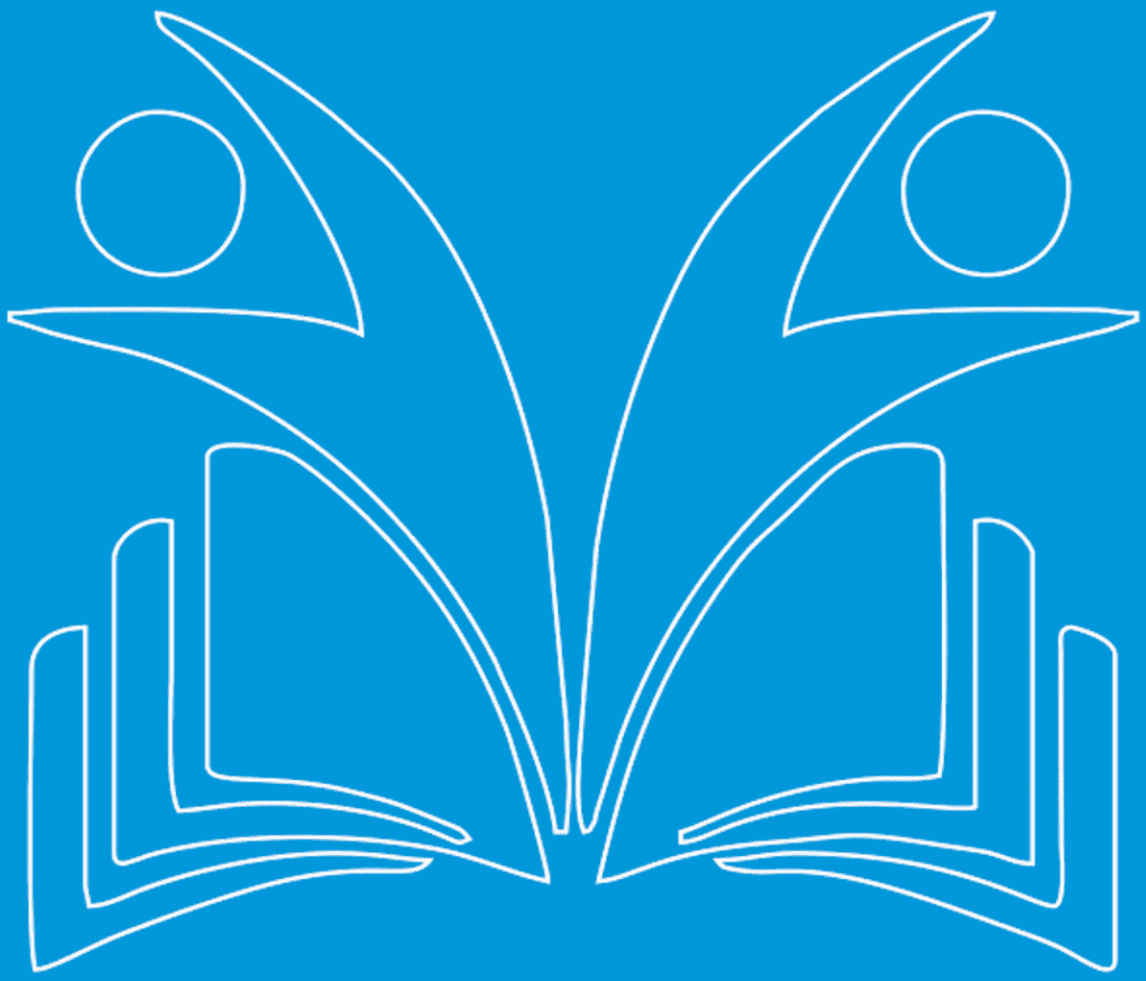
Capítulo 9

10.37423/231208567

O SAMBA COMO EXPRESSÃO CULTURAL E LUTA POLÍTICA

Renan Dias Oliveira

Universidade Estadual de Campinas



Resumo do artigo: O samba não é apenas um ritmo musical, mas é um movimento amplo de expressão cultural, com facetas sociológicas, antropológicas, culturais, religiosas, dentre outras. Tratamos sociologicamente de dois períodos históricos da cidade de Bragança Paulista, que podem expressar muito da realidade brasileira. O samba atuou como um "fundo musical" neste percurso. A pesquisa consistiu em analisar dois momentos históricos específicos da vida da cidade e do país, a fim de melhor compreender o contexto social, econômico, cultural e político nesses períodos. São eles: a década de 1960 até o início da década de 1970 e a década de 1990 até o início dos anos 2000. Através de pesquisa bibliográfica, em documentos, sites e a partir de entrevistas, buscamos compreender a importância do samba como manifestação popular advinda principalmente da população negra. Concluímos, a partir da perspectiva da sociologia histórica e da cultura, que o samba, como forma de expressão cultural, é também uma modalidade de luta política e porta possibilidades educativas.

Palavras-chave: samba; cultura; política; história.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de atentar para a importância do samba, como uma forma de manifestação popular, principalmente da população negra e trabalhadora, em momentos decisivos da história política da cidade de Bragança Paulista, interior de São Paulo. A pesquisa consistiu em analisar dois momentos históricos específicos da vida da cidade e do país, a fim de melhor compreender o contexto social, econômico, cultural e político nesses períodos. São eles: do início da década de 1960 até o início da década de 1970 e do início da década de 1990 até o início dos anos 2000. Compreender a importância do samba, como manifestação popular, significa entender a expressão cultural e a luta política que o movimento do samba como um todo representou nesses dois momentos.

Primeiramente é preciso definir que se compreende o samba como um movimento amplo, genuíno e advindo das classes populares, que expressa muitas características e anseios de tais grupos, principalmente da população negra. Através da música, da dança e das festas, o samba está diretamente ligado à cultura negra e às manifestações sociopolíticas de cunho étnico-racial de tradições africanas. Por mais incorporado, assimilado e constantemente recriado, uma manifestação como o samba guarda suas raízes nas manifestações oriundas das classes populares e da população negra. Como bem define Diniz (2006):

> "Apesar de ser um gênero resultante das estruturas musicais europeias e africanas, foi com os símbolos da cultura negra que o samba se alastrou pelo território nacional. No passado, os viajantes denominavam batuque qualquer manifestação que reunisse dança, canto e uso de instrumentos dos negros. Esse era então um termo genérico para designar festejos. O sentido amplo permaneceu na literatura colonial até o início do século XX, quando a palavra samba passou a ocupar seu espaço" (p.13).

A expressão cultural de manifestações populares como o samba está estritamente ligada a determinado conteúdo político, ainda que a manifestação desse conteúdo aconteça, muitas vezes, de forma inconsciente e fragmentada. Durante sua consolidação como ritmo musical no século XX, o samba sempre foi a "voz das periferias", a forma musical de expressar a vida das classes e grupos marginalizados na sociedade brasileira. Sempre encarou preconceitos e resistência por parte das elites e das classes médias, que também o identificavam como gênero musical dos grupos mais pobres e da população negra. Tal manifestação carrega, inegavelmente, um conteúdo eminentemente político.

Este trabalho buscou compreender a importância do samba, como uma forma de manifestação popular e luta política dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente negros e negras, em momentos importantes da história política da cidade de Bragança Paulista e do Brasil, em dois

momentos históricos definidos. Procurou-se compreender a manifestação do samba, advinda das classes trabalhadoras, a fim de entender a expressão cultural de cunho emancipador e a luta política que o samba representou nesses dois momentos históricos decisivos. Neste artigo, aponta-se para inciativas importantes tomadas pelos grupos de manifestação cultural do samba nesses dois períodos, a fim de aprofundar o conteúdo político dessas mesmas iniciativas e sua incidência na sociedade como um todo.

Ainda hoje, o samba, como expressão cultural das classes populares, porta um imenso potencial de luta política, de acúmulo e avanço da consciência de grupos subalternos, que vislumbram a emancipação social e a construção de uma sociedade livre da exploração de classe e da opressão étnico-racial. E é justamente esse conteúdo político que se pode constatar nas manifestações do samba nos dois períodos que serão aqui analisados: a década de 1960 e a de 1990.

O componente religioso também foi fundamental no processo de construção do samba no país. Tradições religiosas de matriz africana estiveram umbilicalmente ligadas aos aspectos sociais e políticos durante toda a história do ritmo. Assim como nos períodos colonial e imperial do país, as religiões de matriz africana foram discriminadas e perseguidas pelas elites no advento do período republicano, aspecto que será tratado mais adiante nos dois períodos históricos tratados. Destaca-se a importância do fator religioso na consolidação do samba no Rio de Janeiro no final do século XIX, que se espalharia por todo o Brasil.

O recorte histórico que este trabalho se propôs a fazer procura mostrar também como a dimensão religiosa das tradições de matriz africana do samba estava umbilicalmente ligada ao conteúdo político contestatório da população negra e mais pobre nesses dois períodos históricos em questão.

A partir de pesquisa realizada com integrantes e com documentos do Clube 13 de Maio, da cidade de Bragança Paulista, pudemos identificar diversas características desses contextos. Na atuação docente na cidade, procuramos desenvolver aulas nas ciências humanas, com esse “fundo musical” da história do samba. Iremos apresentar dados e características do Clube da cidade do interior paulista, mas que podem ser relacionados com a história do samba e do contexto social e político do país nesses momentos históricos.

OS ANOS 1960

A década de 1960 ficou marcada no Brasil por vários movimentos culturais e políticos anti-hegemônicos, isto é, que questionavam o “*status quo*” dos grupos sociais e culturais dominantes.

Nesse período muitos cantores e grupos de samba aparecem no cenário musical radiofônico, como Cartola, Nelson Cavaquinho, Zé Kéti, Paulinho da Viola, Nara Leão, Nelson Sargento, Elton Medeiros, Hermínio Bello de Carvalho, Carlos Lyra, Araci de Almeida, grupo Os Originais do Samba, dentre outros. A sociedade como um todo tem a oportunidade de conhecer o ritmo. Desde a década de 1930 o samba já ocupava um espaço considerável no cenário radiofônico nacional, ainda que com muitas dificuldades. Durante o período da ditadura do Estado Novo (1937-1945), o então presidente Getúlio Vargas incentivou a "mercantilização" do samba nos espaços de comunicação, devido à multiplicação das rádios e ao crescente interesse dos anunciantes. Mas é somente na década de 1960, com o alcance da televisão, que o samba é amplamente difundido por todo o território nacional e no exterior (DINIZ, 2006).

A década de 1960 também ficou marcada pelo "desenvolvimentismo", que já vinha desde os anos 1950 com o governo de Juscelino Kubitschek[1], e depois com os governos Jânio e Jango. A ideia apregoada na sociedade era a de que o Brasil precisava crescer economicamente para se tornar um país industrializado e moderno. Com maior desenvolvimento econômico haveria mais oportunidades para todos. Em 1964 ocorre o golpe de Estado, que derruba o governo de Jango, eleito democraticamente, e se instaura uma ditadura que perduraria por vinte e um anos. A ideia posta em prática pelos governos militares também era a de que o Brasil precisava crescer, mas sem necessariamente incluir socialmente e distribuir renda.

A resistência à ditadura civil-militar se constrói nos primeiros momentos do regime e o samba nunca foi bem-visto pelos governos dos generais. Era tolerado na rádio e na TV, mas fortemente perseguido nas festas populares, nos clubes negros e nos terreiros onde se manifestavam as religiões de matriz africana. Muitos espaços de sociabilidade, que tinham o samba como elemento central, foram fechados pelo governo no final dos anos 1960, o que também viria a ocorrer com o Clube 13 de Maio de Bragança Paulista, que teve suas atividades suspensas entre 1968 e 1972. Após essa data o Clube se reorganizaria e voltaria a desenvolver atividades culturais constantes. O encontro em tais espaços era um momento privilegiado de produção cultural e manifestação religiosa das classes mais pobres e da população negra, que gestava também um conteúdo político contestatório (OLIVEIRA, 2000).

Em Bragança Paulista os reflexos do golpe civil-militar de 1964 foram sentidos imediatamente após a intervenção do dia 1º de abril daquele ano, como se pode conferir nos inquéritos policiais abertos pela Comissão Nacional da Verdade desde o ano de 2011 (CNV, 2011). Vários líderes estudantis e do movimento sindical da cidade foram levados para interrogatório nas delegacias policiais, e a polícia

local chegou a invadir o prédio da Câmara Municipal e prender vereadores do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido que seria oposição ao regime militar (SONSIN, s/d), o que escancarava o caráter autoritário e perseguidor do regime que se instalava no país.

Como citado anteriormente, os governos dos generais não viam com bons olhos as manifestações populares ligadas ao samba. A proposta dos governos militares era a de que o país passasse por uma modernização de caráter econômico, mas que incluiria também aspectos culturais e sociais. Uma "modernização" do ponto de vista dos militares e das classes dominantes implicaria em repressão da diversidade de manifestações culturais pelo país. Instalou-se a censura como política oficial do governo, com a cínica justificativa de "manutenção da moral e dos bons costumes" (OLIVEIRA, 2000, p.45).

O samba seria duramente perseguido pelos militares, o que não foi diferente em Bragança Paulista. O Clube 13 de Maio, fundado em 15 de novembro de 1934, insere-se na dinâmica dos chamados "clubes negros" surgidos no final do século XIX e início do século XX em diversas cidades brasileiras. Os clubes se organizaram como espaços de sociabilidade e resistência cultural da população negra, que naquele contexto histórico se encontrava legalmente recém-liberta da dominação escravagista, mas que arcava com o ônus de grupo social desamparado pelo Estado, sem direitos e discriminado socialmente. Os clubes negros se estruturam, então, como manifestações da organização e atuação não só de caráter cultural, mas com um conteúdo eminentemente político nas lutas sociais da população recém-liberta da escravidão.

O Clube 13 de Maio de Bragança se apresenta como remanescente do "Club dos Escravos de Bragança Paulista", organização fundada em 14 de novembro de 1881. O Clube de Escravos teve atuação política e educacional pioneira e destacada no final do século XIX (PACITTI, s/d). Localizava-se em uma pequena casa na Rua Santa Clara, centro da cidade, onde funcionava uma escola noturna que comportava cerca de quarenta alunos, todos escravizados em Bragança, que eram alfabetizados por professores voluntários. O caráter educativo do clube se destacava: "O principal objetivo da escola do *Club* era o desenvolvimento intelectual dos sócios por meio da leitura" (SILVA, 2015, p.113). Percebe-se o caráter político contestatório que o clube conferia às atividades educativas, a fim de que seus membros se conscientizassem e se politizassem, inserindo-se nas lutas pela emancipação dos grupos escravizados e pela abolição da escravidão no país.

Outro aspecto de destacada atuação do Club dos Escravos, em sintonia com suas atividades educativas, foi no que tange à comunicação:

> Algo interessante dessa associação de escravos é que ela enviava circulares para diversos jornais ao redor do país. Tive acesso a um desses documento datado de 1882 que estavam assinados pelos escravos Thomas Augusto e João Avelino, presidente e secretário dos *Club dos Escravos,* respectivamente. Essa circular começava apresentando a triste condição que se encontravam os escravos por conta de um regime que os tratava de modo similar aos "mais ínfimos animais", eliminando-os do "seio da humanidade". No entanto, segundo essa mesma circular, havia um meio para mudar essa triste situação dos cativos – a instrução (SILVA, 2015, p.113).

Até a data da abolição oficial da escravatura no país com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, o clube foi um importante polo de resistência contra a dominação senhorial (PACITTI, s/d). Contou com um número considerável de associados, a escolha de sua diretoria ocorria de forma democrática e suas sessões ocorriam todos os domingos. A imprensa de Bragança foi contra a articulação política do clube desde seu início, propagando falsas notícias e colaborando na articulação repressora dos senhores de escravos. Como o clube também era um espaço de resistência cultural, onde se realizavam celebrações de candomblé, com música e dança, a imprensa local divulgava semanalmente os registros de reclamação dos vizinhos devido ao toque dos tambores, além das ocorrências policiais registradas no momento dos cultos.

O Clube tornou-se referência para várias organizações de resistência negra em outras cidades do país, por isso foi alvo de intensa repressão por parte do poder local: "(...) as autoridades locais promoveram, inclusive, um ataque da polícia à escola onde os escravos eram alfabetizados, pondo em debandada todos que ali estavam presentes" (PACITTI, s/d, p.78). Suas principais lideranças foram perseguidas e presas, algumas torturadas e mortas. Para tornar pública sua repressão, os senhores de escravos assassinaram algumas lideranças negras em um terreno, onde posteriormente foi erigida a igreja de "Santa Cruz dos Enforcados", na rua da Liberdade. Tanto as denominações da igreja quanto da rua foram feitas após a abolição oficial em 1888, como homenagem às lutas e às conquistas dos negros escravizados na cidade (SILVA, 2015).

Por essa tradição de engajamento social e de luta política, o Clube 13 de Maio formou-se na esteira da extinção do Club dos Escravos, em um momento onde uma parte da população negra liberta já se inseria nos movimentos operários organizados na cidade, e outra parte ainda trabalhava nas fazendas de café, uma vez que, alijada de direitos e sem formação educacional formal, era praticamente impossível ocupar outros postos de trabalho. O clube deixou de existir oficialmente em 1886, mas muitas lideranças escravizadas estavam fortemente engajadas na causa abolicionista e articularam a fundação do Clube de Operários de Bragança, destacando que a escravidão, o processo de industrialização nascente e o próprio Abolicionismo incidiam na vida da população local. (PACITTI, s/d).

O 13 de Maio então, como ficou conhecido, cumpriu desde o início do século um importante papel de socialização, integração e expressão político-cultural da população negra então liberta oficialmente.

Com a influência da Bossa Nova, vinda do Rio de Janeiro, o 13 de Maio realizou, na primeira metade dos anos 1960, muitos bailes em sua sede social. Esses bailes atraíam pessoas de vários grupos sociais, ainda que o Clube mantivesse a característica de um clube negro e dirigido por pessoas das classes populares (MATHIAS, 1999). E essa era uma característica da Bossa Nova como um todo. O movimento que surge em meados de 1958 no Rio de Janeiro é uma rica síntese de influências musicais, que vinham desde o samba-canção, de estéticas impressionistas europeias até o *jazz* e o *blues* estadunidenses daquele período. Era notoriamente produzido nos círculos da classe média, com destaque para Tom Jobim, Vinícius de Moraes, João Gilberto, Toquinho, Nara Leão, dentre outros. Mas rapidamente cai no gosto popular, principalmente após a gravação de *Canção do amor demais* por Elizeth Cardoso, composição de Vinícius de Moraes.

Os bailes, agora marcados também pela Bossa Nova, e pelos já tradicionais bolero e samba-canção, ampliam-se e passam a ser atividades constantes nos clubes negros, inclusive nos primeiros anos da ditadura civil-militar no país. Após a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 1968, com o fechamento do Congresso Nacional, a propagação da censura e da tortura institucionalizadas no país, dentre outras práticas de repressão, é que os clubes negros entrariam no rol de movimentos perseguidos pelo governo. Um dos principais representantes musicais da Bossa Nova e também diplomata de carreira, Vinícius de Moraes, assume uma posição política abertamente contrária ao regime, envolvendo-se com o Partido Comunista, o que lhe custa a cassação de seu cargo no Ministério das Relações Exteriores já em 1968.

A influência de Vinícius de Moraes em lideranças do mundo do samba é notória em várias cidades do país. Vários clubes negros passam a sofrer interferência e perseguição dos aparatos militares, não só na realização de bailes, mas de outras atividades sociais, chegando ao ponto se serem fechados. Em Bragança Paulista, no ano de 1967, tomara posse na prefeitura municipal um grupo político aliado dos militares, na figura do prefeito Hafiz Abi Chedid, que ficaria na gestão municipal até 1972. Justamente nesse período o Clube 13 de Maio fecha as portas e a cidade passa por um “processo de modernização” alinhado às políticas nacionais, com o asfaltamento de vias, incentivo à construção civil, propostas de loteamentos populares, além do fechamento da Estrada de Ferro Bragantina, no ano de 1967, como facilitação para a nascente indústria automobilística no país (MATHIAS, 1999).

Além dessas medidas econômicas, a repressão aos movimentos culturais e religiosos de matriz africana ganha força. Ocorrem intervenções policiais em terreiros de Umbanda e Candomblé pela cidade, lideranças são perseguidas e há um deslocamento forçado da população negra para os bairros periféricos, com a justificativa de ampliação de moradias populares. Uma cidade como Bragança estava no centro dos interesses econômicos dos militares, pois contava com uma estrutura produtiva bem consolidada e diversificada para a época, contando com produção de gêneros alimentícios, têxteis, lâmpadas, fósforos, dentre outros artigos desde o início do século XX. Além disso, a cidade destacava-se como entreposto nas relações comerciais entre o sul do Estado de Minas Gerais (Bragança fazia fronteira à época com a cidade mineira de Extrema), a capital do Estado, o litoral e a área chamada de "região bragantina", que inclui vários outros municípios (OLIVEIRA, 2000).

Uma cidade com tamanho destaque deveria passar uma imagem de "desenvolvida" e "adequada aos novos tempos", o que implicava em uma "europeização" da sociedade local. Nesse processo fazia-se presente também a repressão aos movimentos sindicais já organizados. Desponta a perseguição a manifestações negras e populares na dinâmica local, como se pode constatar na repressão sofrida nos espaços do samba e das religiões de matriz africana. O então presidente Emílio Garrastazu Médici (1968-1974) seria inclusive homenageado pelos grupos políticos da região, aliados de seu partido político, a ARENA, que batizariam o prédio da Câmara Municipal local com o seu nome, denominação que seria mantida até o ano de 2013, quando foi alterada para "jornalista William Cardoso".

O Clube de 13 de Maio se fortaleceu como um polo de resistência a essas iniciativas oficiais da repressão. Nos primeiros anos da década de 1960, o clube sofreu grande influência do bar "Zicartola" do Rio de Janeiro, que desenvolveu atividades entre 1963 e 1965, conduzido pelo ícone do samba Cartola e por sua esposa dona Zica. Num contexto em que o meio cultural brasileiro passava a ser palco de intensas discussões estéticas e políticas, com o Cinema Novo, o Teatro Novo, o Centro Popular de Cultura (CPC), o Movimento de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (UNE), o Teatro de Arena, a Revista *Civilização Brasileira,* o Movimento Neoconcreto, o Poema-Práxis e o Método Paulo Freire de alfabetização popular, o samba foi um dos espaços privilegiados de encontro da nova produção cultural. E o "Zicartola" foi um espaço privilegiado onde se realizava uma rica síntese entre a cultura popular e a produção da classe média intelectualizada (DINIZ, 2006).

Assim como no bar carioca, no 13 de Maio a música popular era constante no início da década, com a realização de festas com comida caseira e com a presença de diversos grupos sociais da cidade. Essa síntese foi um marco na revitalização do samba urbano no período, onde os encontros eram marcados

por música, refeições, bebidas e discussão política. Inspirados em cantores e cantoras que se expressavam como verdadeiros atores e atrizes de teatro nos palcos, como Clementina de Jesus, Aracy Cortes e Elton Medeiros, as apresentações no 13 de Maio aconteciam com artistas locais que cantavam, dançavam e interpretavam ricas apresentações no palco do clube. Sempre com o prestígio de diversos grupos sociais da cidade, a plateia estava sempre lotada, mas a expressão cultural e política sempre remetia às tradições africanas, com músicas negras do início do século, com destaque para as canções de Geraldo Pereira, Paulo da Portela, Ismael Silva, Lamartine Babo e Sinhô. Além disso, era comum apresentações de manifestações culturais africanas, como o caxambu, lundu, jongo e corima. (OLIVEIRA, 2000).

O show *Opinião* havia sido a primeira resposta musical contestatória ao golpe civil-militar de 1964, procurando aglutinar forças políticas contra a ditadura. Sob a direção de Augusto Boal, a peça que estreara dia 11 de dezembro de 1964, em uma realização fruto da parceria do grupo Opinião com o Teatro de Arena, iria ressoar nos anos seguintes também pelo interior do país. A montagem da peça foi resultado do trabalho dos Centros Populares de Cultura (CPCs) ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE). Logo após o golpe, lideranças estudantis e culturais reconhecidas no estado de São Paulo foram perseguidas pelo regime militar também em Bragança Paulista (CNV, 2011), o que ajudou a abafar a intensa produção cultural da cidade no período.

Outra influência notável no 13 de Maio nesse contexto foi Zé Keti, compositor das favelas e destacado por seu engajamento político contra a ditadura. Todo esse caldo cultural e político formava as bases para que a repressão não desse tréguas aos clubes negros no interior paulista. Entre 1968 e 1972 o Clube 13 de Maio de Bragança Paulista teria suas portas fechadas e permaneceria sob vigilância policial constante para que não reabrisse. Durante esse período as manifestações da cultura negra passaram a ocorrer então principalmente nos terreiros de umbanda e candomblé pela cidade.. Foi um período marcado pela violência institucionalizada, como a tortura sistemática, e também pela censura pública por parte do governo. Na repressão aos terreiros das religiões de matriz africana, longe dos noticiários, a violência era intensa.

Com a popularização da televisão como meio de comunicação na segunda metade da década de 1960, os festivais de música haviam ganhado força como espaço para as chamadas “canções de protesto”, onde se destacaram artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Tom Zé, Gal Costa, Maria Bethânia, grupo “Os Mutantes”, dentre outros. Essa geração de artistas, que marcaria o movimento musical do

"tropicalismo", tinha estreita relação com o mundo do samba, o que era mais um motivo para o gênero ser perseguido abertamente pelos militares.

No início dos anos 1970, a música instrumental renascia, trazendo heranças do choro (que valoriza a expressão sonora sem a participação da voz), do rock'n roll estadunidense e do tropicalismo. Destaca-se nesse panorama musical o grupo "Os Originais do Samba", com a marcante presença do cantor e artista Mussum, e de Jorge Ben Jor. Na esteira da Bossa Nova destacam-se um dos maiores artistas brasileiros de todos os tempos, Chico Buarque de Hollanda, com letras profundamente marcadas pelo conteúdo político contestatório. Em inovações musicais do momento o samba estava presente de alguma forma, como em Aldir Blan, João Bosco, Milton Nascimento, Maurício Tapajós, Paulo César Pinheiro, Gonzaguinha e Elis Regina, que também resgatavam as tradições, harmonias, letras e estéticas das religiões de matriz africana em suas músicas. A música "O Bêbado e o Equilibrista", de João Bosco e Aldir Blanc, marcante na gravação de Elis Regina, tornaria-se um "hino lírico" de resistência à ditadura, um símbolo de solidariedade na luta pela anistia política (DINIZ, 2006).

Essas influências musicais foram fundamentais para diversos grupos de samba nos clubes negros país afora. Em Bragança Paulista, o grupo "SS" se tornaria marca frequente nos bailes do Clube 13 de Maio na década de 1970, executando canções dessa geração do samba e da música popular brasileira[2]. Alguns de seus músicos foram também membros da diretoria do Clube nessas duas décadas, o que destaca a estreita ligação da produção cultural com a atuação política dos clubes à época (ASES, s/d). Juntam-se a esse grupo, sambistas como Martinho da Vila, João Nogueira e Clara Nunes. O primeiro fundou em 1979, no quintal de sua casa, no Méier, Rio de Janeiro, o Clube do Samba, um reduto entre amigos para preservar o samba de raiz sem deixar de introduzir inovações melódicas e rítmicas no gênero. Já Gonzaguinha ficou consagrado com canções de resistência à ditadura, como "E vamos à luta", e por hinos que expressavam a crença em dias melhores como "O que é, o que é?". Clara Nunes conseguiu sintetizar tradições africanas com o contexto musical e político que florescia.

Como citado na introdução, a religião foi um fator também preponderante na formação do samba. Para Souza (2013), a religião é um fator essencial para compreender as origens do samba no Brasil. A maioria das pessoas escravizadas trazidas para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX vinha da África centro-ocidental (Congo e Angola), onde a música era um elemento religioso. Ela servia como um meio de comunicação entre o mundo dos vivos e o dos mortos, pois a voz e o ritmo dos instrumentos propiciavam o estado de "transe". Religião, dança e música reconstruíam conjuntamente um sentido de vida para aqueles que haviam sofrido o trauma da escravização. Para

os senhores proprietários, o corpo dos escravos era simplesmente objeto e instrumento produtivos de sua propriedade. Nas práticas religiosas que envolvem a dança (podemos aqui pensar na dança de forma geral, que é elemento constitutivo do samba) o corpo movimenta-se, dentre outros motivos, por simples prazer. O indivíduo escravizado, então, operava uma retomada da posse do seu corpo de forma lúdica e contestava a sua "objetificação" e "animalização".

Juntamente à dança, muitas religiões de matriz africana desenvolvem em sua ritualística o fenômeno da "possessão". Segundo Goldman (1985), tal prática expressa uma "concepção de pessoa" nas tradições africanas, uma síntese complexa resultante da coexistência de componentes materiais (o corpo) e imateriais (a tradição, as entidades, a comunicação). Manifesta que um "sujeito" é um ser "unitário", ao mesmo tempo que paradoxalmente é "mais do que um", é conexão com outras instâncias. O fenômeno da possessão expressa uma revelação constante de conteúdos religiosos no samba.

Na tradição religiosa cristã a "revelação divina" se dá apenas uma vez na história e só pode ser reproduzida de forma consciente, institucionalizada e sacerdotal. Para uma sociedade hegemonicamente cristã, é inaceitável que uma pessoa que se coloca fora do domínio de sua consciência não esteja em um estágio "pré-civilizado", ou mesmo mergulhado em um processo patológico, de perturbação mental, "demoníaco" etc. Tal discurso legitimou práticas de violência e perseguição a terreiros de candomblé principalmente, desenvolvida pelas autoridades estatais no período que aqui analisamos. Uma sociedade que vislumbrava atingir um "alto grau de civilização" deveria exterminar práticas consideradas atrasadas e primitivas (PARÉS, 2011).

A possessão é um fenômeno amplo e complexo, que deve ser analisado pelo transe em que as pessoas se inserem na prática religiosa; tal processo é, antes de tudo, " (...) um fato social na acepção durkheimiana do termo e que, portanto, ele pode e deve ser explicado apenas em relação ao contexto social e não através do recurso a categorias extraídas da psicopatologia individual" (GOLDMAN, 1985, p.63). Portanto, a possessão ou o transe não têm nada de patológico, tampouco são um fenômeno individual. A despeito de suas implicações biopsicológicas, para compreender a possessão é preciso conectá-la com a ordem social em que está inserida. Goldman (1985) salienta que a possessão tem o potencial de funcionar como mecanismo adaptativo dos indivíduos a processos de mudança social, como instrumento de protesto social e, em algumas situações, até como reforço da ordem existente. Para os propósitos deste texto destacamos as práticas religiosas de matriz africana como instrumento

de protesto social, o que se configurou como algo muito rápido devido às perseguições e estigmatizações racistas de então, de cunho político, étnico-racial e religioso.

Indivíduos socialmente marginalizados e discriminados por motivos raciais, de classe ou mesmo sexuais poderiam encontrar nos cultos afro-brasileiros e, mais especificamente no "transe místico", um modo de "inverter" durante a possessão sua baixa posição social. Tomados por entidades africanas, poderiam se transformar em deuses e reis, de forma a compensar ou mitigar seu *status* social inferior na sociedade brasileira. A possessão poderia assim contribuir para as pessoas escravizadas (e para seus descendentes libertos) em sua "adaptação" à sociedade de forma mais ampla, bem como protestar contra a ordem vigente. Uma sociedade que se constituiu de forma rigidamente estratificada e dificilmente permeável por "canais normais" (como a ascensão social pela educação ou pelo trabalho), porta uma tendência histórica de colocar grupos subalternos fora da dinâmica social estabelecida de forma estrutural. A possessão poderia ser um elemento identitário de sobrevivência, de resistência e de fortalecimento dos laços sociais entre grupos negros no Brasil (PARÉS, 2011).

Desde as iniciativas do Club de Escravos em Bragança Paulista no final do século XIX, as manifestações religiosas de matriz africana foram duramente discriminadas e perseguidas na cidade, ainda que em muitas ocasiões de uma forma velada e não-oficial, o que marca o racismo estrutural (SILVA, 2015). Com o advento da República, os clubes negros passam a ser um importante espaço de encontro também para a manifestação e para a articulação dessas práticas religiosas que ocorriam pela cidade. Segundo Perés (2011):

> Os candomblés passam a constituir um dos meios mais importantes de agregação social, identidade e resistência cultural da população negro-mestiça. Nesse panorama, a ocupação dos espaços físicos da cidade, especialmente a proliferação de candomblés no centro urbano, é um fenômeno significativo (PERÉS, 2011, p.138).

Até os anos 1960 se podia assistir em Bragança a essa proliferação de candomblés no núcleo urbano. Mas com o golpe civil-militar de 1964 e, principalmente, a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5 em 1968, os terreiros de candomblé e umbanda passaram a ser duramente reprimidos, como fora citado. O Clube 13 de Maio se torna então, novamente, um espaço de aglutinação de forças do movimento negro também do ponto de vista religioso (ASES, s/d). Como os terreiros eram perseguidos, o Clube passa a ser um território de manifestação de práticas religiosas de matriz africana, ainda que com todos os cuidados necessários para que a polícia não interviesse também ali:

> Em palavras de Wilson Roberto de Mattos, a concepção de territorialidade/territorialização não se restringe apenas à análise identificatória da ocupação de alguns espaços físicos determinados, e sim refere-se sobretudo à ocupação de espaços sociais de alcance mais amplo singularizando-os através de injunções simbólico-culturais. (PERÉS, 2011, p.144).

O 13 de Maio firma-se, assim, como espaço de resistência da cultura negra nos difíceis "anos de chumbo", o período mais violento e repressor da ditadura civil-militar, entre os anos de 1969 e 1974. A expressão religiosa de matriz africana constituiu, naquele momento, importante fator de agregação e luta política da população negra contra as arbitrariedades cometidas pelo Estado. O resgate da manifestação do candomblé junto à expressão cultural do samba remonta às origens do gênero musical em fins do século XIX e início do século XX, e atualiza a expressão cultural em sintonia com a luta política da população negra, em um período extremamente repressor e autoritário (ASES, s/d)

O clube constitui-se como importante espaço social de amplo alcance nas camadas socialmente mais pobres na cidade, onde os encontros eram para tocar, cantar, dançar, manifestar-se religiosamente e também para discutir política. Como as entidades de caráter estritamente político, como sindicatos e associações, estavam proibidas de funcionarem no período, o clube era um espaço privilegiado para debater e articular ações políticas e sociais de interesse dos grupos mais pobres e da população negra. Ainda que a vigilância policial fosse constante, o espaço era propício para encontrar e articular ações comuns com outras lideranças, que também comungavam do ideário de luta política contra a ditadura e em defesa dos direitos da população negra e trabalhadora.

OS ANOS 1990

Nos anos 1990 o samba desponta mais uma vez no cenário nacional como expressão cultural das periferias e da população negra. Se na década de 1960 o caráter contestatório do samba é explícito, neste novo contexto é muito mais difícil perceber como o movimento do samba, como um todo, sintetiza expressões culturais profundamente marcadas por conteúdos políticos contestatórios.

Quem se destaca nesse processo e permite uma análise mais profunda do caminhar do samba viveu entre os anos 1960 e 1990 é a cantora Beth Carvalho. Beth foi fortemente marcada pela influência da bossa nova e dos festivais da década de 1960. Em 1968, no III Festival Internacional da Canção, cantou a música "Andança", composição de Edmundo Souto, Danilo Caymmi e Paulinho Tapajós, ao lado do grupo Golden Boys. A cantora foi ganhando cada vez mais destaque a cada disco lançado. Cavaquinista, foi Beth quem divulgou a nova sonoridade que o samba ganhava desde o final dos anos 1970, com a introdução de novos instrumentos, como o banjo, o tantã e o repique de mão, utilizados

nos pagodes do Cacique de Ramos, bloco carnavalesco do subúrbio do Rio de Janeiro. Também foi ela quem divulgou o grupo Fundo de Quintal e sambistas como Zeca Pagodinho, Almir Guineto, Arlindo Cruz, Jorge Aragão e outros:

> A década de 1980 foi marcada por uma grande euforia gerada por significativas conquistas e mudanças do leme em direção a novos rumos para o país. Finalmente a sociedade civil podia participar do processo democrático elegendo seus representantes no plano municipal e estadual. Sindicatos surgiram, associações de moradores proliferaram, o povo foi às ruas manifestar seus direitos pedindo Diretas Já! Tinha início a Nova República e, no final da década, depois de um intervalo de mais de vinte e cinco anos, o Brasil elegeu um presidente que passava a governar sob a nova constituição, promulgada em 1988, a chamada de 'Cidadã'. (DINIZ, 2006, p.187).

Nesse contexto, o movimento do samba começa a ganhar "novas feições". Desde o citado Clube do Samba, lançado em 1979 por João Nogueira, passando pelos encontros no Cacique de Ramos nas décadas de 1970 e 1980, os encontros para se cantar samba foram ganhando uma dimensão mais ampla e democrática:

> A cultura, de forma geral, e a música popular em particular, passaram a reverberar essa onda de mobilização e questionamentos (...). Na década de 1980, o que ficou conhecido como *pagode,* também chamado de *fundo de quintal* ou de *pagode de mesa,* não era somente a festa do samba, mas um novo jeito de se fazer samba cujas mais profundas raízes saíram do bloco carnavalesco Cacique de Ramos (DINIZ, 2006, p. 189-190).

O bloco carnavalesco Cacique de Ramos, fundado no início dos anos 1960, passou a reunir nos anos 1970 seus principais compositores e amigos, todas as quartas-feiras, para um samba denominado "pagode" que até então era uma denominação genérica para encontros musicais de origem popular. Dali saíram artistas (além dos já citados que foram divulgados por Beth Carvalho) como Sombrinha, Beto Sem Braço, Luiz Carlos da Vila, Neoci, Jovelina Pérola Negra e muitos outros. Foi ali que surgiu essa nova variante do samba, que criou a primeira geração de compositores que construíram sua carreira para além das escolas de samba a que eram ligados, tendo destaque Mangueira, Salgueiro, Portela e Império Serrano.

Os pagodes extrapolaram as rodas de samba nos subúrbios e ganharam as gravadoras, as rádios e a mídia por todo o país na segunda metade dos anos 1980: "(...) a coisa pegou fogo. O pagode, de alma e coração suburbanos, tomou o trem, desceu na Central e fez baldeação num ônibus até saltar na bela e bronzeada Zona Sul carioca. Caiu no gosto popular e foi sendo 'azeitado' pelas grandes gravadoras" (DINIZ, 2006, p.191). Esse fenômeno alastrou-se por todo o país nos anos 1990. Por isso este trabalho

se propôs a pensar o conteúdo político do "movimento do pagode" nos anos 1990, inserindo-o em um contexto mais amplo, da realidade do país naquele momento.

A multiplicação dos grupos de pagode ocorreu principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde a consolidada indústria fonográfica exigia muito dos artistas, tanto em número de shows como na quantidade de discos lançados. Criou-se uma polêmica se o pagode seria um novo ritmo musical distinto do samba, já que os programas de TV e rádio apresentavam os grupos e cantores como "artistas do pagode". Considera-se que, embora tenha ocorrido uma mudança melódica e rítmica substancial do pagode em relação ao samba que vinha sendo produzido antes dos anos 1990, o movimento do samba (e consequentemente o pagode) como um todo continuou a preservar suas raízes e sua história naquele momento. Sem dúvida ocorreriam inovações decisivas e marcantes para a história vindoura do samba, tanto do ponto de vista musical como sociopolítico e cultural.

Uma das razões para essa continuidade na tradição do samba é a ligação dos artistas, que se inseriram na "explosão comercial" do pagode dos anos 1990, com as escolas de samba e com os pagodes de fundo de quintal, que remontam aos clubes negros tratados no primeiro item. Mesmo que muitos grupos e cantores tenham mergulhado no mercado das gravadoras, mantinham sua relação com a raiz do samba produzido nos pagodes e nas escolas de samba. No caso de Bragança Paulista, destacam-se as escolas Acadêmicos da Vila, Nove de Julho, Unidos do Lavapés e Dragão Imperial, que se localizam em pontos distintos da cidade e, ainda hoje, realizam pagodes nesses pontos.

Os pagodes de fundo de quintal passam a serem realizados também no ambiente das escolas de samba, que começam a desenvolver intensas atividades durante todo o ano a fim de construir seu desfile de carnaval, que ocorre na maior parte das vezes no mês de fevereiro. Nesse contexto, regatam-se tradições do samba como, por exemplo, o "partido-alto":

> Modernamente, o partido-alto é uma espécie de samba cantado em forma de desafio por dois ou mais solistas e que se compõe de uma parte coral – refrão ou primeira – e uma parte solada com versos improvisados ou do repertório tradicional, os quais podem ou não se referir ao assunto do refrão (LOPES, 2003, p.192).

Além do partido-alto, resgatam-se também tradições como os sambas tocados em torno de uma mesa com muitos pratos de comida e bebidas, assim como aconteciam nos sambas realizados nas casas das chamadas "tias" no início do século XX, principalmente baianas e cariocas que tinham forte liderança social (muitas eram mães-de-santo do candomblé) e que abriam suas casas para que os sambistas cantassem e tocassem sem serem perseguidos nas ruas pela polícia. Nos anos 1990 os agora chamados "pagodes de mesa" passam a ocorrer no âmbito das escolas de samba e também nos ambientes

familiares. Momentos propícios para uma sociabilidade marcada pela troca de experiências, onde muitos compartilham o que viveram em outros pagodes, em escolas de samba de outras cidades, além dos artistas já reconhecidos compartilharem suas experiências profissionais no mundo midiático.

Os anos 1990 foram marcados por profundas crises econômicas, que afetaram principalmente os grupos sociais mais desfavorecidos, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista das dominações históricas, como a clivagem étnico-racial. Com altos índices de desemprego, inflação descontrolada e arrocho nos salários, as classes mais pobres sentiam de forma brutal os efeitos do neoliberalismo. A eleição do então presidente Fernando Collor de Mello em 1989 (o primeiro desde 1961), seguida de seu *impeachment* escancaravam o quão frágil ainda eram as conquistas sociais expressas na Constituição de 1988 (IANNI, 1995).

Nesse contexto, o samba ganha força novamente como movimento advindo das periferias, que expressa muito de "sua voz" nos espaços radiofônicos, alcançando diversos grupos sociais. Com letras românticas e, em menor número, com temas africanos, os pagodes viriam a expressar uma periferia sufocada pelos efeitos do neoliberalismo, mas que queria fazer valer seu direito de amar, de falar de coisas simples da vida, além de temas políticos e que remetessem também à africanidade. Não há como não fazer referência a Leci Brandão, cantora nascida no subúrbio do Rio de Janeiro, que em 1977 havia participado de apresentações do grupo Movimento Aberto de Arte, com forte engajamento político na questão étnico-racial. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, Leci também ganharia destaque no cenário radiofônico nacional com músicas românticas e com temas do movimento negro, como "Olodum força divina". Com forte liderança política, a cantora viria a se eleger deputada estadual pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 2010, reelegendo-se em todas as eleições seguintes para o cargo.

Outros dois nomes que merecem destaque são Nei Lopes e Wilson Moreira. Sua influência nessa geração de sambistas é notória. Nei Lopes, além de artista, é pesquisador e escritor. Natural do subúrbio carioca, formou-se em Direito e Ciências Sociais, tendo-se aprofundado no estudo do Candomblé a partir de 1978 (LOPES, 2003). Nei Lopes é sócio do Centro Internacional das Civilizações Bantu e participa constantemente de atividades do movimento negro. Nei Lopes e Wilson Moreira, junto com o cantor Candeia, fundaram ainda na década de 1970, o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, que influenciaria muitas escolas de samba pelo país, incentivando-as a desenvolverem atividades e sambas-enredo que tratassem das questões da África, da diáspora

africana e do movimento negro no Brasil. Essa influência seria marcante no crescimento das escolas de samba pelo país justamente na década de 1990.

Ainda que em um primeiro momento, o aumento dos grupos de pagode remeta a uma submissão aos ditames comerciais das gravadoras e empresários, o pagode foi nos anos 1990 (e continua sendo) um movimento de expressão cultural do movimento do samba. Majoritariamente formado por integrantes negros e oriundos das classes populares, o pagode é uma forma de inserção da população negra e trabalhadora em diversos espaços sociais, que outrora eram destinados somente aos grupos sociais mais ricos, brancos e dominantes. E não é uma inserção apenas para os artistas. Um pagode, isto é, um samba de roda ou pagode de mesa porta um caráter democrático por excelência, pois pode ser formado em qualquer espaço público ou privado disponível, e as pessoas comuns que participam do pagode podem se expressar rompendo barreiras sociais e étnicas, que não poderiam romper em outros ambientes (DINIZ, 2006).

Todo esse processo de abertura econômica na década de 1990 é continuamente marcado por mudanças sociais, mas que tenderiam a manter a discriminação racial da sociedade brasileira. O conhecido mito secular da “democracia racial” diluiu as especificidades dos “grupos de cor”, ao passo que os movimentos negros emergentes passaram a reivindicar novamente, e de forma incisiva, certas manifestações culturais como próprias ao seu grupo, e não a um suposto caráter nacional (FERNANDES, 2011).

O movimento do samba se reafirma assim, nos anos 1990, como oriundo da população negra e das classes populares. O fortalecimento das escolas de samba e dos cantores e grupos de pagode somente reafirmava que o samba como um todo ganhava novo fôlego e se expandia ainda mais no país. Essa expansão pode ser considerada um “grito das periferias” em resposta à expansão do capitalismo neoliberal no país, que, como foi destacado, gerava efeitos devastadores para a população negra e mais pobre e aprofundava as desigualdades sociais no país.

O avanço do capitalismo neoliberal aprofundou também as desigualdades nas relações raciais, empurrando os grupos negros novamente para posições de mais intensa vulnerabilidade social. Por outro lado, o fortalecimento dos movimentos sociais negros, das associações de moradores, de entidades de defesa das religiões de matriz africana e outros viriam a cobram constantemente do Estado políticas públicas efetivas. Nesse contexto de reconstrução democrática, a luta por políticas públicas de ação afirmativa para a população negra no país ganha relevo, em diversos espaços, como trabalho, universidades, políticas culturais, de reconhecimento religioso etc. Tais cobranças, em

muitas ocasiões, resultaram em conquistas de direitos sociais e de políticas públicas estruturadas para essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 1960 o movimento do samba vem cumprindo um papel de democratização das estruturas raciais da sociedade brasileira, ainda que de forma fragmentada e, muitas vezes, de forma inconsciente. O movimento do pagode nos anos 1990, em sintonia com as escolas de samba e com os pagodes de fundo de quintal, continua forte, como forte também continua sua disseminação na mídia neste início de século XXI. É fundamental que junto à popularização do samba ocorra uma conscientização política dos problemas específicos da população negra e dos grupos sociais mais pobres, para que assim o movimento do samba possa continuar problematizando e se engajando nas questões referentes à desigualdade social e étnico-racial presentes na sociedade brasileira.

Este trabalho procurou mostrar como o samba constituiu-se como um movimento de expressão cultural e de luta política nos anos 1960 e nos anos 1990. A partir da pesquisa realizada, pode-se afirmar que o samba preservou nesses dois momentos suas tradições advindas da população negra no país, seja em consonância com aspectos musicais, culturais, sociopolíticos ou religiosos. Assim, é possível afirmar que o samba, como movimento essencialmente marcado pela história e cultura da população negra no país, continua desempenhando um papel de expressão cultural e de engajamento político contestatório dos grupos sociais negros e mais pobres na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos. Histórias do Samba: de João da Baiana a Zeca Pagodinho. São Paulo: Matrix, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA 1797-1997: TRAJETÓRIA E IDENTIDADES, Cadernos de memória 2. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1998.

COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. Estudos Afro-asiáticos, ano 24, n.1, pp. 35-61, 2002.

FABBRINI, Ricardo. O fim das vanguardas: da modernidade à pós-modernidade, estetização da vida e generalização do estético, Poliética. São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 167-183, 2013.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global Editora, 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. 'Raça', racismo e grupos de cor no Brasil. Estudos afro-asiáticos, ano 27, p.45-63, abr. 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com raça em sociologia. Educação e Pesquisa, vol. 29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LINS, Paulo. Desde que o samba é samba. São Paulo: Editora Planeta, 2012.

LOPES, Nei. O samba como instrumento de controle das massas. Entrevista. Disponível em: <www.esquerda.net>. Acesso em: set. 2022.

MATHIAS, Luiz Gonzaga. Em busca dos marcos perdidos: história de Bragança. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

MUGNAINI JR., Ayrton. Adoniran: dá licença de contar. São Paulo: Editora 34, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Conferência. Proferida em 05 de novembro de 2003 no PENESB-RJ, Rio de Janeiro, 2003

OLIVEIRA, João. Passando pelo passado. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX, Cadernos CERU, São Paulo, n. 17, set. 1982.

PACITTI, Sauturnino. Uma associação inédita no Brasil. Bragança Paulista: mimeografado, sem data.

PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

Resgate histórico do clube recreativo e beneficente 13 de Maio – 80 anos. Disponível em: www.asesbp.com.br . Acesso em: ago. 2012.

SCHWARCS, L. Questão racial e etnicidade. In: O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), vol. 1 antropologia. Editora Sumaré, 1999, pp. 267-325.

SILVA, Jacinto. No tempo da escravidão: experiências de senhores e escravos em Bragança Paulista (1871-1888). São Paulo: Annablume, 2015.

SILVA, André. Almanaque do samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

SONSIN, Antonio. José de Lima: uma história de sucesso. Bragança Paulista: Gráfica 4, s/d.

VIANNA, Hermano. O Mistério do Samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ UFRJ, 1995.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. Bezerra da Silva produto do morro: trajetória e obra de um sambista que não é santo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

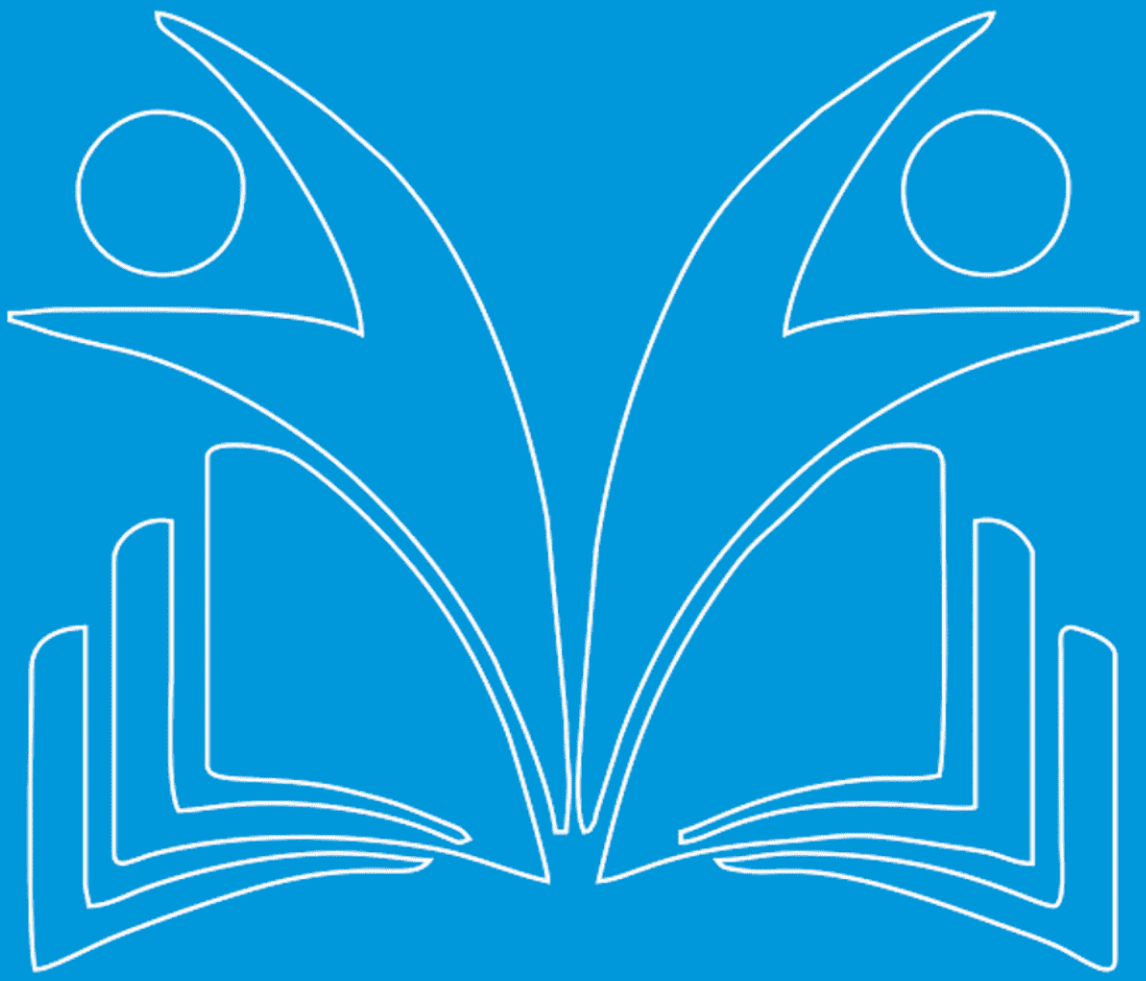
Capítulo 10

10.37423/231208588

PENSANDO O ECOFEMINISMO NA INTERDISCIPLINARIDADE COM O TURISMO SUSTENTÁVEL, A ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, ARQUITETURA E URBANISMO

Giovanna de Araújo Leite

Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns



INTRODUÇÃO

Os impactos do consumismo na sociedade contemporânea e a exploração dos recursos naturais vêm aumentando de forma desequilibrada, sem dar tempo da natureza e do planeta se refazerem, provocando escassez e esgotamento dos principais recursos naturais, essenciais à vida.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1996), o turismo sustentável é definido como uma prática que apoia o setor ambiental, sociocultural e econômico, partindo das necessidades dos/das turistas, das indústrias, do meio ambiente e das comunidades locais. Porém, o turismo, por si só, visa, apenas, atender às necessidades empresariais e da sociedade hegemônica em geral, de forma mercadológica, sem atender, por exemplo, às questões humanísticas e às consequências dos impactos ambientais encontrados em certos produtos que podem prejudicar até mesmo a saúde das pessoas.

Sabe-se que produtos como plásticos e sintéticos, em geral, utilizados em restaurantes ou em lugares turísticos, além de impactar o ambiente de forma predatória, também causam sérios problemas de saúde aos seres humanos. Como exemplo, pode-se citar os emergentes prejuízos que afetam o sistema biológico das mulheres por (resíduos de dioxina na amamentação, provocando distúrbios na gravidez) e, ainda, os espaços que possam impedir um melhor desenvolvimento no turismo, no trabalho e na vida cotidiana da população em geral, conforme afirma (MELLOR, 1997).

Este texto traz a temática do ecofeminismo acoplada ao turismo sustentável e à arquitetura e urbanismo, de maneira que vise valorizar o meio ambiente e empoderar as mulheres, enxergando um ponto em comum entre a destruição do meio ambiente e degradação da mulher, assim como, lutando para conseguir melhores condições. Busca-se sistematizar um conhecimento teórico-científico sobre o ecofeminismo relacionando-o com as áreas citadas, ambientais nos corpos das mulheres motivados pelas pessoas que gerem as empresas ainda não conscientes sobre o assunto.

Pensar sobre a sustentabilidade ambiental remete ao debate sobre o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental, sobretudo, em virtude dos debates acadêmicos, trabalhos de pesquisa e ou das conferências promovidas por diversos países, que contam com o apoio da ONU (Organização das Nações Unidas). A II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, versou incansavelmente sobre esse tema. Apesar de não ser completamente nova, a intersecção entre a defesa do meio ambiente e da igualdade de gênero tem ganhado um novo fôlego com os movimentos feministas de anos recentes no combate às mudanças climáticas. Porém, é preciso aprofundar a sustentabilidade em uma prática teórico-discursiva

amparada numa teoria que esteja fora do discurso hegemônico, pois segundo (LEFF,2001) o desenvolvimento sustentável hegemônico é entendido como um condutor da gestão de todos os recursos existentes, tanto do ponto de vista da exultação das necessidades econômicas, sociais e estéticas, quanto da manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e de todos os sistemas de suporte à vida.

O ecofeminismo foi utilizado pela primeira vez em 1974, por Françoise d 'Eaubonne, que, em 1978, fundou, na França, o movimento ecologia e feminismo (FLORES; TREVISAN, 2010, p. 12). Como se pode perceber, o tema do ecofeminismo foi citado desde 1978, trazendo assuntos como a ecologia, o feminismo e os movimentos de mulheres no mundo, desvinculados das concepções socioeconômicas de dominação e opressão.

O ecofeminismo destaca a relação de equidade de gêneros, cooperação, ajuda mútua, desenvolvimento sustentável e trabalho, numa postura humanística e de visão de mundo. Dentro deste contexto, urge a necessidade para o debate acadêmico-científico, público e empresarial, ressaltando a importância de um estudo consciente e engajado em discussões advindas de propostas voltadas ao ecofeministas.

Assim, a problemática apresentada neste trabalho é: como pensar o ecofeminismo na interdisciplinaridade com o turismo sustentável, a administração de empresas, arquitetura e urbanismo? O objetivo geral é apresentar brevemente a teoria do ecofeminismo nas áreas citadas, com vistas à criação de possibilidades de mudanças ativas no pensamento, na cultura; Os objetivos específicos são colaborar para a difusão do assunto na comunidade acadêmica, empresarial e organizacional e fomentar uma conscientização na gestão e na estrutura física ambiental, a fim de construir a qualidade de vida das pessoas e do planeta através do turismo sustentável, da gestão da administração e em projetos da arquitetura e urbanismo.

METODOLOGIA

Diante do exposto, serão feitas uma pesquisa exploratória e uma revisão bibliográfica sobre o assunto do ecofeminismo, da sustentabilidade e suas relações interdisciplinares com as áreas citadas.

Conforme Acevedo; Nohara (2004, p. 51), "o principal objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar maior compreensão do fenômeno que está sendo investigado, permitindo se delineie de forma mais precisa o problema", que no nosso caso é colocar em prática as ideias teóricas que o ecofeminismo propõe para a sociedade contemporânea dentro do universo do turismo, da arquitetura

e urbanismo e as possibilidades de introduzir o pensamento de preservação da natureza e das mulheres, nas empresas, nos empreendimentos turísticos e arquitetônicos, valorizando as perspectivas eco feminista.

De acordo com Brenner; Jesus (2008), as fases da pesquisa bibliográfica precisam ser cumpridas e elas são: a identificação de fontes seguras, através de um levantamento bibliográfico e identificação das obras que interessam; da localização dos materiais nas bibliotecas e livrarias e da compilação das informações.

Após isso, será realizada uma análise e interpretação crítica do material bibliográfico e redação da pesquisa. Neste sentido, será possível reunir um conjunto de autores e autoras que serão fundamentais para a escrita processual desta pesquisa, utilizando a técnica de produção de fichamentos, resumos analíticos, resumos críticos e resenhas a fim de confecção de um levantamento bibliográfico sobre a relação interdisciplinar entre ecofeminismo, sustentabilidade, administração, turismo, arquitetura e urbanismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inevitável que a transformação do espaço territorial para a ocupação das atividades humanas não acarrete impactos ambientais, assim como, o uso e apropriação do espaço, ainda se encontrem, no momento, em processo de desconstrução da paisagem natural e artificial, devido ao grande número de empreendimentos voltados para o turismo.

A grande dificuldade ainda é a falta de consciência sobre a importância da prevenção ambiental, e neste quesito, defende-se que o ecofeminismo e a sustentabilidade sejam caminhos positivos para a construção de uma sociedade viável, pois, em grande parte, as teorias sobre estes assuntos são pouco disseminadas na sociedade, devido ao sistema vigente patriarcal de dominação, individualismo e competição.

Defende-se, portanto, que é preciso difundir cada vez mais em congressos, em periódicos, revistas científicas, anais, em palestras empresariais e organizacionais, a associação do ecofeminismo, turismo sustentável e da arquitetura e urbanismo, de forma que as pessoas possam enxergar a importância deste pensamento para a construção de uma sociedade verde e saudável, pois tais áreas são bem próximas e visíveis à sociedade, já que proporcionam bem-estar, prazer no espaço em que estão inseridas, entretenimento, lazer, entre outras questões específicas.

A associação entre a preservação do ambiente atrelada ao desenvolvimento econômico, bem como, o entendimento sobre o ecofeminismo, que busca esta posição contrária à dominação, possibilite a consciência da cooperação entre todos os setores da sociedade, de cuidados uns/umas com os/as outras/os.

Assim, respondendo à problemática apresentada neste texto, acredita-se que é importante salientar que esta pesquisa é um diagnóstico inicial, o qual espera-se que possa instigar outros pesquisadores a realizarem, também, pesquisas que focalizem a difusão do ecofeminismo em outras áreas do conhecimento, no sentido, de construir uma nova mentalidade fora da opressão e dominação patriarcal.

Palavras – chaves: Ecofeminismo. Turismo sustentável. Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. Monografia no curso de Administração: Guia completo de conteúdo e forma. São Paulo: Atlas, 2004.

BRENNER, Eliana de Moraes; JESUS, Dalena Maria Nascimento de. Manual de planejamento e apresentação de trabalhos acadêmicos: Projeto de pesquisa, monografia e artigo. 2ª. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVISAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. In.: Estudos Feministas,Florianópolis, 23(1): 312, janeiro-abril/2015. p.11-34.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELLOR, Mary. Feminism & Ecology. Cambridge: Polity Press 1997. 221 p. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ECO 92. Disponível em

https://news.un.org/pt/tags/eco-92 – Acesso em 21 de abril de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Desenvolvimento do turismo sustentável: Manual para organizadores locais. Publicação de Turismo e Ambiente, 1996.

Capítulo 11

10.37423/231208595

ESTUDO DE CASO: CONTROLE GERENCIAL E DE CUSTOS NA EMPRESA DE CONFECÇÃO DE CAMISAS NA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES -MG

Lidiane Galvão Bessa da Costa

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/GV)

Alinie Rocha Mendes

Universidade de Brasília (UnB)



Resumo: Um importante diferencial estratégico para o negócio ser destaque no mercado é o uso da contabilidade gerencial, por gerar informações fundamentais na tomada de decisão de uma empresa visando facilitar o planejamento, e controle mais eficiente sobre os custos de modo a conhecer seu próprio negócio e não apenas o ramo de atividade. Geralmente pequenas empresas são geridas por seus proprietários e apresentam dificuldades no controle de custos dos seus produtos por não terem acesso às ferramentas de custeio. Diante do exposto foi escolhida para o estudo uma pequena empresa do ramo de confecção de camisas e personalizados na cidade de Governador Valadares - MG com o objetivo de fazer a apuração dos gastos e cálculo dos custos associados à confecção de camisas em malha PA bordada através do método de custeio variável, bem como ponto de equilíbrio e apuração do resultado do exercício. A pesquisa foi realizada por meio de estudo de caso descritivo, utilizando o método qualitativo. Analisando todos os custos concluímos que o custo unitário de cada camisa é de R$ 22,85 representando 65,28% do valor de venda, seu custo fixo mensal foi de R$ 1.212,31, e para cobrir todos os custos e despesas fixas e variáveis a empresa precisa de uma receita mensal de R$ 3.441,46. O método de custeio sugerido poderá ser implantado nos meses seguintes e para seus demais produtos, a fim de alcançar um controle eficiente entre custos e receitas buscando sua continuidade e lucratividade.

Palavras-chave: Confecção de camisas; Contabilidade Gerencial; Custeio Variável; Custos.

Área Temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo dados do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 80% dos postos de trabalho são gerados pela iniciativa empreendedora associada a pequenos negócios, e a confecção de vestuário é uma das atividades em destaque representando 14,2% das microempresas que atuam em atividades de comércio.

A confecção de vestuário é parte integrante do setor secundário da economia, por transformar matéria-prima em produtos a serem comercializados no mercado, e esse processo de produção possui várias etapas, como aquisição da matéria-prima, design, modelagem, marcação, corte, bordado, estampa, costura, embalagem e entrega.

Alguns desses processos podem vir a ser terceirizados com facções ou empresas prestadoras de serviços, para reduzir custos e prazos, como o objetivo de se manterem no mercado com qualidade e preços cada vez mais competitivo.

Um importante diferencial estratégico para o negócio ser destaque no mercado é o uso da contabilidade gerencial, por gerar informações fundamentais na tomada de decisão de uma empresa visando facilitar o planejamento, e controle mais eficiente sobre os custos de modo a conhecer seu próprio negócio e não apenas o ramo de atividade.

Segundo Padoveze (2010) a contabilidade gerencial pode ser uma ferramenta da administração, que está relacionada com o fornecimento de informações para usuários internos, com o objetivo de avaliar desempenhos e custos históricos ou esperados para auxiliar na tomada de decisão.

Geralmente pequenas empresas são geridas por seus proprietários e apresentam dificuldades no controle de custos dos seus produtos por não terem acesso às ferramentas de custeio. Diante do exposto foi escolhida para o estudo uma pequena empresa do ramo de confecção de camisas com o objetivo de fazer a apuração dos gastos e cálculo dos custos associados à produção através do método de custeio variável, bem como ponto de equilíbrio e apuração do resultado do exercício.

Por meio da entrevista com a proprietária da empresa, foi possível perceber que os cálculos referentes aos custos da produção, baseavam-se em dados empíricos oriundos da experiência de 13 anos no ramo e que não possuía um sistema de controle desses dados, desse modo propusemos fazer um estudo de caso em seu estabelecimento.

Para realizar tal estudo, foi formulada a seguinte pergunta: Como apurar os custos da confecção de camisas em malha Piquet PA bordada modelo polo?

2. REVISÃO DE LITERATURA.

2.1 CUSTOS

Segundo Martins (2010) custos são gastos relativos a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços, e podem ser classificados como diretos ou indiretos.

Custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos, bastando haver uma medida de consumo, como quilogramas de materiais consumidos, embalagens utilizadas, horas de mão de obra utilizada, todos esses custos são em relação ao produto.

Por sua vez, custos indiretos são aqueles que não oferecem condição de uma medida objetiva e qualquer tentativa de alocação tem que ser feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária, como aluguel, mão de obra com supervisão ou gerência.

Martins (2010) afirma que outra classificação usual e mais importante que as demais, é a que leva em consideração a relação entre o valor total de um custo e o volume de atividade numa unidade de tempo, e divide-se em fixos ou variáveis.

Os custos variáveis estão ligados diretamente ao volume de produção, e quanto maior a quantidade produzida, maior seu consumo, logo materiais diretos são variáveis. O valor do aluguel de uma fábrica, por exemplo, é contratado geralmente de forma mensal, e independe do aumento ou redução da produção, esses são os custos fixos.

Os conceitos de custos fixos e variáveis permitem uma expansão das possibilidades de análise dos gastos da empresa, em relação a quantidade produzidas ou vendidas, determinando pontos importantes para fundamentar futuras decisões de aumento ou diminuição dos volumes de produção (PADOVEZE, 2010).

Para calcular o custo do produto pode ser utilizado vários tipos de custeios. Para Martins (2010), custeio, significa um método de apropriar o custo do produto ou serviço, e cada profissional utiliza o que mais se adequar a sua área de atuação ou que melhores informações gerarem ao gestor da empresa, dependendo assim da necessidade de informações de cada empresa. Existem vários métodos, dentre os quais pode-se citar, Custeio por absorção, Custeio Direto ou Variável, Custeio Padrão e ABC. Para o presente trabalho optou-se por Custeio Direto ou Variável.

2.2 CUSTEIO DIRETO OU VARIÁVEL.

Segundo Pavodeze (2010), o custeio variável é um método que considera como custo da produção de um período apenas os custos e despesas variáveis incorridos. Os custos fixos são do período e não do produto porque seu montante não é fixado em função da quantidade produzida.

Para fins de custeio variável, classificamos os gastos apenas como fixo ou variável, e as despesas têm o mesmo critério de diferenciação (fixa ou variável). Segundo Hong (2006) esse método faz uma abordagem a margem de contribuição dos produtos ou serviços, quando considera apenas os custos e as despesas variáveis, favorecendo a tomada de decisão gerencial a curto prazo. Assim, tem-se as despesas e custos fixos atribuídos diretamente ao resultado.

Esse método não é aceito pelo fisco, mas é muito utilizado para fins gerenciais, pois fornece informações vitais a empresa como o ponto de equilíbrio e a margem de contribuição, e está relacionado ao lucro e o volume de produção (Martins, 2010). Uma de suas vantagens é não utilizar o rateio, que por vezes é arbitrário e não permite que os aumentos da produção e nas vendas manipulem o resultado.

2.3 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO E PONTO DE EQUILÍBRIO

Segundo Padoveze (2010, 376) a margem de contribuição representa o lucro variável de cada produto ou serviço. Sendo a diferença entre o preço de venda unitário do produto ou serviço e os custos e despesas variáveis por unidade de produto ou serviço. ¨Significa que em cada unidade vendida a empresa lucrará determinado valor . Multiplicado pelo total vendido, teremos a contribuição marginal total do produto para a empresa".

Para Padoveze (2010) o ponto de equilíbrio compreende o ponto em que o total da margem de contribuição da quantidade vendida / produzida se iguala aos custos e despesas fixas. Leone (2010) comunga com Padoveze (2010) e complementa explicando que o ponto de equilíbrio calcula os parâmetros que mostra a capacidade mínima em que a empresa deve operar para não ter prejuízo mesmo que ao custo de um lucro zero.

Para os autores a informação do ponto de equilíbrio da empresa, tanto do global, como por produto individual, é importante porque identifica o nível mínimo de atividade em que a empresa deve operar.

O ponto de equilíbrio contábil (PEC) é o ponto em que contabilmente não haveria lucro e nem prejuízo, ou seja, produção igual a venda, e será obtido quando a soma das Margens de Contribuição totalizar

o montante suficiente para cobrir todos os custos e despesas fixas (MARTINS, 2010). A fórmula para cálculo do PEC é = Custos e Despesas Fixas (CDF) / Preço de Venda (PV) - Custo e Despesa Variável (CDV).

O ponto de equilíbrio financeiro (PEF) calcula o ponto em que o volume de vendas iguala as entradas com as saídas de caixa, e sua grande contribuição é eliminar os eventuais conflitos entre os prazos de pagamento e de recebimentos (ASSAF, 2011). O PEF calcula-se: CDF – Despesas não desembolsáveis + amortizações / (PV-CDV).

O ponto de equilíbrio econômico (PEE) demonstra o volume de vendas que produz o lucro esperado pela empresa, segundo Assaf (2011) todas as empresas objetivam um lucro mínimo representado pelo custo de oportunidade do investimento feito pelos proprietários, ou seja, um resultado que compense o investimento realizado. O PEE é o resultado de: CDF + Lucro Mínimo / (PV-CDVu).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem como objetivo principal demonstrar os custos na confecção de camisas em malha PA bordada modelo polo, em uma pequena empresa de confecção de camisas e personalizados na cidade de Governador Valadares - MG, e para tal foi realizada um estudo de caso descritivo, utilizando o método qualitativo.

O método qualitativo envolve características necessárias para desenvolver o estudo, pois permite empregar diferentes concepções, estratégias de investigação, e métodos de coleta e análise, e interpretação dos dados. Segundo Creswell (2010), a pesquisa qualitativa pode não ser rigidamente prescrita, e que todas as etapas do estudo podem mudar quando o pesquisador coletar os dados.

Entrevista segundo Gil (2008) é a técnica que permite a coleta de dados através da conversação, e que proporciona ao entrevistador as informações solicitadas, e a observação não participante é aquela em que o pesquisador participa do grupo a ser estudado sem se integrar-se a ele.

A pesquisa documental e bibliográfica, ou de fontes secundárias, inclui todos os materiais e pesquisas já divulgados sobre o tema proposto segundo Marconi e Lakatos (2007), e permite ao pesquisador uma análise e manipulação reforçada das informações.

Os dados primários desse estudo foram coletados através de entrevista com a proprietária do estabelecimento e observação não participante da produção, e os dados secundários por meio de pesquisa documental e bibliográfica, a fim de fazer a apuração dos gastos e cálculo dos custos, bem

como ponto de equilíbrio e apuração do resultado do exercício, e suas conclusões se limitam ao contexto objeto dessa pesquisa o que permite caracterizá-lo como estudo de caso.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 OBJETO DO ESTUDO

A empresa Real Personalizados (nome fictício) está localizada na cidade de Governador Valadares - MG, e possui como atividades a confecção de camisas, estamparia com técnicas de sublimação, bordado e *silk screen*, criação e produção de brindes e lembranças para festas de aniversários. Atualmente conta com a proprietária que realiza o contato com clientes, a criação através do *Corel Draw*, compras, atividade produtiva, entrega de mercadorias e gestão do seu negócio. Visando melhorar seu atendimento, minimizar custos e prazos, a mesma terceiriza alguns de seus serviços, como a costura acima de 10 peças e a estampa com *silk screen*, e dependendo do pedido do cliente contrata uma ajudante.

O produto escolhido para o presente estudo e análise foi a camisa modelo polo bordada, que foi confeccionada com o tecido malha PA (50% poliéster e 50% algodão) para uma escola particular da cidade no mês de maio de 2018. Foram produzidas 140 unidades de camisas na cor preta e tamanhos variados:

Tabela1. Camisas Malha Piquet (50% Poliéster + 50% Algodão)

Quant	Modelo	Tamanho	Componentes	Medidas
14	Baby Look	P	Camisa + bordado + gola + punho	50x39
29	Baby Look	M	Camisa + bordado + gola + punho	53x41
19	Baby Look	G	Camisa + bordado + gola + punho	57x45
13	Baby Look	GG	Camisa + bordado + gola + punho	60x49
2	Camisa	PP	Camisa + bordado + gola + punho	60x43
11	Camisa	P	Camisa + bordado + gola + punho	62x46
36	Camisa	M	Camisa + bordado + gola + punho	65x50
10	Camisa	G	Camisa + bordado + gola + punho	67x54
3	Camisa	GG	Camisa + bordado + gola + punho	71x56
3	Camisa	XGG	Camisa + bordado + gola + punho	75x58

Fonte: elaborada pelas autoras

Por meio da entrevista com a proprietária da empresa, foi possível perceber que os cálculos referentes aos custos da produção, baseiam-se em dados empíricos oriundos da experiência de 13 anos no ramo e que não possui um sistema de controle desses dados. Desse modo optou-se por apurar o controle de gastos, para posterior cálculo dos custos, ponto de equilíbrio e apuração do resultado da atividade.

4.2 APURAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESA VARIÁVEIS

Os custos e despesas variáveis são os gastos que variam de acordo com a quantidade produzida. Após a coleta e classificação dos dados relacionados à produção das camisas na empresa Real Personalizados, identificou-se:

Tabela 2. Custos variáveis alocados ao produto

Descrição	Valor	
Energia Elétrica	R$	51,91
Tecido	R$	1.253,00
Linha (cones)	R$	7,50
Embalagem	R$	14,00
Etiquetas	R$	7,00
Gola	R$	544,11
Botões	R$	14,00
Entretela	R$	8,00
Arte do bordado	R$	210,00
M.O Terceirizada (costura)	R$	700,00
M.O Direta	R$	364,42
Custo com Compras	R$	7,40
Total	**R$**	**3.181,34**

Fonte: elaborada pelas autoras

O tecido malha Piquet PA é comercializado em Kg, e para a confecção das 140 camisas foi adquirido 30,575Kg, que corresponde a 67,265 metros. Após a produção verificou-se que houve uma sobra de 3 m de tecido a ser utilizado no próximo pedido, e a média utilizada para cada camisa foi de 218grs ou 0,49cm, que resulta em um custo unitário de R$ 8,95.

Tabela 3. Descrição Aquisição Tecido

Materia prima adquirida (peso)					
	Quant	**Valor Unit.**		**Total**	
Tecido	30,575	R$	42,90	R$	1.311,66
EM METROS					
Tecido	67,265	R$	19,50	R$	1.311,66
Sobra	3	R$	19,50	R$	58,50
Total utilizado	64,265	R$	19,50	R$	1.253,16
Custo unitário (Total/Produção)				**R$**	**8,95**

Fonte: elaborado pelas autoras

Para o cálculo da energia elétrica consumida para o bordado e corte do tecido foi realizado uma consulta no sítio eletrônico da Cemig (Cia. Elétrica de MG), onde foi possível encontrar o KWH estimado para cada máquina a partir da potência e tempo utilizado das mesmas. O valor cobrado pelo fornecimento da energia por KWH foi coletado na conta disponibilizada pela proprietária da empresa. Para cortar cada camisa foram utilizados 05 min com a máquina de corte elétrica e para o bordado um

total de 38 min com a máquina de bordar, sendo 18 min gastos com a manga e 20 min com o bordado do peito, a linha e as artes para esses bordados foram adquiridos no comércio local.

Tabela 4. Cálculo Consumo Energia Elétrica

Máquina	Tempo de uso	Kwh utilizado	Valor KWH	Custo direto
Corte	6 min	0,06333333	R$ 0,78	R$ 0,05
Bordar	38 min	0,41166666	R$ 0,78	R$ 0,32
Consumo de Energia Elétrica Unitário				**R$ 0,37**

Fonte: elaborada pelas autoras

Para a produção também foram adquiridos 280 botões (2 unidades por camisa), 1 etiqueta com a logomarca da Real Personalizados, que indica instruções para lavar e passar a camisa, bem como o tamanho da mesma, além de 140 golas e 140 entretelas.

A mão de obra direta é determinada pela quantidade de horas ou minutos necessários no processo de fabricação, e seu custo deve incluir toda a remuneração mais os encargos sociais. Foram apontados os tempos por camisa:15 min com o preparo, 5 min com o corte e 1 min para a embalagem, totalizando 21 minutos com o custo de R$ 2,60 por unidade de camisa, a costura foi terceirizada e identificada como mão de obra terceirizada ao custo unitário de R$ 5,00.

Tabela 5. Custo da mão de obra direta

Descrição	Custo / mês
Salário	R$1.050,90
Férias + 1/3	R$ 116,77
13. Salário	R$ 87,58
MEI	R$ 53,70
Custo mensal	R$ 1.308,94

Fonte: elaborada pelas autoras

As compras da matéria-prima são realizadas quinzenalmente ou de acordo com a demanda em dois fornecedores local (Shopping Malhas e Armarinho Real), e seu gasto é considerado custo com matéria-prima. O tempo necessário é de 35 min, e a distância até a loja é de 3,6 km. O salário base para o cálculo da mão de obra é o do comércio determinado pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Governador Valadares acrescidos dos encargos, e o consumo do combustível foi calculado com base no consumo do carro que é de 11 km por litro.

Tabela 6. Cálculo do custo com as Compras

Descrição	Mês	Tempo gasto	M.O utilizada (R$)
Custo salário mensal	R$ 1.308,94		
Dias trabalhos mês	21		
Custo salário / minuto	R$ 0,13	35 minutos	R$ 4,55

Descrição	Valor	Valor por km	Total utilizado (7,2km)
Gasolina	R$ 4,68	R$ 0,43	R$ 3,06

Total mão de obra e combustível	**R$**	**7,61**

Fonte: elaborada pelas autoras

Posteriormente foi alocado a cada camisa o seu custo, foram confeccionadas e vendidas 140 unidades nos tamanhos e modelos variados. E o custo variável unitário apurado foi de R$ 22,85 (vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos), conforme tabela a seguir:

Tabela 7. Composição do Custo Unitário

Custos Variáveis	Quant		Valor Unitário		Total
Energia Elétrica	1		R$ 0,37	R$	0,37
Tecido	1		R$ 8,95	R$	8,95
Linha para o bordado	1		R$ 0,05	R$	0,05
Embalagem	1	und	R$ 0,10	R$	0,10
Etiquetas	1	und	R$ 0,05	R$	0,05
Gola	1	und	R$ 3,89	R$	3,89
Botões	2	und	R$ 0,05	R$	0,10
Entretela	1	und	R$ 0,06	R$	0,06
Arte do bordado	2	und	R$ 0,75	R$	1,50
M.O Indireta	1		R$ 5,00	R$	5,00
M.O Direta	21	min	R$ 0,13	R$	2,73
Custo com Compras	1	-	R$ 0,05	R$	0,05
Custo unitário do produto				**R$**	**22,85**

Fonte: elaborada pelas autoras

4.2 APURAÇÃO DOS CUSTOS E DESPESA FIXAS

Os custos e despesas fixas são os gastos que independem da produção, e geralmente são contratados e contabilizados ao mês.

A internet e o telefone são utilizados para o atendimento ao cliente e para divulgação do seu trabalho nas redes sociais, como *Facebook, Whatsapp* Business e *Instagram*. A energia fixa é o valor correspondente à taxa mínima prevista em lei, de acordo com o padrão monofásico que é de 30KWH acrescido da taxa de iluminação pública e taxa de bandeira amarela em vigor no mês de maio/2018.

O uso do maquinário é de acordo com o pedido e a produção, e a depreciação foi calculada de acordo com o método da contabilidade gerencial que reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros, e de acordo com o CPC 27 que o valor residual e vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício.

Tabela 8. Depreciação do imobilizado

Imobilizado	Valor	Vida Útil	Depreciação	
			Ao ano	Ao mês
3 mesas para apoio	R$ 1.500,00	20 anos	R$ 75,00	R$ 6,25
1 Máquina de costura	R$ 809,90	20 anos	R$ 40,50	R$ 3,37
1 Máquina de bordado	R$ 15.000,00	20 anos	R$ 750,00	R$ 62,50
4 Lâmpadas	R$ 32,00	10 anos	R$ 3,20	R$ 0,27
1 Computador	R$ 1.000,00	5 anos	R$ 200,00	R$ 16,67
1 Impressora	R$ 350,00	5 anos	R$ 70,00	R$ 5,83
1 Prensa	R$ 925,00	15 anos	R$ 61,67	R$ 5,14
1 Máquina de corte elétrica	R$ 469,00	10 anos	R$ 46,90	R$ 3,91
Total	**R$ 20.085,90**		**R$1.247,26**	**R$ 103,94**

Fonte: elaborada pelas autoras

O veículo da proprietária é utilizado para compras duas vezes ao mês, e para entregas quando necessário, as despesas do mesmo são seguro DPVAT, licenciamento, IPVA e depreciação.

A depreciação do veículo foi calculada com base na perda no valor de mercado, e a aquisição do mesmo foi em 2009 no valor de R$ 46.100,00 e o valor venal atual que é de R$ 18.972,00, resultando em uma perda anual de aproximadamente R$ 226,06.

A despesa fixa mensal com o veículo é de R$ 72,97, e para encontrar o valor diário divide-se por 30 e multiplica pelo número de dias que foi utilizado pela empresa, que no mês de maio de 2018 foram dois. É importante saber que o veículo é utilizado pela proprietária para fins de lazer. Foi computado somente os dias utilizados para fins empresariais**.**

Tabela 9. Despesas com Veículo

Veículo - Peugeot 207, Ano 2009, XR 1.4.	Valor		Despesa	
			Ao ano	Ao mês
IPVA	R$	628,80	R$ 628,80	R$ 52,40
DPVAT	R$	63,80	R$ 63,80	R$ 5,32
Licenciamento	R$	92,66	R$ 92,66	R$ 7,72
Depreciação Veículo	R$	18.972,00	R$ 226,06	R$ 7,53
Total			**R$1.011,32**	**R$ 72,97**

Fonte: elaborada pelas autoras

O local utilizado para a produção é de sua propriedade, não sendo necessário o pagamento do aluguel, apenas a despesa com IPTU no valor mensal de R$ 37,16. A propriedade conta com 100 metros quadrados, e a limpeza do mesmo é realizada quinzenalmente utilizando R$ 30,78 de material de limpeza, a água é oriunda de poço artesiano não gerando gastos com taxa de consumo e esgoto.

A mão de obra indireta corresponde ao tempo que o colaborador não trabalha direto na transformação da matéria prima em produto, que não aloca diretamente ao produto. Na empresa identificamos 118,42 horas como mão de obra indireta no mês de maio de 2018, totalizando um custo de R$ 922,62, incluído os encargos sociais.

Após a coleta e identificação dos custos e despesas fixas foi possível chegar ao montante de R$ 1.259,14, conforme segue:

Tabela 10. Custos e despesas fixas

Descrição		Valor
Internet e Telefone	R$	71,12
Energia Fixa	R$	24,56
Depreciação Maquinário	R$	103,64
Despesas com Veículo	R$	4,86
Despesa com IPTU	R$	37,16
Material de Limpeza	R$	30,78
Mão de Obra Indireta	R$	922,62
Total	**R$**	**1.259,14**

Fonte: elaborada pelas autoras

4.3 RESULTADO DO PERÍODO

O preço de venda unitário cobrado nesse pedido foi de R$ 35,00 (trinta e cinco reais), e a proprietária estabeleceu o mesmo de acordo com o número de camisas do pedido. Após a apuração dos custos e despesas, foi elaborado a demonstração do resultado do exercício referente ao período de 18/04/2018 à 17/05/2018.

Tabela 11. Apuração do resultado do exercício

	RECEITA DA VENDAS	**R$**	**4.900,00**
(-)	Custo Variável	R$	3.198,90
(=)	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	R$	1.701,10
(-)	**Despesas Gerais e Administrativas**	**R$**	**1.194,75**
	Depreciação Maquinário	R$	103,64
	Internet e Telefone	R$	71,12
	Energia Fixa	R$	24,56
	Despesas com Veículo	R$	4,86
	Despesa com IPTU	R$	37,16
	Material de Limpeza	R$	30,78

	Mão de Obra Indireta	R$	922,62
(=)	**Resultado do Período**	**R$**	**506,35**

Fonte: elaborada pelas autoras

Verifica-se que o resultado para o período foi positivo no valor de R$ 506,35 (quinhentos e seis reais e trinta e cinco centavos), ou seja, uma margem líquida de 10,33%.

Com os resultados encontrados é possível calcular o ponto de equilíbrio contábil, financeiro econômico da empresa, para isso foram utilizados os custos e despesas fixas o valor de R$ 1.194,75, e margem de contribuição no valor de R$ 12,15 (preço de venda – custo variável), ou seja, 34,71%.

O ponto de equilíbrio contábil foi de R$ 3.441,46, o que representa o valor mínimo que a empresa precisa vender para cobrir seus custos e despesas fixas e variáveis, nesse ponto o lucro será zero.

O ponto de equilíbrio econômico é de R$ 7.762,20, valor mínimo de produção e venda para saldar suas despesas e custos variáveis e fixos e variáveis. Considera nesse cálculo o custo de oportunidade no valor de R$ 1.500,00, ou seja, o valor que a proprietária poderia ganhar caso o espaço utilizado para produção fosse alugado a terceiros e o retorno do investimento com maquinários. Nesse ponto o lucro também seria zero.

Para o ponto de equilíbrio financeiro, foi subtraído as despesas não desembolsáveis (depreciação) do maquinário no valor de R$ 103,94 acrescidos da depreciação do veículo no valor de R$ 0,50, o que resultou em um PEF no valor de R$ 3.141,49. A empresa não possui dívidas e o lucro nesse ponto seria zero.

Segundo Padoveze (2010), pode-se adicionar aos custos e despesas fixas um montante de lucro que a empresa entende ser o mínimo obrigatório, esse é o ponto de equilíbrio meta. Para a empresa objeto de estudo foi considerado R$ 2.500,00 como valor mínimo de lucro, dessa forma encontrou como ponto de equilíbrio meta o montante de R$ 10.642,71.

Como parte do estudo buscou formas de precificar o produto, e essa é uma tarefa muito importante no negócio a fim de garantir que seja lucrativo, cubra os custos, e seja atrativo para os clientes. Dessa forma utilizou-se os critérios: pesquisas de preços e margem de contribuição.

A pesquisa de preço geralmente é utilizada quando a empresa quer se manter como destaque no mercado, mas é necessário levar em conta outros fatores para não atingir a saúde financeira do negócio.

Foi realizada uma pesquisa de preço do produto com as mesmas características em dois estabelecimentos comerciais da cidade, e o valor praticado é superior ao da empresa, que foi de R$ 52,00 no estabelecimento A e R$ 55,00 no estabelecimento B. Se houver possibilidade de alteração no preço de venda para mais, segundo Padoveze (2010) o resultado será afetado diretamente, e o inverso também pode ocorrer.

Com esse orçamento foi realizado uma análise custo/volume/lucro com objetivo de demonstrar a margem de contribuição com esses dois preços de venda que podem ser aplicados na empresa, caso a empresária faça esta opção.

Tabela 12. Análise Custo Volume e Lucro

Itens	Preço Venda 35,00	Preço Venda 52,00	Preço Venda 55,00
Receita das Vendas	R$ 4.900,00	R$ 7.280,00	R$ 7.700,00
Custos e Despesas Variáveis	R$ 3.171,10	R$ 3.109,99	R$ 3.109,99
Margem de Contribuição	**R$ 1.790,01**	**R$ 4.170,01**	**R$ 4.590,01**
Custos de Despesas Fixas	R$ 1.194,75	R$ 1.259,14	R$ 1.259,14
Custo Total	R$ 4.363,65	R$ 4.369,13	R$ 4.369,13
Lucro/ ou Prejuízo	**R$ 506,35**	**R$ 2.910,87**	**R$ 3.330,87**

Fonte: elaborada pelas autoras

Verifica-se que se for aplicado o preço de venda no valor de R$ 52,00 do estabelecimento A ou R$ 55,00 do estabelecimento B, a margem de contribuição da empresa Real Personalizados, aumentaria mais de 100%.

A margem de contribuição segundo ASSAF (2011) é outra técnica muito importante para a empresa trabalhar, pois determina quanto “sobra” após os custos e despesas variáveis para se obter lucro e saldar seus custos fixos. A margem da contribuição é diferença entre a receita das vendas e os custos e despesas variáveis.

Essa informação auxilia na tomada de decisão possibilitando definir qual produto produzir mais, e torna a empresa mais flexível para se tornar competitiva, uma vez que pode diminuir sua margem de contribuição por um tempo ou produto, com o objetivo de conquistar mais clientes e aumentar o mark share da empresa.

5. CONCLUSÃO

Analisando todos os custos na confecção das camisas em malha Piquet PA modelo polo especificamente onde foram produzidas e vendidas 140 unidades, concluímos que o custo unitário de

cada camisa é de R$ 22,85 e representa 65,28% do valor de venda, seus custos fixos mensal é de R$ 1.194,95, e para cobrir todos os custos e despesas fixas e variáveis a empresa precisa de uma receita mensal de R$ 3.441,46.

A atividade tem sido lucrativa, proporcionando resultado positivo de R$ 506,35, e para alcançar esse lucro foram vendidas aproximadamente 42 unidades acima do ponto de equilíbrio, o preço de venda está abaixo do preço de mercado cujo valor é R$ 52,00, e se a empresa atualizar para esse valor seria possível maximizar seus lucros em 474,77%.

Para aumentar a margem líquida desse pedido que foi de 10,33%, a empresa além de rever o preço de venda poderia diminuir o tempo ocioso, aumentar o mix de produtos ofertados, uma vez que a venda de camisas é sazonal, e analisar a capacidade de produção da empresa, trabalho este que poderia ser realizado em uma consultoria futura.

O método de custeio sugerido poderá ser implantado para os demais produtos e nos meses seguintes, a fim de alcançar um controle eficiente dos seus custos, buscando sempre sua continuidade e lucratividade. É importante ressaltar que este resultado foi baseado em uma empresa informal, claro que os valores aumentarão em uma empresa regular, sugere-se que utilize as informações obtidas neste trabalho para futuras análises.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Curso de Administração Financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Cemig – Companhia Enérgica de Minas Gerais. Estime seu Consumo. Disponível em < http://www.cemig.com.br/pt-br/atendimento/Documents/SimuladorDeConsumo/Cemig%20-%20Estime%20seu%20Consumo2.htm > Acesso em: 30 maio 2018.

CRESWELL, Jonh W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Rio Grande do Sul: Artmed, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HONG, Yuh Ching. Contabilidade gerencial. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LEONE, George S. G; LEONE, Rodrigo José Guerra. Curso de Contabilidade de Custos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M, de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEFAZ, Secretaria de Estado de Fazenda. Consulta do valor do IPVA. Disponível em <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/impostos/ipva/consulta.htm >. Acesso em: 01 jun.2018.

Sindicato dos Empregados no Comércio de Governador Valadares. Consulta Salário do Comércio. Disponível em < http://www.secomgv.com.br/ Acesso em: 03 jun. 2018.

Capítulo 12

10.37423/231208596

RELAÇÃO ENTRE AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA E ESTRUTURA DE CAPITAL NAS EMPRESAS DO SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Lidiane Galvão Bessa da Costa

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/GV)

Alinie Rocha Mendes

Universidade de Brasília (UnB)



Resumo: Esse estudo buscou analisar a relação entre agressividade tributária e a estrutura de capital das empresas do setor de construção civil listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3), dessa forma foram analisadas 18 empresas, que totalizaram 90 observações no período de 2015 a 2019. Para verificar a relação levantada como hipótese, o tratamento da amostra foi realizado pelo Software R através do modelo de regressão linear de múltiplas variáveis para dados em painel balanceado, e foram realizados os testes de Chow, Hausman e Breusch-Pagan para escolha do modelo mais adequado para os parâmetros. Foram utilizadas três *proxies* de agressividade tributária, a carga tributária total da Demonstração do Valor Adicionado (TTVA), a *Effective Tax Rate* (GAAP_ETR) e a *Book Tax Difference* (BTD). Para mensurar a Estrutura de Capital (ESTRUT_CAP) utilizou-se a Alavancagem (LEV) e o Nível de Endividamento (ENDIV). Por hipótese esperava-se que as empresas do setor de construção civil fossem agressivas tributariamente, e a estrutura de capital influenciasse essas práticas. As evidências empíricas encontradas sugerem que esse setor possui práticas agressivas de planejamento tributário, e são dependentes de recursos de terceiros para financiamento dos seus ativos, o que leva a estrutura de capital a influenciar de forma significativa a agressividade tributária desse grupo. No tocante as variáveis de controle notaram-se que o ROA e SIZE influenciam com significância a *proxy* de agressividade tributária BTD, corroborando com a literatura nacional e internacional sobre o tema. O INTANG desse setor demonstrou influência positiva sobre a GAAP_ETR, BTD, ROA e EBITDA, coerente com pesquisas anteriores.

Palavras chave: Agressividade Tributária, Estrutura de Capital, Setor de Construção Civil.

1.INTRODUÇÃO

No Brasil, a relevância do estudo sobre planejamento tributário se confirma pela elevada carga tributária à qual as empresas estão sujeitas, incorrendo em altos custos com os pagamentos de impostos que afetam seu desempenho e competitividade. Portanto, é cada vez mais comum as empresas tomarem decisões gerenciais para reduzirem o ônus tributário por meio do planejamento tributário, que objetiva reduzir o pagamento de impostos, mas para que seja efetivo é necessário avaliar todas as transações e suas consequências e não apenas questões jurídicas (Ferreira & Duarte, 2005; Benetti, Utzig & Braun, 2014).

De acordo com Martinez e Ramalho (2017), o planejamento tributário busca reduzir as obrigações fiscais a partir da escolha mais viável para a organização, porém é necessário avaliar o limite legal da estrutura fiscal de postergação e redução dos impostos, visto que podem incorrer em custos não fiscais maiores que a própria redução tributária. Nesse sentido, o planejamento tributário que aproveita desse mecanismo para explorar diversas formas de interpretação da legislação para diminuir seus custos tributários e aumentar sua rentabilidade são consideradas agressivas.

A agressividade tributária pode ser definida como a redução dos impostos explícitos por meio de ações gerenciais baseadas em decisões de investimentos, estrutura de capital, impostos, e precificação de ativos e despesa com imposto de renda que afetam a responsabilidade fiscal de todos os setores da empresa sem distinção (Tang & Firth, 2011; Halon & Heitzman, 2010).

Segundo Pohlmann e Iudícibus (2010), devido a peculiaridades do Brasil questões tributárias podem influenciar a escolha da estrutura de capital da empresa, porque ao optarem pelo uso de capital de terceiros as empresas conseguem a dedutibilidade dos juros da base fiscal, e se optarem por utilização de capital próprio, os dividendos não são tributados quando distribuídos, e se optarem por remunerar seus acionistas por meio dos Juros Sobre Capital Próprio tem a permissão da dedução desses valores da apuração dos tributos sobre o lucro, situações que demonstram uma importante relação entre a forma de financiamento da estrutura de capital e a economia de impostos em decorrência do potencial impacto de valor econômico na firma.

Nesse contexto, esse estudo buscou responder o seguinte problema de pesquisa: **Qual a relação entre agressividade tributária e a estrutura de capital das empresas do setor de construção civil?** Objetivo geral é analisar a agressividade tributária e a sua relação com a estrutura de capital das empresas do setor de construção civil, e os objetivos específicos: analisar a agressividade tributária nas empresas

do setor de construção civil; analisar a estrutura de capital; e comparar os resultados da agressividade tributária e estrutura de capital do setor.

Esta pesquisa se justifica pela sua contribuição para os estudos relacionados a agressividade tributária, no tocante aos fenômenos envolvidos na escolha dessas práticas de planejamento tributário por parte das empresas. E seus achados podem complementar o entendimento de pesquisas anteriores como a de Pohlmann e Iudícibus (2010), e Nakamura, Martin e Kimura (2004), Shevlin, Urcan e Vasvari (2013), Lin, Tong e Tucker (2014), que encontraram evidências da relação entre a escolha das práticas tributárias e a estrutura de capital. No sentido prático os resultados podem fornecer para as empresas os reais efeitos do planejamento tributário, ou seja, contribuindo com mais um substrato na tomada de decisão.

Mesclar o estudo do planejamento tributário com a estrutura de capital do setor de construção civil se torna relevante, dado o volume de negócios e a importância do setor no desenvolvimento do país. O setor contribui de forma relevante com o PIB nacional e PIB industrial, gerando emprego e distribuição de renda, e no ano de 2019 segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) o setor foi responsável por 50% dos investimentos no país.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 AGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA

No Brasil, devido a carga tributária elevada as empresas estão sujeitas a altos custos com os tributos, que representam uma parcela significativa nas suas finanças, por isso é cada vez mais comum utilizarem o planejamento tributário como ferramenta estratégica de redução dos tributos. O planejamento tributário tem o objetivo de reduzir o pagamento de impostos dentro da legalidade, mas para ser efetivo é necessário avaliar todas as transações e suas consequências e não apenas questões jurídicas (Ferreira & Duarte, 2005; Benetti, 2014).

Nesse sentido, empresas com planejamento tributário agressivo são aquelas que se aproveitam desse mecanismo para explorar diversas formas de interpretação da legislação para diminuir seus custos tributários e aumentar sua rentabilidade (Tang e Firth, 2011). Segundo Halon e Heitzman (2010), a agressividade tributária pode ser definida como a redução dos impostos explícitos por meio de ações gerenciais baseadas em decisões de investimentos, estrutura de capital, impostos e precificação de ativos e despesa com imposto de renda que afetam todas as atividades da organização, impondo responsabilidade fiscal sobre todos os setores sem distinção.

Para Chen, Cheng e Shevlin (2010) a agressividade tributária é a redução da taxa efetiva de tributação por meio de decisões gerenciais, que incluem ações legais e abusivas que possuem base comprobatória fraca, e segundo Lietz (2013) normas fiscais não totalmente claras facilitam a criatividade e interpretação para a redução do ônus tributário, favorecendo o grau de agressividade das empresas.

Martinez e Ramalho (2017) complementa que o objetivo dessas práticas é aumentar o desempenho e valor da empresa por meio da redução de custos tributários, e que só será efetivo se resultar em melhorias financeiras e econômicas, mas que é necessária a reflexão do limite legal da estrutura fiscal de postergação e redução dos impostos, visto que podem incorrer em custos não fiscais maiores que a própria redução tributária.

É cada vez mais comum as empresas adotarem estratégias de redução de impostos por meio de planejamento tributário agressivo, porém ficam suscetíveis a custos políticos e de reputação, já que essas práticas podem causar efeitos negativos na sociedade, como o comprometimento no retorno das políticas públicas (Martinez & Ramalho, 2017; Freedman, 2003). Empresas que demonstram responsabilidade fiscal ética em suas atividades são bem vistas na sociedade e no meio corporativo, refletindo em boas relações com investidores e demais usuários (Williams, 2007).

2.2 ESTRUTURA DE CAPITAL

Várias pesquisas buscaram compreender quais são as influências que afetam as escolhas de financiamento e estrutura de capital das organizações, e segundo Pohlmann e Iudícibus (2010) essa temática está entre as mais pesquisadas na área de finanças e contabilidade. Desse modo, surgiram várias teorias empíricas que buscam explicar a política de escolha da estrutura de capital ótima, dentre elas a *trade-off* entre o risco e retorno, visto que o aumento do endividamento eleva o fator de risco e custo da dívida da empresa, porém muitas vezes eleva a taxa de retorno esperada, que por sua vez provoca aumento no valor das ações. Portanto, uma estrutura ótima seria o equilíbrio entre o risco do endividamento e o retorno, para assim maximizar o valor das ações (Weston & Brigham, 2000; Santos, 2013).

Os pesquisadores Ross, Jaffe e Westerfield (2009), discorrem que quatro fatores influenciam o endividamento da organização, são eles: os ativos, o grau de incerteza do resultado operacional, a folga financeira, e os impostos. Esse último, decorre dos benefícios fiscais oriundos da dedutibilidade da base fiscal dos custos da dívida originados com o uso de capital de terceiros, outra peculiaridade

inerente ao Brasil que demonstra relação com a escolha de financiamento da empresa, é a forma como seus resultados são distribuídos aos acionistas, enquanto os dividendos não são tributados, os juros sobre capital próprio permitem a dedução desses valores da apuração dos tributos sobre o lucro (Pohlmann & Iudícibus, 2010).

Além dos benefícios fiscais pela dedutibilidade dos juros, existem duas outras maneiras do endividamento com terceiros afetar a capacidade de gerar benefícios tributários, a primeira decorre do monitoramento das atividades da empresa por seus credores que poderá ocasionar o aumento do custo da dívida, reduzindo a capacidade da empresa em gerar resultados; o segundo é o fator não cumulativo dos benefícios de proteção fiscal em caso de falência, surgindo um novo *trade-off* relacionado aos benefícios fiscais dos juros da dívida e aos custos de falência (Martinez & Martins, 2016; Jalan, Kale, & Meneghetti, 2013).

Pohlmann e Iudícibus (2010), afirmam que são muitos os fatores que podem afetar a estrutura de capital de uma empresa, portanto a tabela 1 dispõe a síntese de alguns:

Tabela 1 – Fatores que influenciam o endividamento

Fatores	Descrição
Setor	As características de cada setor, como a atividade e estrutura de propriedade, afetam as políticas de financiamento. Empresas industriais, de serviços, ou setores com maior grau de concentração tendem a apresentar maior endividamento.
Lucratividade	Do ponto de vista da teoria *pecking order*, firmas com maiores índices de lucratividade tendem a utilizar menos recursos de terceiros no financiamento de suas atividades. Na visão da teoria do trade-off ocorre o inverso.
Tributação	Firmas com mais altas cargas de tributação tendem a recorrer ao endividamento, em função do incentivo da dedutibilidade dos juros da base fiscal.
Estrutura de ativos	Empresas com maior proporção de ativos tangíveis que podem ser oferecidos como garantias da dívida, apresentam endividamento maior.
Crescimento	Empresas com altos níveis de crescimento apresentam maior endividamento
Tamanho da Firma	A expectativa é que empresas de maior porte, por terem acesso a empréstimos em melhores condições, apresentariam maior endividamento.
Grupo	O fato da empresa pertencer a um grupo empresarial teria influências na estrutura de capital. Firmas que pertencem a um grupo empresarial, tendem a apresentar menores índices de endividamento.
Ações na bolsa	Empresas com ações negociadas no mercado acionário teriam um incentivo maior ao endividamento, como forma de aumentar o valor de mercado de suas ações.

Fonte: Adaptado de Pohlmann e Iudícibus (2010).

No que se refere ao objetivo desse estudo, verifica-se que as pesquisas realizadas no Brasil e no exterior em sua maioria buscam identificar através das métricas *Effective Tax Rate* (ETR) e *Book-Tax-Difference* (BTD), comportamentos no tocante a agressividade tributária. Portanto, a Tabela 2 sintetiza estudos empíricos que são correlatos ao tema proposto:

Tabela 2 - Estudos empíricos

Autores	Objetivo	Variáveis Utilizadas	Principais Resultados
Martinez e Martins (2016)	Verificar se empresas com maior agressividade fiscal possuem maior alavancagem financeira em relação às empresas menos agressivas	Utilizou a ETR para capturar a agressividade tributária e ALAV como variável dependente	A ETR como variável contínua, demonstrou que ações tributárias agressivas em termos de tributos sobre o resultado, tendem a contribuir para que os recursos de terceiros sejam a principal fonte de financiamento corporativo; como variável *dummy* apontou que as empresas mais agressivas têm a propensão a utilizar recursos de terceiros
Hasan, Keung, Wu, e Zhang (2014)	Verificar se práticas agressivas de planejamento tributário estão positivamente associadas aos *spreads* de empréstimos bancários	Utilizou a ETR e as variáveis ROA, LEV, SIZE e INTANG	Empresas com maior evasão fiscal incorrem em spreads mais elevados ao obter empréstimos bancários, e preferem empréstimos bancários a títulos públicos ao obter financiamento de dívida. No geral, as descobertas indicaram que os bancos percebem a evasão fiscal como geradora de riscos significativos.
Pohlmann e Iudícibus (2010)	Investigar a influência que o fator tributação do lucro exerce sobre a decisão de estrutura de capital das grandes empresas estabelecidas no Brasil	Tributação do lucro (TR) obtido pela divisão da soma do IRPJ e da CSLL pelo lucro líquido do exercício	Concluíram que o grau de endividamento e o nível de tributação do lucro tem uma relação positiva, ou seja, quando a empresa tem vantagens tributárias ela recorre a capital de terceiros
Martinez e Silva (2017)	Verificar a influência da agressividade fiscal no custo da dívida nas companhias abertas listadas no mercado de ações brasileiro	Utilizou a ETR como proxy de agressividade tributária	Os resultados encontrados indicaram que as empresas menos agressivas arcam com custo da dívida maior, e os credores analisam o nível de planejamento tributário ao definir custo da dívida.
Jalan et al (2013)	Analisar o impacto da alavancagem na agressividade tributária em empresas americanas	Utilizou a BTD como proxy de agressividade tributária e a alavancagem (LEV) como variável dependente	Os autores verificaram que o nível de agressividade se relaciona negativamente com a alavancagem e positivamente com a participação acionária

Cabello e Pereira (2015)	Propõe a discutir quais os efeitos das práticas tributárias decorrentes de escolhas contábeis adotadas para fins de tributação do lucro sobre a ETR das empresas no Brasil	Utilizaram a ETR como variável dependente	Constatou-se que as empresas que adotam práticas tributárias que podem refletir na ETR, em consonância com as pesquisas cientificas já consolidadas.
Sousa, Damasceno, Mont-Mor, e Hartwig (2020)	Analisar a associação entre agressividade fiscal e a maturidade da dívida corporativa na América Latina	A relação entre agressividade fiscal e maturidade da dívida, foi mensurada pelas *proxies* ETR e BTD	Os autores concluíram que empresas maiores e com maior nível de imobilizado tem o benefício de contrair dívidas de longo prazo, podendo ser um aspecto importante a ser analisado por instituições financeiras.
Kubick e Lockhart (2017)	Investigar a associação entre a agressividade tributária e o vencimento da dívida corporativa	Utilizou a ETR para capturar a agressividade tributária e a PD como variável dependente das exigibilidades	Os resultados indicaram que os credores veem a agressividade fiscal como uma atividade arriscada e, portanto, restringem a estrutura de vencimento da dívida.

Fonte: Base teórica da pesquisa

Elaborada pelas autoras

2.4 DESENVOLVIMENTO DA HIPÓTESE

Martinez e Martins (2016) ao analisarem as empresas listadas no mercado acionário brasileiro no período de 2010 a 2014, encontraram indícios que as empresas com maior agressividade fiscal são mais alavancadas, e suas práticas tributárias contribuem para que a sua principal fonte de financiamento sejam recursos de terceiros. Contudo, Jalan et al (2013) verificaram que o nível de agressividade se relaciona negativamente com a alavancagem e positivamente com a participação acionária. Diante do contexto, assumiu-se por hipótese que:

H1: As empresas do setor de construção civil são agressivas tributariamente, e a estrutura de capital influencia essas práticas.

Portanto, partiu-se da premissa que questões tributárias podem influenciar a escolha da estrutura de capital da empresa, e empresas agressivas estão propensas a utilizarem o benefício da dívida a seu favor.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa buscou analisar a relação entre agressividade tributária e a estrutura de capital das empresas do setor de construção civil listadas na B3. Desta forma, a pesquisa se classifica com descritiva com abordagem quantitativa, porque busca explicar e descrever relações entre variáveis quantificáveis, utilizando técnicas estatísticas (Martins & Theófilo 2018).

Quanto ao procedimento de coleta de dados se classifica como documental, que segundo Gil (2009) busca fontes primárias que podem receber tratamento de acordo com os objetivos de pesquisa propostos. Os dados das empresas foram coletados da base de dados da Economática ®, e do sítio da Comissão de Valores Mobiliários no período de 2015 a 2019, sendo o período mais recente.

Para compor a amostra foram excluídas as observações das empresas que não possuíam dados das variáveis para todos os anos analisados, desse modo o painel será balanceado. A amostra final está definida na Tabela 3:

Tabela 3 - Composição da amostra

Descrição	Quantidade
Total de empresas do Setor da Construção Civil	21
(-) Empresas sem informações suficientes	-3
(=) Total após a exclusão	18
(x) Quantidade de anos	5
(=) Quantidade de observações utilizadas	90

Fonte: Elaborada pelas autoras

3.1 VARIÁVEIS E MODELO DE REGRESSÃO

Para operacionalização do estudo utilizou-se como variáveis interesse, a alavancagem (LEV) e o nível de endividamento (ENDIV). A Tabela 4 demonstra a construção dessas variáveis e a fonte de pesquisa:

Tabela 4 – Variáveis dependentes

Variáveis	Descrição	Cálculo	Base
ESTRUTURA DE CAPITAL	Alavancagem (LEV)	Dívida Bruta/ Patrimônio Líquido	Martinez e Martins (2016); Jalan, Kale e Meneghetti (2013); Lin, Tong, e Tucker (2014).
	Endividamento (ENDIV)	Capital de Terceiros / Passivo + Patrimônio Líquido	Arpini, Ritter e Piccoli (2020); Marques, Alencastre, Campos, Louzada e Martinez (2020); Jalan *et al* (2013)

Fonte: Elaborada pelas Autoras

A variável LEV é utilizada em outras pesquisas relacionadas a agressividade tributária, e reflete o efeito da dívida de longo prazo, e o endividamento (ENDIV) tem sido um incentivo a empresas devido a dedutibilidade dos juros no lucro tributável, proporcionando assim um aumento nos resultados da entidade (Martinez & Martins, 2016; Arpini *et al*., 2020).

Foram utilizadas como *proxies* de agressividade tributária: a) carga tributária total da Demonstração do Valor Adicionado (TTVA); b) a *Effective Tax Rate* (GAAP_ETR); c) e a *Book Tax Difference* (BTD). A TTVA é considerada uma métrica abrangente, visto que captura os tributos sobre o lucro e sobre o faturamento, e tem sido utilizada em pesquisas nacionais como as de Motta (2015), Costa e Castro (2020) e Marques et al (2020). Para essa *proxy* resultados menores que 34% indicam que as empresas são agressivas tributariamente, enquanto resultados maiores indicam que não são agressivas.

A GAAP_ETR é a taxa efetiva de tributos, e segundo Lietz (2013) importante variável de avaliação dos impactos tributários sobre a empresa. Com base na literatura pesquisada, os estudos limitam-se a empresas com lucros e débito de impostos, porém a presente pesquisa segue o proposto por Martinez e Dalfior (2015) em analisar resultados negativos e os tributos diferido e corrente. A BTD é a diferença do lucro contábil e do lucro tributável, e de acordo com Lietz (2013) pode ser utilizada como proxy de gerenciamento de resultados e tributário, visto que o lucro contábil segue os princípios contábeis e o lucro tributável a legislação do país, incorrendo em lacunas que proporcionam aos gestores aplica-las de forma a reduzir o ônus tributário.

A propósito para conclusões mais robustas e com base na literatura, foram utilizadas as variáveis de controle retorno sobre os ativos (ROA), tamanho da empresa (SIZE), lucro antes dos juros e impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e o intangível da empresa (INTANG). A Tabela 5 dispõe as variáveis independentes de controle utilizadas, bem como seus cálculos e base de autores.

Tabela 5 - Variáveis independentes e de controle

Variáveis	Descrição	Cálculo	Base
INDEPENDENTES	Carga tributária total da Demonstração do Valor Adicionado (TTVA)	Total dos Impostos na DVA / Valor Total Adicionado a Distribuir	Motta (2015); Chiachio e Martinez (2019); Costa e Castro (2020).
	Effective Tax Rate (GAAP_ETR)	Impostos Diferido e Corrente / Lucro Antes dos Impostos	Martinez e Hartmann (2020); Chiachio e Martinez (2019); Gomes (2012); Lietz (2013).
	Book tax difference(BTD)	(Lucro Antes do Imposto de Renda - Lucro Real*) / Ativo Total	Jalan *et al* (2013); Motta (2015); Lietz (2013); Souza *et al* (2020).

VARIÁVEIS DE CONTROLE	Retorno sobre os ativos (ROA)	Lucro Operacional / Ativo Total t-1	Richardson e Lanis (2007); Chen et al. (2010); Martinez e Martins (2016).
	Tamanho da empresa (SIZE)	Logaritmo Natural do Valor de Mercado da Empresa	Araújo e Filho (2017); Martins, 2016; Motta (2015).
	EBITDA	Lucro antes dos juros e impostos, depreciação e amortização	Richardson e Lanis (2007); Chen et al. (2010);
	Intangível (INTANG)	Valor do Intangível / Ativo Total t-1	Hasan, Al-Hadi, Taylor e Richardson (2017); Motta (2015).

Nota: Lucro Real = ((IRPJ + CSLL) / 34%)

Fonte: Elaborada pelas Autoras

Para verificar a relação levantada como hipótese, o tratamento da amostra foi realizado pelo Software R através do modelo de regressão linear de múltiplas variáveis para dados em painel balanceado, e foram realizados os testes de Chow, Hausman e Breusch-Pagan para escolha do modelo mais adequado para os parâmetros. Com base nas pesquisas de Martinez e Martins (2016), e Lin et al (2014) o modelo de regressão utilizado é explicado a seguir:

$$\mathbf{ESTRUT_CAPit = \alpha 0 + \beta 1TAX_AGRESSIVit + \beta 2ROAit + \beta 3SIZEit + \beta 4EBITDAit + \beta 5INTANGit + \varepsilon it}$$

Onde:

ESTRUT_CAPit representa a participação de capital de terceiros na estrutura de capital e a alavancagem;

α0 o intercepto da regressão;

β1TAX_AGRESSIVit corresponde as *proxies* de agressividade tributária, medidas pelas TTVA, GAAP_ETR e BTD da empresa i no ano t;

β2ROAit é variável de controle retorno sobre os ativos da empresa i no ano t;

β3SIZEit é a variável de controle para o tamanho da empresa i no ano t;

β4EBITDAit é a variável de controle que representa o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização da empresa i no ano t;

β4INTANGit é a variável de controle que representa o intangível da empresa i no ano t;

εit representa o fator residual.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÃO

Essa seção, destina-se a apresentação da análise de dados do setor de construção civil no período de 2015 a 2019. A Tabela 6 dispõe a estatística descritiva da amostra.

Tabela 6 – Estatística Descritiva das Variáveis

	Observações	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
LEV	90	0,7612	0,2622	3,3823	-13,2984	24,7270
ENDIV	90	0,5798	0,4360	0,5130	0,0034	2,7549
TTVA	90	0,1792	0,0130	0,2905	-1,3425	0,7818
GAAP_ETR	90	0,0735	0,0000	0,2022	-0,9812	0,8332
BTD	90	0,0339	-0,0189	0,3354	-2,3293	1,1976
ROA	90	-0,0183	-0,0075	0,2026	-0,8030	0,7415
SIZE	90	13,7647	13,7506	1,1225	10,7048	15,7447
EBITDA	90	11,7352	11,8794	1,6719	7,7515	16,6377
INTANG	90	0,0419	0,0018	0,1476	0,0000	1,0383

Fonte: Dados da Pesquisa, Software R 3.6.2.

Elaborada pelas Autoras

Primeiro buscou-se analisar através das *proxies* TTVA, GAAP_ETR e BTD a agressividade tributária desse grupo de empresas, e os resultados demonstraram que a carga tributária medida pela TTVA obteve média de 17,92%, que de acordo com Martinez e Dalfior (2015) ao apresentarem alíquota efetiva menor que 34% são consideradas agressivas. A GAAP_ETR obteve 7,35% e a BTD sinal positivo, evidenciando que o lucro contábil foi maior que o lucro tributável. Portanto, esses resultados indicam que as empresas que compõem o setor de construção civil são agressivas tributariamente. Os resultados da ETR estão de acordo com as pesquisas de Martinez e Hartmann (2020), e Gomes (2012), que para o setor encontraram alíquota efetiva menor que o esperado para carga tributária brasileira.

Quanto a estrutura de capital, o endividamento do setor obteve média de 57,98%, indicando a dependência de recursos de terceiros dessas empresas para financiar seus ativos. Portanto, esses resultados corroboram com a pesquisa de Martinez e Martins (2016), em que empresas com dependência relevante de capital de terceiros, recorrem a práticas de planejamento tributário agressivo. A LEV e as variáveis de controle SIZE e EBITDA apresentaram alta dispersão, impossibilitando suas análises pela média. A Tabela 7 apresenta a matriz de correlação entre as variáveis:

Tabela 7 – Matriz de Correlação

	LEV	ENDIV	TTVA	GAAP_ETR	BTD	ROA	SIZE	EBIT	INTANG
LEV	1								
ENDIV	0,029	1							
TTVA	0,010 *	0,084 ***	1						
GAAP_ETR	0,013 **	-0,257	0,131	1					
BTD	0,086 ***	-0,364	-0,189	-0,163	1				
ROA	-0,083 ***	-0,477	0,005 *	0,094 ***	0,480	1			
SIZE	0,117	-0,294	0,034 **	-0,089 ***	0,168	0,364	1		
EBIT	-0,172	0,348	0,211	0,076 ***	-0,167	-0,141	0,069 ***	1	
INTANG	0,043 **	-0,081 ***	0,090 ***	-0,105	0,241	0,245	-0,057 **	-0,356	1

* A correlação ao nível de significância de 1% (*), de 5% (**), e 10% (***)

Fonte: Dados da Pesquisa, Software R 3.6.2.

Elaborada pelas Autoras

Os resultados da matriz de correlação demonstram com significância de 5% que a variável LEV se correlaciona positivamente com a *proxy* de agressividade tributária TTVA e GAAP_ETR, indicando que quanto mais agressivas tributariamente forem as empresas, maior será a alavancagem do setor. Em relação a variável de ENDIV verifica-se sua relação inversa com a GAAP_ETR e a BTD, ou seja, à medida que a participação de capital de terceiros na estrutura de capital da empresa aumenta, menor será a ocorrência de práticas tributárias agressivas.

Esses achados corroboram com as pesquisas de Martins (2016), Costa e Castro (2020) que analisaram outros setores de empresas do mercado brasileiro, e com Jalan, Kale e Meneghetti (2013) que analisaram o efeito da alavancagem na agressividade tributária de empresas americanas. Nota-se que a BTD se relaciona de forma indireta com a GAAP_ETR e direta com a TTVA, essas relações já eram esperadas visto que empresas menos agressivas possuem maior ETR e TTVA, e menor BTD. Essa relação inversa ocorre porque a agressividade tributária contribui para uso de técnicas que visam a redução do ônus tributário, através do planejamento tributário (Lietz, 2013; Martinez & Ramalho, 2017).

Observa-se uma relação positiva entre a LEV e a SIZE, e negativa com o EBITDA, o que permite inferir que quanto maior o tamanho da empresa, maior é sua alavancagem e menor seu lucro operacional, porém ao analisar a relação do endividamento com as mesmas variáveis encontram-se resultados contrários a este. Quanto ao ROA, os resultados indicam que quanto maior o retorno sobre os ativos, menor será o endividamento e a participação de capital de terceiros na estrutura de capital do setor.

4.2 ANÁLISE DA REGRESSÃO

Neste tópico serão apresentados os resultados da análise de dados oriunda do modelo de regressão proposto, o objetivo foi verificar a influência da estrutura de capital e das variáveis de controle ROA, SIZE, EBITDA e INTANG em relação as *proxies* de agressividade tributária utilizadas. A Tabela 8 apresenta os resultados da regressão linear em relação a alavancagem:

Tabela 8 – Resultados da Regressão em Relação a LEV

	Estimador	Erro padrão	Stat t	Valor-P	95% de intervalo de confiança	
Interseção	-4,3127	5,3909	-0,8000	0,4260	-15,0369	6,4114
TTVA	1,1439	1,3039	-0,8773	0,3829	-3,7378	1,4499
GAAP_ETR	1,5775	1,8470	0,8541	0,3955	-2,0968	5,2519
BTD	1,8798	1,2728	1,4769	0,1435	-0,6522	4,4118
ROA	-4,9038	2,2273	-2,2017	0,0305	-9,3346	-0,4730
SIZE	0,6581	0,3478	1,8920	0,0620	-0,0338	1,3501
EBITDA	-0,3432	0,2375	-1,4450	0,1523	-0,8158	0,1293
INTANG	0,9272	2,7007	0,3433	0,7322	-4,4454	6,2998

Resumo do modelo de análise de regressão

R múltiplo	R-Quadrado	R-quadrado ajustado	Observações
0,3286	0,2892	0,2198	90

Modelo da Regressão: LEV = α0 + β1TAX_AGRESSIVit + β2ROAit + β3SIZEit + β4EBITDAit + β5INTANGit + εit. Onde: LEV representa a alavancagem, medida pela razão entre a dívida bruta e o patrimônio líquido; α0 é o intercepto da regressão; β1TAX_AGRESSIVit corresponde as *proxies* de agressividade tributária, medidas pelas TTVA (razão entre a total dos impostos na DVA e o valor total adicionado a distribuir), a GAAP_ETR (razão entre impostos diferido e corrente pelo lucro antes dos impostos), e a BTD (medida pela razão entre o lucro antes do imposto de renda - lucro real pelo ativo total) da empresa i no ano t; β2ROAit representa o retorno sobre os ativos da empresa i no ano t, medida pela razão entre o lucro operacional e o ativo total; β3SIZEit representa o tamanho da empresa i no ano t, medido pelo logaritmo natural do valor de mercado da empresa; β4EBITDAit representa o lucro operacional da empresa i no ano t, medido pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização; β4INTANGit representa o intangível da empresa i no ano t, medido pela razão entre o valor do intangível e o ativo total t-1; e εit representa o fator residual.

Fonte: Dados da Pesquisa, Software R 3.6.2.

Elaborada pelas Autoras

De acordo com os resultados a LEV possui relação estatisticamente significante com as proxies de agressividade tributária TTVA que abrange os tributos sobre o lucro e sobre o faturamento, e também com a BTD e GAAP_ETR, ou seja, quanto maior a alavancagem, maior será a agressividade tributária do setor. Esse resultado está em consonância com achados de Martinez e Martins (2016) que analisaram empresas que negociam ações no mercado acionário brasileiro no período de 2010 e 2014, e encontraram evidências que empresas mais alavancadas tendem a ser mais agressivas, mas diverge de outros autores como Antunes (2018), e Lietz (2013) que discorrem que empresas mais dependentes de recursos de terceiros possuem taxa efetiva de tributação maior, porque muitas vezes o custo da dívida é dedutível da base fiscal.

Quanto ao ROA percebe-se sua influência sobre a alavancagem, de igual forma a variável EBITDA. Portanto, quanto maior o retorno sobre ativos e o lucro operacional do setor, mais as empresas recorrem a práticas de planejamento tributário agressivas. Resultados semelhantes foram encontrados nas pesquisas de Hasan, AL-Hadi, Taylor e Richardson (2017). Chen et al (2010), Antunes e Martinez (2018) afirmam que a SIZE é um fator que influencia a agressividade tributária e a alavancagem, e com base nas evidências encontradas, a relação entre essas variáveis no setor de construção civil é positiva, ou seja, quanto maior a empresa maior será sua alavancagem.

É importante destacar que grandes empresas avaliam os impactos negativos nos quais podem incorrer devido as suas práticas tributárias agressivas, e Lopes (2012) argumenta que quanto maior a empresa, maior será a fiscalização das autoridades fiscais. Desse modo, entre autores, não existe um consenso quanto ao SIZE ser uma medida explicativa para a agressividade tributária. A Tabela 9 dispõe os resultados quanto ao ENDIV:

Tabela 9 – Resultados da Regressão em Relação ao ENDIV

	Estimador	Erro padrão	Stat t	Valor-P	95% de intervalo de confiança	
Interseção	0,6054	0,6392	0,9471	0,3464	-0,6662	1,8771
TTVA	0,0222	0,1546	0,1438	0,8860	-0,2853	0,3298
GAAP_ETR	-0,7758	0,2190	-3,5423	0,0007	-1,2115	-0,3401
BTD	-0,3609	0,1509	-2,3911	0,0191	-0,6611	-0,0606
ROA	-0,5976	0,2641	-2,2628	0,0263	-1,1230	-0,0722
SIZE	-0,0980	0,0412	-2,3767	0,0198	-0,1801	-0,0160
EBITDA	0,1079	0,0282	3,8300	0,0002	0,0518	0,1639
INTANG	0,3952	0,3202	1,2342	0,2207	-0,2418	1,0323

Resumo do modelo de análise de regressão

R múltiplo	R-Quadrado	R-quadrado ajustado	Observações

0,6743	0,4547	0,4082	90

Modelo da Regressão: ENDIV = α0 + β1TAX_AGRESSIVit + β2ROAit + β3SIZEit + β4EBITit + β5INTANGit + εit. Onde: ENDIV representa o endividamento, medida pela razão do capital de terceiros e a soma do passivo e patrimônio líquido; α0 é o intercepto da regressão; β1TAX_AGRESSIVit corresponde as *proxies* de agressividade tributária, medidas pelas TTVA (razão entre a total dos impostos na DVA e o valor total adicionado a distribuir), a GAAP_ETR (razão entre impostos diferido e corrente pelo lucro antes dos impostos), e a BTD (medida pela razão entre o lucro antes do imposto de renda - lucro real pelo ativo total) da empresa i no ano t; β2ROAit representa o retorno sobre os ativos da empresa i no ano t, medida pela razão entre o lucro operacional e o ativo total; β3SIZEit representa o tamanho da empresa i no ano t, medido pelo logaritmo natural do valor de mercado da empresa; β4EBITDAit representa o lucro operacional da empresa i no ano t, medido pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização; β4INTANGit representa o intangível da empresa i no ano t, medido pela razão entre o valor do intangível e o ativo total t-1; e εit representa o fator residual.

Fonte: Dados da Pesquisa, Software R 3.6.2

Elaborada pelas Autoras

Com base nos resultados, a variável endividamento apresentou relação inversa e significante com as *proxies* GAAP_ETR e BTD, indicando que quanto maior a participação de terceiros em sua estrutura de capital, menor será a agressividade tributária do setor. Uma explicação para esse resultado vai de encontro com Arpini *et al* (2020), no qual empresas que buscam reduzir seu ônus tributário através de práticas mais agressivas não são bem vistas pelos investidores, e corrobora com Forti, Peixoto e Alves (2015) de que o aumento do endividamento provoca maior rentabilidade da empresa, e dessa forma não é necessário recorrer a práticas de planejamento tributário agressivas. Mas, divergem de Francis, Hasan, Wu e Yan (2014) que concluíram que por causa de benefícios fiscais advindos do financiamento da dívida as organizações tendem a serem mais agressivas.

O endividamento surtiu efeitos significativos sobre as variáveis de controle ROA, SIZE, EBITDA e INTANG, mas com conclusões divergentes, ou seja, o setor demonstrou que quanto maior seu endividamento, menor será o retorno sobre seus ativos e o tamanho da empresa, corroborando com os achados de Arpini et al (2020). Entretanto, Araújo et al (2018) concluíram em seus estudos que empresas maiores recorrem a práticas mais agressivas e o uso do custo da dívida com terceiros, mas Silva e Rezende (2017) afirmam não existir na literatura um consenso de que o tamanho da empresa seja uma medida explicativa. Contudo, em relação ao lucro operacional e a intangibilidade, os resultados indicam que quanto maior é a performance da empresa e a proporção dos intangíveis sobre o ativo total, maior será seu endividamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, devido a elevada carga tributária as empresas incorrem em altos custos com os pagamentos de impostos que afetam seu desempenho e competitividade. Desse modo, é cada vez mais comum as

empresas tomarem decisões gerenciais para reduzirem o ônus tributário por meio de práticas que buscam reduzir o pagamento de impostos, (Ferreira & Duarte, 2005; Benetti, Utzig & Braun, 2014).

Segundo, Pohlmann e Iudícibus (2010), devido a peculiaridades do Brasil escolhas tributárias podem influenciar a estrutura de capital da empresa, porque ao optarem pelo uso de capital de terceiros as empresas conseguem a dedutibilidade dos juros da base fiscal, e se a escolha for remunerar seus acionistas por meio de dividendos, os mesmos não são tributados quando distribuídos, e por meio dos Juros Sobre Capital Próprio tem a permissão da dedução desses valores da apuração dos tributos sobre o lucro, situações que demonstram uma importante relação entre a forma de financiamento da estrutura de capital e a economia de impostos em decorrência do potencial impacto de valor econômico na firma.

Diante do contexto, esse estudo buscou analisar a relação entre a agressividade tributária e a estrutura de capital das empresas do setor de construção civil listadas na B3, para isso 18 empresas foram analisadas, totalizando 90 observações no período de 2015 a 2019. Foram utilizadas como *proxies* de agressividade tributária a TTVA que captura todos os impostos sobre o faturamento e sobre o lucro, a GAAP_ETR e a BTD que abrangem os tributos sobre o lucro, todas já utilizadas na literatura nacional e internacional como medida de práticas de planejamento tributário agressivo. Com base nos resultados, o setor de construção civil, demonstrou ser agressivo tributariamente, visto que as médias de 17,92% da TTVA, 7,35% da GAAP_ETR e 3,39% da BTD foram menores que o esperado para a carga tributária brasileira. Os resultados da GAAP_ETR e da BTD estão de acordo com as pesquisas de Martinez e Hartmann (2020) e Gomes (2012), que para o setor encontraram alíquota efetiva menor do que prevê a legislação.

Quanto a variável de estrutura de capital verificou-se que o setor é dependente de recursos de terceiros, com média de 57,98% dos seus ativos financiados por dívidas. No contexto nacional, pesquisas demonstram que empresas endividadas tendem a apresentar taxa efetiva de tributos maiores, mas os achados dessa amostra em relação a GAAP_ETR e a BTD demonstraram que quanto mais dependentes de recursos de terceiros e alavancadas, menor será a agressividade tributária do setor. Resultado similar foi encontrado por Francis *et al* (2014) que concluíram que por causa de benefícios fiscais advindos do financiamento da dívida as empresas tendem a serem menos agressivas.

No que tange a alavancagem representada pela LEV, constatou-se relação estatisticamente significante com as proxies de agressividade tributária TTVA, BTD e GAAP_ETR, ou seja, quanto maior a alavancagem, maior será a agressividade tributária do setor, em consonância com a pesquisa

correlata de Martinez e Martins (2016) que analisaram empresas que negociam ações no mercado acionário brasileiro no período de 2010 e 2014, e encontraram evidências que empresas mais alavancadas tendem a ser mais agressivas.

No tocante as variáveis de controle notaram-se que a ROA e SIZE influenciaram com significância a *proxy* de agressividade tributária BTD, corroborando com os achados da pesquisa nacional de Araújo & Filho (2017), Martins (2016) e com a literatura internacional de Chen *et al* (2010), que mostraram relações positivas entre essas variáveis e a agressividade tributária das empresas. O INTANG desse setor demonstrou influência positiva sobre a GAAP_ETR, BTD, ROA e EBIT, coerente com Hasan, Al-Hadi, Taylor & Richardson (2017), que afirmam que empresas com maior intangibilidade e rentabilidade demonstram serem agressivas tributariamente.

Diante dos resultados encontrados, a hipótese H1: **as empresas do setor de construção civil são agressivas tributariamente, e a estrutura de capital influencia essas práticas** foi aceita. Os achados sugerem que esse setor possui práticas de planejamento tributário agressivas, e são dependentes de recursos de terceiros para financiamento dos seus ativos, o que leva estrutura de capital a influenciar de forma significativa a agressividade tributária desse grupo.

Como contribuições essa pesquisa reforça a importância do uso de proxies de agressividade tributária mais adequadas ao contexto nacional, visto que existem muitas peculiaridades inerentes a legislação tributária brasileira, influências das normas contábeis *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e empresas em ambiente regulatório. Para as organizações, auxilia na tomada de decisão, no sentido de refletir até que ponto as ações que visam a redução do ônus tributário são efetivas, e quanto é saudável para seu planejamento tributário e para a sociedade a qual estão inseridas, dada a responsabilidade social que estão sujeitas, principalmente que práticas desalinhadas não são bem vistas e podem afetar as partes interessadas.

É importante destacar que esses resultados se referem apenas para essa amostra no período analisado, e que as variáveis utilizadas não são únicas. Dessa forma sugerimos para futuras pesquisas a análise com outras proxies de agressividade tributária e de controle utilizadas na literatura nacional e internacional, bem como o aprofundamento de outros critérios que definem a estrutura de capital das empresas, e fazer um comparativo com empresas do mesmo setor em outros países.

REFERÊNCIAS

Antunes, R. M. N, & Martinez, L. M. (2018). Agressividade Fiscal e o Comportamento da Chief Executive Officer - CEO Feminina no Brasil. *RMC Revista Mineira de Contabilidade*, 19(3), 5-14.

Araújo, R.A. M, Santos, L. M. S, Leite Filho, P. A. M, & Camara, R.P.B. (2018). Agressividade Fiscal: uma comparação entre empresas listadas na NYSE e BM&FBOVESPA. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37, 39-54.

Arpini, P. C., Rotter, P. C., & Rover, A. (2020). Influência da Agressividade Tributária no Desempenho das Empresas Listadas na B3. *Anais do XIV Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - Anpcont*, Foz do Iguaçú, PR. Recuperado de http://anpcont.org.br/pdf/2020_AT23.pdf

Benetti, K., Benetti, K., Utzig, M. J. S., Braun, M., & Oro, L. M. (2014). Evidenciação de subvenção e assistência governamentais das empresas na BM&FBOVESPA. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(1), 75-90.

Cabello, O. G., & Pereira, C. A. (2015). Efeitos das Práticas de Tributação do Lucro na Effective Tax Rate (ETR): Uma Abordagem da Teoria das Escolhas Contábeis. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 8(3), 356-373.

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção. (2020). *Oito pontos sobre o crescimento da construção civil e seu impacto no PIB.* Recuperado de https://cbic.org.br/oito-pontos-sobre-o-crescimento-da-construcao-civil-e-seu-impacto-no-pib/

Chen, S., Chen, X., Cheng, Q., & Shevlin, T. (2010). Are Family more aggressive than nonfamily firms? *Journal of Financial Economics*, 95, 41-61.

Chiachio, V. F. O., & Martinez, A. L. (2019). Efeitos do Modelo de Fleuriet e Índices de Liquidez na Agressividade Tributária. *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, 23 (2), 160-181.

Costa, L. G. B, & Castro, E. L. (2020). Agressividade Tributária e Remuneração dos Acionistas do Setor de Utilidade Pública. *Anais do Congresso XX USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP. Recuperado de

https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2318.pdf

Ferreira, A.H.S., & Duarte, A.M.P. (2005) Planejamento Tributário: Instrumento Eficaz de Gestão Empresarial. *Qualit@s – Revista Eletrônica*, 4 (2).

Forti, C., Peixoto, F., & Alves, D. (2015). Fatores Determinantes do Pagamento de Dividendos no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), 167-180. Recuperado de https://doi.org/10.1590/1808-057x201512260

FRANCIS, Bill B. et al. Are female CFOs less tax aggressive? Evidence from tax aggressiveness. *The Journal of the American Taxation Association*, v.36, n.2, p.171-202, 2014.

Freedman, J. (2003). Tax and corporate responsibility. *Tax Journal*, 695, 1-4.

Gil, A. C. (2009). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6. ed.). São Paulo: Atlas

Gomes, A. P. M. (2012). *A influência das características da governança corporativa na gestão tributária das empresas brasileiras*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8WBHWT

Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of accounting and Economics*, 50(2-3), 127-178.

Hasan, I., Keung, C., Wu, Q., & Zhang, H. (2014). Beauty is in the eye of the beholder: The effect of corporate tax avoidance on the cost of bank loans. *Elsevier*, 113, 109-130. Doi.org/10.1016/j.jfineco.2014.03.004

Hasan, M. M., Al-Hadi, A., Taylor, G., & Richardson, G. (2017). Does a firm's life cycle explain its propensity to engage in corporate tax avoidance? *European Accounting Review*, 26(3), 469-501.

Jalan, A., Kale, J. R., & Meneghetti, C. (2013) *Corporate Tax Aggressiveness and the Role of Debt.*

Kubick, T. R., & Lockhart, G. B. (2016). Corporate tax aggressiveness and the maturity structure of debt. *Elsevier*, 36, 50-57. Doi 0.1016/j.adiac.2016.10.001

Lietz, G.M. (2013). Tax Avoidance vs. Tax Aggressiveness: A Unifying Conceptual Framework. *Working Paper, University of Munster*. Recuperado de

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2363828.

Lin, S., Tong, N., & Tucker, A. L. (2014). Corporate tax aggression and debt. *Journal of Banking & Finance*, 40, 227-241

Marques, A. M., Alencastre, B. Z., Campos, B. S., Louzada, L. C., & Martinez, A. l. (2020). Agressividade Tributária, Nível de Investimentos e Desempenho: Evidências Empíricas no Mercado Brasileiro. *Anais do Congresso XX USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP. Recuperado de https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2065.pdf

Martinez, A. L, & Hartmann, C. (2020). Tax Aggressiveness and Big4 Audit Firms. Recuperado de: http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3599215

Martinez, A. L., & Da Silva, R. F. (2017) Agressividade Fiscal e o Custo de Capital de Terceiros no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 7, n. 1, p. 240-251.

Martinez, A. L., & Dalfior, M. D. (2015). Agressividade Fiscal entre Companhias Controladoras e Controladas. *Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros*, 2(1), 344-362.

Martinez, A. L., & Martins, V. A. M. (2016). Alavancagem Financeira e Agressividade Fiscal no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(3), pp. 4–22. doi: https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v10i3.18383

Martinez, A. L., & Ramalho, V. P. (2017). Agressividade tributária e sustentabilidade empresarial no Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 16(49).

Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.* (3ª. ed.). São Paulo: Gen.

Martins, V. A. M. (2016). *Alavancagem financeira e agressividade fiscal corporativa no Brasil.* (Dissertação de Mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - Fucape, Vitória, ES, Brasil.

Melo, B. M., Costa, A. R. R., Santos, C. M. V (2016). Indícios de Incentivos ao Income Shifting por meio de Transfer Price nas Empresas da Zona Franca de Manaus . *Revista Ambiente Contábil*, 12(2), 44-67. Recuperado de: http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente

Motta, F.P. (2015). *Agressividade Fiscal em Empresas de Economia Mista*. (Dissertação de Mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - Fucape, Vitória, ES, Brasil.

Nakamura, W. T., Martin, D. M., & Kimura, H. (2004). Indicadores contábeis como determinantes do endividamento das empresas brasileiras. *Anais do Encontro Anual da ANPAD*, Curitiba, PR

Pohlmann, M., & De Iudícibus, S. (2010). Relação entre a tributação do lucro e a estrutura de capital das grandes empresas no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 21(53), 1-25. https://doi.org/10.1590/S1519-70772010000200002

Ramalho, G. C., & Martinez, A. L. (2014). Empresas Familiares Brasileiras e a Agressividade Fiscal. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP.

Richardson, G., & Lanis, R. (2007). Determinants of the variability in corporate effective tax rates and tax reform: Evidence from Australia. *Journal of accounting and public policy*, 26(6), 689-704.

Ross, S., Jafe, J. F., & Westerfield, R. W. (2009). *Administração financeira: corporate finance*. São Paulo: Atlas.

Santos, M. A. (2013). *Determinantes da estrutura de capital de empresas em diferentes cenários econômicos e institucionais: um estudo comparativo* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Shevlin, T. J., Urcan, O., &Vasvari, F. P. (2013). *Corporate tax avoidance and public debt costs*. Available at SSRN 2228601.

Silva J. D. R., & Martinez, A. L. (2017). Agressividade Fiscal de Empresas Brasileiras com Transações entre Partes Relacionadas no Exterior. *Anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - Anpcont*, Belo Horizonte, MG.

Sousa, F. F., Damasceno, F. S., Monte-Mor, D. S., & Hartwig, A. (2020). Agressividade Fiscal e Maturidade da Dívida: Uma Análise nas Empresas Latino-Americanas. *Anais do XIV Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - Anpcont*, Foz do Iguaçú, PR. Recuperado de http://anpcont.org.br/pdf/2020_CFF197.pdf

Tang, T., & Firth, M. (2011). Can book–tax differences capture earnings management and tax management? Empirical evidence from China. *The International Journal of Accounting*, 46(2), 175-204.

Williams, D.F. (2007). *Developing the Concept of Tax Governance*. KPMG, London, UK. Recuperado de https://responsibletax.kpmg.com/page/-responsible-tax-approach-in-tax-governance.

APÊNDICE

Tabela 10 – Empresas que compõem a amostra final

EMPRESAS
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREEND E PART
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
EZ TEC EMPREEND. E PARTICIPACOES S.A.
GAFISA S.A.
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.
INTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
JHSF PARTICIPACOES S.A.
MOURA DUBEUX ENGENHARIA S/A
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.
PDG REALTY S.A. EMPREEND E PARTICIPACOES
RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
ROSSI RESIDENCIAL S.A.
TECNISA S.A.
TRISUL S.A.
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.

Capítulo 13

10.37423/231208597

ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E DOS ODS: PERFIL ECONÔMICO DO SETOR DE SIDERURGIA

Lidiane Galvão Bessa da Costa

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/GV)

Alinie Rocha Mendes

Universidade de Brasília (UnB)



Resumo: O objetivo deste artigo foi analisar a divulgação dos indicadores econômicos, ambientais, sociais e as características que podem influenciar essa divulgação de acordo com o modelo Global Reporting Initiative (GRI). Em consonância, se propõe a identificar a empresa mais representativa em divulgação quanto as práticas empresariais em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma a promover a mitigação da situação de pobreza. O campo de estudo foi as empresas do setor de siderurgia listadas na B3 e os ODS delineados e disseminados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Utilizou-se como recorte teórico a abordagem da sustentabilidade e da sociologia, essa última direcionada para a situação de pobreza. Utilizou-se de pesquisa quantitativa, documental e descritiva com utilização de técnicas estatísticas e do Software R para a análise dos dados. De forma complementar, utilizou-se a análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade das empresas pesquisadas. Os principais resultados indicaram que a evidenciação média dos indicadores GRI das empresas siderúrgicas foi de 47,32%, e o dos ODS foi de 55,14. OS ODS mais citados pelo setor estão relacionados a gestão de energia, água, igualdade de gênero, crescimento econômico sustentável e inclusivo, e assegurar padrões de produção e consumo. Entretanto, os ODS 1 e 2 que estão mais explicitamente voltados ao combate à fome e a pobreza não foram mencionados no período analisado. No tocante a variável explicativa verificou-se que a estrutura de capital não influencia a divulgação dos indicadores de sustentabilidade GRI e dos ODS, porém as demais variáveis influenciam com significância estatística a evidenciação desses indicadores. Em outras palavras, o tamanho da empresa e o desempenho econômico das empresas possuem relação com a divulgação desses indicadores.

Palavras chave: Sustentabilidade, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, *Global Reporting Initiative.*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva a analisar a divulgação dos indicadores econômicos, ambientais e sociais de acordo com o modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) das empresas do setor de siderurgia listadas na B3, bem como as características que podem influenciar tal divulgação e se propõe a identificar a empresa mais representativa em divulgação quanto as práticas empresariais em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para promover a mitigação da situação de pobreza. Os ODS foram delineados e disseminados pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015).

Utilizou-se como recorte teórico a abordagem da sustentabilidade e da sociologia, essa última direcionada para a situação de pobreza. De forma complementar, a pesquisa enuncia uma visão prospectiva de práticas para a gestão empresarial na tríade econômica, ambiental e social. A base para elas seria a inserção da gestão social como parte estratégica das atividades e continuidade das entidades, uma vez que atividades sociais carecem de divulgação representativa da realidade.

Com base no presente contexto, a fundamentação teórica descreve conceitos da sustentabilidade, de gestão social e de pobreza para o campo empresarial. Em relação a última, ela tem um conceito multidimensional e o seu campo tende a aumentar devido ao cenário da pandemia do Covid 19, portanto se torna relevante a sua inclusão nesse estudo. Mesclar essa percepção com a divulgação dos indicadores econômicos, ambientais e sociais das empresas siderúrgicas se torna interessante, pois o setor de siderurgia de acordo com Instituto Aço Brasil (2020) possui grande importância na participação do Produto Interno Bruto (PIB), na geração de empregos e na transformação da indústria, visto que encontramos diversos produtos utilizados no cotidiano que são derivados dessa atividade. A exploração da matéria-prima do setor siderúrgico impacta o meio ambiente natural e o entorno onde as empresas estão localizadas recebem resíduos que podem afetar as condições de vida das pessoas, em especial, a saúde.

A partir da realidade econômica atual, concebeu-se como pertinente a inclusão no objetivo geral da identificação das práticas empresariais em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, uma vez que esses objetivos implicitamente estão presentes nos indicadores econômicos, ambientais e sociais.

As práticas voltadas aos ODS, de forma geral, estão direcionadas para a mitigação da situação de pobreza que envolvem várias metas explicitadas nos dezessete objetivos propostos pela ONU. Uma

análise interpretativa do conteúdo evidenciou que houve perspectiva de maior participação das parcerias públicas e privadas através da criação dos ODS a serem atingidos até 2030.

No percurso de 2015 até 2030, um problema mundial afetou a economia e principalmente a vida de todas as pessoas. O fato iniciou-se em 2019 na China, e em 2020 houve a sua divulgação e disseminação. Esse acontecimento foi denominado de Covid 19 e se refere a um surto pandêmico com alto risco de contágio, e que hoje acomete mais de 200 países no mundo (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2020). Diante dos seus impactos, argumenta-se que os ODS e as práticas empresariais se tornam relevantes para a cooperação, a solidariedade, a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos e da vida humana durante essa pandemia e pós-pandemia.

No âmbito da sustentabilidade econômica, as empresas são partes direcionadoras e de resiliência para o contorno das consequências impostas pelo vírus do Covid 19. Elas devem voltar para um gerenciamento de resultados que inclua a gestão social com prioridade para a manutenção de empregos, subsídios humanos e novas formas de negócios.

No cerne das atividades sustentáveis encontra-se a prioridade de melhores condições de vida para colaboradores internos e para o entorno mais próximo, ou seja, para a localidade onde está instalada a entidade. Ater-se nas condições locais propiciará benefícios a nível global. Outra preocupação é manter boas relações com fornecedores e clientes buscando uma gestão integrada de insumos, produção e produtos com prioridade para parcerias locais e acessibilidade de pequenos empreendimentos.

Justifica-se o tema e objetivo deste artigo como necessários e relevantes, visto que o cenário da pandemia do Covid 19 impôs um novo modo de vida econômica e social que requer adequações econômicas voltadas para o bem coletivo. Como exemplificação de adequações tem-se o surgimento de novas formas de trabalho, de comercialização dos produtos e em especial das inovações das relações sociais. Essas devem priorizar uma postura ética de qualquer empresa na sociedade e na comunicação informacional, seja digital ou presencial. Uma ética de negócios que interliga convicções, responsabilidade e virtudes segundo os estudos de Patrus-Pena (2004) e Lozano (1999). As medidas contra a pandemia demonstram como enfrentamento a resiliência de pessoas jurídicas e físicas, entidades públicas e privadas.

A forma metodológica, dessa pesquisa, se classifica como descritiva com abordagem quantitativa, porque busca explicar e descrever relações entre variáveis quantificáveis, e também com o uso de técnicas estatísticas. Quanto ao procedimento de coleta de dados se classifica como documental, e

foram coletados da base de dados do *sítio* da Comissão de Valores Mobiliários referente aos anos de 2018 e 2019, que é o período mais recente de divulgação, visto que as empresas geralmente divulgam seus relatórios de sustentabilidade anualmente.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES DOS ODS, DA GESTÃO SOCIAL E DOS INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

Para a descrição deste conteúdo, desenvolveu-se as reflexões dos ODS 2030 com base na abordagem da sustentabilidade na gestão empresarial. A gestão é um termo amplo e com diversas finalidades. No campo empresarial, em especial com ênfase no capitalismo, nos deparamos com a gestão de projetos, gestão de estoques, gestão de recursos humanos, gestão de custos, gestão estratégica, entre outras. Todavia, existe uma gestão que podemos denominar de sustentabilidade quando a empresa adota seu compromisso de investimento nos pilares econômicos, sociais e ambientais.

No segundo pilar existe a gestão social como parte da gestão de sustentabilidade e a empresa precisa perceber esse social como principal objetivo junto a sua lucratividade. Essa percepção poderá permitir uma focalização na localidade do entorno de qualquer entidade como forma de melhores relações e comunicações entre atores sociais e práticas empresariais.

Em especial, uma empresa sustentável e responsável precisa conceber que a proximidade proporciona melhores condições de vida humana. Essa conciliação afeta os seus resultados lucrativos, de imagem e de vida empresarial. Os dois primeiros pontos são estratégias conhecidas e podem trazer um ganho de diferenciação através da aplicação de uma gestão social mais efetiva e menos discursiva.

Considerando a importância da gestão social local, verificou-se que a pandemia do Covid 19 revelou a necessidade de adequações nas formas de negócio e sua comunicação nas relações sociais próximas. Isso significa a reinvenção dos propósitos lucrativos para um enfoque de negócios de proximidade virtual, sem deixar de atender as necessidades dos usuários. O novo modo de vida jurídica e de pessoa física implica na preocupação e cuidado com o outro proporcionando uma visão reflexiva em relação aos constructos da gestão social na sustentabilidade empresarial.

A gestão social e a sustentabilidade são assuntos que derivam de debates acadêmicos no meio nacional e internacional. Na esfera do Brasil cita-se o Programa de Estudos em Gestão Social da Escola

Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (PEGS/EBAPE/FGV). O mesmo foi criado em 1990 com a coordenação do pesquisador Fernando Tenório (Cançado, 2014).

Analisando a abordagem da sustentabilidade, percebe-se que a gestão social pode ser considerada como sendo "uma tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último". (Cançado, 2014, p. 8). Portanto, sem pressão externa e de legislação pública o campo empresarial deve ampliar o pilar social e se prender a ele como resultado sustentável, esperando-se um lucro invisível que lhe proporcione lucratividade financeira e econômica.

Por outra vertente, a gestão social tem relação com a noção de democracia deliberativa, estando, em muito, distante do seu exercício, argumenta Pinho e Santos (2014). Esses autores e Cançado (2014) apontam que no campo teórico, a Gestão Social refere às práticas e ações de gestão direcionadas para uma delimitada fração da sociedade, visando a melhoria das condições de vida dos excluídos, como também a aceleração do neocrescimento. Todavia, uma sociedade constitui-se pelo conjunto de suas partes, e não somente da parte incluída. E a realidade, da pandemia do Covid 19, permite essa visualização real das condições vivenciadas, pois o vírus atinge a toda a sociedade como uma unidade conexa em que as partes sofrem os efeitos positivos e negativos da interação de ações públicas e privadas. Decorre, então, que o pilar da gestão social tem centralidade quando se aborda a sustentabilidade e suas outras dimensões. Para exemplificar, a implicação de organizações em questões relacionadas ao controle de impactos ambientais, de combate à pobreza e à miséria, de promoção de direitos, dentre outros problemas e questões sociais, passou a ser não apenas contínuo e crescente como, também, reivindicado por atores sociais. Atores incomodados com "as mazelas provocadas pelas externalidades da atividade econômica do mundo capitalista" (Rodrigues, 2014).

Assim sendo, a Gestão Social envolve processos vinculados e ações éticas inovativas e propícias ao desenvolvimento social sustentável. Para Baroni (1992) a sustentabilidade em termos de desenvolvimento possui ambiguidades e deficiências conceituais. O autor enfatiza que inexiste um conceito único para o verbete sustentabilidade e sua evolução está atrelada ao econômico e ecológico. Não contrariando o autor, acrescenta-se o social, com prioridade para o local – o território.

Nessa perspectiva da Gestão Social Local, evidencia-se que o campo empresarial deve preocupar com a situação de pobreza. Essa tende a aumentar devido as vulnerabilidades do meio ambiente natural

decorrentes de atividades operacionais, e a consequência será o agravamento das condições de vida das pessoas ou a dissipação da vida humana.

A situação de pobreza deve ser percebida como sendo um problema de Gestão Social Local, cuja mitigação perpassa pela efetividade de ações locais e sua multiplicação como modelo gerencial para a sociedade. Atender as necessidades especificas de cada localidade e disseminar as ações levam a criação de modelos globais.

A mitigação da pobreza se insere nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030. No geral, todos os objetivos propostos pela ONU buscam melhores relações entre as partes interessadas de uma sociedade mundial com norte para diminuição da pobreza, extrema pobreza e desenvolvimento compartilhado.

Os objetivos dos ODS são novas propostas de produzir e de consumir de forma consciente caracterizando oportunidades mercadológicas: fazer mais com menos, criar valor, prosperar e melhorar as condições de vida dos inseridos em sociedades altamente capitalistas e forte diversidade (FDC, 2015). Afinal, sustentabilidade é, a priori, vida contínua com bem-estar social e equidade para todos, incluindo as pessoas em situação de pobreza diversa.

Em 2015, os 17 objetivos foram divulgados e são constituídos de 169 metas para a Agenda 2030. Sua implementação é um compromisso assumido por todos os países. A tabela 1 descreve os ODS:

Tabela 1 – Descrição dos ODS 2015

Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030

A análise dos autores, deste artigo, em relação aos objetivos propostos é que o primeiro objetivo é a base dos demais. Frisamos que é o objetivo geral dos ODS. Se as empresas considerarem os mesmos em seus planejamentos estratégicos e promoverem efetividade deles no curto prazo, todos eles irão contribuir com a mitigação da pobreza nas localidades de suas instalações. E consequentemente, através de seus lucros econômicos e sua capacidade de continuidade e geração de produtos com qualidades vão possibilitar redução da pobreza global.

Portanto, as decisões de práticas empresariais dos objetivos 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 17 quando realizadas efetivamente devem ser disseminadas de forma explícita em seus relatórios integrados ou de sustentabilidade com a descrição da focalização, ou seja, mencionando que o seu público alvo são as pessoas nas situações de pobreza e se possível enfatizar a extrema pobreza caracterizando os atores receptores das atividades sem estigmatizar os mesmos; apesar de os objetivos 2 e 10 inferirem a essa situação, os demais são elos dos dois.

Em relação aos objetivos voltados ao meio ambiente, eles contribuem para minimizar as vulnerabilidades ambientais. Conforme explicitado por Baroni (1992) elas agravam a situação de pobreza. Como forma de transparência, as empresas devem nortear sua proposta e ter um monitoramento para evitar oportunismos e práticas corruptivas nos ODS aplicados no seu interior. Deve minimizar atividades corruptivas, pois essas não devem ser estratégicas de competitividade para o negócio. O diferencial competitivo aponta para uma postura ética da responsabilidade perante os stakeholders, sendo que os consumidores tendem a assumir um papel de cidadania responsável ao escolher seus produtos.

No atual contexto social, econômico e político, a ação empresarial na vertente da sustentabilidade e gestão social precisa ser resiliente para cooperar com a gestão pública no enfrentamento da pandemia do Covid 19. O cenário atual é de grandes desafios que envolvem mudanças nas formas de negócios e nas relações sociais e tende a agravar a situação de pobreza, como por exemplo a do Brasil.

2.2 SITUAÇÃO DE POBREZA E SUSTENTABILIDADE: ODS, ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E NOVA ECONOMIA

Reflexões dos ODS assumidos por diversas nações em 2015 e que deparam com as eventualidades acontecidas em 2019, nos permite repensar a sustentabilidade empresarial na abordagem sociológica de forma a enfatizar um dos maiores problemas mundiais: a situação de pobreza dos países. Uma pobreza diversificada e atrelada ao contexto cultural, econômico, ambiental e político com características distintas e com causas semelhantes que retratam o mesmo problema e dilemas de políticas públicas econômicas e sociais em face das novas necessidades de desenvolvimento.

Assim, a pobreza não é homogênea – cada nação tem a sua pobreza e precisa ser mitigada. Uma pobreza dependente do seu contexto macro e de seus subcontextos micro. Portanto, se torna difícil um conceito unívoco para caracterizar a pobreza devido à sua heterogeneidade. Sendo uma das abordagens de estudo a sustentabilidade na era pós-moderna.

Neste contexto, considera-se que a pobreza emerge como centralidade para o desenvolvimento econômico e social. No campo da sustentabilidade, cita-se a tentativa de inclusão financeira das pessoas em situação de pobreza. A efetividade da mesma perpassa por interrogações, uma delas é se essa medida não é mais um nicho de negócio e de exploração dos mecanismos financeiros em busca de lucratividade.

Este artigo delineou como recorte a pobreza relacionada com a falta de capacidade da população em ter acesso à alimentação, a educação, aos postos de saúde, ao saneamento básico e à moradia (Comini, 2016). Posterga a inclusão financeira, considerando que essa é consequência de melhorias nessas dimensões da vida.

A sociologia evidencia a abordagem de Sen (2010, 2000,1999,1998,1992) sobre a pobreza. A mesma tem como cerne as necessidades básicas inseridas nas capacitações (capability approach) e caracteriza a base para a luta contra a pobreza numa dimensão ética e de valorização do ser humano. Uma abordagem que transcende a ideia de desenvolvimento como aumento da renda e acesso aos bens materiais e serviços pelos indivíduos. A pobreza deve ser vista como carência de capacidades básicas e não meramente como baixo nível de renda; critério tradicional de identificação da pobreza (Sen, 2010).

Assim, tem-se o pressuposto que a siderurgia que transforma matéria-prima em produtos e utensílios que fazem parte do cotidiano de diversas famílias e tem representatividade na participação no PIB é uma fonte de geração de renda. Essa como capital econômico pode ser transformada para as melhorias de alimentação, moradia, educação e saúde das pessoas em situação de pobreza. A renda é um capital econômico que se converte em capital cultural. Esse faz parte do desenvolvimento das

capacidades, e se relaciona com melhores condições de vida: física, mental, cultural e social rumo a sustentabilidade coletiva.

O conceito de sustentabilidade de Sachs (2007; 2000), de forma operacional, abrange a dimensão social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A essas cinco dimensões de sustentabilidade tornou-se necessário acrescentar a sustentabilidade político-institucional, entendida como fortalecimento das instituições democráticas e a promoção da cidadania.

Nessa sustentabilidade político-institucional, os ODS devem ser incluídos como atividades para cumprir as metas estabelecidas até 2030. Uma análise nos indicadores econômicos, sociais e ambientais é uma vertente importante para repensar os ODS, em especial o primeiro ODS, para o qual as entidades devem não somente enquadrar suas ações desenvolvidas até 2015, mas planejar e efetivar novas atitudes. E após 2019, considerar em suas estratégias o cenário da Covid 19.

Na concepção de Abramovay (2012), a sustentabilidade remete a um importante fator nos estudos da situação da pobreza. As suas dimensões econômicas, sociais, comportamentais, ambientais são necessárias para a erradicação da pobreza, uma vez que investimentos com preocupação em melhores condições de vidas para os indivíduos e a preservação de recursos naturais vão ao encontro da necessidade de um desenvolvimento atrelado à equidade da utilização de recursos e de diminuição da desigualdade.

Ao dissertar a respeito da sustentabilidade é preciso entender a mesma, principalmente no contexto da situação de pobreza; como uma forma de inclusão dos indivíduos na sociedade. As ações de sustentabilidade devem ser entendidas como meios que permitem melhores condições de vida.

Dessa forma, a visão de sustentabilidade em situações de pobreza deve ser guiada pela ética dos diversos atores do mercado e da sociedade para uma nova forma de economia que busca a ampliação das liberdades individuais substantivas, descritas por Sen (2000,1999,1998,1992). Abramovay (2012) corrobora ao argumentar que:

> Aumentar a eficiência e reduzir a desigualdade no uso dos recursos: esses são os objetivos estratégicos de uma nova economia que tenha a ética no centro da tomada de decisões e que se apoie em um metabolismo social capaz de garantir a reprodução saudável das sociedades humanas" (p.13).

O autor, além disso, propõe que a nova economia necessita de nova cultura com relação aos valores atribuídos aos indivíduos pela sociedade de superconsumo e "que não leva o mundo em conta" para o consumo justo e sustentável (Abramovay, 2012). Nessa visão de mundo, a sustentabilidade é vista como um modo de ser, um ideal de vida presente e futura. Tal argumentação oferece condições para

uma melhor relação saudável com o tempo, a natureza e o relacionamento dos indivíduos com os recursos naturais e o desenvolvimento (p.14).

Para os indivíduos em situação de pobreza, o primeiro fator é suprir as necessidades básicas imediatas, e que essas proporcionem a satisfação de outras que possam melhorar as condições de vida. Streeten (1981) explicitou a relação entre as necessidades básicas, desenvolvimento e oportunidades. Dissertou que o objetivo da teoria de desenvolvimento baseada nas necessidades básicas é assegurar a qualidade de vida das populações mais pobres, com ênfase nas condições mínimas de acesso a bens e serviços essenciais de consumo para erradicar a pobreza.

Nesta contextualização, a abordagem das necessidades básicas na pobreza foi dividida em três categorias: oferta, demanda e instituições. Streeten (1981) dissertou que devem ser oferecidas oportunidades que envolvam a produção ou a importação de bens; que os menos pobres tenham acesso ao poder de compra e de aquisição dos produtos e serviços disponíveis no mercado; e a presença de arranjos organizacionais que visam a facilitar a entrega e a distribuição de bens.

Para Sen (2010, 2000,1999,1998,1992) a pobreza deve ser vista como carência de capacidades básicas e não meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. As capacitações buscam o desenvolvimento dos indivíduos permitindo que exprimam o potencial que possuem e moldem uma existência significativa na busca da dignidade humana em uma nova economia (Nussbaum, 2011).

Abramovay (2012) discorre sobre a cooperação social como o instrumento central para uma nova economia. A missão dessa nova economia é a ampliação da participação dos indivíduos e de diversas comunidades nos processos de inovação e criação de riqueza. Tal ampliação apoia no poder de recombinar, de misturar, de aproximar diversos universos sociais, cognitivos, materiais e financeiros evitando a segmentação.

A organização da cooperação social deve se alicerçar em instrumentos relativamente baratos, sistemas em redes que sejam acessíveis, mecanismos que facilitem a existência dos agrupamentos de sujeitos sociais, no qual o potencial de participação na vida pública e nos negócios é primordial para a inserção na “sociedade”. Abramovay (2012, p.23) ressalta que: “A informação, a cultura e o conhecimento passam a obedecer a uma lógica em que as fronteiras (típicas da sociedade industrial) entre produção, distribuição e consumo são cada vez menos nítidas”. No entanto, os grupos sociais necessitam de certos mecanismos para que possam perdurar coesos e estruturados, como a liderança, as normas, as sanções, os símbolos e a parceria de organismos internacionais.

O combate à pobreza sempre foi meta estabelecida pelos programas das Organizações das Nações Unidas (ONU). A mesma faz parte dos objetivos de compromissos assumidos entre os países. Um período importante se refere ao da ECO 92 até à Agenda 2030. Essa última foi proposta no encontro da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizado em 2015 na cidade de Nova York. Da reunião dos países membros surgiu os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) com metas para serem atingidas de 2015 a 2030.

Em síntese, a situação de pobreza é uma das preocupações do desenvolvimento sustentável e deve ser prioridade nas políticas públicas sociais. É um problema mundial e um desafio contínuo há várias décadas. Ela se relaciona com o aumento da desigualdade e as realidades de cada contexto.

Após estudos sociológicos e comportamentais, concluiu-se que no cenário mundial a pobreza está atrelada aos aspectos da privação das capacidades e das oportunidades, e não somente ao aspecto das rendas. Nessa vertente tem-se os estudos do sociólogo Amartya Sen, nos quais a pobreza não é compreendida apenas como privação de renda, mas também e principalmente, como a privação de capacidades (SEN, 2000).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa buscou analisar a divulgação dos indicadores econômicos, ambientais e sociais de acordo com o modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) das empresas do setor de siderurgia listadas na B3, bem como as características que podem influenciar tal divulgação e se propõe a identificar a empresa mais representativa em divulgação quanto as práticas empresariais em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para promover a mitigação da situação de pobreza. Desta forma, a pesquisa se classifica com descritiva com abordagem quantitativa, porque busca explicar e descrever relações entre variáveis quantificáveis, utilizando técnicas estatísticas. De forma complementar, utilizou-se a análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade das empresas pesquisadas

Quanto ao procedimento de coleta de dados se classifica como documental, que segundo Gil (2009) busca fontes primárias que podem receber tratamento de acordo com os objetivos de pesquisa propostos. Os dados das empresas foram coletados da base de dados do sítio da Comissão de Valores Mobiliários referente aos anos de 2018 e 2019. A amostra final está definida na Tabela 2:

Tabela 2 - Composição da Amostra

Descrição	Quantidade
Total de empresas do Setor Siderurgia	6
(-) Empresas sem informações suficientes	-2
(=) Total após a exclusão	4
(x) Quantidade de anos	2
(=) Quantidade de observações utilizadas	8

Fonte: Elaborada pelos autores.

Definida a amostra, foi realizada uma análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade divulgados com o propósito: a) de identificar quais estavam aderentes ao modelo padronizado GRI; b) de identificar os índices GRI divulgados; c) de classificar em econômicos, ambientais e sociais; e) de identificar ações alinhadas aos ODS; e d) de realizar o cálculo do índice de evidenciação do setor e de cada empresa. Para o cálculo do índice de evidenciação (IE) foi realizado o seguinte cálculo:

IE = ((Quant de indicadores divulgados/Total de indicadores GRI ou ODS aplicáveis) /número de anos analisados) x 100.

A Tabela 3 dispõe forma de cálculo, base de autores e variáveis a serem utilizadas para identificar as características das empresas que evidenciam os indicadores GRI e os ODS nos seus relatórios de sustentabilidade.

Tabela 3 – Variáveis explicativas

Indicadores	Descrição	Fórmula	Base
ENDIV.	Endividamento	Capital de terceiros / Patrimônio Líquido	De Domenico et al (2017); Alves et al (2019); Magalhães Neto & Silva (2020)
ROA	Rentabilidade dos Ativos	Lucro Líquido / Ativo Total	Borges Júnior (2019); Meireles et al (2015)
ROE	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Borges Júnior (2019); Meireles et al (2015)
LEV	Alavancagem	Passivos de Longo Prazo / Ativo Total t-1	Borges Júnior (2019), Magalhães Neto & Silva (2020)
SIZE	Tamanho da empresa	Logaritmo Natural do Valor de Mercado da Empresa	De Domenico et al (2017); Meireles et al (2015); Magalhães Neto & Silva (2020)

Fonte: Elaborada pelos autores

Para verificar a relação das variáveis com o IE, o tratamento da amostra foi realizado pelo Software R através do modelo de regressão linear de múltiplas variáveis para dados em painel balanceado. O modelo de regressão é explicado a seguir:

$$IE = \alpha 0 + \beta 1 ENDVit + \beta 2 ROAit + \beta 3 ROEit + \beta 4 LEVit + \beta 5 SIZEit + \varepsilon it$$

Onde:

IEit corresponde a variável dependente do índice de evidenciação da empresa i no ano t;

α0 o intercepto da regressão;

β1ENDIVit é a variável controle que representa a participação de capital de terceiros na estrutura de capital da empresa;

β2ROAit é variável de controle retorno sobre os ativos;

β3ROEit é variável de controle retorno sobre o patrimônio líquido;

β4LEVit é a variável de controle alavancagem;

β5SIZEit é a variável de controle para o tamanho da empresa;

εit representada o fator residual

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES GRI E ODS

A partir das informações divulgadas pelas empresas analisadas foi possível calcular o índice de evidenciação dos indicadores GRI do setor. A Tabela 4, dispõe os resultados dos indicadores econômicos padronizados da série 200.

Tabela 4 - Evidenciação da Série GRI 200

Indicadores Econômicos	CSN	Ferbasa	Gerdau	Usiminas	Média Geral
201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	100%	50%	100%	100%	**88%**
201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	0%	0%	100%	0%	**25%**
201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	100%	0%	0%	100%	**50%**
201-4 Apoio financeiro recebido do governo	100%	50%	0%	0%	**38%**
202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero	100%	0%	0%	100%	**50%**
202-2 Proporção de membros da diretoria contratados na comunidade local	100%	0%	0%	0%	**25%**
203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	100%	50%	0%	100%	**63%**
203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	100%	50%	0%	100%	**63%**
204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	100%	0%	0%	100%	**50%**
205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	100%	50%	100%	100%	**88%**
205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	100%	50%	100%	100%	**88%**

205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	100%	50%	100%	100%	**88%**
206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	100%	0%	0%	100%	**50%**
207-1 Abordagem tributária	0%	0%	0%	100%	**25%**
207-2 Governança, controle e gestão de risco fiscal	0%	0%	0%	100%	**25%**
207-3 Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos	0%	0%	0%	100%	**25%**
207-4 Relato país-a-país	0%	0%	0%	100%	**25%**
MÉDIA GERAL	**71%**	**21%**	**29%**	**82%**	**51%**

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

Ao analisar a tabela, verifica-se que a evidenciação média dos indicadores econômicos do setor é de 51%. Os indicadores que apresentaram as maiores médias estão relacionados ao valor econômico direto gerado e distribuído, e ao combate à corrupção. Esses resultados demonstram uma melhora no que tange a evidenciação do setor, visto que Domenico, Tormen e Mazzioni (2017) em seus estudos encontraram baixo nível de evidenciação dos indicadores com média em torno de 45,5%. Quanto a empresa destaca-se a Usiminas com índice médio de 82%, seguida pela CSN com 71%. Quanto aos indicadores ambientais GRI, os resultados estão dispostos na Tabela 5:

Tabela 5 – Evidenciação da Série GRI 300

Indicadores Ambientais	CSN	Ferbasa	Gerdau	Usiminas	Média Geral
301-1 Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	100%	50%	0%	100%	**63%**
301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	100%	50%	100%	100%	**88%**
301-3 Produtos e suas embalagens recuperados	0%	0%	0%	100%	**25%**
302-1 Consumo de energia dentro da organização	100%	50%	100%	100%	**88%**
302-2 Consumo de energia fora da organização	0%	0%	0%	0%	**0%**
302-3 Intensidade energética	100%	0%	100%	100%	**75%**
302-4 Redução do consumo de energia	100%	50%	0%	100%	**63%**
302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	0%	0%	0%	0%	**0%**
303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado	100%	50%	100%	100%	**88%**
303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	100%	0%	100%	100%	**75%**
303-3 Captação de água	100%	50%	100%	100%	**88%**
303-4 Descarte de água	100%	0%	100%	0%	**50%**
303-5 Consumo de água	100%	0%	100%	100%	**75%**
304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	100%	0%	0%	100%	**50%**
304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	100%	0%	0%	100%	**50%**
304-3 Habitats protegidos ou restaurados	100%	0%	0%	100%	**50%**

304-4 Espécies incluídas na lista vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização	100%	0%	0%	0%	**25%**
305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	100%	0%	100%	100%	**75%**
305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	100%	0%	100%	100%	**75%**
305-3 Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	100%	0%	0%	100%	**50%**
305-4 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	100%	0%	100%	100%	**75%**
305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	100%	0%	0%	100%	**50%**
305-6 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio (SDO)	0%	0%	0%	100%	**25%**
305-7 Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	100%	0%	100%	100%	**75%**
306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	100%	50%	0%	0%	**38%**
306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	100%	50%	100%	100%	**88%**
306-3 Resíduos gerados	100%	0%	0%	100%	**50%**
306-4 Resíduos não destinados para disposição final	100%	0%	0%	100%	**50%**
306-5 Resíduos destinados para disposição final	100%	0%	0%	0%	**25%**
307-1 Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	0%	0%	0%	100%	**25%**
308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	100%	0%	0%	0%	**25%**
308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	0%	0%	0%	100%	**25%**
MÉDIA GERAL	**81%**	**13%**	**41%**	**78%**	**53%**

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

Com relação à divulgação dos indicadores ambientais, o setor apresenta uma média de 53%, e os tópicos mais evidenciados estão relacionados aos Materiais, Energia, Água e Efluentes, e aos Resíduos. Este resultado comparado com outras pesquisas como a De Domenico et al (2017) e Beuren et al (2013), refletem maior empenho das empresas no sentido de atuar no mercado com responsabilidade ambiental, visto que suas atividades impactam diretamente o meio-ambiente e consequente agravamento da pobreza. A Usiminas e a CNS, são as empresas com maior performance na evidenciação de objetivos voltados ao meio ambiente, em consonância com os resultados dos indicadores econômicos é a Usiminas e a CSN. A Tabela 6 demonstra os índices de evidenciação da Série 400, ou seja, indicadores sociais.

Tabela 6 - Divulgação da Série GRI 400

Indicadores Sociais	CSN	Ferbasa	Gerdau	Usiminas	Média Geral
401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	100%	50%	0%	100%	**63%**
401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	100%	0%	0%	100%	**50%**
401-3 Licença maternidade/paternidade	100%	0%	0%	100%	**50%**
402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	0%	0%	0%	100%	**25%**
403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	100%	50%	100%	100%	**88%**
403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	100%	50%	100%	100%	**88%**
403-3 Serviços de saúde do trabalho	100%	0%	100%	100%	**75%**
403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	100%	0%	100%	100%	**75%**
403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	0%	0%	100%	100%	**50%**
403-6 Promoção da saúde do trabalhador	0%	0%	100%	100%	**50%**
403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	0%	0%	100%	100%	**50%**
403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	0%	0%	100%	0%	**25%**
403-9 Acidentes de trabalho	0%	0%	100%	0%	**25%**
403-10 Doenças profissionais	0%	0%	0%		**0%**
404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	100%	50%	0%	100%	**63%**
404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	100%	50%	0%	100%	**63%**
404-3 Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	100%	50%	0%	100%	**63%**
405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	100%	0%	100%	100%	**75%**
405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	100%	0%	0%	100%	**50%**
406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	100%	0%	0%	100%	**50%**
407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	100%	0%	0%	100%	**50%**
408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	0%	0%	0%	100%	**25%**
409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	0%	0%	0%	100%	**25%**
410-1 Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	0%	0%	0%	0%	**0%**
411-1 Casos de violação de direitos de povos indígenas	0%	0%	0%	0%	**0%**
412-1 Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos	0%	0%	0%	100%	**25%**

412-2 Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	0%	0%	0%	100%	**25%**
412-3 Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	0%	0%	0%	0%	**0%**
413-1 Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	100%	50%	0%	100%	**63%**
413-2 Operações com impactos negativos significativos – reais e potenciais – nas comunidades locais	100%	50%	0%	100%	**63%**
414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	0%	0%	0%	100%	**25%**
414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	0%	0%	0%	100%	**25%**
415-1 Contribuições políticas	0%	50%	0%	100%	**38%**
416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	0%	0%	0%	100%	**25%**
416-2 Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	0%	0%	0%	0%	**0%**
417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	0%	0%	0%	100%	**25%**
417-2 Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	0%	0%	0%	0%	**0%**
417-3 Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	0%	0%	0%	0%	**0%**
418-1 Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	0%	0%	0%	0%	**0%**
419-1 Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica	0%	0%	100%	100%	**50%**
MÉDIA GERAL	**40%**	**11%**	**28%**	**77%**	**38%**

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

Observa-se que apenas 38% dos indicadores sociais são evidenciados pelo setor, esse resultado corrobora com os estudos De Domenico et al (2017) que identificarem média de evidenciação menor que 50%. Portanto, esses achados indicam uma necessidade da adoção de maior responsabilidade e compromisso social dessas empresas para a sociedade a qual estão inseridas, em face que umas gestões alinhadas com os indicadores sociais podem auxiliar o poder público no combate a problemas sociais como a pobreza, fome e desigualdade social.

Analisando os resultados obtidos pelas três séries de indicadores GRI, verifica-se que as informações ambientais são as mais evidenciadas, seguida pelas informações econômicas, e dentre as empresas analisadas a que está mais alinhada ao modelo do relatório de sustentabilidade padronizado pela GRI é a Usiminas e a CSN. De Domenico et al (2017), dispõe que muitas empresas não atendem a divulgação total dos indicadores, e a maioria delas a abaixo do esperado, porém há empresas que

evidenciam com qualidade suas práticas de sustentabilidade ambiental, trabalhando de forma ética e responsável no ambiente em que estão inseridas.

Uma segunda análise de evidenciação foi realizada, com o objetivo de verificar se as práticas empresariais desse setor estão em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A tabela 7, dispõe dos resultados:

Tabela 7 - Evidenciação dos ODS

ODS	CSN	Ferbasa	Gerdau	Usiminas	Média Geral
Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.	0%	0%	0%	0%	**0%**
Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	0%	0%	0%	0%	**0%**
Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.	100%	50%	0%	0%	**38%**
Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	0%	0%	0%	0%	**0%**
Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	100%	50%	50%	100%	**75%**
Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.	100%	50%	50%	100%	**75%**
Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.	100%	50%	50%	100%	**75%**
Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.	100%	50%	50%	100%	**75%**
Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	100%	50%	50%	100%	**75%**
Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	0%	0%	50%	50%	**25%**
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	0%	0%	0%	0%	**0%**
Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	100%	50%	50%	100%	**75%**
Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	100%	50%	50%	100%	**75%**
Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	0%	0%	0%	0%	**0%**
Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.	100%	50%	50%	50%	**63%**

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	100%	50%	50%	100%	**75%**
Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	0%	0%	50%	100%	**38%**
MÉDIA GERAL	**59%**	**29%**	**32%**	**59%**	**45%**

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pelos autores.

A média geral de evidenciação dos ODS foi de 45%, com destaque para a Usiminas e a CSN que foram mais representativas. Quanto aos ODS mais citados pelo setor são os relacionados a gestão de energia e água, igualdade de gênero, crescimento econômico sustentável e inclusivo, e assegurar padrões de produção e consumo. Essas evidências corroboram com os resultados do índice de evidenciação de acordo com o padrão GRI, onde os indicadores mais citados são os econômicos e ambientais.

Entretanto, os ODS alinhados com o combate à desigualdade e pobreza foram o menos evidenciados, assim como a conservação e uso sustentável dos oceanos e inclusão e sustentabilidade das cidades e assentamentos, Magalhães e Mendes (2020) encontraram resultados semelhantes ao analisar todas as empresas listas do mercado acionário brasileiro.

É importante frisar que os ODS 1 e 2 que estão mais explicitamente voltados ao combate à fome e a pobreza não forma mencionados no período analisado, e o ODS 10 foram mencionados por apenas 50% das empresas do setor no ano de 2019. Dessa forma, no contexto social é necessário que essas empresas atuem de forma a melhorar sua gestão para uma cooperação maior no que tange as relações sociais e a erradicação da fome, diminuição da pobreza e desigualdade.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA, CORRELAÇÃO E REGRESSÃO

Após a análise da evidenciação dos indicadores de sustentabilidade e dos ODS, foi realizada uma análise das características econômicas do setor. A Tabela 8 tem como objetivo apresentar a estatística descritiva das variáveis dos anos de 2018 e 2019.

Tabela 8 - Estatística Descritiva das variáveis utilizadas

	Observações	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
IEGRI	8	0,47328	0,28068	0,00000	0,78493
IEODS	8	0,55147	0,23092	0,00000	0,70588
ENDV	8	0,50579	0,18115	0,33071	0,78842
ROA	8	0,05804	0,03934	0,01430	0,11624
ROE	8	0,15321	0,16043	0,02420	0,51936
LEV	8	0,36402	0,13368	0,24464	0,58924

SIZE	8	16,84680	1,28974	14,79380	17,80455

Nota: IEGRI – Índice de Evidenciação GRI; IEODS – Índice de Evidenciação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030

Fonte: Dados da pesquisa - Software R 3.6.2

Os resultados indicaram que a evidenciação média dos indicadores GRI desse grupo de empresas é de 47,32%, e o dos ODS foi de 55,14%. O resultado da IEGRI geral do setor é consistente com a pesquisa de Santos, Venais, & Silva (2019) que encontraram 44% de média para as empresas do mercado acionário brasileiro. Entretanto, a evidenciação do setor ainda se encontra distante da média para empresas que compõem a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que segundo Alves, Araújo & Santo (2019) é de 62,16%, e das empresas que evidenciam as ODS que segundo Magalhães Neto & Silva (2020) possuem média de 60,08%.

As variáveis de controle SIZE apresentou alta dispersão em torno da média, impossibilitando sua análise pela média. Quanto ao ENDV o setor obteve média de 50,57%, indicando a dependência de recursos de terceiros dessas empresas para financiar seus ativos. A alavancagem obteve média de 36,40% e o ROA e LEV apresentaram menor desvio padrão. A Tabela 9 apresenta a matriz de correlação entre as variáveis:

Tabela 9 - Matriz de Correlação

	IEGRI	IEODS	ENDV	ROA	ROE	LEV	SIZE
IEGRI	1						
IEODS	0,7511	1					
ENDV	0,4016	0,2154	1				
ROA	-0,5150	-0,6691	0,0948	1			
ROE	0,0563	-0,1751	0,6949	0,7240	1		
LEV	0,3890	0,2254	0,9892	0,0477	0,6360	1	
SIZE	0,5859	0,5512	0,6723	-0,5560	0,0986	0,6493	1

Nota: * correlação significativa entre as variáveis

Fonte: Dados da pesquisa - Software R 3.6.2

A correlação entre o ROA e o índice de evidenciação do GRI e dos ODS é de -0,5150 e -0,6691 respectivamente, ou seja, existe uma correlação negativa entre essas variáveis, inferindo-se que quanto maior o retorno sobre os ativos menor será a evidenciação dos indicadores GRI e dos ODS, coerente com os achados de Magalhães e Mendes (2020), Meirelles, Santos e Cruz (2015). Entretanto, quanto a rentabilidade sobre o patrimônio líquido a relação foi semelhante para os ODS, mas a correlação foi positiva com o IEGRI, ou seja, quanto maior o ROE maior será a divulgação dos indicadores de sustentabilidade padrão GRI. Ao analisar as outras variáveis propostas verifica-se que quanto maior e mais alavancadas, mais aderente essas empresas estarão com a divulgação dos indicadores GRI e dos ODS.

Os resultados da análise dos dados do modelo de regressão proposto, com o objetivo de verificar a influência da variável independente IEGRI e das variáveis ENDV, ROA, ROE, LEV e SIZE, encontram-se na tabela 10:

Tabela 10 - Resultados do modelo de regressão em relação ao índice de evidenciação GRI

	Estimador	Erro padrão	Stat t	Valor-P	95% de intervalo de confiança	
Interseção	6,9968	3,0852	2,2679	0,1515	-6,2776	20,2712
ENDIV	6,8819	5,6397	1,2203	0,3467	-17,3835	31,1474
ROA	-21,1312	6,2326	-3,3905	0,0771	-47,9478	5,6854
ROE	3,0291	1,6079	1,8838	0,2003	-3,8894	9,9475
LEV	-8,0809	6,0212	-1,3421	0,0116	-33,9880	17,8261
SIZE	0,3740	0,1994	1,8757	0,0015	-1,2318	0,4839

Resumo do modelo de análise de regressão

R múltiplo	R-Quadrado	R-quadrado ajustado	Erro padrão	Observações
0,9502	0,9028	0,6598	0,1637	8

Nota: Modelo da regressão IEGRI = $\alpha 0+\beta 1ENDVit+\beta 2ROAit+\beta 3ROEit+\beta 4LEVit+\beta 5SIZEit+\varepsilon it$

Fonte: Dados da pesquisa - Software R 3.6.2

Nota-se que as variáveis de controle utilizadas explicam 90,28% da variância no índice de evidenciação dos indicadores GRI. Portanto, o perfil econômico das empresas do setor influencia a divulgação dos indicadores que explicitam ações voltadas para a sustentabilidade de acordo com o padrão GRI. Esse resultado converge com o encontrado por Santos, Venanzi & da Silva (2019), que empresa mais rentáveis ampliam sua divulgação, mas difere do encontrado por Magalhães Neto & Silva (2020).

Em relação ao ROA e a LEV, quanto menor for o índice de evidenciação, maior será a alavancagem e o retorno sobre os ativos do setor. Esse resultado é contrário ao encontrado por Borges Júnior (2019) e a demais estudos correlatos, uma possível explicação seria a amostra e recorte temporal ser diferente aos anteriores, outros indícios não foram encontrados nesse estudo.

Entretanto, os resultados demonstram que quanto maior o tamanho das empresas, maior será a evidenciação dos indicadores, convergindo com os resultados já encontrados na literatura. Magalhães et al (2020) e Borges Junior (2019), dispõem que a variável SIZE explica a divulgação voluntária dos relatórios de sustentabilidade, e quanto maior a empresa mais ela evidencia e divulga suas informações. É importante destacar que grandes empresas avaliam os impactos negativos o qual podem incorrer devido as suas atividades, desse modo entre autores entre autores existe um consenso quanto ao SIZE ser uma medida explicativa.

Por fim, para maior robustez das conclusões o estudo buscou analisar os resultados da regressão em relação aos ODS expostos na tabela 11:

Tabela 11 - Resultados do modelo de regressão em relação ao índice de evidenciação ODS

	Estimador	Erro padrão	Stat t	Valor-P	95% de intervalo de confiança	
Interseção	4,2981	3,3814	1,2711	0,3315	-10,2508	18,8469
ENDV	1,7270	6,1811	0,2794	0,8062	-24,8682	28,3222
ROA	-15,5802	6,8310	-2,2808	0,0501	-44,9715	13,8111
ROE	2,6601	1,7623	1,5094	0,2702	-4,9225	10,2428
LEV	-2,5492	6,5993	-0,3863	0,7365	-30,9436	25,8452
SIZE	-0,1897	0,2185	-0,8680	0,3769	-1,1299	0,7506

Resumo do modelo de análise de regressão

R múltiplo	R-Quadrado	R-quadrado ajustado	Erro padrão	Observações
0,475	0,264	0,198	0,14,7	8

Nota: Modelo da regressão IEODS = $\alpha 0+\beta 1ENDVit+\beta 2ROAit+\beta 3ROEit+\beta 4LEVit+\beta 5SIZEit+\varepsilon it$

Fonte: Dados da pesquisa - Software R 3.6.2

Em relação ao índice de evidenciação dos ODS, o modelo de regressão explicou 26,4%, indicando que as caraterísticas econômicas e de tamanho podem não influenciar a divulgação dos ODS. Porém o modelo demonstrou significância estatística, e desse modo é possível verificar na tabela 11 que o ROA apresenta indícios de influência sobre a divulgação dos ODS, ou seja, quanto maior o retorno sobre os ativos, maior será o índice de divulgação dos ODS, e este resultado converge com os estudos de Meirelles et al (2015. As demais variáveis não surtiram efeitos significativos sobre a IEODS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou a analisar a divulgação dos indicadores econômicos, ambientais e sociais de acordo com o modelo GRI das empresas do setor de siderurgia listadas na B3, bem como as características que podem influenciar tal divulgação e se propôs a identificar a empresa mais representativa em divulgação quanto as práticas empresariais em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para promover a mitigação da situação de pobreza.

Utilizou-se como recorte teórico a abordagem da sustentabilidade e da sociologia, essa última direcionada para a situação de pobreza. De forma complementar, a pesquisa enuncia uma visão prospectiva de práticas para a gestão empresarial na tríade econômica, ambiental e social. A base para elas seria a inserção da gestão social como parte estratégica das atividades e continuidade das entidades, uma vez que atividades sociais carecem de divulgação representativa da realidade.

Foram analisadas 4 empresas do setor de siderurgia listadas na B3, nos anos de 2018 e 2019, e com base na coleta de dados foram realizados os cálculos dos índices de evidenciação dos indicadores de sustentabilidade GRI e do ODS, e como avaliar as características das empresas foram utilizou-se assim como nos estudos de Meirelles et al (2015) e Magalhães e Mendes (2020) as variáveis explicativas ENDV, ROA, ROE, LEV e SIZE.

Com base nos resultados das três séries do IDGRI, o setor de siderurgia apresentou índice de divulgação médio de 47,33%, sendo que os indicadores ambientais são os mais evidenciados, seguido pelos indicadores econômicas, e dentre as empresas analisadas as que estão mais alinhadas ao modelo do relatório de sustentabilidade padronizado pela GRI é a Usiminas e a CSN. Contudo, tendo em vista os indicadores sociais apresentarem menor evidenciação, indica uma necessidade da adoção de maior responsabilidade e compromisso social dessas empresas para a sociedade a qual estão inseridas, em face que uma gestão alinhada com os indicadores sociais pode contribuir com o combate a problemas sociais como a pobreza, fome e desigualdade social.

Quanto a divulgação dos ODS, a média de evidenciação foi de 55,14%, com destaque para a Usiminas e a CSN que foram mais representativas. Quanto aos ODS mais citados pelo setor são os relacionados a gestão de energia e água, igualdade de gênero, crescimento econômico sustentável e inclusivo, e assegurar padrões de produção e consumo. Essas evidências corroboram com os resultados do índice de evidenciação de acordo com o padrão GRI, onde os indicadores mais citados são os econômicos e ambientais.

Entretanto, os ODS alinhados com o combate à desigualdade e pobreza foram o menos evidenciados, assim como a conservação e uso sustentável dos oceanos e inclusão e sustentabilidade das cidades e assentamentos. Os ODS 1 e 2 que estão mais explicitamente voltados ao combate à fome e a pobreza não foram mencionados no período analisado, e o ODS 10 foram evidenciados por apenas 50% das empresas do setor no ano de 2019. No tocante a variável explicativa verificou-se que a estrutura de capital não influencia a divulgação dos indicadores de sustentabilidade GRI e dos ODS, porém as demais variáveis influenciam com significância estatística a evidenciação desses indicadores. Em outras palavras, o tamanho da empresa e o desempenho econômico das empresas possuem relação com a divulgação desses indicadores.

Com essa pesquisa observou-se que as empresas do setor têm evoluído sua gestão no sentido de promover ações aderentes a sua responsabilidade social, buscam a divulgação dos indicadores de acordo com o modelo GRI e também dos ODS. Contudo, o cenário é de grandes desafios

principalmente em uma país continental como o Brasil, desse modo é necessário medidas e ações continuas e de longo prazo por parte de todos os atores sociais, para que seja possível diminuir a desigualdade social e erradicar a fome.

Como contribuições essa pesquisa reforça a importância da divulgação de ações voltadas para a sustentabilidade e responsabilidade social, de forma a contribuir para o combate da situação de pobreza que é uma das preocupações do desenvolvimento sustentável no mundo. Para as organizações fica a reflexão no que tange os impactos que suas atividades podem causar para o meio ambiente, e auxilia na tomada de decisões voltadas para a responsabilidade social.

Para futuras pesquisas sugerimos a análise com outras variáveis explicativas utilizadas na literatura nacional e internacional, e o estudo de outros critérios que podem definir as características das empresas que divulgam os relatórios de sustentabilidade, bem como verificar se as informações divulgadas são efetivas de fato, e fazer um comparativo com empresas de outros países.

REFERÊNCIAS

Abramovay, R. (2012). Muito além da economia verde. São Paulo: Editora Abril. Legislativa para o Desenvolvimento Nacional, 2010, v.1, p. 515-534.

Baroni, M. (1992). Ambiguidade e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. Rev. Adm.Empr. 32(2):14-24.

Beuren, I. M., Di Domenico, D., & Cordeiro, A. (2013). Análise dos indicadores do Environmental Management Accounting evidenciados no Global Reporting Initiative. Revista Gestão Organizacional, 6(2), 21-35.

Borges Junior, D. M. (2019). Relatório de sustentabilidade e desempenho das firmas brasileiras de capital aberto. Revista Catarinense Da Ciência Contábil, 18, 1–13. https://doi.org/10.16930/2237-766220192779

Cançado, A. C. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.

Coelho, F. Q., Ott, E., Pires, C. B., & Alves, T. W. (2014). Uma Análise dos Fatores Diferenciadores na Divulgação de Informações Voluntárias sobre o Meio Ambiente. Contabilidade Vista & Revista, 24(1), 112-130.

Comini, G. M. (2016). Negócios sociais e inovação social: um retrato de experiências brasileiras. Tese (Livre-Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

Di Domenico, D., Tormem, L., & Mazzioni, S. (2017). Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). Revista Catarinense Da Ciência Contábil, 16(49). https://doi.org/10.16930/rccc.v16n49.2401

Fundação Dom Cabral (2015). Mercados inclusivos no Brasil- desafios e oportunidades do ecossistema de negócios. PNUD Brasil.

Gil, A. C. (2009). Métodos e técnicas de pesquisa social. (6. ed.). São Paulo: Atlas

Global Reporting Iniciative. (2016). Padrões de Relatórios de Sustentabilidade. Recuperado em 01 fevereiro, 2021, de http://www.globalreporting.org

Instituto Aço Brasil. (2020). Siderurgia em números 2020. Recuperado de https://acobrasil.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Mini_anuario_2020_completo.pdf

Lozano, J. (1999). Ética y empresa. Madrid: Editorial Trotta.

Meirelles, J. M. D. S., Santos, R. R., & Cruz, V. L. (2015). Relação entre a divulgação voluntária de informações sociais e as características das empresas de capital aberto. Anais dos Seminários em Administração, São Paulo, SP, Brasil, 18.

Nussbaum, M. (2011). Creating Capabilities – The human development approach. Cambridge e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press.

OMS - Organização Mundial da Saúde. (2020). Folha informativa COVID-19. Recuperado de https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo.

ONU – Organização das Nações Unidas (2015). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Recuperado de https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030

Patrus-Pena, R. (2004). La empresa ética: ¿un nuevo paradigma? condiciones, desafíos y riesgos del desarrollo de la Business Ethics. 255f. Tese (Doutorado em Filosofia). –Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

Pinho, J. A. G. & Santos, M. E. P. (abr/jun 2015). Gestão social: uma análise crítica de experiências brasileiras. Revista do Serviço Público Brasília, 66(2): 257-279.

Rodrigues, A. L. Responsabilidade social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 162-164.

Rodrigues da Silveira Alves, M., Alves de Macena Araújo, R., & da Silva Santos, L. (2019). Análise da relação entre valor de mercado e divulgação do relatório de sustentabilidade: um estudo nas empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. Revista de Gestão e Secretariado, 10(2), 59-86. doi:https://doi.org/10.7769/gesec.v10i2.850

Sachs, I. (2000). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond.

Sachs, I. (2007). Rumo à Ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora.

Santos, R., Venanzi, D., & da Silva, O. (2019). Relação entre Divulgação Voluntária de Informações Sociais e Características das Empresas de Capital Aberto. Revista Gestão & Sustentabilidade, 1(1), 21 - 40. https://doi.org/10.36661/2596-142X.2019v1i1.8235

Sen, A. (2010). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 461p.

Sen, A. (2000). Social exclusion: concept, application and scrutiny. Social Development Papers, 1. Asian Development Bank, Philippines.

Sen, A. (1999). Development as freedom. Oxford: Oxford University Press.

Sen, A. (1998). The concept of development. In: Chenery, H. & Srinivasan, T. N. (eds.) Handbook of development economics. Amsterdam, North Holland, 1988. v.1.

Sen, A. (1992). Inequality reexamined. Oxford University Press.

Streeten P., Javed, S. B, Mahbub, U. H., Norman, H. & Frances, S. (1981). Things First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries, New York and Oxford: Oxford University Press. The World Bank Press.

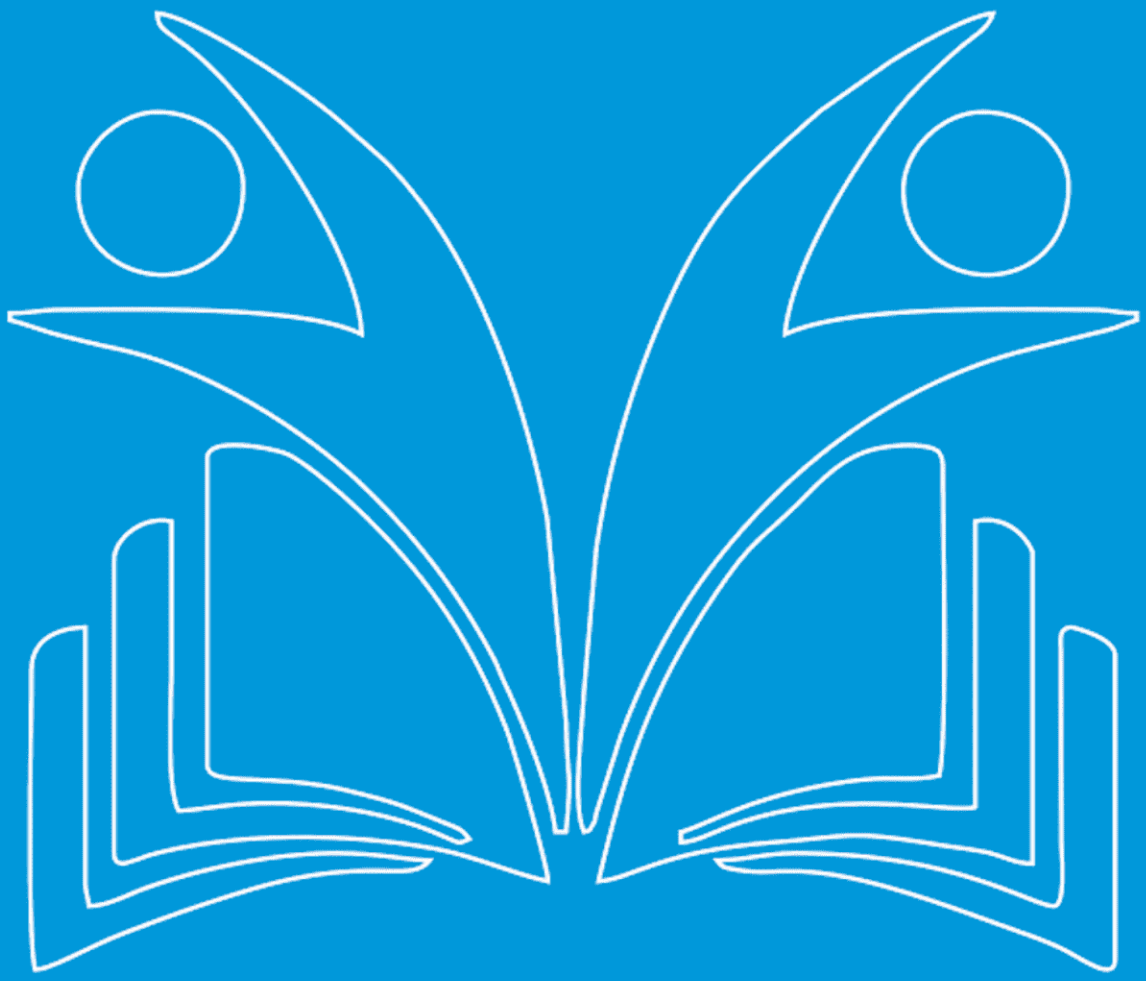
Capítulo 14

10.37423/231208603

A AMPLIAÇÃO DA PRERROGATIVA DE DEFESA NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NOS TERMOS DO PROVIMENTO 188/2018

Iury Vinicius Santos Andrade

Instituto Luterano de Ensino Superior Itumbiara



Resumo: O presente artigo científico explora de forma abrangente a questão da Investigação Defensiva no âmbito administrativo, uma discussão que ganhou destaque até meados de 2018. O estudo se concentrou em responder a seguinte problemática: Quais são os requisitos e poderes necessários para exercício da investigação defensiva na esfera criminal? Resta claro ao longo deste trabalho que a Investigação Defensiva desempenha um papel essencial na busca pela verdade, na proteção dos direitos dos acusados e na promoção de um sistema de justiça mais justo e equitativo. Com base no princípio do contraditório e da ampla defesa, a regulamentação do provimento 188/2018 da Ordem dos Advogados do Brasil representa um marco importante para os operadores do direito. Os objetivos gerais e específicos traçados neste estudo foram alcançados por meio de uma abordagem dedutiva e análise qualitativa de artigos científicos e trabalhos acadêmicos. Os resultados obtidos ressaltaram a relevância da Investigação Defensiva na produção de provas, bem como a importância de conhecer os requisitos de acessibilidade e o embasamento legal que ampara os causídicos nessa jornada. Ademais, observou-se a necessidade de uma mudança cultural em relação ao exercício da defesa, superando obstáculos como a resistência na obtenção de informações em inquéritos policiais e instituições privadas. Neste contexto, é fundamental reconhecer que a Investigação Defensiva não apenas enriquece o arsenal de defesa dos operadores do direito, mas também promove uma cultura de respeito aos direitos individuais e à equidade no sistema de justiça criminal.

Palavras-chave: Investigação Defensiva. Prerrogativa do Advogado. Provimento 188/2018. Direitos do Acusado. Justiça Criminal Equitativa.

1. INTRODUÇÃO

Havia uma discussão até meados de 2018 quanto à perspectiva do advogado em exercer a atividade da Investigação Defensiva criminal no âmbito administrativo. Destarte que, como todas as matérias do direito, é necessário que a legislação se mantenha atualizada como perspectiva de um conjunto comprobatório abrangente com base no princípio do contraditório e da ampla defesa.

A discussão tende-se a se estender quando se nota o aumento da demanda prática-profissional que começa a exigir dos causídicos a implementação de medidas efetivas para melhor conjunção dos comprobatórios suficientes na elucidação dos fatos formalizando uma persecução penal robusta e ao final do deslinde, um julgamento justo.

O problema da pesquisa é: Quais são os requisitos e poderes necessários para exercício da investigação defensiva na esfera criminal?

Há hipótese é estar regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, patrocinando a causa do constituinte na busca pelos seus direitos no exercício da investigação defensiva realizada em uma tipicidade penal, seja em procedimento administrativo no auxílio à defesa, em inquérito policial ou em ação penal propriamente dita como prerrogativa do operador do direito havendo previsão legal regulamentada pela Ordem dos Advogados do Brasil que fomenta o princípio do contraditório e da ampla defesa.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a conquista da regulamentação da prerrogativa da investigação defensiva ao operador do direito, assim como demostrar seus benefícios, seus requisitos e poderes no exercício da prorrogativa do advogado(a) para contribuir na produção de provas ressaltando a importância da paridade de poderes na defesa criminal e na busca do convencimento da defesa através da regulamentação do provimento 188/2018.

O método é dedutivo, pois o tipo de estrutura é de raciocínio lógico para chegar a uma conclusão específica utilizando uma ideia generalista e os resultados desta pesquisa serão apresentados sobre a forma qualitativa, através de estudos realizados em artigos científicos e trabalhos acadêmicos publicados na internet, fez-se necessário o uso de ferramentas de pesquisa como o google acadêmico e revistas dos tribunais utilizando-se de palavra-chave como investigação defensiva, ampla defesa e paridade de armas para um direcionamento seguro até as informações necessárias.

No discorrer deste tema, a ascensão e expansão deste exercício de direito além de demonstrar para a academia a relevância em conhecer a prerrogativa e seus atributos como meio necessário na busca da

nobre justiça contribuindo para uma segurança jurídica e de iguais poderes para a acusação e defesa em uma persecução penal, trazendo a sociedade uma percepção de paridade de forças que contribui para um julgamento mais justo.

No cenário em evidência, bastante plausível ressaltar as dificuldades existentes no exercício da defesa, seja em premissas ao acesso as informações no próprio inquérito policial quanto as diligências em instituições privadas no fornecimento de documentos e provas como gravações de câmeras internas, áudio/visual que decorrem de vasta resistência por parte destas instituições.

Deste modo, pode-se analisar os requisitos de acessibilidade da prerrogativa e o embasamento legal que ampara os causídicos nesta jornada gerando fatores relevantes que torna este exercício da investigação defensiva tão importante para elucidar os fatos contribuindo para o convencimento da defesa com paridade de forças no processo penal.

O primeiro objetivo específico é analisar alguns princípios norteadores do direito a qual trata os direitos fundamentais e processuais do processo penal.O segundo objetivo específico é averiguar as atribuições do inquérito policial, seus princípios e suas características assim como suas prerrogativas. O terceiro objetivo específico é delimitar o conceito de investigação defensiva, assim como suas atribuições essenciais e características, ressaltar qual é o entendimento jurisprudencial com relação a temática sobre a atuação do defensor com base na normatização do provimento 188/2018, destacar a importância da investigação defensiva e as prerrogativas do advogado(a) no exercício da defesa..

1. DIREITOS FUNDAMENTAIS E PROCESSUAIS DO PROCESSO PENAL

Os Direitos Fundamentais e Processuais no Processo Penal referem-se a um conjunto de garantias legais e constitucionais concedidas aos indivíduos envolvidos em um processo penal. Estes direitos desempenham um papel fundamental na preservação dos princípios da justiça, da equidade e dos direitos humanos em um sistema legal.

No geral, esses direitos são uma parte essencial da garantia de um sistema de justiça equitativo e respeitoso com os direitos individuais, garantindo que todos os envolvidos em um processo penal sejam tratados com justiça e dignidade, independentemente das circunstâncias. Eles desempenham um papel crítico na busca pela verdade, na prevenção de erros judiciais e na promoção da justiça, com princípios norteadores como a presunção de inocência que, em tese, garante a prevenção dos direitos fundamentais do investigado.

1.1 A PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA

A presunção de inocência é um direito fundamental e processual fundamental em sistemas legais democráticos que garante que uma pessoa acusada de cometer um crime seja considerada inocente até que sua culpa seja comprovada de maneira justa e conclusiva perante um tribunal de lei. Este direito desempenha um papel crucial na proteção dos direitos individuais e na promoção da justiça.

Cristiano Campidelli (2020) expõe que

> O princípio da presunção de inocência foi consagrado no Art. 9º da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, segundo o qual todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei.

A presunção de inocência é um dos princípios centrais do sistema de justiça em muitos países democráticos. Ele parte do pressuposto de que uma pessoa é inocente desde o momento em que é acusada de um crime até que sua culpa seja estabelecida mediante um devido processo legal e uma decisão judicial.

A legislação brasileira, mais especificamente a Constituição Federal de 1988, traz em seu art. 5, inciso LVII estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988).

A presunção de inocência protege o acusado contra pré-julgamento e estigmatização pública. Ela impede que a sociedade ou a mídia considerem automaticamente alguém como culpado com base apenas em uma acusação.

Esse direito visa garantir que o processo penal seja conduzido de maneira justa e que todas as evidências sejam analisadas de forma imparcial. Isso ajuda a prevenir erros judiciais e a garantir que apenas pessoas culpadas sejam condenadas.

A presunção de inocência está relacionada ao direito a um julgamento dentro de um prazo razoável. Isso significa que o acusado não deve ficar detido por um período indefinido sem julgamento.

Assim, Larissa Milanezi (2017) afirma que

> O princípio de presunção de inocência é de extrema importância no direito penal porque garante que o réu seja considerado inocente até a última decisão. Também garante ao réu todos os meios para que prove sua inocência dentro do processo penal. A presunção de inocência significa que nenhum indivíduo deve ser condenado sem provas e que lhe sejam garantidos todos os recursos para que este possa provar a sua inocência.

Em resumo, a presunção de inocência é um direito fundamental que protege a dignidade e os direitos individuais das pessoas acusadas de crimes. Ela coloca o ônus da prova sobre a acusação, garante um julgamento justo e contribui para a integridade do sistema de justiça, assegurando que ninguém seja considerado culpado sem evidências convincentes e uma decisão judicial justa. Esse direito desempenha um papel essencial na promoção da justiça e no respeito pelos direitos humanos em sistemas legais democráticos.

1.2 DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL

As garantias fundamentais, tanto na investigação criminal quanto no processo penal são um conjunto de direitos e proteções concedidos a indivíduos envolvidos em procedimentos criminais. Essas garantias desempenham um papel essencial na promoção da justiça, na preservação dos direitos humanos e na garantia de um processo legal justo. Além do princípio da presunção de inocência, existem outras garantias processuais que atuam de forma a garantir os direitos fundamentais no processo penal como o direito a um julgamento justo, direito ao silêncio, direito à defesa adequada, proibição de tortura, direito a impetrar habeas corpus, duplo grau de jurisdição, proteção contra prisão arbitrária, prazo razoável e princípio da legalidade, sendo que é de suma importância o esgotamento das vias processuais para que se configure coisa julgada, conforme entendimento do Superior Tribunal Federal.

> (...) o STF firmou o entendimento de que o esgotamento das vias processuais disponíveis deve existir para que se configure a coisa julgada e, portanto, para que se inicie a pena. Logo, o princípio da presunção de inocência é aplicado pelo tribunal sem ser mitigado.

Isso inclui o direito a um tribunal imparcial e independente, o direito a um advogado de defesa, o direito a um processo público e o direito de confrontar testemunhas e evidências apresentadas contra o acusado. Essa garantia é estabelecida pelo art. 5, inciso LIV da CF/1988, veja

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> (...)
>
> LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Direito ao Silêncio: O acusado tem o direito de permanecer em silêncio durante o interrogatório policial ou em tribunal, e seu silêncio não pode ser usado contra ele como prova de culpa. Além disso, o direito fundamental ao silêncio é reconhecido como uma proteção protegida a qualquer pessoa, seja

ela investigada, indiciada, ré ou testemunha, garantindo que não seja obrigada a produzir provas que possam incriminá-la (GADELHA; KLEIN; FABRIZ, 2022).

Isso inclui o direito de ser representado por um advogado competente e de escolha do acusado, o direito de apresentar testemunhas e evidências em sua defesa, e o direito de impugnar as provas apresentadas pela acusação. Também previsto na Constituição Federal o direito a defesa afirma que "aos litigantes, em processos judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes" (BRASIL, 1988).

É estritamente proibido o uso de tortura, tratamento desumano ou degradante, ou coerção física ou psicológica durante a investigação ou detenção. Segundo a definição da Lei N° 9.455/1997, configura-se como crime de tortura o ato de constranger alguém através do uso de violência ou ameaça grave, resultando em sofrimento físico ou mental, bem como a aplicação de castigo ou medida de natureza preventiva que provoca intenso sofrimento físico ou mental (BORGES, 2022).

O habeas corpus é um remédio legal que permite que uma pessoa detida ilegalmente seja libertada ou tenha seu caso revisado por um tribunal.

> Embora tenha natureza constitucional, possui extrema importância sobretudo no que se refere ao Direito Penal, tendo em vista as sanções que limitam a o direito de ir e vir dos apenados. Seu principal objetivo, então, é garantir um direito daquele que tenha sofrido ou que se ache "ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder", nos moldes do inciso LXVIII do art. 5º da Constituição federal (FACHINI, 2021).

O acusado tem o direito de recorrer da decisão de um tribunal de primeira instância a um tribunal de instância superior. De acordo com Cabral (2019)o duplo grau de jurisdição não se limita ao processo penal, e o direito das partes recorrerem a um órgão diferente, ou seja, um juizo superior para garantir seus direitos.

A prisão de um indivíduo deve ser realizada de acordo com procedimentos legais e não deve ser arbitrária. A pessoa detida deve ser informada das razões de sua detenção e apresentada perante um juiz sem demora.

> O direito à liberdade pessoal sob a DUDH não é ilimitado, mas a detenção deve ocorrer de acordo com as leis nacionais e internacionais. Autoridades só devem deter pessoas após procedimentos claros e públicos. Para evitar ser classificada como arbitrária, a detenção deve ser apropriada, previsível, proporcional, necessária — e com base na Justiça. Logo, países podem privar pessoas de liberdade — dentro de certos limites — enquanto elas aguardam julgamento e após condenação e sentença, entre outras situações (ONU, 2018).

O processo penal deve ser conduzido dentro de um prazo razoável, para evitar detenções prolongadas sem julgamento.

> A razoável duração do processo pode ser entendida e interpretada sob vários critérios, dentre eles, o que se mostra mais objetivo é o do cumprimento dos prazos estabelecidos pela lei para a realização de atos processuais, que só deve sofrer alterações/flexibilizações ante as particularidades de cada caso concreto (XAVIER, 2014).

Ninguém pode ser condenado por uma ação que não seja considerada crime pela lei quando a ação foi cometida. Além disso, a lei penal não pode retroagir para prejudicar o acusado.

> Em sua origem iluminista, o princípio da legalidade representou o rompimento com as políticas penais arbitrárias próprias da sociedade medieval, assim como o claro reconhecimento de que a atividade punitiva do Estado precisa sofrer limitações, posto incidir sobre um dos mais importantes valores do ser humano, qual seja, a liberdade (ATLAS, 2008).

Essas são apenas algumas das garantias fundamentais na investigação criminal e no processo penal. Elas são projetadas para equilibrar o poder do Estado com a proteção dos direitos individuais, garantindo que os procedimentos criminais sejam justos, imparciais e respeitem os direitos humanos. Essas garantias desempenham um papel crucial na manutenção da confiança da sociedade no sistema de justiça e na promoção da paridade de armas, tanto na investigação conduzida através do delegado de polícia no inquérito policial quanto na investigação defensiva realizada através da defesa.

2. INQUÉRITO POLICIAL

O Inquérito Policial é um procedimento investigatório realizado por órgãos de aplicação da lei, como a polícia, com o objetivo de reunir evidências e informações sobre a ocorrência de um crime. Ele desempenha um papel fundamental no sistema de justiça criminal, pois serve como a primeira etapa da investigação, preparando o terreno para o processo penal subsequente.

> (...) trata-se de um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo e feito pela polícia judiciária, que visa colher provas preliminares para apurar a prática e autoria de uma infração penal. Ele serve como base para a ação penal, pois é um procedimento pré-processual, utilizado para a apuração. É uma ferramenta de extrema importância, pois permite avaliar a procedência e evitar que acusações infundadas sejam realizadas, servindo como um “filtro” do processo (MEDEIROS, 2022).

O principal objetivo do inquérito é coletar provas e informações relevantes para determinar se há elementos suficientes para justificar o prosseguimento do caso perante as autoridades judiciais.

> Dessa maneira, a finalidade do inquérito policial é realizar uma investigação preliminar para apurar a ocorrência de um crime, reunir informações e colher provas. Ele funciona como uma etapa inicial do processo criminal, com a polícia

> judiciária realizando diligências para obter elementos probatórios que possam subsidiar a atuação do Ministério Público e eventualmente levar ao processo judicial (GALVÃO; SILVA).

Geralmente, a polícia é responsável por conduzir o inquérito. Os agentes de polícia entrevistam testemunhas, reúnem documentos, analisam evidências físicas e realizam outras investigações para esclarecer os detalhes do crime.

2.1 DOS PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL

Iniciando-se esse tópico com os princípios do inquérito policial, tem-se o princípio da legalidade onde há a previsão de que o inquérito policial deve ser conduzido estritamente de acordo com as leis e regulamentos pertinentes do sistema legal do país. Isso garante que as investigações sejam conduzidas dentro dos limites da lei (SILVA, 2017).

Tem-se ainda o princípio da imparcialidade, onde a polícia deve conduzir o inquérito de maneira imparcial, sem preconceito ou favoritismo em relação ao suspeito ou à vítima. A justiça exige que todas as partes sejam tratadas com equidade (JORGE, 2011).

Posteriormente tem-se o princípio da publicidade restrita o qual prevê que o inquérito policial é geralmente conduzido em sigilo para proteger a integridade das investigações. No entanto, certas informações podem ser compartilhadas com as partes envolvidas quando necessário (ALVES, 2019).

Por fim cita-se o princípio do contraditório, o qual exige que todas as partes envolvidas tenham a oportunidade de apresentar evidências e se defender quando a acusação for formalizada durante o processo judicial (DAURA, 2011, p. 122).

Já no que diz respeito as características do inquérito policial, tem-se como primeira a investigação preliminar, onde aponta que o inquérito policial é a primeira etapa da investigação de um crime. Ele envolve a coleta de evidências, depoimentos de testemunhas e análise de informações relevantes para determinar se há elementos suficientes para justificar o prosseguimento do caso (RECH, 2016).

Embora o inquérito seja uma fase da investigação preliminar, o suspeito tem o direito de ser informado sobre as acusações e pode ser assistido por um advogado durante os interrogatórios, tem-se assim a característica do acesso à defesa (RUFINO, 2019).

2.2 DA ATUAÇÃO DO ESTADO NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A atuação do Estado no âmbito da investigação criminal é uma parte fundamental do sistema de justiça criminal em muitos países. Ela envolve a coleta de evidências, a identificação de suspeitos, a apuração de crimes e a preparação de casos para julgamento (MADRIGAL, 2017).

A investigação criminal geralmente começa quando a polícia, em resposta a uma denúncia ou por iniciativa própria, toma conhecimento de um crime ou suspeita de um crime (BELSITO, 2016).

A polícia pode interrogar suspeitos e testemunhas. Em alguns casos, pode prender suspeitos com base em evidências suficientes de envolvimento em um crime. Se necessário, a polícia pode obter mandados de busca e apreensão emitidos por um juiz para procurar propriedades específicas em busca de evidências. As evidências coletadas são analisadas, processadas e documentadas de maneira adequada para serem usadas em julgamento. Em casos mais complexos, as agências de aplicação da lei podem colaborar com outras, como agências de inteligência, para investigações mais abrangentes (SILVA, 2019).

Promotores ou procuradores, que são membros do Ministério Público, revisam as evidências e decidem se há base legal suficiente para acusar o suspeito de um crime. Se houver evidências suficientes e uma decisão de acusação, o caso é encaminhado ao sistema judicial para julgamento.

A atuação do Estado na investigação criminal deve aderir aos princípios fundamentais do devido processo legal, da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa, garantindo que os direitos dos suspeitos sejam respeitados (CALABRICH, 2006).

Durante todo o processo de investigação, o suspeito tem o direito de permanecer em silêncio, de ser informado sobre seus direitos, de ter acesso a um advogado e de não ser submetido a tratamento desumano ou tortura. O sistema legal geralmente inclui mecanismos de monitoramento e revisão para garantir que a investigação seja conduzida de forma justa e de acordo com a lei. Isso pode incluir revisões judiciais, recursos e supervisão por parte de autoridades superiores.

A atuação do Estado na investigação criminal é essencial para a busca da verdade e a aplicação da lei. No entanto, é importante que essa atuação seja realizada com integridade, ética e respeito aos direitos dos cidadãos, garantindo assim um sistema de justiça justo e equitativo.

2.3 DA DISCRICIONARIEDADE NO INQUÉRITO POLICIAL

A discricionariedade no Inquérito Policial se refere à margem de liberdade que os agentes de polícia têm ao tomar decisões durante o curso de uma investigação criminal. Essa discricionariedade permite que os policiais tomem decisões com base em seu julgamento profissional e em circunstâncias específicas, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis.

Sobre a discricionariedade, Renato Brasileiro de Lima (2013, p. 85) discorre que:

> A discricionariedade implica liberdade de atuação nos limites traçados pela lei. Se a autoridade policial ultrapassa esses limites, sua atuação passa a ser arbitraria, ou seja, contraria a lei. Logo, não se permite a autoridade policial a adoção de diligencias investigatórias contrarias a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional. Assim, apesar de o delegado de polícia ter discricionariedade para avaliar a necessidade de interceptação telefônica, não poderá fazê-lo sem autorização judicial. Nos mesmos moldes, por ocasião do interrogatório policial do investigado, devera adverti-lo quanto ao direto ao silencio (CF, art. 5º, LXII).

A discricionariedade no Inquérito Policial permite que os policiais tomem decisões independentes em várias fases da investigação, como a condução de interrogatórios, a coleta de evidências, a emissão de mandados de busca e apreensão e a detenção de suspeitos. Isso significa que os policiais têm alguma liberdade para escolher como abordar um caso específico com base em seu conhecimento, treinamento e julgamento.

Embora a discricionariedade seja importante para permitir que os policiais se adaptem a situações variadas, ela também deve ser balanceada com a responsabilidade e a adesão às leis e procedimentos estabelecidos. Os policiais não podem tomar decisões arbitrárias ou discriminatórias, e suas ações devem ser guiadas pela lei e pelos direitos constitucionais dos cidadãos.

3. INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA

A Investigação Defensiva é uma estratégia jurídica empregada pela defesa em processos criminais. Ela envolve a coleta de evidências e informações que possam beneficiar o acusado, com o objetivo de refutar as alegações da acusação, questionar a validade das provas apresentadas ou fornecer uma base sólida para sua defesa.

> A investigação defensiva é um procedimento, que permite ao advogado criminalista realizar a sua defesa técnica com elementos de convicção mais robustos. Ela evita erros judiciais, como condenações injustas, e efetiva o princípio da ampla defesa (PEREIRA, 2023).

A Investigação Defensiva nos termos do provimento 188/2018, desempenha um papel crucial na promoção da justiça e na garantia dos direitos dos indivíduos acusados em um sistema legal. Ela busca

equilibrar o poder do Estado e da acusação, assegurando que todas as partes tenham a oportunidade de apresentar suas evidências e argumentos de maneira justa em um julgamento.

3.1 DO PROVIMENTO 188/2018

O Procedimento n.º 188/2018 estabelece as diretrizes para o exercício das prerrogativas profissionais dos advogados ao conduzir diligências de investigação destinadas a subsidiar procedimentos administrativos e judiciais (MORAIS, 2021).

Destarte que, o exercício da investigação criminal era estreito a diligências realizadas pelo Delegado de Polícia em procedimentos administrativos e facultado ao membro do Ministério Público na figura do Promotor de Justiça em persecuções penais já em andamento.

Deste modo, é plausível destacar os benefícios que o provimento 188/2018 proporcionou aos causídicos na condição de patrono da causa, visto que a prerrogativa trás a possibilidade do advogado de defesa buscar provas documentais, áudio/visuais, entre vários outros admitidas em direito para dar embasamento na tese da defesa na busca pela veracidade dos fatos, tornando possível diligenciar em instituições públicas e privadas que antes a acessibilidade seria impossibilitada, cerceada, dificultada e que diante da regulamentação do provimento 188/2018 tornou-se possível para o advogado(a) acessar tais tipos de provas (JORGE, 2018).

Certo que o objetivo das novas prerrogativas da defesa criminal deve ser alcançado pela necessidade da paridade de armas entre a acusação e defesa, como bem idealiza Gabriel Dias (2018) para extrair a verdade real dos fatos e produzir provas eficazes que contribuirão nas teses defensivas para que seja afastada a injustiça, a desigualdade, a pessoalidade gerando assim, julgamentos justos e humanitários.

Diante a iminência sobre possíveis erros de julgamento, cumprimento de penas abusivas, restrição da liberdade e locomoção, violações de direitos personalíssimos que ferem princípios constitucionais, o ganho na atribuição da prerrogativa da defesa em investigar com mais contundência é imensurável, vez que possibilita a realização de uma defesa técnica com elementos de convicção mais robustos, agregando benefícios ao advogado criminalista evitando erros judiciais, condenações injustas efetivando o princípio do contraditório e da ampla defesa (SYDOW, 2020).

Como se extrai do texto legal, o art. 1º do provimento 188/2018 é taxativo ao ressaltar que o advogado(a) pode realizar diligências nas quais pode contar com outros profissionais, a título de exemplo, em caso de reconstituição dos fatos, o advogado(a) pode contratar um perito para auxiliar na diligência e tese da defesa, elaborando perguntas a serem respondidas, pontos importantes a

serem esclarecidos, com visão ampla das possibilidades do crime investigado, agregando pontos que poderiam beneficiar a tese da defesa que possivelmente não seria notado.

> Art. 1° Compreende-se por investigação defensiva o complexo de atividades de natureza investigatória desenvolvido pelo advogado, com ou sem assistência de consultor técnico ou outros profissionais legalmente habilitados, em qualquer fase da persecução penal, procedimento ou grau de jurisdição, visando à obtenção de elementos de prova destinados à constituição de acervo probatório lícito, para a tutela de direitos de seu constituinte (CFOAB, 2018).

Deste modo, nota-se um grande respaldo visando à obtenção de elementos de prova destinados à constituição de acervo probatório lícito para a tutela de direitos de seu constituinte. Destarte, em seu artigo 2º do provimento 188/2018 trás amparo legal com relação às fases permitidas para realização da investigação defensiva.

> Art. 2º A investigação defensiva pode ser desenvolvida na etapa da investigação preliminar, no decorrer da instrução processual em juízo, na fase recursal em qualquer grau, durante a execução penal e, ainda, como medida preparatória para a propositura da revisão criminal ou em seu decorrer (CFOAB, 2018).

Portanto, pode-se verificar a mudança de conceito procedimental que antes seria exercida somente através do poder de polícia, e passou a ser reconhecido o direito do defensor no interesse do representado em ter acesso amplo aos elementos de prova, conforme já havia entendido o Superior Tribunal Federal (Súmula vinculante 14) em tese de repercussão geral, adquirindo a defesa as prerrogativas para exercer os mesmos direitos de investigar nas fases desenvolvidas na etapa da investigação criminal exercidas preliminarmente, no decorrer da instrução processual, na fase recursal em instâncias superiores e também durante a execução penal, assim trazendo efetivamente o direito do contraditório e o exercício da ampla defesa podendo assim exercer os mesmos direitos que antes seriam exercidos pelo judiciário (BRASIL. Superior Tribunal Federal. 2009).

Já em seu artigo 3º, pode-se similar características de tipos de produção de prova que dão embasamento a certos tipos de pedidos conforme se verifica através do rol exemplificativo, pois pode-se utilizar também na propositura pedidos que não estão descritos no artigo.

> Art. 3° A investigação defensiva, sem prejuízo de outras finalidades, orienta-se, especialmente, para a produção de prova para emprego em:I- pedido de instauração ou trancamento de inquérito;II- rejeição ou recebimento de denúncia ou queixa;III- resposta a acusação;IV- pedido de medidas cautelares;V- defesa em ação penal pública ou privada;VI- razões de recurso;VII- revisão criminal;VIII- habeas corpus;IX- proposta de acordo de colaboração premiada;X- proposta de acordo de leniência;XI- outras medidas destinadas a assegurar os direitos individuais em procedimentos de natureza criminal.Parágrafo único. A atividade de investigação defensiva do advogado inclui a realização de diligências investigatórias visando à obtenção de

> elementos destinados à produção de prova para o oferecimento de queixa, principal ou subsidiária (CFOAB, 2018).

Em vista da repercussão geral, (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. 2021), no tema 990, se almejava o preenchimento de uma lacuna quanto a prerrogativa de acesso a informações fiscais de conteúdo restrito em conjunto probatório de indeterminadas persecuções penais, havendo a discussão solene das indisponibilidades de acesso em decorrência do sigilo da informação e dos direitos subjetivos do cidadão, previstos tanto em leis constitucionais quanto leis especiais.

No mesmo sentido, pode-se afirmar que a defesa criminal com o advento ao regulamento do provimento 188/2018, em seu art. 4º, teve grande respaldo quanto a atuação do advogado nas diligências exercidas na investigação defensiva podendo também atuar diretamente na busca pelas informações e nas produções de provas lícitas para embasamento legal nos pedidos realizados na atuação como defensor.

> Art. 4º Poderá o advogado, na condução da investigação defensiva, promover diretamente todas as diligências investigatórias necessárias ao esclarecimento do fato, em especial a colheita de depoimentos, pesquisa e obtenção de dados e informações disponíveis em órgãos públicos ou privados, determinar a elaboração de laudos e exames periciais, e realizar reconstituições, ressalvadas as hipóteses de reserva de jurisdição.
>
> Parágrafo único. Na realização da investigação defensiva, o advogado poderá valer-se de colaboradores, como detetives particulares, peritos, técnicos e auxiliares de trabalhos de campo (CFOAB, 2018).

Com relação à proteção das evidências, o art. 5º traz a previsão quanto ao sigilo das informações visto que também se deve respeitas os preceitos legais quanto ao princípio da dignidade, preservação da privacidade e intimidade e demais garantias constitucionais “Art. 5º Durante a realização da investigação, o advogado deve preservar o sigilo das informações colhidas, a dignidade, privacidade, intimidade e demais direitos e garantias individuais das pessoas envolvidas” (CFOAB, 2018).

Deste modo, apesar do devido acesso as informações, o advogado(a) deve sempre atuar com responsabilidade para assegurar que nenhum direito de terceiros seja violado, mantendo a integridade idônea na atuação enquanto causídico na busca pela verdade. Destarte, além da não divulgação das provas acessadas, o advogado e outros profissionais que prestarem assistência na investigação defensiva não tem o dever de informar à autoridade competente os fatos investigados conforme preceitua o art. 6º do provimento 188/2018.

> Art. 6º O advogado e outros profissionais que prestarem assistência na investigação não têm o dever de informar à autoridade competente os fatos investigados.Parágrafo único. Eventual comunicação e publicidade do resultado da investigação exigirão expressa autorização do constituinte (CFOAB, 2018).

Sendo assim, é prerrogativa do causídico enquanto advogado(a) de defesa apresentar as evidências que mais corroboram para o devido embasamento da tese, podendo, portanto, juntar as evidências que corroboram com as alegações suscitadas na tese defensiva. Assegura o provimento 188/2018 que as atividades previstas quanto às prerrogativas do advogado na atuação da investigação defensiva descritas nos artigos são privativas da advocacia, conforme preceitua o art.7 º e art. 8º do provimento, em seu teor, entrando em vigência na data de sua publicação em 11 dezembro de 2018.

> Art. 7º As atividades descritas neste Provimento são privativas da advocacia, compreendendo-se como ato legítimo de exercício profissional, não podendo receber qualquer tipo de censura ou impedimento pelas autoridades.
>
> Art. 8º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário (CFOAB, 2018).

Diante o exposto, tem-se que o Provimento 188/2018 da Ordem dos Advogados do Brasil trata do regulamento para o exercício das prerrogativas profissionais dos advogados na realização de diligências investigatórias para instrução em procedimentos administrativos e judiciais. Em resumo, esse dispositivo estabelece as regras e diretrizes que os advogados devem seguir ao conduzir investigações em apoio a casos legais.

3.2 DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL

No que diz respeito a investigação defensiva a brasileira reconhece o direito da defesa de realizar investigações defensivas para buscar provas que possam beneficiar o acusado. Isso inclui a possibilidade de a defesa entrevistar testemunhas, coletar documentos e evidências, e questionar a validade das provas apresentadas pela acusação (BALDAN, 2007).

No entanto, o direito à investigação defensiva deve ser exercido de forma ética e dentro dos limites da lei. Qualquer conduta que viole a lei ou prejudique o devido processo legal pode ser objeto de contestação pela acusação (CASTRO, 2016).

Diante o exposto, tem-se os entendimentos jurisprudenciais já consolidados sobre o assunto, vejamos:

> CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECRETO 3.810/2001. PRETENSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS CONCERNENTES A ATOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO
>
> CRIMINAL LAVA JATO. (...). 1. Cuida-se de mandado de segurança impetrado em face de afirmado ato ilegal atribuído ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, consistente na alegada negativa de acesso do impetrante a informações e documentos relativos a atos de cooperação jurídica eventualmente realizados entre a República Federativa do Brasil e os Estados

> Unidos da América, com lastro em acordo bilateral de assistência penal chancelado pelo Decreto n. 3.810/2001, no âmbito da denominada "Operação Lava Jato". (...). Positivada que resulte a existência de pedidos de cooperação em relação a qualquer delas, a autoridade impetrada, então, deverá se restringir a informar apenas aqueles dados objetivamente relacionados nas letras a, b, c e d, do item 2 do artigo IV do mencionado Acordo Bilateral. 5. **Legítima se revela a pretensão do impetrante de "conduzir Investigação Defensiva, objetivando a constituição de acervo probatório lícito, cujo direito lhe é assegurado em qualquer procedimento ou fase da persecução penal, nos termos do Provimento nº 188/2018 do Conselho Federal da OAB", devendo-se, no ponto, levar em estima a cláusula constitucional da ampla defesa (art. 5º, LV), no que esta busca garantir a paridade de armas entre os interesses probatórios do órgão acusatório e da defesa técnica da parte ré, ambos almejando certificar a veracidade de suas versões.** 6. Não merece acolhida a tese deduzida pela União, no sentido de que "não existe direito líquido e certo em favor de particulares para ofertarem ao DRCI (ou a qualquer autoridade central) pleito de disponibilização de informações sobre eventuais elementos colhidos, a pedido de autoridades públicas, no seio do procedimento de cooperação jurídica internacional". ( ) "Num Estado de
>
> direito com administração aberta é lógico que se exija o cumprimento do princípio do arquivo aberto e o direito de obter informações sobre os procedimentos em que estamos interessados" (Estado de direito. Cadernos democráticos 7. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 71). 9. Segurança parcialmente concedida, restando prejudicado o agravo interno de fls. 1.429/1.443.(STJ - MS: 26627 DF 2020/0177090-7, 2022)

Trata-se de um caso de mandado de segurança relacionado à solicitação de acesso a informações e documentos referentes a acordos de cooperação jurídica internacional entre o Brasil e os Estados Unidos no contexto da Operação Lava Jato. O impetrante busca essas informações para conduzir uma investigação defensiva, de acordo com as disposições do Provimento 188/2018 do Conselho Federal da OAB, alegando que isso é necessário para garantir uma ampla defesa, conforme previsto na Constituição Federal. O tribunal rejeitou as preliminares levantadas pela União e pelo Ministério Público Federal, destacando que a Autoridade Central Brasileira atua como interveniente e não detém a posse definitiva de provas, e, portanto, o acesso a algumas informações específicas devem ser concedidas ao impetrante. Além disso, a autoridade aponta que a negação total de acesso a tais informações seria relativa ao princípio do acesso à informação, a menos que haja um motivo de sigilo necessário à segurança do Estado.

> AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE DILIGÊNCIA FORMULADO FORA DO PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 422 DO CPP. DESCUMPRIMENTO DA SÚMULA VINCULANTE 14 NÃO VERIFICADO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA
>
> PROVIMENTO. I – A decisão agravada não merece reforma ou qualquer correção. A análise da reclamação foi exauriente, respeitados os estreitos

> limites deste meio processual. II – No caso sob exame, a autoridade reclamada indeferiu o pedido de diligência formulado pela defesa técnica diante do não atendimento ao prazo estabelecido pelo art. 422 do Código de Processo Penal
>
> – CPP, de maneira que inexiste violação à Súmula Vinculante 14, que assegura ao defensor regularmente constituído, no interesse do representado, "acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa". III – O art. 422 do CPP, com a redação dada pela Lei 11.689/2008, marca o início da segunda fase do procedimento bifásico do Júri: a da preparação para o julgamento pelo Tribunal do Júri. E com a reforma pela qual passou o processo penal, por meio da Lei 11.689/2008, buscou-se desestimular incidentes que levassem a não realização da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri. IV – Agravo regimental a que se nega provimento.(Rcl 56645 ED-AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 06-03-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 28-04-2023 PUBLIC 02-05-2023)

Em resumo, o Provimento 188/2018 da OAB tem sido geralmente bem recebido no meio jurídico por tratar a atuação dos advogados na investigação defensiva como direito de defesa contribuindo para o acesso e a produção de provas sendo direito da defesa tais prerrogativas o que convalida o STF em Súmula 14, pois "é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

No entanto, como a supervisão pode variar ao longo do tempo e em diferentes regiões, é importante consultar fontes atualizadas e especializadas para obter um entendimento preciso e abrangente sobre o assunto.

3.3 DA IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO EFETIVA DA DEFESA NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A atuação efetiva da defesa na investigação criminal desempenha um papel crucial em garantir um sistema de justiça justo e equitativo.

A defesa tem a responsabilidade de proteger os direitos do acusado, incluindo o direito ao devido processo legal, à presunção de inocência, ao contraditório e à ampla defesa. Sem uma defesa efetiva, os direitos do acusado podem ser violados ou negligenciados durante a investigação.

É notório que a presunção de inocência é apenas uma previsão legal, uma vez que diante da mentalidade inquisitiva e autoritária dominante na realidade brasileira, o que existe é a presunção de culpabilidade, de modo que o sujeito inicia o processo penal condenado, e se nada acontecer em seu curso, termina nesta condição, e não o contrário, como deveria ser. Nesse contexto fático, é essencial um mecanismo como a investigação criminal defensiva, a qual visa à proteção individual e a garantia

dos direitos fundamentais de igualdade e defesa referentes ao acusado, oportunizando uma defesa ativa e efetiva. Esta, que deve se dar com a atuação plena do advogado de defesa em todas as fases processuais, por meio da produção de provas (LOPES, 2023, p. 17).

> É notório que a presunção de inocência é apenas uma previsão legal, uma vez que diante da mentalidade inquisitiva e autoritária dominante na realidade brasileira, o que existe é a presunção de culpabilidade, de modo que o sujeito inicia o processo penal condenado, e se nada acontecer em seu curso, termina nesta condição, e não o contrário, como deveria ser. Nesse contexto fático, é essencial um mecanismo como a investigação criminal defensiva, a qual visa à proteção individual e a garantia dos direitos fundamentais de igualdade e defesa referentes ao acusado, oportunizando uma defesa ativa e efetiva. Esta, que deve se dar com a atuação plena do advogado de defesa em todas as fases processuais, por meio da produção de provas (LOPES, 2023, p. 17).

A investigação criminal muitas vezes envolve órgãos de aplicação da lei com recursos substanciais e autoridade significativa. A defesa atua como contraparte, equilibrando o poder e garantindo que a investigação seja conduzida de forma justa e transparente. A defesa tem o direito e o dever de coletar evidências que possam beneficiar o acusado. Isso pode incluir entrevistar testemunhas, obter documentos relevantes e investigar possíveis falhas na acusação.

A defesa pode questionar a validade das provas apresentadas pela acusação, incluindo a forma como foram coletadas e a confiabilidade das testemunhas. Isso é essencial para assegurar que apenas evidências admissíveis e confiáveis sejam apresentadas em tribunal.

A defesa se prepara para o julgamento ao analisar as evidências, selecionar testemunhas e desenvolver argumentos legais sólidos. Uma defesa efetiva contribui para um julgamento justo e imparcial “Logo, é imprescindível que haja igualmente a atuação efetiva da defesa, a fim de garantir que provas favoráveis ao acusado também sejam produzidas, buscando um processo justo e equilibrado (LOPES, 2023, p. 18)”.A defesa desempenha um papel fundamental em proteger a presunção de inocência do acusado. Ela ajuda a garantir que o ônus da prova recaia sobre a acusação e que o acusado não seja considerado culpado até que sua culpa seja provada além de qualquer dúvida razoável. Diante a atual realidade da legislação, tem-se Antonio Fernandes (2012, p. 148) que explica que

> (...) a experiência está evidenciando que este órgão [o Ministério Público], apesar de instado a agir também em favor do investigado, atua, em regra, no sentido de evidenciar a acusação que pretende formular. Há, por isso, prejuízo ao suspeito, devendo-se abrir, então, oportunidade para que também ele possa investigar, como sucedeu recentemente na Itália.

Desse modo, uma defesa efetiva pode ajudar a evitar erros judiciais, como condenações injustas. Ela força a revisão rigorosa das evidências e a apresentação de argumentos contrários, ajudando a garantir que o tribunal tenha uma imagem precisa e completa dos fatos.

A atuação da defesa pode servir como uma forma de supervisão das ações das autoridades e da aplicação adequada da lei. Isso ajuda a impedir abusos de poder e violações dos direitos do acusado.

Em resumo, a atuação efetiva da defesa na investigação criminal é essencial para equilibrar o sistema de justiça, proteger os direitos do acusado, garantir um julgamento justo e evitar erros judiciais. Ela desempenha um papel fundamental na promoção da justiça e na manutenção da confiança da sociedade no sistema legal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo científico, explorou diversos aspectos cruciais relacionados a investigação criminal e defesa legal. A partir da análise de temas como os Direitos Fundamentais e Processuais no Processo Penal, a presunção de inocência, a liberdade como regra e a excepcionalidade da prisão, as garantias fundamentais no processo penal, o Inquérito Policial, a Investigação Defensiva e o Provimento 188/2018, emergiram conclusões de importância indiscutível para o sistema de justiça criminal.

Ficou claro que os Direitos Fundamentais e Processuais no Processo Penal são a base sobre a qual repousa a justiça, a equidade e os direitos humanos seja na investigação criminal, no inquérito policial ou no processo criminal. A presunção de inocência, a liberdade como regra e a excepcionalidade da prisão são princípios essenciais que garantem a dignidade dos indivíduos e a proteção contra prisões arbitrárias.

As garantias fundamentais no processo penal, por sua vez, desempenham um papel vital na promoção de um julgamento justo e imparcial, assegurando que todos os envolvidos sejam tratados com equidade e que as evidências sejam apresentadas de forma confiável no inquérito policial, sendo direito de defesa acesso as evidencias e provas já produzidas.

O Inquérito Policial foi abordado como a primeira etapa da investigação criminal, destacando sua importância na busca pela verdade e na preparação de casos para julgamento, além da liberdade da polícia e da atuação do estado pela discricionariedade.

Já a Investigação Defensiva foi apresentada como uma estratégia jurídica fundamental para proteger os direitos dos acusados, equilibrar o poder das autoridades e garantir a justiça no sistema legal.

Finalmente, o Provimento 188/2018, emitido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi discutido como um marco relevante na proteção dos direitos das crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais. Sua implementação, bem como a observância dos princípios nele estabelecidos, é fundamental para garantir que a justiça seja aplicada de maneira sensível e prioritária às necessidades desses grupos vulneráveis.

Em resumo, observa-se a ampliação das prerrogativas da defesa podendo exercer a investigação defensiva, em fases diversas, garantindo sobre tudo, o princípio do contraditório e da ampla defesa, com paridade de armas entre a acusação e a defesa, seja em âmbito administrativo ou em uma persecução penal, garantindo o direito pela busca da verdade dos fatos proporcionando o acesso a provas lícitas mediante diligências realizadas pelo advogado(a) que evidenciam uma grande conquista na advocacia criminal e na busca pela justiça.

Este artigo também demonstrou que a investigação criminal é um processo complexo e interligado, no qual cada elemento desempenha um papel crucial na busca pela verdade, na proteção dos direitos individuais e na promoção de uma sociedade justa e equitativa. A atuação efetiva da defesa, a observância dos direitos fundamentais e o cumprimento das normas e princípios legais são essenciais para alcançar esses objetivos. Espera-se que este artigo tenha contribuído para uma compreensão mais profunda e abrangente dessas questões no contexto do sistema de justiça criminal.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Joice Mara Chicate. O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO POLICIAL. 2019.

BALDAN, Édson Luís. Investigação defensiva: o direito de defender-se provando. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, v. 15, n. 64. 253-273 Jan/Fev. 2007.

BEDIN, Guilherme Augusto Campos. VILARES, Fernanda Regina. CASTRO, Pedro Machado de Almeida. O projeto de código de processo penal e investigação defensiva. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, vol.107/2014, p.309-336, Mar-Abr.2014, [recurso eletrônico]. Disponível em: https://www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 15/04/2023.

BELSITO, Bruna. Inquérito policial como primeira fase da persecução penal. Jusbrasil, 2016. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/inquerito-policial-como-a-primeira-fase-da-persec ucao-penal/335734318. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

BORGES, Gabriela. CF comentada, art. 5, III – Proibição a tortura. JurisHand, 2022. Disponível em:

https://blog.jurishand.com/cc-comentada-art-5o-iii-proibicao-a-tortura/. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. RE 1.055.941 - SESSÃO PLENÁRIA - J.4/12/2019 - m.v - julgado por Dias Toffoli - DJe 18/03/2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula n° 14. Sessão Plenária de 02/02/2009. DJe nº 26 de 09/02/2009, p. 1.

CABRAL, Thiago. O princípio do duplo grau de jurisdição. Jusbrasil, 2019. Disponível em:

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-principio-do-duplo-grau-de-jurisdicao/71532819

0. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

CALABRICH, Bruno Freire de Carvalho et al. Investigação criminal pelo Ministério Público: fundamentos e limites constitucionais. 2006.

CAMPIDELLI, Cristiano. Princípio da presunção de inocência. Jusbrasil, 2020. Disponível em:

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principio-da-presuncao-de-inocencia/880208242. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

CANESTRARO, Anna Carolina; JANUÁRIO, Túlio Felippe Xavier. Investigação defensiva corporativa: um estudo do Provimento 188/2018 e de sua eventual aplicação para as investigações internas de pessoas jurídicas. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, v. 6, n. 1, p. 283-328, 2020.

CASTRO, Henrique Hoffman Monteiro. Há sim contraditório e ampla defesa no inquéritopolicial. Conjur,2016. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2016-nov-01/academia-policia-sim-contraditorio-ampla-defe sa-inquerito-policial. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

COLARES, Barbara Rodrigues; VIEIRA, Artur Alves Pinho. A investigação criminal defensiva e seus reflexos no processo penal. Revista Vianna Sapiens, v. 11, n. 2, p. 29-29, 2020.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

Provimento nº188, 11 de dezembro de 2018. Regulamenta o exercício da prerrogativa profissional do advogado de realização de diligências investigatórias para instrução em procedimentos administrativos e judiciais. Brasília, DF: CFOAB, 2018. Disponível em: https://www.oab.org.br/leisnormas/legislacao/provimentos/188-2018. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

DE LIMA, Renato Brasileiro. Curso de Processo Penal. Editora Impetus, 2013.

DE SOUZA DAURA, Anderson; DE MELO, Carlos César Pereira. O Inquérito Policial como Instrumento de Segurança Jurídica: um olhar sobre suas características e finalidades. Segurança Pública & Cidadania, v. 4, n. 2, p. 111-139, 2011.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade

de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015. Disponível em:

http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria% C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/decla racao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

DIAS, Gabriel Bulhões Nóbrega. A investigação defensiva e a Luta pela paridade de armas. Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol.150/2018, São Paulo, dez. 2018, [recurso eletrônico]. Disponível em: https://www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

FACHINI, Tiago. Habeas Corpus: o que é, como funciona e quando cabe. Projuris, 2021. Disponível em: https://www.projuris.com.br/blog/habeas-corpus/. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

FANTUCI, Carolina Bueno et al. A nova lei de prisões: sentimento de impunidade ou efetivação do devido processo legal? Revistas de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR, v. 16, n. 2, 2013.

FERNANDES, A. S. Processo penal constitucional. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

FERNANDES, Antonio Scarance; GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Recursos no processo penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais. 6. ed. São Paulo: RT, 2009.

GADELHA, Graziella Maria Deprá Bittencourt; KLEIN, Lara Carrera Arrabal; FABRIZ, Daury Cesar. Limites constitucionais do direito ao silêncio: intepretação do Supremo Tribunal Federal com aproximações à doutrina do direito como integridade de Ronald Dworkin. Revista CNJ, 2022.

GOULART, João Pedro Minguete; PAIANO, Daniela Braga. O PROVIMENTO N. 188/2018 DO CONSELHO FEDERAL DA OAB E A REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO À INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA. 2021.

HIRECHE, Gamil Föppel; SANTOS, Pedro Ravel Freitas. Lei 13.245 representa busca por processo mais justo e transparente. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/232577/alteracao-no-estatuto-da-oab-e-os-direitos

-ja-existentes-dos-advogados-do-direito-do-cidadao-a-acesso-a-autos-de-procedimento-i nvestigatorio. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

Inquérito policial: O que é e como funciona? Disponível em: https://www.galvaoesilva.com/inquerito-policial/. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

JORGE, Estêvão Luís Lemos. O contraditório no inquérito policial à luz dos princípios constitucionais. 2011.

JORGE, Higor Vinicius Nogueira. Investigação Criminal Tecnológica, V.1, São Paulo, BRASPORT, 2018.

LOPES, Maria Laura Campos et al. A efetiva aplicação da investigação defensiva no Brasil como proteção às garantias e direitos do investigado no processo penal. 2023.

MADRIGAL, Alexis Gabriel. Investigação crimina constitucional: conceito, classificação e sua tríplice função. Jusbrasil, 2017. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/investigacao-criminal-constitucional-conceito-clas sificacao-e-sua-triplice-funcao/481542722. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

MEDEIROS, Rafael. Inquérito policial: o que é e como funciona. Disponível em: https://blog.grancursosonline.com.br/inquerito-policial/#:~:text=Ou%20seja%2C%20tra ta%2Dse%20de,processual%2C%20utilizado%20para%20a%20apura%C3%A7%C3% A3o. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

MILANEZI, Larissa. Presunção de inocência e sua relativização. Politize, 2017. Disponível em: https://www.politize.com.br/presuncao-de-inocencia-o-que-e/. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

MINGARDI, Guaracy. O inquérito policial. FÓRUM DE DEBATES CRIMINALIDADE, 2000.

MORAIS, Stéfani de. Provimento de N° 188/2018 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB: um estudo teórico-jurisprudencial acerca da investigação criminal defensiva. 2021.

NetoJ. R. A Atuação do Advogado no Inquérito Policial. Revista Artigos. Com, v. 3, p. 1004, 12 jun. 2019.

ORDEM, DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Provimento nº 188/2018. 2018.

PAZETO, Lucas. Medidas cautelares alternativas à prisão e a excepcionalidade da prisão preventiva. 2017.

PEDROSA, Simon Francisco. Investigação defensiva. Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, v. 24, n. 2, p. 47-72, 2019.

PEREIRA, Igor. Investigação defensiva criminal: o que é? Como fazer? Direito novo, 2023. Disponível em:

https://direitonovo.com/processo-penal/investigacao-defensiva-criminal-o-que-e-como-f azer/#:~:text=A%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20defensiva%20%C3%A9%20um, o%20princ%C3%ADpio%20da%20ampla%20defesa. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

PINTO, Nalayne Mendonça et al. Algumas considerações acerca do inquérito policial no Projeto de Lei do Senado Federal n° 156/2009 que trata da reforma do Código de Processo Penal. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, v. 20, p. 36, 2013., 2013.

RECH, Vinícius. O princípio do contraditório e da ampla defesa no inquérito policial dentro de uma perspectiva constitucional. Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional, v. 4, n. 1, p. 241-258, 2016.

RUFINO, John Eleno Ananias. O princípio do contraditório na fase do inquérito policial. 2019.

SILVA, Franklyn Roger Alves. Investigação criminal direta pela defesa. Salvador: Juspodivm, 2019.

SILVA, Solange Santos. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL. 2017.

SYDOW, Spencer Toth. Curso de Direito Penal Informático: parte geral e parte especial. São Paulo, Jus Podivm, 2020.

TEIXEIRA MENDES, Regina Lucia. A invenção do inquérito policial brasileiro em uma perspectiva histórico comparada. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, v. 22, p. 147-169, 2008., 2008.

VILARES, Fernanda Regina; BEDIN, Guilherme Augusto Campos; CASTRO, Pedro Machado de Almeida. Investigação criminal: o Projeto de Código de Processo Penal e investigação defensiva. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 22, n. 107, p. 309-336, 2014.

XAVIER, Danielli Freitas. A duração razoável do processo no direito constitucional brasileiro. Jusbrasil, 2014. Disponível em:

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-duracao-razoavel-do-processo-no-direito-constit ucional-brasileiro/146506041. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

ZANARDI, Tatiane Imai. Investigação Criminal Defensiva: uma prática a ser difundida. Revista Justiça e Sistema Criminal, v. 8, n. 14, p. 191-216, 2016.

STJ - MS: 26627 DF 2020/0177090-7, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 09/03/2022, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 27/04/2022.

Capítulo 15

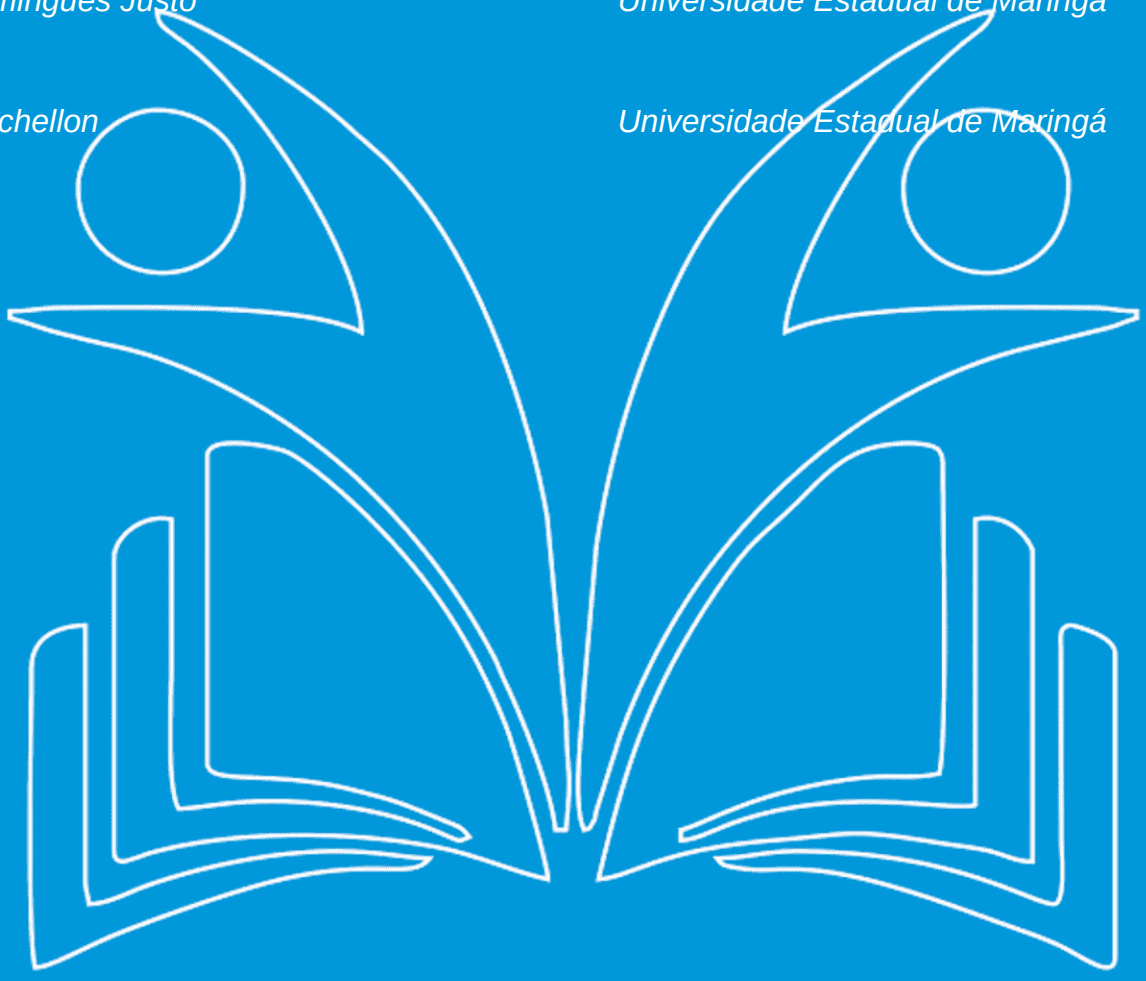
10.37423/231208614

DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI PARA A RENDA DO TRABALHADOR AGRÍCOLA NO BRASIL E EM SUAS GRANDES REGIÕES ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2019

Thiago Henrique Leite — *Universidade Estadual de Maringá*

Gabriel Domingues Justo — *Universidade Estadual de Maringá*

Ednaldo Michellon — *Universidade Estadual de Maringá*



Resumo: A desigualdade de renda consiste em um grande entrave ao desenvolvimento do Brasil sobre tudo em áreas menos favorecidas como a rural. Para contribuir com esta literatura, utilizamos a decomposição do índice de Gini para sete parcelas do rendimento domiciliar *per capita* de pessoas com atividade no setor agrícola e residentes em áreas rurais considerando o Brasil e suas grandes regiões. A partir dos microdados da PNADc (do IBGE) entre 2016 e 2019, avaliamos o grau de progressividade (regressividade) das parcelas de renda selecionadas e os efeitos composição e concentração usando a variação no índice de Gini observado no período. As maiores contribuições para a redução daquele índice no país foram das parcelas referentes ao rendimento de todos os tipos de trabalhos (TRAB) e o rendimento de até 1 salário mínimo de aposentadoria ou pensão (APOS1). No Norte e Sul, a parcela do TRAB teve a maior participação na composição da renda total. Já a parcela do rendimento recebido pelo Bolsa Família foi maior no Nordeste, assim como sua influência para a redução do índice de Gini.

Palavras-chave: Distribuição de renda, Desigualdade de renda, Renda do trabalho, Residente rural.

1. INTRODUÇÃO

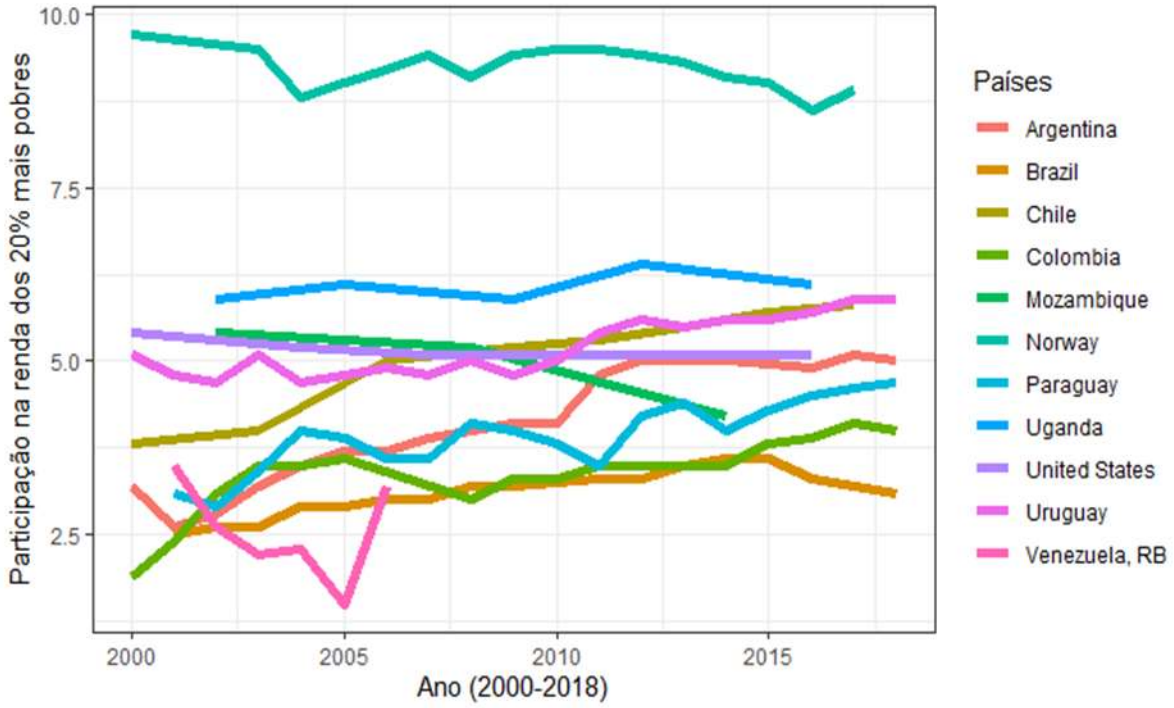
A discussão sobre a distribuição de renda tem sido uma questão socioeconômica relevante ao longo de toda história. No Brasil ainda continua sendo uma questão crucial para nosso desenvolvimento, tanto a desigualdade no meio urbano quanto no rural. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu relatório do Desenvolvimento Humano 2019, no Brasil a parcela dos 10% mais ricos auferiram um pouco mais de 40% do rendimento total em 2015, mas, quando se leva em conta todas as formas de rendimento as estimativas revistas sugerem que aqueles 10% se apropriaram de mais de 55% do rendimento total. Quando analisados o 1% mais ricos, o país está em segundo lugar entre os países com mais concentração de renda, atrás apenas do Catar. Na Figura 1 é exibida a percentagem da renda total de cada país apropriada pelos 20% mais pobres, note que o Brasil mantém o valor mais baixo em praticamente todo o período. Na zona rural o problema da desigualdade é grave tanto no Brasil quanto no mundo em que, aproximadamente, três quartos dos indivíduos subnutridos pertencem a áreas rurais (MAZOYER; ROUDART, 2013).

Dados mais recentes da FGV (Fundação Getúlio Vargas) mostram que a desigualdade de renda nas áreas rurais cresceu significativamente em cinco anos no país. O índice de Gini da renda domiciliar do trabalho per capita estava em 0,655 nas áreas rurais no segundo trimestre, 4% acima do mesmo período de 2014 (0,628). O aumento da desigualdade nas áreas rurais nesses cinco anos resulta da estagnação da renda da parcela mais pobre, ao passo que os mais ricos aumentaram sua renda ainda mais. Como as origens da desigualdade no campo, a reportagem enumera a concentração da terra, uma das consequências da migração campo-cidade, a degradação do ambiente e a formação de uma elite baseada no latifúndio de monocultura. Além disso, o rendimento médio do trabalho per capita estava em R$ 981,41 nas áreas urbanas no segundo trimestre de 2019, enquanto não passava de R$ 345,43 nas áreas rurais (BÔAS, 2019).

Há uma grande desigualdade no meio rural brasileiro e uma rigidez estrutural da pobreza que muitas vezes beira a indigência, apesar dos programas para combatê-las. Há uma situação de ampla desvantagem socioeconômica da população pobre rural em relação à média da população brasileira e, mais acentuadamente, quando se compara com a situação da população não pobre. Um dos elementos que reforçam a reprodução da pobreza rural e a exclusão social é a desigualdade presente no acesso à terra. Assim, políticas públicas que promovem o acesso à terra e a reforma agrária certamente não são as únicas, mas são muito importantes (MUNIZ, 2018).

A desigualdade ao acesso terra é flagrante no Brasil. Segundo MUNIZ (2018), embasado em dados de Girardi (2008b) e do INCRA sobre cadastro de terras, em 2003, a atual configuração territorial do Brasil seria a seguinte: 4.290,531 imóveis registrados, perfazendo uma área de 418.483.332,30 ha (49,1% de todo o território nacional). Com a região Sul tendo 29% de sua área total registrada como propriedades rurais, o Sudeste 27%, o Nordeste 28% e as regiões Norte e Centro-Oeste 8% cada uma. Quanto ao tamanho da área dos imóveis rurais, a região Centro-Oeste tem propriedades de tamanho médio de 397,2 ha, na região Norte a média é 261 ha, no Nordeste 70,1 ha, no Sudeste 59,4 ha e no Sul com a menor área média de 33,5 ha.

Figura 1 – Comparação da participação na renda dos 20% mais pobres na renda no Brasil com outros países.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Banco Mundial para países selecionados.

Em 2003 os imóveis pequenos, com menos de 200 ha, correspondiam a 92,56% do total de áreas agrícolas registradas, porém com apenas 28,42% do total, ou seja, com uma área média de 30 ha. Por outro lado, os imóveis com mais de 2.000 ha correspondiam a 0,77% do total de áreas agrícolas registradas, mas detinham 35,12% do total. O valor do índice de Gini para a concentração fundiária no País nos anos de 1992, 1998 e 2003 foram 0,826, 0,838 e 0,816, respectivamente, situação similar ao atual. Portanto, há grande desigualdade na distribuição de terras o qual é uma das determinantes da pobreza no campo.

Quanto à distribuição de renda na agricultura temos o trabalho de Hoffmann (2011) o qual fornece resultados bem interessantes com base em dados da PNAD. Decompondo o índice de Gini em 10 parcelas de renda conforme o RDPC (renda domiciliar per capita) e o setor de atividade principal em 2002 e 2009, verificou-se que a renda gerada pelo trabalho no setor agrícola é uma parcela progressiva (contribui para reduzir a desigualdade) e possui o valor mais baixo do coeficiente de concentração. Apesar disso, esta parcela contribuiu para elevação concentração de renda porque a participação da renda agrícola na renda total declarada caiu de 5,38%, em 2002, para 4,69%, em 2009. Portanto, dados seu efeito redutor da desigualdade geral, caso sua participação na renda nacional não tivesse diminuído teríamos uma menor concentração.

No mesmo trabalho anterior, o autor também estudou a área dos empreendimentos agrícolas considerando pessoas de domicílios particulares cujos empreendimentos tinham área entre 0,1 ha e menos de 10 mil hectares e as classificou em seis categorias proprietário (73,5%), parceiro (7,0%), arrendatário (6,4%), cessionário (8,4%) e os restantes são posseiros e outras condições. A média e mediana das áreas foram 46,7 ha e 7,0 ha, respectivamente, com um índice de Gini de 0,834. O que é muito similar ao nível de desigualdade encontrado pelo IBGE, em 2006, para a distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil com um índice de Gini igual a 0,854. O autor também destaca que, no geral, ao longo do período de 1995–2009 houve uma substancial redução da desigualdade da distribuição da renda de todos os trabalhos, mas dentro do setor agrícola foi bem menos intensa.

Hoffmann (2020), a partir de dados da PNAD contínua 2017, aborda a distribuição da renda domiciliar per capita brasileira no intuito de avaliar o grau de progressividade ou regressividade das parcelas de renda selecionadas com base na decomposição do índice de Gini. O objetivo do trabalho foi verificar como os rendimentos da atividade de pessoas ocupadas no setor agrícola contribuem para reforçar ou não a desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil. O autor verifica que os rendimentos de programas sociais são progressivos, porém o fornecido pelo bolsa família é o mais progressivo. E ao separar o rendimento do trabalho, de acordo com setor de ocupação, a parcela associada ao setor agrícola é a mais progressiva, contribuindo para reduzir a desigualdade da distribuição da RDPC, e aquela associada ao setor público é fortemente regressiva. Além disso, ao dividir o rendimento do trabalho em 11 parcelas deflagra-se que o rendimento dos empregados do setor agrícola consiste no mais progressivo. O autor também verifica que, no Brasil, 96,5% das pessoas ocupadas residentes na área urbana, tem atividade principal no setor não agrícola e que 68% dos

residentes na área rural tem atividade principal agrícola. Mas, 32% dos trabalhadores agrícolas residem em área urbana e 46,2% das pessoas residentes em área rural têm atividade principal não agrícola.

O método da decomposição do índice de Gini permite estimar o efeito que uma mudança em uma renda de uma dada fonte terá sobre a desigualdade de renda total. Assim, o objetivo do presente trabalho consiste em realizar a decomposição em sete parcelas da renda domiciliar per capta de pessoas que trabalham na atividade da agricultura e tem residência na área rural. O objetivo consiste em compreender melhor os determinantes da desigualdade no campo avaliando o grau de progressividade ou regressividade de cada uma das parcelas, ou seja, identificar quais rendimentos contribuem mais para aumentar ou reduzir a desigualdade de renda no campo). Para isto nós utilizamos dados da PNAD contínua dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 (IBGE, 2020). Além disso, decompomos a variação do índice de Gini para cada parcela entre o período de 2019 e 2016 em efeito composição e efeito concentração e mostramos como cada parcela de renda contribui para o mesmo. O restante do artigo é organizado da seguinte forma. A próxima sessão trata da descrição da abordagem metodológica proposta para responder nossa pergunta de pesquisa. Na sessão 3 vamos analisar a fonte dos dados. Na sessão 4 vamos mostrar os principais resultados. E as considerações finais do trabalho são apresentadas na sessão 6.

2. O PROCEDIMENTO DE DECOMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE GINI E A MEDIDA DE PROGRESSIVIDADE DE UMA PARCELA DE RENDA.

O índice de Gini é uma medida que sintetiza o nível de desigualdade de qualquer distribuição estatística em único número usando a informação de toda a distribuição. Apesar de ser mais comumente usada para medir a desigualdade da variável renda, é possível medir o grau de desigualdade da posse da terra em um país, da população urbana pelas cidades, o grau de desigualdade em um setor produtivo, etc (HOFFMANN, 2009).

A metodologia da decomposição do índice de Gini, permite determinar as frações associadas a diferentes parcelas da renda e consequentemente mensurar o grau de progressividade ou regressividade de uma determinada parcela, e desta forma avaliar a medida em que a renda contribui para reduzir ou aumentar a desigualdade da distribuição de renda, a metodologia foi extraída de Hoffmann (2006) e (2009), e Soares (2006).

Considere x_i como a renda da *i-ésima* pessoa de uma população com *n* pessoas. Os rendimentos são ordenados de maneira crescente conforme a seguir: $x_1 \leq x_2 \leq \ldots \leq x_n$. Admitimos que a renda x_i é composta por *k* parcelas:

$$x_i = \sum_{h=1}^{k} x_{hi} \qquad (1)$$

Tendo as rendas ordenadas, extraímos da curva de Lorenz a forma como a proporção acumulada da renda ϕ_i varia em função da proporção acumulada da população p_i, onde:

A renda média é:

$$\mu = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} x_i \qquad (2)$$

A proporção acumulada da população é:

$$pi = \frac{1}{n} \qquad (3)$$

E a respectiva proporção acumulada da renda é:

$$\phi_i = \frac{1}{n\mu}\sum_{j=1}^{i} x_j \qquad (4)$$

A área entre a curva de Lorenz e o eixo das abcissas é β. Deste modo sabemos que o índice de Gini é:

$$G = 1 - 2\beta \qquad (5)$$

O mesmo índice é dado por:

$$G = \frac{2}{n\mu} cov(i, xi) \qquad (6)$$

Sendo que $0 \leq G \leq 1$.

A média da *h-ésima* parcela é:

$$\mu_h = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} x_{hi} \qquad (7)$$

E a proporção acumulada do total dessa parcela até a *i-ésima* pessoa na série (1) é:

$$\phi hi = \frac{1}{n\mu h}\sum_{j=1}^{i} x_{hj} \qquad (8)$$

Cabe ressaltar que na construção da curva de concentração de x_{hi} é utilizada a ordenação dos xi (e não a ordenação dos x_{hi}, que pode ser diferente).

Admitindo que $x_{hi} \geq 0$ e sendo β_h a área entre a curva de concentração de x_{hi} e o eixo das abscissas (p_i), a respectiva razão de concentração é definida como:

$$C_h = 1 - 2\beta_h \qquad (9)$$

Nota-se a semelhança entre (5) e (9). Analogamente a (6), pode-se demonstrar que:

$$Ch = \frac{2}{n\mu h} cov(i, x_{hi}) \qquad (10)$$

Verifica-se então que $-1+\frac{1}{n} \leq Ch \leq 1+\frac{1}{n}$.

A participação da *h-ésima* parcela na renda total é

$$\varphi_h = \frac{\sum_{i=1}^{n} x_{hi}}{\sum_{i=1}^{n} x_i} = \frac{\mu_h}{\mu} \qquad (11)$$

Pode-se demonstrar que o índice de Gini é a seguinte média ponderada das razões de concentração:

$$G = \sum_{h=1}^{k} \varphi_h \, C_h \qquad (12)$$

Como $\sum \varphi_h = 1$, podemos escrever

$$G = G - \sum_{h=1}^{k} \varphi_h \, (G - C_h) \qquad (13)$$

Tendo $\varphi_h > 0$, o sinal de $G - C_h$ é que determina se a parcela contribui para reduzir ou aumentar o valor do índice de Gini. Com $Ch < G$, a parcela x_{hi} contribui para redução do índice de Gini, e quando ocorrer o inverso a parcela x_{hi} em questão contribuirá para aumentar o índice de Gini.

Em Lerman e Yitzhaki (1985 e 1995), *apud* Hoffmann (2009), para $x_{hi} \geq 0$ sendo xi a parcela de renda: foi desenvolvido um índice que determina se o índice de Gini é progressivo ou regressivo, ressaltando a importância de considerar a ordenação das rendas finais.

$$\pi_h = G - Ch \qquad (14)$$

A equação (14) é definhada como a medida de progressividade e possuí uma relação com (13), que nos mostra que com $\pi_h < 0$ ($C_h > G$), nos remete a x_{hi} como uma parcela regressiva (concentradora de renda, elevando o índice de Gini), e já no caso de $\pi_h > 0$ ($C_h < G$) a x_{hi} como uma parcela progressiva (não concentradora de renda, diminuindo o índice de Gini).

Podemos decompor ΔG através de uma média aritmética de duas medidas de variação do índice de Gini que pode ser expressa por:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^{k} (C_h^* \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h) \qquad (15)$$

Onde: $C_h^* = {}^1/_2\,(C_{1h} + C_{2h})$ e $\varphi_h^* = {}^1/_2\,(\varphi_{1h} + \varphi_{2h})$

Podemos obter a média dos índices de Gini em dois anos conforme:

$$G^* = {}^1/_2\,(G_1 + G_2) \qquad (16)$$

Verifica-se que:

$$\sum_{h=1}^{k} G^* \Delta\varphi_h = G^* \sum_{h=1}^{k} (\varphi_{2h} - \varphi_{1h}) = 0 \qquad (17)$$

A expressão 15 permanece válida ao subtrairmos a equação 17 do seu segundo termo, resultando em:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^{k} [(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h] \qquad (18)$$

Na expressão (18), o aumento na participação de uma parcela de rendimento que seja maior que 0 contribui para a redução do índice de Gini ($C_h^* < G^*$). Portanto nesta última expressão o aumento da participação de uma parcela contribui para aumentar ou diminuir o índice de Gini, conforme a razão de concentração dessa parcela seja maior ou menos do que o índice de Gini, respectivamente.

A contribuição total da *h*-ésima parcela de renda para a mudança exposta na expressão (18) será:

$$(\Delta G)_h = (C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h \qquad (19)$$

Já a respectiva contribuição percentual:

$$S_h = \frac{100}{\Delta G}[(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h] \qquad (20)$$

Conforme cita Soares (2006), ao utilizar as expressões (19) e (20) é possível distinguir um efeito associado à mudança na composição do rendimento chamado de efeito-composição e outro associado à mudança nas razões de concentração denominado como efeito-concentração, onde o efeito-composição da *h*-ésima parcela é dado por:

$$(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h \qquad (21)$$

Que como porcentagem da mudança no índice de Gini:

$$S_{\varphi h} = \frac{100}{\Delta G}(C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h \qquad (22)$$

Já o efeito-composição total:

$$\sum_{h=1}^{k} (C_h^* - G^*)\Delta\varphi_h \qquad (23)$$

O efeito concentração da *h*-ésima parcela:

$$\varphi_h^* \Delta C_h \qquad (24)$$

Como percentagem na mudança no índice de Gini:

$$S_{Ch} = \frac{100}{\Delta G}\varphi_h^* \Delta C_h \qquad (25)$$

Por fim o efeito-concentração é definido por:

$$\sum_{h=1}^{k} \varphi_h^* \Delta C_h \qquad (26)$$

3. BASE DE DADOS.

Para a decomposição do índice de Gini do presente estudo foram utilizados dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Continua (PNADc), no período de 2016 a 2019, fazendo uso de dados referentes a todos os tipos de rendimentos em todo o território Nacional. A PNADc utiliza-se da metodologia por amostragem probabilística, atribuindo a cada observação um determinado peso de ponderação que é conhecido como fator de expansão, que torna possível a explanação dos resultados amostrais para toda a população, o presente trabalho utilizou o fator de expansão para todos os cálculos.

De acordo com Hoffmann (1988, 2000 e 2002), é preciso se atentar as limitações das pesquisas por amostragem probabilísticas como a PNADc, levando em consideração alguns ruídos informacionais. Enfatiza-se a propensão de subdeclaração de renda, que se torna mais presente à medida que se aproxima de altos rendimentos, e desta forma, acaba subestimando o grau de desigualdade.

Foram utilizados dados dos domicílios situados na área rural onde os integrantes do domicílio exercem atividades relacionadas a Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura presentes na variável VD4010 do questionário da PNADc. Com o objetivo de compreender quais são os efeitos das mais variadas formas de obtenção de rendimentos na desigualdade de renda, o presente trabalho considerou os valores para o Brasil e suas cinco regiões, e dividiu o total dos rendimentos domiciliares *per capita* em sete principais componentes de renda, conforme a seguir:

(1) (TRAB) – *Rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade.*

(2) (APOS1) – *Rendimento de até 1 salário mínimo efetivamente recebido de aposentadoria ou pensão de Instituto de Previdência Federal (INSS), Estadual, Municipal ou do governo Federal.*

(3) (APO2) – *Rendimento acima de 1 salário mínimo efetivamente recebido de aposentadoria ou pensão de Instituto de Previdência Federal (INSS), Estadual, Municipal ou do governo Federal.*

(4) (PENSDOA) – *Rendimento efetivamente recebido de pensão alimentícia, doação ou mesada de não residentes no domicilio, prestação continuada e outros programas sociais.*

(5) (ALU) – *Rendimento efetivamente recebido de aluguel ou arrendamento.*

(6) (JUROS) – *Rendimento de Juros, aplicações financeiras, dividendos, bolsa de estudo e de outros rendimentos que recebia.*

(7) (PBF) – *Rendimento mensal efetivo recebido pelo Programa Bolsa Família.*

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Na Tabela 1 podemos observar a participação percentual (%)φ_h, o Índice de Gini e a Razão de concentração C_h das sete parcelas de rendimentos analisadas para o período entre 2016 e 2019 no Brasil, é possível observar uma diminuição do Índice de Gini no decorrer do período em estudo, sendo que houve um aumento considerável de 2017 para 2018. A parcela referente a TRAB foi a de maior participação se mantendo estável dentro do período, enquanto que as parcelas PBF e PENSDOA reduziram-se. Já a participação das parcelas de rendimentos APOS1, APOS2, JUROS e ALUG apresentaram pequenas variações entre os anos permanecendo relativamente estáveis.

Razões de concentração maiores que os Índices de Gini possuem caraterísticas regressivas referentes a distribuição de renda, e contribuem para o aumento da desigualdade, enquanto que valores abaixo do Índice de Gini podem ser ditos como progressivos, e diminuem a desigualdade dos rendimentos em um determinado período. As parcelas de rendimentos com maiores razões de concentração considerando todo o Brasil foram respectivamente as referentes a TRAB, APOS2, ALUG, APOS1 e JUROS se situando em todos anos sempre acima dos referidos índices de Gini podendo ser consideradas parcelas regressivas para a distribuição de renda. Já as parcelas PBF e PENSDOA exibiram razões de concentração menores que os índices de Gini, com destaque para a primeira que apresentou valores negativos em todos os anos reforçando a característica progressiva do Bolsa Família para a distribuição de renda devido ao seu caráter de ser focalizado nos pobres.

Razões de concentração maiores que os Índices de Gini possuem caraterísticas regressivas referentes a distribuição de renda, e contribuem para o aumento da desigualdade, enquanto que valores abaixo do Índice de Gini podem ser ditos como progressivos, e diminuem a desigualdade dos rendimentos

em um determinado período. As parcelas de rendimentos com maiores razões de concentração considerando todo o Brasil foram respectivamente as referentes a TRAB, APOS2, ALUG, APOS1 e JUROS se situando em todos anos sempre acima dos referidos índices de Gini podendo ser consideradas parcelas regressivas para a distribuição de renda

Tabela 1 – Participação Percentual [(%)φ_h], Índice de Gini e Razão de Concentração (C_h) do rendimento domiciliar *per capita* para o Brasil entre 2016 e 2019.

	Ano	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Participação percentual [(%)φ_h]	*TRAB*	79,02	79,72	79,38	79,09
	APOS1	11,48	11,05	10,13	11,99
	APOS2	3,39	3,42	4,83	3,43
	PENSDOA	1,21	0,93	0,94	0,81
	ALUG	1,68	1,90	2,20	1,90
	JUROS	1,07	1,05	0,76	1,00
	PBF	2,14	1,93	1,75	1,78
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00
GINI	*Brasil*	0,515	0,514	0,526	0,509
Razão de concentração (C_h)	*TRAB*	0,880	0,881	0,885	0,878
	APOS1	0,658	0,646	0,605	0,616
	APOS2	0,842	0,818	0,804	0,829
	PENSDOA	0,296	0,250	0,317	0,305
	ALUG	0,835	0,819	0,843	0,814
	JUROS	0,639	0,544	0,529	0,623
	PBF	-0,321	-0,261	-0,237	-0,270

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da (PNADc/IBGE).

Já as parcelas PBF e PENSDOA exibiram razões de concentração menores que os índices de Gini, com destaque para a primeira que apresentou valores negativos em todos os anos reforçando a característica progressiva do Bolsa Família para a distribuição de renda devido ao seu caráter de ser focalizado nos pobres.

A Tabela 2 exibe o grau de progressividade das parcelas de renda estudadas e a contribuição de cada parcela da renda para a mudança no índice de Gini, mostrando o quanto cada uma influenciou para o aumento ou diminuição da desigualdade de renda no Brasil para o período de 2016 à 2019. Para uma melhor compreensão, pode-se interpretar resultados negativos como regressivos em relação ao Índice de Gini, aumentando o valor do próprio, já valores positivos são entendidos como progressivos em relação ao Índice de Gini contribuindo para a sua diminuição. Enquanto a razão de concentração

mostra se a parcela colabora com o aumento ou a diminuição do Índice de Gini, o grau de progressividade destaca a magnitude de tal influência no mesmo.

O efeito-total corresponde a porcentagem que uma determinada parcela de renda contribui para a variação do índice de Gini, enquanto que o efeito composição se relaciona à mudança na composição da renda e o efeito concentração é associado à mudança nas razões de concentração. As parcelas referentes a TRAB, APOS1, APO2, ALUG E JUROS foram regressivas no período analisado, enquanto que as parcelas PENSDOA e PBF foram progressivas, com destaque para a última que apresentou a maior magnitude de influenciar a diminuição do índice de Gini.

As parcelas TRAB, APOS1, APOS2, ALUG e JUROS contribuíram positivamente para a redução no índice de Gini sendo que a maior contribuição foi da parcela APO1 através da diminuição da razão de concentração (efeito-concentração) no período e do seu incremento na participação (efeito-composição), enquanto que a parcela TRAB foi a que apresentou a segunda maior contribuição para a redução do índice de Gini porém através somente do efeito concentração.

Tabela 2 – Grau de Progressividade (π_h) e Efeitos composição, concentração e total do índice de Gini para o Brasil no período 2016-2019.

Parcela	**Progressividade $\pi_h = G - C_h$**		**Efeito-composição % de ΔG**	**Efeito-concentração % de ΔG**	**Efeito-total % de ΔG**
	2016	2019			
TRAB	-0,365	-0,369	-4,21	144,47	140,26
APOS1	-0,143	-0,107	88,24	475,19	563,43
APOS2	-0,327	-0,320	-0,73	44,61	43,87
PENSDOA	0,219	0,204	-198,94	-8,65	-207,01
ALUG	-0,320	-0,305	-1,68	37,19	35,50
JUROS	-0,124	-0,114	-12,48	16,43	3,94
PBF	0,836	0,779	-385,37	-94,64	-480,01
Total	-	-	-514,60	614,60	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da (PNADc/IBGE).

As parcelas TRAB, APOS1, APOS2, ALUG e JUROS contribuíram positivamente para a redução no índice de Gini sendo que a maior contribuição foi da parcela APO1 através da diminuição da razão de concentração (efeito-concentração) no período e do seu incremento na participação (efeito-composição), enquanto que a parcela TRAB foi a que apresentou a segunda maior contribuição para a redução do índice de Gini porém através somente do efeito concentração.

Já a parcela referente a PBF exerceu um efeito no sentido de aumentar o índice de Gini tanto pelo efeito composição quanto pelo efeito concentração decorrentes de sua diminuição na participação total da renda e do aumento de sua razão de concentração, assim como ocorrido na parcela PENSDOA com a diferença que a mesma possuiu maior efeito negativo devido ao efeito composição, enquanto que a parcela JUROS contribuiu em 3,94% para a redução do índice de Gini.

Podemos observar na Tabela 3 o índice de Gini do RDPC dos domicílios rurais para as regiões do Brasil entre os anos de 2016 e 2019, onde que as regiões Norte e Sul apresentaram queda no valor do índice de Gini no período em estudo, com destaque para a última que obteve uma queda de aproximadamente 10,6% de 2016 para 2019. Já as regiões Nordeste e Sudeste sofreram um aumento no valor do índice de Gini enquanto que o Centro-Oeste apresentou leve aumento podendo ser considerado estável no período em análise.

Tabela 3 – Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* para as cinco regiões do Brasil, entre 2016 e 2019.

	Índice de Gini				
Ano	*Norte*	*Nordeste*	*Centro-Oeste*	*Sudeste*	*Sul*
2016	0,5208	0,4541	0,4301	0,4058	0,4784
2017	0,4970	0,4632	0,4342	0,4530	0,4604
2018	0,5312	0,4689	0,4577	0,4808	0,4630
2019	0,5093	0,4748	0,4368	0,4470	0,4323

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da (PNADc/IBGE).

Pode-se verificar na Tabela 4 que os rendimentos de TRAB foram os de maiores participações na composição da renda total em todas as cinco regiões, e que foram superiores na região Sudeste e inferiores em participação na região Nordeste durante todo período estudado com ambas permanecendo estáveis.

A parcela de segunda maior representação no total da composição da renda em todas as regiões foi APOS1 que se relaciona diretamente com a participação da parcela TRAB, sendo maior na região Nordeste e menor na região Sudeste. A parcela APO2 apresentou uma queda em sua participação na região Nordeste enquanto que nas regiões Norte e Centro-Oeste existiu uma aumento considerável.

Referente às menores participações na composição da renda total pode-se destacar os rendimentos referentes a ALUG no Nordeste, PENSDOA no Centro-Oeste, Norte e Sul, e JUROS no Sudeste. As diferentes demandas por programas sociais podem ser evidenciadas pela participação do PBF na composição do total das rendas, na região Nordeste sua participação foi em torno de 5% e no Norte

em torno de 3,8%, enquanto que nas regiões Sul e Sudeste foi menor que 0,8%, evidenciando as diferenças regionais nas condições sociais.

Tabela 4 – Participação percentual [(%)φ_h] dos componentes do rendimento domiciliar *per capita* dos domicílios rurais cuja ocupação dos moradores seja relacionada ao setor agrícola para as cinco regiões do Brasil no período de 2016 a 2019.

		Participação percentual [(%)φ_h]							
	Ano	*TRAB*	*APOS1*	*APOS2*	*PENSDOA*	*ALUG*	*JUROS*	*PBF*	***Total***
Norte	**2016**	80,46	10,21	1,63	1,90	1,26	0,87	3,66	**100,00**
	2017	77,56	10,44	3,04	1,70	1,71	1,43	4,13	**100,00**
	2018	79,00	9,21	4,11	1,50	1,82	1,16	3,19	**100,00**
	2019	77,03	11,83	2,22	1,20	1,40	2,55	3,77	**100,00**
Nordeste	**2016**	70,21	16,01	4,08	2,52	0,61	0,85	5,72	**100,00**
	2017	71,88	14,99	3,92	2,06	0,55	1,42	5,17	**100,00**
	2018	68,65	16,62	5,74	1,80	1,40	0,83	4,96	**100,00**
	2019	71,36	16,74	3,55	1,89	0,37	1,03	5,05	**100,00**
Centro-Oeste	**2016**	83,40	8,74	3,84	0,59	1,78	0,50	1,16	**100,00**
	2017	82,98	8,82	3,97	0,52	1,76	0,96	0,98	**100,00**
	2018	82,60	8,39	4,71	0,71	1,96	0,61	1,02	**100,00**
	2019	79,99	9,97	4,85	0,55	2,98	0,80	0,86	**100,00**
Sudeste	**2016**	85,18	7,86	3,11	0,85	2,04	0,56	0,40	**100,00**
	2017	84,63	7,63	1,84	0,47	4,64	0,51	0,28	**100,00**
	2018	83,09	6,21	4,79	0,82	4,15	0,60	0,34	**100,00**
	2019	85,29	8,35	2,19	0,55	2,88	0,30	0,45	**100,00**
Sul	**2016**	78,53	12,51	3,57	0,61	2,35	1,90	0,53	**100,00**
	2017	80,30	12,33	3,65	0,50	1,54	1,01	0,67	**100,00**
	2018	80,86	10,54	4,77	0,47	1,92	0,74	0,70	**100,00**
	2019	80,59	12,61	3,44	0,35	1,71	0,84	0,45	**100,00**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da (PNADc/IBGE).

É possível verificar na Figura 2 que assim como para os domicílios em todo o Brasil os rendimentos provenientes de TRAB, APOS2 e ALUG foram os que apresentaram as maiores razões de concentração em todas as cinco regiões estudadas, sendo que os rendimentos de TRAB apresentaram valores menores na região Nordeste. A parcela APOS1 possuiu razões de concentração menores nas regiões Sudeste e Sul e maiores no Norte e Nordeste, enquanto que APO2 exibiu valores próximos com exceção da região SUL onde foi consideravelmente menor.

Os rendimentos de PENSDOA se mostraram os mais heterogêneos em relação às razões de concentração, tendo valores superiores nas regiões Norte e Nordeste e inferiores no Centro-Oeste e

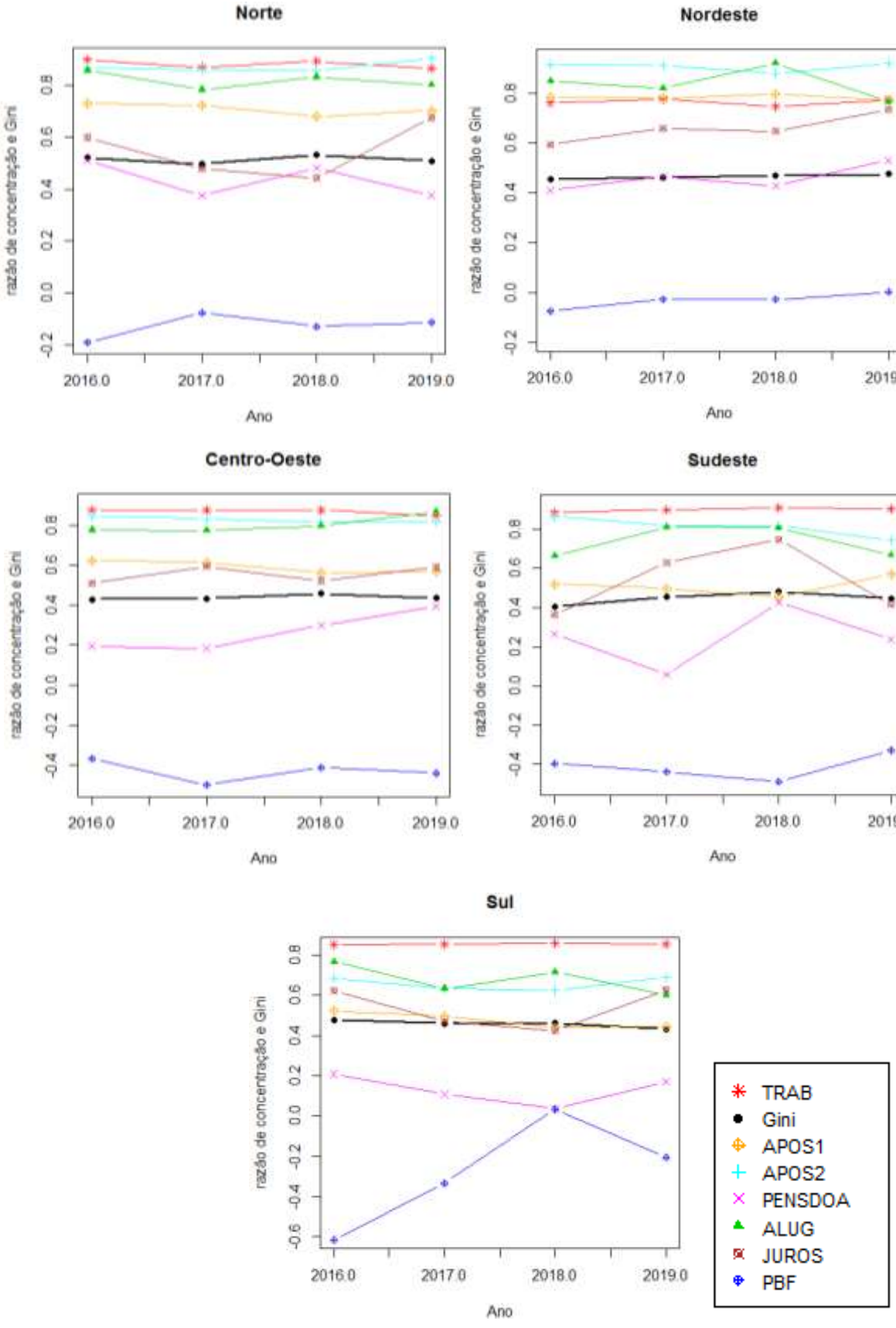
Sul, mas estando abaixo dos referidos índices de Gini em todas as regiões sendo, portanto, uma parcela progressiva. Já a parcela referente ao PBF apresentou razões de concentração negativas em todas as regiões, com destaque para as regiões Sudeste e Sul que exibiram os menores valores, mas ressalta-se que sofreram um crescimento durante o período estudado.

Na Tabela 5 podemos observar o grau de progressividade das parcelas de rendimentos e os efeitos composição, concentração e total para as regiões do Brasil no período de 2016 a 2019, foram regressivas para a diminuição do índice de Gini em todas as regiões as parcelas TRAB, APOS1, APOS2 e ALUG, enquanto que JUROS também foi regressiva, mas com exceção da região Sudeste.

Os rendimentos de PENSDOA foram progressivos em todas regiões exceto para a região Nordeste no ano de 2019, e se ressalta que foram mais progressivas no Sudeste e no Sul. Mais uma vez fica evidente a importância dos programas sociais para as regiões mais vulneráveis em função da grande progressividade da parcela PBF para redução do índice de Gini em todas as cinco regiões, sendo a parcela com maior grau de progressividade entre todas as estudadas, entretanto tal progressividade sofreu uma redução em todas as regiões com exceção da região Centro-Oeste. Em relação às contribuições para a variação do índice de Gini nas regiões do Brasil, podemos destacar os rendimentos da parcela TRAB que possuíram efeitos positivos na diminuição no índice de Gini em todas as regiões com exceção da região Sul.

Tal parcela contribuiu em 44,35% para a diminuição no índice de Gini na região Sudeste sendo 41,95% pelo efeito concentração e 2,4% pelo efeito composição, já 90,40% no Centro-Oeste com 84,75 pelo efeito concentração e 5,62% pelo efeito composição, e 94,03% na região Sudeste com 93,70% através do efeito concentração e 0,33% pelo efeito composição. Em contraste, na região Sul a parcela TRAB contribuiu para o aumento no índice de Gini por meio do valor de -60,84% pelo efeito concentração e -44,86% pelo efeito composição.

Figura 2 – Razão de Contração e Índice de Gini para as regiões do Brasil entre 2016 e 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da (PNADc/IBGE).

Tabela 5 – Grau de Progressividade (π_h) e Efeitos composição, concentração e total do índice de Gini para as cinco regiões do Brasil no período 2016-2019.

Região			Parcelas							
			TRAB	*APOS1*	*APOS2*	*PENS DOA*	*ALUG*	*JUROS*	*PBF*	*Total*
Norte	**Progressividade $\pi_h = G - C_h$**	2016	-0,376	-0,210	-0,345	0,009	-0,336	-0,078	0,710	-
		2019	-0,354	-0,192	-0,394	0,133	-0,292	-0,164	0,622	-
	Efeito composição %de ΔG		20,35	-1,17	-3,60	-5,55	-0,60	3,03	2,95	15,41
	Efeito-concentração % de ΔG		80,98	10,21	-2,32	6,63	2,30	-4,10	-9,10	84,59
	Efeito-total % de ΔG		101,33	9,04	-5,92	1,08	1,70	-1,07	-6,15	100,0
Nordeste	**Progressividade $\pi_h = G - C_h$**	2016	-0,306	-0,329	-0,459	0,044	-0,393	-0,138	0,529	-
		2019	-0,298	-0,296	-0,443	-0,055	-0,289	-0,259	0,471	-
	Efeito composição %de ΔG		2,40	1,90	-4,92	7,70	-0,95	-0,52	24,53	30,14
	Efeito-concentração % de ΔG		41,95	-10,49	0,79	12,81	-2,00	6,36	20,44	69,86
	Efeito-total % de ΔG		44,35	-8,59	-4,12	20,51	-2,96	5,84	44,97	100,0
Centro-Oeste	**Progressividade $\pi_h = G - C_h$**	2016	-0,444	-0,193	-0,413	0,235	-0,345	-0,080	0,796	-
		2019	-0,410	-0,132	-0,381	0,041	-0,433	-0,154	0,876	-
	Efeito composição %de ΔG		5,65	10,06	-0,55	-0,78	-0,30	2,96	-13,61	3,44
	Efeito-concentração % de ΔG		84,75	19,27	4,18	-4,23	-8,28	-1,93	2,80	96,56
	Efeito-total % de ΔG		90,40	29,33	3,64	-5,01	-8,58	1,03	-10,81	100,0
Sudeste	**Progressividade $\pi_h = G - C_h$**	2016	-0,479	-0,114	-0,459	0,139	-0,258	0,041	0,802	-
		2019	-0,456	-0,122	-0,297	0,210	-0,221	0,031	0,776	-
	Efeito composição %de ΔG		0,33	-9,27	2,39	11,20	-9,49	7,44	-3,80	-1,19
	Efeito-concentração % de ΔG		93,70	24,95	-20,04	-1,26	0,62	1,40	1,83	101,1
	Efeito-total % de ΔG		94,03	15,68	-17,65	9,94	-8,87	8,85	-1,97	100,0
Sul	**Progressividade $\pi_h = G - C_h$**	2016	-0,374	-0,043	-0,205	0,269	-0,288	-0,145	1,095	-
		2019	-0,422	-0,010	-0,256	0,262	-0,170	-0,195	0,637	-
	Efeito composição %de ΔG		-44,86	9,66	-4,10	-49,36	-20,55	-53,95	-30,52	-193,6
	Efeito-concentração % de ΔG		-60,84	314,14	-5,58	5,95	106,14	-1,75	-64,37	293,6
	Efeito-total % de ΔG		-105,70	323,81	-9,69	-43,41	85,58	-55,70	-94,89	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da (PNADc/IBGE).

Os rendimentos provenientes de PBF exerceram efeitos negativos na variação do índice de Gini em todas as regiões, exceto na região Nordeste onde contribuiu em 44,97% para a diminuição no índice de Gini, tanto por efeitos na razão de concentração quanto por efeitos de incremento em participação na composição da renda total, evidenciando o impacto e a importância do Bolsa Família para a composição da renda dos domicílios estudados em tal região. Já nas demais regiões tal parcela

contribuiu negativamente para variação do índice de Gini com destaque para a região Sul que obteve a maior influência negativa da parcela

Na região Sul a parcela APO1 foi que a mais contribuiu para a diminuição do índice de Gini, cerca de 323,81% sendo majoritariamente por meio do efeito concentração enquanto que a parcela APO2 contribuiu em -9,69% para a variação no índice de Gini. Já na região Sudeste a parcela APO1 contribuiu em 15,68% e a parcela APO2 em -17,65% na variação do índice de Gini. Na região nordeste as parcelas APO1 e APO2 contribuíram em respectivamente -8,59% e -4,12% para a variação do índice de Gini enquanto que PENSDOA contribuiu em 20,51%. A parcela ALUG contribuiu para o aumento no índice de Gini em todas as regiões com exceção da região Sul onde contribuiu em 85,58% para a redução no índice de Gini.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Vários estudos mostram a forte desigualdade no meio rural no Brasil. Assim, no intuito de contribuir para essa discussão na literatura, buscou-se averiguar como parcelas de rendimentos tem contribuído para elevar ou reduzir a desigualdade de renda presente numa subpopulação amostrada e mensurou-se o efeito composição e concentração usando a variação no índice de Gini observado entre 2019 e 2016. Isso foi feito a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, usando a variável rendimento domiciliar per capita de pessoas com atividade no setor agrícola e residentes em áreas rurais e usando a metodologia da decomposição do índice de Gini, para todas as grandes regiões do Brasil.

Entre os principais resultados obtidos destaca-se que houve redução no índice de Gini no Brasil e em suas regiões com exceção as regiões Centro-Oeste e Sudeste. Foi observada relativa heterogeneidade entre a participação percentual das parcelas estudadas na composição da renda total, onde que a participação do rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos (TRAB) foi inferior na região Nordeste e superior na região Sudeste. Em contraste a parcela referente a rendimento de até 1 salário mínimo efetivamente recebido de aposentadoria ou pensão (APO1) possuiu maior participação na região Nordeste e menor no Sudeste evidenciando as disparidades regionais sobre as fontes de renda entre as regiões.

Foram observadas menores razões de concentração no rendimento mensal efetivo recebido pelo Programa Bolsa Família (PBF) em todas as cinco regiões, enquanto que as maiores foram das parcelas TRAB, rendimento acima de 1 salário mínimo efetivamente recebido de aposentadoria ou pensão

(APO2) e de rendimento efetivamente recebido de aluguel ou arrendamento (ALUG), já a parcela PBF foi a mais progressiva seguida de rendimento efetivamente recebido de pensão alimentícia, doação ou mesada de não residentes no domicilio, prestação continuada e outros programas sociais (PENSDOA), enquanto que TRAB, APO2 e ALUG foram as mais regressivas.

Em relação à contribuição das parcelas na variação no índice de Gini para o Brasil, os rendimentos provenientes de TRAB e APOS1 foram os que mais contribuíram para redução do índice de Gini, assim como ocorrido nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Já para a região Sul as maiores contribuições para a diminuição no índice de Gini foram das parcelas APO1 e ALUG enquanto que na região Nordeste foi através das parcelas TRAB e PBF, onde a última contribuiu em 44,97% para a redução do valor do índice de Gini.

Portando os resultados apontam que no Brasil entre 2016 e 2019 houve diminuição no índice de Gini, assim como ocorrido nas regiões Norte e Sul. A parcela referente a TRAB foi a que obteve maior participação na composição da renda total seguida por APO1, enquanto que a parcela PBF foi maior na região Nordeste assim como sua influência para a redução no índice de Gini, já no Brasil as maiores contribuições para a redução no índice de Gini foram das parcelas TRAB e APO1.

6. REFERÊNCIAS.

Bôas, B. V. Desigualdade cresce mais no meio rural. Valor Econômico, RJ, 19.09.2019. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/19/desigualdade-cresce-mais-no-meio-rural.ghtml. Acesso em: 20 ago. 2020.

HOFFMANN, R. A Subdeclaração dos rendimentos. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.2, n.1, p.50-54, 1988.

_____. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a

influência da inflação e do salário mínimo. Economia e Sociedade, Campinas, (11): 199-221, dez. 1998.

_____. Desigualdade no Brasil: a contribuição das aposentadorias. Disponíel em: www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>. Acesso em: 17 out. 2020.

_____. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. Econômica, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1. p. 55-81, 2006.

_____. Estatística para economistas. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009a.

_____. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 1, p. 213-231, abr. 2009b.

_____. Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no brasil. Revista de Política Agrícola, v. 20, n. 2, p. 5–22, 2011.

_____. A distribuição de renda no brasil e o setor agrícola. Economia & Região, v. 8, n. 1, p. 5–23, 2020.

LERMAN, R. I.; YITZHAKI, S. Income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States. The Review of Economics and Statistics, Cambridge, v. 67, n. 1, p. 151-155, fev. 1985.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea; tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2010.

MUNIZ, S. T. G. Crescimento pró-pobre e políticas de distribuição de renda e de redução da pobreza no Brasil. [S.l.]: EDUTFPR, 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: além do rendimento, além das médias, além do presente - desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

SOARES, S. S. D. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. Brasília: IPEA, fev. 2006. (Texto para discussão, n. 1166.

Capítulo 16

10.37423/231208615

CLIMA ORGANIZACIONAL E SUA RELAÇÃO COM O ESTILO DE LIDERANÇA EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NA ORDEM DEMOLAY EM PORTO VELHO (RO).

Pedro Caio Freitas da Costa — *Universidade Federal de Rondônia*

Clésia Maria de Oliveira — *Universidade Federal de Rondônia*



Resumo: O presente estudo buscou analisar a relação entre as características do clima organizacional e os estilos de liderança adotados pelos líderes da Ordem DeMolay em Porto Velho (RO) na percepção de seus integrantes. A fundamentação teórica teve como base constructos sobre clima organizacional e liderança. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se uma versão adaptada da Escala de Clima Organizacional (ECO) elaborada e validada por Martins (2008), complementada por questões específicas sobre liderança, construídas com base na literatura. Os sujeitos da pesquisa foram 25 membros, participantes de 5 capítulos da Ordem DeMolay em Porto Velho (RO). A partir dos resultados foi possível constatar que o clima organizacional da Ordem DeMolay de Porto Velho (RO) apresenta características que apontam para um clima organizacional do tipo participativo, além de estilos de liderança ligados aos conceitos de Estilo Liberal e de Líder-meio-termo.

Palavras-chave: clima organizacional; ordem DeMolay; estilos de liderança; terceiro setor.

1 INTRODUÇÃO

Uma organização composta por indivíduos desenvolve a relação humana de seus colaboradores durante a jornada laboral, seja direta ou indiretamente. Os participantes dos processos de rotina se comunicam, interagem e tomam decisões durante o fluxo das atividades desenvolvidas em busca de um objetivo comum. Desta forma, o clima organizacional é estabelecido, de acordo com as relações das pessoas presentes no decorrer dos processos. Conforme Moreira (2008) toda organização é composta por indivíduos, cada qual com seu repertório comportamental e suas formas de interagir com o ambiente social decorrente de suas histórias de vida.

Este estudo aborda um segmento com pouca abrangência literária, onde se sai do meio empresarial e se situa em meio às Organizações de Terceiro Setor, nas quais se encontra a organização estudada, a Ordem DeMolay. Buscas realizadas em diferentes bases constatou escassez de estudos sobre a Ordem DeMolay. E, especificamente sobre clima organizacional na Ordem, nenhum estudo foi localizado.

A Ordem DeMolay é uma fraternidade que possui membros mundialmente, que realizam atividades filantrópicas e administrativas (De Oliveira, et al, 2010). Em um estudo realizado por Pereira e Pereira (2013) foram analisados trinta e um trabalhos relacionados ao clima organizacional, submetidos ao Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, realizado em 2013. Destes artigos analisados, a maioria refere-se a estudos de casos com diagnósticos de empresas específicas ou ao estabelecimento ou aferição de relação de influência do clima organizacional sobre outros construtos; e não foram localizados artigos abordando estudos voltados a organizações filantrópicas. Poucos são os estudos voltados à Ordem DeMolay e é necessário que se busque compreender como ocorrem, de fato, as relações humanas em contextos que vão além do meio empresarial, abrangendo também as organizações filantrópicas que, assim como as demais organizações públicas ou privadas, possuem o seu corpo de membros atuantes em busca de objetivo comum.

Dessa forma, o presente estudo se propõe a suprir essa lacuna de conhecimento sobre a realidade vivenciada em organizações filantrópicas, sobretudo do Estado de Rondônia, por meio da busca pela resposta à seguinte questão geral de pesquisa: quais são as características predominantes do Clima Organizacional e dos estilos de liderança adotados pelos líderes da Ordem DeMolay em Porto Velho (RO) na percepção de seus integrantes?

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação entre as características do clima organizacional e os estilos de liderança adotados pelos líderes da Ordem DeMolay em Porto Velho

(RO) na percepção de seus integrantes. Para alcance desse objetivo, foram definidos três objetivos específicos:

I. Identificar os fatores que influenciam o clima organizacional em organizações de terceiro setor (Tipologia da Ordem DeMolay).
II. Determinar as características que influenciam o clima organizacional na Ordem DeMolay de acordo com a percepção de seus integrantes.
III. Estabelecer relação entre as características do clima organizacional e os estilos de liderança adotados pelos líderes da Ordem DeMolay.

Neste caminho é possível expor para a sociedade, tanto do meio acadêmico quanto às demais pessoas, o ambiente vivenciado pelos jovens DeMolays, que a mais de 100 (cem) anos vêm realizando trabalhos em prol da comunidade onde estão inseridos. Isto traz base para que os membros desta organização possam avaliar o relacionamento dentro de seus grupos e ver o que podem melhorar para ter uma melhor harmonia nas suas atividades. A exposição dos estilos de lideranças também auxilia a Ordem DeMolay a ter o conhecimento de como estão realizando seus processos administrativos e a influência destes no clima organizacional. Desta forma, é possível verificar as áreas com bom desempenho para espelhar os processos nas áreas com o menor desempenho. Além disso, este estudo traz a possibilidade de quebrar certos paradigmas criados sobre o que é a Ordem DeMolay (DeMolay Brasil, 2020).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo aborda o tema clima organizacional, descrevendo seu conceito e referências bibliográficas. Também é apresentado o conceito sobre liderança e estilo de liderança, que se relaciona com os objetivos abordados nesta pesquisa.

2.1 CLIMA ORGANIZACIONAL

Organizações e empresas com um número significativo de membros ou funcionários realizam estudos internos buscando entender a situação atual dos seus processos e realizam análises para verificar possíveis melhorias a serem aplicadas. Diante disto, temos na literatura vários conceitos sobre clima organizacional, o qual faz parte deste estudo.

Colaborando com o referencial teórico, clima organizacional, na concepção apresentada por Senge (2000), decorre de decisões e ações pretendidas e/ou praticadas pela organização e das reações, percepções, sentimentos, comportamentos das pessoas a essas ações, passível de alterações e sujeito às influências externas.

Diante disso, realizar o levantamento das características predominantes no clima organizacional de uma organização e analisar os resultados é uma forma eficiente de detectar os pontos fortes da organização e utilizar as características dos setores com melhor desempenho para tratar os pontos críticos, buscando a melhoria dos processos e relações entre os membros. Muitas vezes uma organização enfrenta os problemas com o pensamento de que a causa encontra-se no ambiente externo, quando se pode resolver esse impasse verificando a sua situação interna.

Brunet (2011) descreve os tipos de clima organizacional, de acordo com a teoria de Rensis Likert, que apresenta os sistemas organizacionais dentro da estrutura de climas, que são estes:

- **Clima autoritário, exploratório**: onde a administração não confia em seus funcionários, decisões e metas são tomadas no topo da organização e empregados distribuídos para baixo têm que trabalhar em uma atmosfera medo, punição e ameaças. Há pouca interação entre superiores e subordinados, a comunicação da administração com seus funcionários existe apenas sob a forma de orientações e instruções específicas;
- **Clima paternalista**: onde a administração tem uma confiança condescendente na seus empregados, como a de um patrão com seu servo, a maioria das decisões são eles pegam no topo, mas alguns são feitos nos degraus mais baixos. As recompensas e às vezes as punições são os métodos usados para motivar os funcionários. As interações entre subordinados são estabelecidas com a prole, por dos superiores e com cautela por parte dos subordinados, a gestão desempenha muito com as necessidades sociais de seus funcionários;
- **Clima participativo, consultivo**: a gestão tem confiança em seus colaboradores. Políticas e decisões geralmente são tomadas, mas subordinados são permitidos para tomar decisões específicas em níveis mais baixos. A comunicação é de cima para baixo, recompensas e punições ocasionais são usadas para motivar funcionários. Há uma quantidade moderada de interação supervisor-subordinado;
- **Clima participativo no grupo**: onde a administração tem plena confiança em seus funcionários, os processos de tomada de decisão estão espalhados por toda a organização, a comunicação é ascendente, descendente e lateral, os funcionários são motivados pela participação, envolvimento e estabelecimento de metas de desempenho, para a melhoria dos métodos de trabalho e para a avaliação do desempenho em relação aos objetivos. Existe uma relação de confiança e amizade entre supervisores e subordinados.

Este levantamento é viável para a empresa ou organização, tendo em vista que é realizado internamente, através de formulários ou entrevistas. Desta forma se torna uma ferramenta de grande auxílio para a análise da situação da organização.

2.2 ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR E LIDERANÇA

Tratando-se da organização que é objeto deste estudo, a Ordem DeMolay encontra-se classificada como uma organização de terceiro setor. Segundo Paes (2010), o Terceiro Setor é um conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos, dotados de autonomia e administração próprias que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente na sociedade civil, visando seu aperfeiçoamento.

A literatura sobre o tema liderança é extensa, com vários autores abordando o tema em suas respectivas formas. Para Ganga e Navarrete (2013):

> [...] as palavras líder e liderança associadas à origem etimológica anglo-saxônica (*laed*) significam “caminho”. Já o verbo arcaico *laeden* significa tanto “viajar”, quanto “levá-lo pela mão”, relacionando-se a ação de ir com alguém, guiando-o, orientando-o. Assim, o conceito de líder associa-se a alguém que não apenas acompanha como também mostra o caminho a ser seguido (Ganga; Navarrete, 2013, p.9).

Ao longo dos tempos, o conceito de liderança passou por mudanças e adaptações, em função do contexto cultural, social e ambiental de pesquisadores do tema, embora existam múltiplas definições para a liderança, possibilitando encontrar características comuns entre elas (Cavalcanti, 2006). Desta forma, vários conceitos sobre liderança foram encontrados e os aqui apresentados foram utilizados como base para o estudo desenvolvido.

Senge (2000) apresenta a definição de que liderança é "[...]a capacidade de uma comunidade humana de dar forma a seu futuro e, principalmente, de levar adiante os processos significativos de mudança necessários para fazê-lo.” (Senge, 2000, p. 6).

O estudo sobre estilos de liderança é atraente para as organizações, pois viabiliza a definição de perfis dos envolvidos. Neste estudo, os estilos de liderança estarão relacionados com as definições do clima organizacional em cada grupo participante.

No quesito estilos de liderança, Pedruzzi Júnior (2015) expõe a pesquisa apresentada por Tannenbaum e Schmidt que possui uma abordagem com foco em dois tipos de liderança: centrada na tarefa (autocrática) e centrada nas pessoas (democrática), identificando, no decorrer da pesquisa, um

terceiro estilo, liberal (*laissez-faire*). Pedruzzi Júnior (2015) define algumas características dos estilos autocrático, liberal (laissez-faire) e democrático:

- **Estilo Autocrático** – nesse estilo o foco está na tarefa, sendo característica principal a centralização da autoridade e do processo de decisão;
- **Estilo Liberal** (*Laissez-faire*) – o líder deixa o grupo tomar as próprias decisões;
- **Estilo Democrático** – os liderados são incluídos e participam no processo de decisão. Nesse estilo há a preocupação com as relações humanas.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, tais como: classificação da pesquisa, lócus e amostragem da pesquisa, procedimentos e instrumentos para coleta de dados, tratamento e análise de dados. Nas fases da pesquisa são utilizadas técnicas e procedimentos metodológicos objetivando comprovar sua validade e importância nos diversos campos da sociedade (Prodanov; Freitas, 2013).

Trata-se de um estudo quali-quantitativo com fins descritivo. Em seus procedimentos foram realizadas pesquisas bibliográficas e o levantamento através de coleta de dados em formulário *online* adaptado de um instrumento de pesquisa válido. A abordagem do problema tem a classificação quali-quantitativa, pois usa métodos estatísticos para classificar e analisar os dados coletados.

Em relação ao lócus e sujeitos da pesquisa, a coleta dos dados foi delimitada a apenas membros da Ordem DeMolay da cidade de Porto Velho (RO), visando manter o foco no objetivo geral onde os participantes devem ter relação com a organização. Em entrevista com os Mestres Conselheiros (líderes) de cada Capítulo (grupo), foi levantado o número de membros atuantes, tendo em vista que desde o início da pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) no Brasil em 2020, as atividades capitulares estão retornando gradativamente. Sendo assim, a população pesquisada no período deste estudo, é constituída de 75 membros, distribuídos nos Capítulos de Porto Velho (RO).

A parte prática desta pesquisa se caracteriza pelo levantamento realizado com a coleta de dados através do instrumento de pesquisa elaborado para os membros participantes da Ordem DeMolay. Desta forma, a pesquisa obteve a quantia de 25 respostas dos membros de 5 capítulos, possibilitando a análise das características e observações no segmento estudado.

Para a elaboração do instrumento de pesquisa aplicado neste estudo, utilizou-se a Escala de Clima Organizacional (ECO) apresentado por Martins (2008), para tratar sobre o clima organizacional. Em

referência a estilos de liderança, utilizou-se o formulário apresentado por Oliveira (2017). Ambos os instrumentos foram adaptados conforme a amostragem a fim de atingir o objetivo do estudo.

Segundo Martins (2008), a ECO é uma escala multidimensional construída e validada com o objetivo de avaliar a percepção do trabalhador sobre várias dimensões do clima organizacional. A ECO é uma escala tipo Likert, composta por 5 fatores (multifatorial). Desta forma, seus resultados devem ser apurados por fator. Assim, se terá um resultado para cada um dos fatores, ou seja, o diagnóstico do clima organizacional será feito baseando-se em 5 aspectos (os fatores da ECO).

Buscou-se um instrumento já validado para a utilização nesta pesquisa e de acordo com Martins (2008), a ECO é resultado de um longo estudo empírico que demonstrou sua validade (qualidade psicométrica que verifica se a escala realmente mede o que se propõe a medir) e sua fidedignidade (cálculos do alfa de Cronbach para verificação da confiabilidade, outra qualidade psicométrica que avalia se a escala mede com precisão). Estas características psicométricas só permanecem se a ECO for utilizada sem alteração de qualquer de suas partes, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de Análise do ECO, definições e itens do questionário.

Categorias	**Definições**	**Questões**
Apoio da chefia e da organização	Suporte afetivo, estrutural, e operacional da chefia e da organização fornecido aos empregados no desempenho diário das suas atividades no trabalho	1.1 a 1.21
Recompensa	Diversas formas de recompensa usadas pela empresa para premiar a qualidade, a produtividade, o esforço e o desempenho do trabalhador	1.22 a 1.31
Conforto básico	Ambiente físico, segurança e conforto proporcionados pela empresa aos empregados.	1.32 a 1.44
Controle/pressão	Controle e pressão exercidos pela empresa e pelos supervisores sobre o comportamento e desempenho dos empregados.	1.45 a 1.53
Coesão entre colegas	União, vínculos e colaboração entre os colegas de trabalho.	1.54 a 1.58

Fonte: adaptado de Martins (2008)

A respeito da validação do questionário ECO, Martins (2008) apresenta os índices de precisão de cada categoria (Quadro 2) e afirma que o formulário é o resultado de um longo estudo empírico que demonstrou sua validade (qualidade psicométrica que verifica se a escala realmente mede o que se propõe a medir) e sua fidedignidade (cálculos de α de Cronbach para verificação da confiabilidade, outra qualidade psicométrica que avalia se a escala mede com precisão).

Quadro 2 – Itens integrantes e índices de precisão dos fatores da ECO.

Categoria	Índice de precisão
Apoio da chefia e da organização	**0,92**
Recompensa	**0,88**
Conforto básico	**0,86**
Controle/pressão	**0,78**
Coesão entre colegas	**0,78**

Fonte: Adaptado de Martins (2008).

Com o intuito de direcionar a pesquisa para o ambiente da organização lócus do estudo, o instrumento de pesquisa ECO foi adaptado, tendo em vista que a Ordem DeMolay é uma organização sem fins lucrativos. Sendo assim, foi necessário realizar adaptações e a remoção de algumas afirmativas, buscando aproximar-se mais da realidade vivenciada pelos participantes do estudo. As palavras que possuem características empresariais, como por exemplo “empresa”, foram substituídas por “Capítulo”, tendo em vista que essa denominação é utilizada na Ordem DeMolay como sinônimo de cada grupo que compõe essa organização. Afirmativas direcionadas a salários, remuneração e premiação, foram removidas ou adaptadas para a realidade da Ordem DeMolay, tendo em vista que a organização estudada é sem fins lucrativos.

Também foram retiradas afirmativas que tratam de instrumentos de trabalho, em razão de que as reuniões dos capítulos são realizadas sem a utilização de insumos, ou seja, os membros não necessitam de instrumentos de escritório, equipamentos de produção ou meios de transporte para a realização das suas tarefas ou reuniões.

As questões que tratam do estilo de liderança também foram adaptadas, tendo em vista serem originalmente aplicadas por Oliveira (2017) em uma associação humanitária de bombeiros voluntários. Diante disso, o nome da associação foi substituído por “Capítulo DeMolay” e “Comandante” por “Líder”. Dessa forma o instrumento utilizado se aproxima mais da realidade do objeto de estudo, que é a Ordem DeMolay.

O formulário foi constituído por 58 questões objetivas com respostas em escala de valor, a Escala Likert para o tema clima organizacional e 3 perguntas sobre o estilo de liderança. A Escala Likert é uma das escalas por itens mais amplamente utilizadas (MALHOTRA, 2011). Seus pontos extremos vão de “discordo totalmente” até “concordo totalmente”. Dessa forma, nesta pesquisa os entrevistados

indicaram o seu grau de concordância marcando uma das cinco opções de resposta. Ainda segundo o autor, a escala Likert é fácil para o pesquisador construir e aplicar e é fácil para o entrevistado entender.

Seguindo com o andamento do estudo, as respostas foram coletadas no período de 15/07/2022 a 27/07/2022, obtendo o total de 25 participantes entre os grupos da Ordem DeMolay de Porto Velho.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram definidas seis categorias de análise: Apoio da chefia e da organização (1); Recompensa (2); Conforto básico (3); Controle/pressão (4); Coesão entre colegas (5); e Liderança (6). O quadro 3 apresenta as seis categorias definidas e os principais autores que dão suporte às análises.

Quadro 3 - Categorias de Análise e Autores de Referência

Categorias	Definições	Autores
Clima organizacional	Decorre de decisões e ações pretendidas e/ou praticadas pela organização e das reações, percepções, sentimentos, comportamentos das pessoas a essas ações, passível de alterações e sujeito às influências externas.	Senge (2000)
	Um conceito importante para compreensão do modo como o contexto do trabalho afeta o comportamento e as atitudes das pessoas em um ambiente, sua qualidade de vida e desempenho na organização.	Siqueira, Tamayo *et al* (2008)
	Tipos de clima organizacional: Clima autoritário, exploratório; Clima paternalista; Clima participativo, consultivo; Clima participativo no grupo.	Brunet (2011)
Liderança	Assim, o conceito de líder associa-se a alguém que não apenas acompanha como também mostra o caminho a ser seguido.	Ganga; Navarrete, 2013.
	A capacidade de uma comunidade humana de dar forma a seu futuro e, principalmente, de levar adiante os processos significativos de mudança necessários para fazê-lo.	Senge (2000)
	Estilos de liderança: Estilo Autocrático; Estilo Liberal (Laissez-faire); Estilo Democrático.	Júnior (2015)
	Líder negligente - conhecido como Gerência Empobrecida; Líder-pessoas - conhecido como Gerência de Clube de Campo; Líder-tarefa - conhecido como Autoridade e Obediência; Líder meio-termo - conhecido como Gerência do Homem Organizacional; Líder-equipe - conhecida como Gerência de Equipe.	Blake e Mouton (1989)

Fonte: Adaptado de Martins (2008)

Para o tratamento e análise dos dados, Martins (2008) sugere o método que deve ser utilizado para a apuração dos resultados do questionário, indicando que os resultados das médias fatoriais deverão ser sempre um número entre 1 e 5 que é a amplitude da escala de respostas. Soma-se os valores

marcados pelos respondentes em cada item de cada fator e divide-se o total pelo número de itens. Desse modo, por exemplo, para o Fator 1, apoio da chefia e da organização, somam-se os valores das respostas aos itens 1 até o 21 e divide-se o resultado por 21. Em seguida. somam-se as médias de cada respondente em cada fator e divide-se pelo número de respondentes, e assim, sucessivamente (Martins, 2008).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 - CARACTERÍSTICAS DO CLIMA ORGANIZACIONAL NA ORDEM DEMOLAY DE PORTO VELHO.

Com as categorias do questionário definidas, apresentou-se afirmativas para que os participantes indicassem o grau de concordância em uma escala de 1 a 5, onde 1 indica o maior grau de discordância e 5 o maior grau de concordância.

De acordo com Martins (2008), para a interpretação dos dados colhidos nas categorias, deve-se considerar que quanto maior for o valor, melhor é o clima organizacional. Além disso, os valores maiores que 4 tendem a indicar um bom clima e os menores que 2,9 tendem a indiciar um clima ruim. Contudo, a análise deve ser realizada de modo inverso quando se trata da categoria de Controle/pressão. Os valores maiores que 4 apontam um clima ruim (porque existe muita pressão e controle excessivo) e os menores que 2,9 apontam um bom clima (indicando pouca pressão e baixo controle).

4.2.1 - APOIO DA CHEFIA E DA ORGANIZAÇÃO

O tópico em questão remete ao suporte da chefia e da organização aos empregados no desempenho das atividades. No caso deste estudo, a análise refere-se ao apoio dos líderes da Ordem DeMolay para com seus membros no desenvolvimento das atividades da organização. As médias das respostas referente a categoria em questão, são apresentadas no gráfico 1.

Gráfico 1 - Apoio da chefia e da organização.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com o conjunto apresentado no gráfico 1, é visto que a média para a categoria de apoio dos líderes e da organização para com seus membros é alta, alcançando a média de 4,24 em seu total. Com médias que variam entre 4 e 5, fica exposto o bom clima de relacionamento entre as lideranças e os membros atuantes. Conforme apresentado no referencial teórico, o clima organizacional se torna um conceito importante em relação ao comportamento e as atitudes das pessoas em um ambiente, sua qualidade de vida e desempenho na organização. As afirmativas 1.8, 1.11, 1.15, 1.16 e 1.17, que obtiveram a média com nota máxima (5), têm em comum a relação do líder com os membros do grupo, observando as tratativas sobre o respeito entre os membros, mudanças nas atividades administrativas e opiniões dos participantes dentro da organização para tomada de decisão.

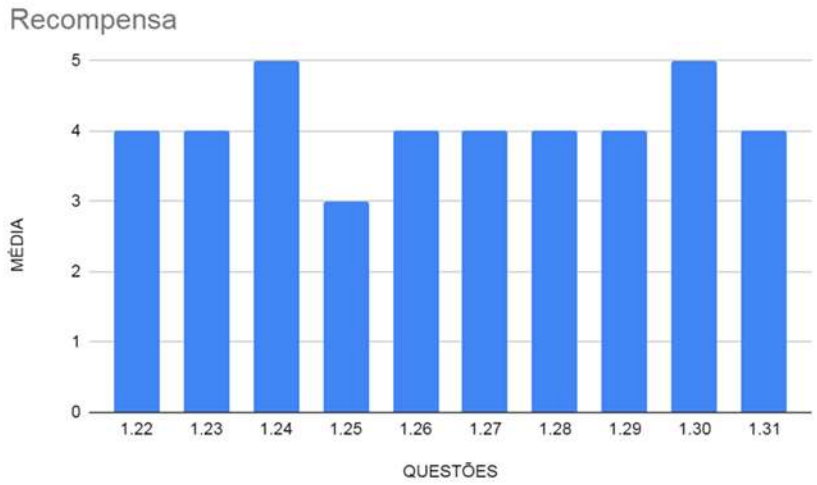
Dessa forma, percebe-se que o tipo de clima organizacional apresentado nesta categoria tem a característica do tipo clima participativo no grupo, apresentado no referencial teórico com as particularidades da confiança do líder com os demais membros do grupo. Onde a tomada de decisão está espalhada por toda a organização e a comunicação é descentralizada, ocorrendo de forma ascendente, descendente e lateral.

4.2.2 – RECOMPENSA

Por tratar-se de uma organização filantrópica, a categoria Recompensa propôs um levantamento a respeito do reconhecimento percebido dos membros atuantes pela organização. Com afirmativas direcionadas a satisfação e valorização dos membros através de reconhecimento no desempenho de

atividades, a categoria apresenta a média de 4,1 quando calculada na totalidade de afirmativas direcionadas a esse tópico, conforme mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Recompensa.



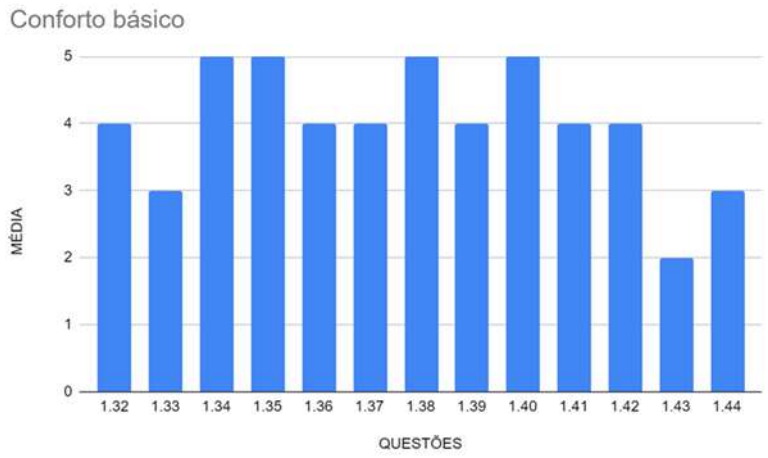
Fonte: Elaborado pelos autores.

As afirmativas que obtiveram média 5 apresentam a satisfação dos membros a respeito do reconhecimento no desempenho das atividades da organização, onde concordam, em sua maioria, que quando desempenham um trabalho bem-feito, são reconhecidos. Agora, analisando a concordância com a afirmativa que obteve a média mais baixa nesta categoria (3), pode-se notar que o reconhecimento dos membros independe das tarefas que fazem, mostrando assim que independentemente do cargo ocupado na Ordem DeMolay, o membro é reconhecido pelos demais ao desenvolver as atividades de sua responsabilidade e isso é favorável para o bom clima organizacional.

4.2.3 CONFORTO BÁSICO

Nesta categoria, as afirmativas relacionam-se com o ambiente físico, segurança e conforto proporcionados pela organização aos membros atuantes. As médias de concordância seguem apresentadas no gráfico 3.

Gráfico 3 - Conforto básico.



Fonte: Elaborado pelos autores.

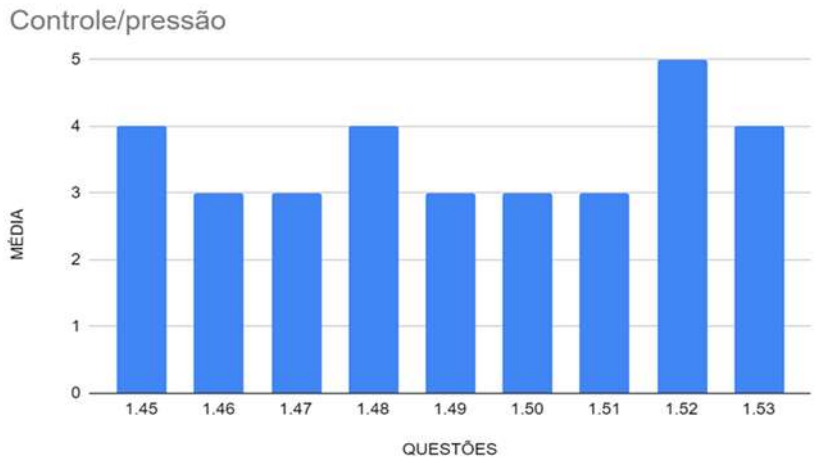
Com médias diversificadas individualmente por questões, a categoria que trata sobre o conforto básico obteve a média geral 4, apontando um bom clima organizacional neste tópico. As afirmativas que tratam sobre o espaço físico das reuniões, em questão de limpeza, iluminação e este estudo apontam que a satisfação dos membros neste critério é alta, pois obtiveram a média 5. Em análise das afirmativas com a menor concordância, a afirmativa que obteve a média 3 e se relaciona com a acessibilidade do ambiente para uma pessoa com deficiência se mover no local das reuniões da organização.

Mesmo não sendo uma média baixa de concordância, deve-se ressaltar que a acessibilidade no local das reuniões é algo primordial, visando o atendimento de modo geral aos membros da organização, mesmo para aqueles portadores de deficiência, este é um ponto importante que deve ser observado. Analisando a afirmativa que trata sobre o controle dos líderes da organização sobre os membros, a média 2 reflete o sentimento de liberdade dos membros em desenvolver suas atividades, sem o controle exagerado por parte da organização. Diante disso, no que se trata sobre o conforto básico, o clima organizacional é satisfatório.

4.2.4 CONTROLE/PRESSÃO

Com afirmativas relacionadas ao controle e pressão da organização sobre o comportamento e desempenho das atividades, o gráfico 4 mostra as médias apuradas por questão individualmente, para análise.

Gráfico 4 - Controle/pressão.



Fonte: Elaborado pelos autores.

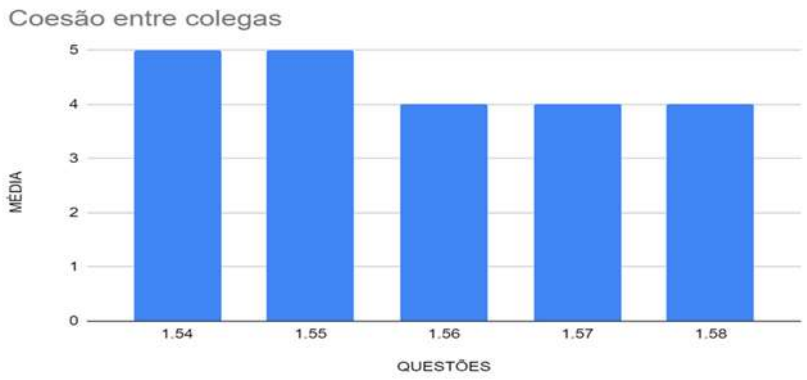
Com a menor média geral dentre as 5 categorias definidas, a categoria de Controle/pressão obteve a média 3,56 de concordância. Diante disso, tendo como referência a escala apresentada, a concordância em relação ao controle/pressão da organização sobre os membros é aceitável tendo em vista que a afirmativa que obteve a média máxima (5) trata sobre a relação de amizade entre os membros atuantes da Ordem DeMolay, mostrando assim que o clima entre os membros participantes é bem avaliado.

As afirmativas que obtiveram a menor média (3) nesta categoria tratam do controle exercido pelo líder do grupo sobre os membros, com questões sobre autoritarismo, punição e pressão por parte das lideranças. Diante disso, uma média que na escala proposta nem concorda e nem discorda, aponta que o controle/pressão na organização não é percebido, demonstrando o bom clima organizacional neste quesito.

4.2.4 COESÃO ENTRE COLEGAS

Esta categoria propôs afirmativas para concordância relacionadas a união, vínculos e colaboração entre os membros da organização e o gráfico 5 apresenta os valores das médias obtidas individualmente para discussão.

Gráfico 5 - Coesão entre colegas.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Sendo a categoria com a média mais alta entre as categorias, a coesão entre colegas atingiu a média de 4,4, apontando assim uma relação de um clima organizacional bom quando se trata das relações humanas entre os indivíduos da Ordem DeMolay. Com a média máxima (5) as afirmativas tratam do auxílio entre os colegas em momentos de dificuldades e também da cooperação entre os membros nas atividades da organização.

Nesse sentido, nota-se que a relação entre os membros é agradável quando se verifica que a menor média apresentada nessa categoria é 4, onde as demais afirmativas tratam da integração entre os membros, recebimento de novos colegas e sobre se sentir confortável em conversar sobre problemas pessoais com os demais colegas.

4.3 - RELAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DO ESTILO DE LIDERANÇA E O CLIMA ORGANIZACIONAL NA ORDEM DEMOLAY DE PORTO VELHO (RO).

Seguindo com os objetivos específicos, o estudo propõe uma análise para verificar o estilo de liderança predominante dentre os grupos da Ordem DeMolay de Porto Velho. Para isso, junto ao questionário foram inseridas questões a respeito do estilo de liderança para que cada membro apontasse qual mais identifica o modo de liderança praticado em seu grupo.

4.3.1 ESTILO DE LIDERANÇA

Para a categoria de liderança, separou-se as questões para uma análise individual de cada afirmativa e o gráfico 6 apresenta o resultado da questão do formulário.

Gráfico 6 - Estilo de liderança.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme o gráfico 6, 88,0% dos participantes concordam que o líder consulta os outros membros quando é preciso tomar decisões e orienta o trabalho da equipe. Em conformidade com o referencial teórico deste estudo, o estilo de liderança mais perceptível é o Estilo Democrático, tendo em vista que o líder envolve os demais membros da organização nas tomadas de decisões. Com registros menores, pode-se observar que 8,0% dos participantes identificam a liderança do seu respectivo grupo como Estilo Liberal (*laissez-faire)*, onde deixa que os membros executem suas tarefas após definidas. Por último, o gráfico apresenta 4,0% de reconhecimento com o Estilo Autocrático, onde as decisões são tomadas pela liderança, defendendo a mínima interferência do elemento humano nas atividades.

4.3.2 LIDERANÇA NO CAPÍTULO

Buscando fomentar ainda mais a discussão sobre o estilo de liderança exercido no grupo, o formulário apresentou algumas assertivas para que os participantes indicassem qual melhor traduz a liderança do respectivo capítulo que pertenciam. O gráfico 7 apresenta o resumo das respostas obtidas.

Gráfico 7 - Liderança no capítulo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em sua maioria, 68,0% dos participantes percebem que a liderança do seu grupo dá importância à relação com os membros e tem preocupação com o planejamento das tarefas. Essas características são ligadas aos conceitos do Estilo Democrático, apresentado no referencial teórico deste estudo. Fica demonstrado através desta questão a relação dos líderes com a satisfação dos seus membros e a preocupação com os objetivos das atividades da organização. Seguindo com as percepções dos participantes em relação aos seus respectivos líderes, 20,0% identificam que o líder muda a sua forma de liderar dependendo da situação que está vivendo.

A capacidade de um líder adaptar sua função dependendo da situação que está vivendo, é muito importante para o andamento dos objetivos da organização. Um bom líder consegue transmitir de forma eficaz os objetivos da organização, refletindo assim nos processos, para que ocorram o mais próximo ou como conforme planejado. Com a afirmativa que obteve 12,0% de percepção, pode-se propor que os membros que escolheram esta opção têm a imagem do líder como carismático e ainda possuem um grau de confiança elevado.

No geral, o apontamento da afirmativa que trata sobre a liderança de cada grupo apresentou resultados agradáveis sobre o clima organizacional do objeto de estudo desta pesquisa.

4.3.3 RELAÇÃO ENTRE CLIMA ORGANIZACIONAL E ESTILO DE LIDERANÇA NA ORDEM DEMOLAY.

A partir dos resultados discutidos na pesquisa, em conjunto com os concernentes à liderança na Ordem DeMolay, este tópico vem discutir a relação existente entre as características do clima organizacional e o estilo de liderança predominante, concluindo, assim, o último objetivo específico.

Inicialmente, conforme assevera Brunet (2011), os tipos de clima organizacional podem ser analisados em função das diferentes formas de poder que os líderes utilizam na organização. Por exemplo, um clima autoritário é caracterizado pelo uso de punições e recompensas pela administração para controlar os funcionários, enquanto um clima participativo é caracterizado pelo exercício do poder especializado que dá ao superior a imagem de um chefe de equipe.

Partindo dessa premissa, os resultados permitem inferir que o clima organizacional se relaciona com o estilo de liderança, na Ordem DeMolay quando se tem evidências de que a participação dos membros na tomada de decisão, a preocupação com as relações humanas e o reconhecimento dos membros no desempenho das atividades, resultam em um clima organizacional participativo no grupo. Dessa forma, o clima participativo não se caracteriza pela ausência de uma direção e controle

mais rígidos, mas sim por uma integração de processos de controle e decisão que se dissemina em todos os níveis hierárquicos da organização (Brunet, 2011).

Finalmente, à luz das definições de estilos de liderança apresentadas por Pedruzzi Júnior (2015), Blake e Mouton (1989), somadas à do tipo de clima organizacional apresentado por Brunet (2011), as características dos conceitos de estilo de liderança democrático e o tipo de clima organizacional participativo no grupo, mostram definições que em muito se aproximam. Esses conceitos têm em comum abordagens sobre confiança entre os membros da organização, comunicação em todos os sentidos, reconhecimento e auxílio no trabalho realizado, participação de todos em situações de tomada de decisão e a busca do equilíbrio entre a satisfação das pessoas e os objetivos da organização.

5 CONCLUSÕES

Para determinar as características que influenciam o clima organizacional na Ordem DeMolay, através do questionário ECO, os resultados que apresentaram a média de concordância alta nas categorias propostas, tendo a sua maior média na categoria de coesão entre os colegas. A Ordem DeMolay de Porto Velho apresenta um bom clima organizacional, com predominância do tipo de clima participativo em grupo, demonstrando que a valorização, reconhecimento e união dos membros, seguem conforme os preceitos de uma organização que preza por seus membros atuantes.

Em relação ao clima organizacional com o estilo de liderança, em sua maioria, a organização apresenta características no estilo de liderança ligadas ao conceito do Estilo Democrático, onde buscam incluir os demais membros nas atividades da organização e se preocupam com o bem-estar social dos participantes desta fraternidade. No geral, o estudo aponta um clima agradável entre os membros da Ordem DeMolay de Porto Velho e seus líderes.

Desta forma, conforme proposto pelo objetivo geral desta pesquisa, verifica-se que as características da Ordem DeMolay de Porto Velho indicam um bom clima organizacional, do tipo participativo no grupo, com características de um relacionamento humano onde os membros se sentem incluídos nos momentos de tomadas de decisões, são informados sobre mudanças, obtêm auxílio dos líderes nos processos administrativos das atividades que executam, são reconhecidos conforme realizam seus trabalhos e têm uma relação de confiança e amizade entre os membros da organização. Ainda de uma forma geral, o estilo de liderança percebido pelos membros da organização tende para o estilo de liderança Liberal/Democrático, que envolve todos os membros no processo, os quais podem executar suas tarefas com auxílio do líder ou da forma individual.

Na perspectiva apresentada, o estudo trouxe resposta ao objetivo geral da pesquisa, ao revelar quais são as características predominantes do Clima Organizacional e dos estilos de liderança adotados pelos líderes da Ordem DeMolay em Porto Velho (RO) na percepção de seus integrantes; e foi além, ao estabelecer a relação entre o estilo de liderança e as características do clima organizacional na Ordem. Tomando como referência os preceitos apresentados por Brunet (2011) e Senge (2000), foi possível inferir que as características de líder meio-termo, estilo de liderança democrático e o tipo de clima organizacional participativo no grupo, mostraram-se interrelacionadas, pois seus conceitos têm em comum abordagens sobre confiança entre os membros da organização, comunicação em todos os sentidos, reconhecimento e auxílio no trabalho realizado, participação de todos em situações de tomada de decisão e busca do equilíbrio entre a satisfação das pessoas e os objetivos da organização.

REFERÊNCIAS

BLAKE, Robert R.; MOUTON, Jane S. O grid gerencial III. São Paulo: Ed. Pioneira, 1989.

BRUNET, Luc. El clima del trabajo en las organizaciones. (3ra. ed.). México. Trillas. 2011. Disponível em: https://corganizacional1.files.wordpress.com/2017/02/el-clima-de-trabajo-en-las-organizaciones.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2022.

CAVALCANTI, Vera Lucia. et al. Liderança e motivação. Série Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DE OLIVEIRA, Maríllia Holanda et al. Ordem DeMolay e liderança: um novo conceito na perspectiva da afetividade e da identidade-paradigmas e paradoxos, 2010. Disponível em www.psicologia.com.pt Acesso em 22 de dezembro de 2020.

DeMolay Brasil. Disponível em <https://www.demolaybrasil.org.br> Acesso em 22 de dezembro de 2020.

GANGA, Francisco, NAVARRETE, Erwin. Enfoques asociados al liderazgo eficaz para la organización. Gaceta Laboral. 2013, vol. 19, Pág. 52-77. ISSN: 1315-8597. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33626721007>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de Marketing: foco na decisão; tradução: Opportunity Translations; Revisão técnica: Maria Cecília Laudisio e Guilherme de Farias Shiraishi -- 3. ed. -- São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MARTINS, Maria do Carmo Fernandes in SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias (Org); Medidas do Comportamento Organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Bookman. Artmed. Porto Alegre, 2008.

MOREIRA, E. G. Clima Organizacional. Curitiba: IESDE, 2008.

OLIVEIRA, Sara Moura de. Influência da liderança na motivação de colaboradores: Estudo de caso na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caminha. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações, Ramo de Gestão de Empresas) - Associação de Politécnicos do Norte (APNOR), Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Viana do Castelo, 2017.

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. – 7 ed. – São Paulo: Forense, 2010.

PEDRUZZI JUNIOR, Aloir. Estilo de liderança do “militar sertanista brasileiro”, Cândido Mariano da Silva Rondon. Dissertação (Mestrado em administração) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015. Disponível em https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1931. Acesso em 30 de julho de 2022.

PEREIRA, Ilson L.; PEREIRA, Edson L. O clima organizacional no Brasil: pesquisa bibliométrica nos eventos da Anpad. In ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Anpad, 2014. p. 1 – 4.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 Ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

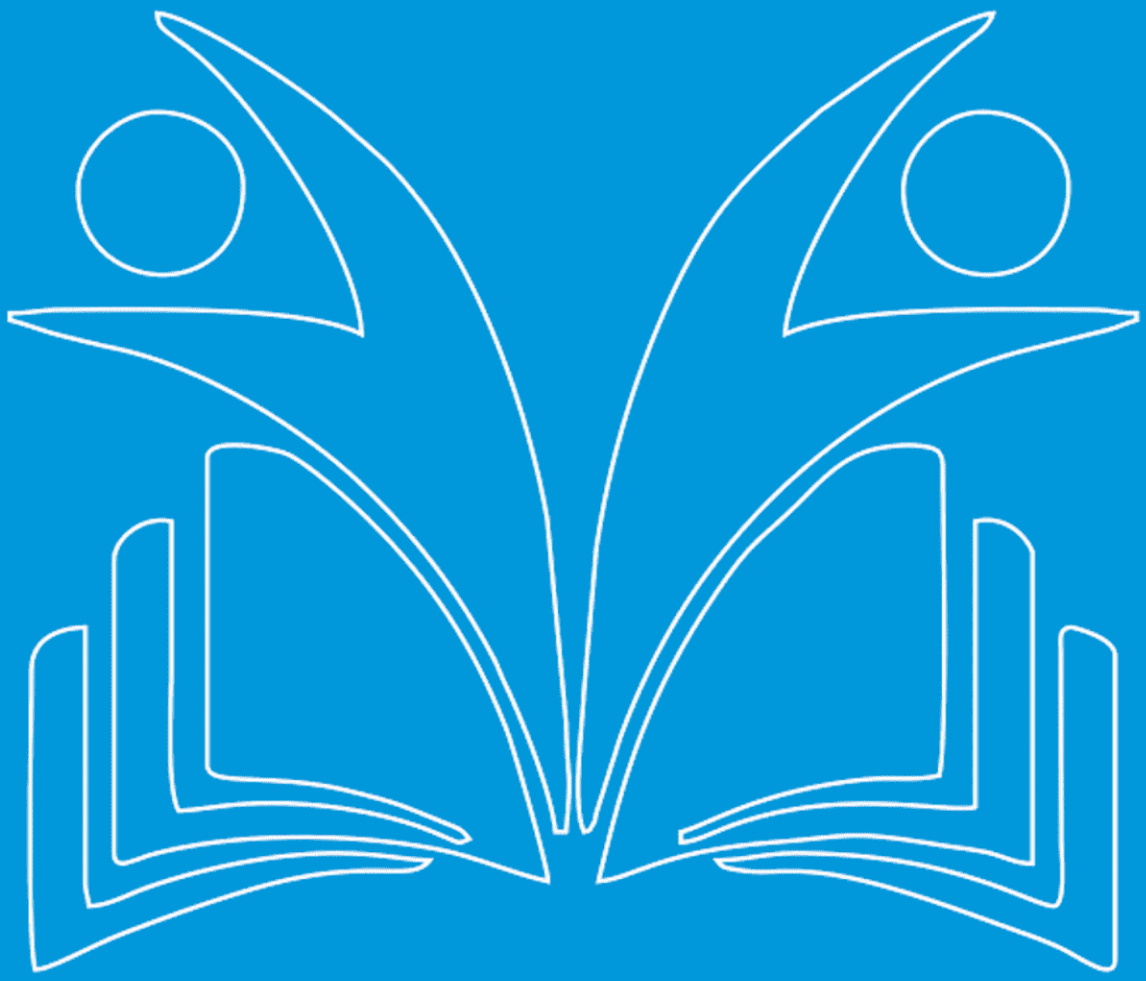
SENGE, Peter et al. A quinta disciplina caderno de campo: estratégias e ferramentas para construir uma organização que aprende. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

Capítulo 17

10.37423/231208619

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DE LUTA PELA TERRA

Davi Amancio de Souza — *Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*



INTRODUÇÃO

O Trabalho de pesquisa que apresentamos a seguir, é resultado de reflexões sobre o relevante papel da educação no contexto de luta pela terra. Essa análise é motivada por leituras que nos permitiram verificar, que historicamente sempre que o ser humano empreendia essa luta e obtiveram êxito a educação estava presente cumprindo o seu papel emancipador no ser humano.

Entretanto de acordo com Paulo Freire (1987), essa não é uma tarefa simples, usando a metáfora do parto ele afirma que o desafio da pedagogia do oprimido é dar à luz, essa libertação, que se levada a cabo traz consigo um novo ser humano, conforme vemos a seguir: “A libertação, por isto, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos”. Freire (1987, p. 09).

Com base no exposto, este trabalho se propõe a analisar que, embora a educação seja imprescindível para a efetivação de luta pela terra esse caminho não se dá de forma tranquila tendo em vista que os obstáculos serão impostos pelos opressores, a fim de que esse parto não aconteça, podendo até sofrer um aborto no seu percurso e esse oprimido permaneça na condição de dominação, ao invés de livre e capaz de lutar pelos seus direitos, como cidadão que tem consciência política.

Quanto a luta pela terra, um movimento social no Brasil se destaca, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. MST, pois além de ser o mais importante é também pioneiro nas causas que envolvem aqueles que pleiteiam o direito a terra. Essa pesquisa traz um pouco da história desse movimento, assim como o relevante lugar que a educação historicamente ocupa nos processos de luta pela terra, conforme a seguir: “A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo.”, Maria da Glória Gohn (1994, p. 16).

Culminando, com a indagação sobre esse sujeito que luta pela terra uma vez alienado quanto a educação, se não teria a sua luta comprometida uma vez que lhe falta esse conhecimento sobre si e sobre os seus direitos em relação a terra. Nesse caso alienação na educação converge para o processo de alienação da terra, nesse sentido temos duas coisas que são indissociáveis, educação e o direito a terra, tanto um quanto o outro, se constituem como bens que, para o ser humano deveriam ser inalienáveis.

A HISTÓRIA DA POSSE DA TERRA NO BRASIL

A história da posse de terra no Brasil nos remete a questão latifundiária, que tem inicio quando os Portugueses pisam em terras Brasileiras por volta do ano 1500. A etimologia da palavra latifúndio deriva de lattus, que é traduzida por largo, e de fundus, que significa o fundo da terra, ao juntar essas palavras temos, portanto, a expressão, grande área de terra. Assim, no Brasil a formação do latifúndio inicia com a posse da Coroa Portuguesa das terras que eles acabam de descobrir em 1530.

Nesse período, Dom Joao III, dividiu a colônia em 12 capitanias, distribuindo entre os chamados fidalgos e seus herdeiros, esse modelo de concessão feito pela coroa era chamado de “Sesmaria”, que consistia em um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens que embora pudessem usar a terra para construir, plantar e morar não eram proprietários de fato e de direito pois não havia nenhum sistema de transmissão legal de terras.

O modelo de concessão, sesmaria, durou até a proclamação da republica em 7 de setembro de 1822, surge então em 1850 a lei das terras, a partir do decreto: (Lei 601/1.850), tem início um processo fundiário no Brasil que reconhecia o direito dos sesmeiros a terra. Porem a primeira indagação é, o que o processo de colonização do Brasil e a formação do latifúndio pelos portugueses tem a ver com a luta pela terra.

Com a legalização das sesmarias concedidas aos fidalgos, temos início no Brasil colônia um processo que seria irreversível, a detenção da posse de expressivas porções de terra por parte de poucos legitimados pela coroa, assim o Latifúndio que temos hoje no Brasil, tem início no período do Brasil colônia. Entretanto só tivemos a mudança dos atores sociais envolvidos, mas os contrastes sociais em relação a terra continuam, isso culmina com a luta pela terra por parte dos que não possuem sequer um metro dela.

OS MARCOS LEGAIS QUE AMPARAM O DIREITO A TERRA

Um dos primeiros marcos legais em relação ao direito da terra remonta ao governo do presidente João Goulart, aprovado, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, regulava as relações de trabalho no campo. Em 13 de março de 1964, Jango, como era conhecido, assinou um decreto prevendo a desapropriação para fins de reforma agrária das terras localizadas na faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias, açudes construídos, em construção ou planejados pela União. Porém, as

promessas do então presidente em relação a reforma agraria foram interrompidas quando ele foi deposto pelo golpe militar de 1964.

Historicamente, no Brasil um fato se repete, sempre que temos alguém que pensa nos menos favorecidos e em relação aos seus direitos básicos, a classe dominante de forma bem orquestrada cuida para que esses ideais não prosperem por muito tempo. No Brasil de FHC, embora sendo ele um sociólogo, pobre não podia sequer ter direito a um bem de consumo tão importante quanto uma geladeira, muito menos carro, foi a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva, um trabalhador que não esqueceu suas origens, que pobre passou a ter direito a coisas essenciais, como a própria cesta básica, mas que de forma bem planejada, este foi paralisado politicamente.

Seguindo a história, temos a Constituição Federal, que reforça o Estatuto da Terra quando temos, no capítulo I, o texto que contempla os direitos fundamentais das pessoas: Estatuto da Terra - Lei 4504/64 | Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conforme se observa a seguir:

> Art. 1° Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.
>
> § 1° Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Essa melhor distribuição de terra historicamente no Brasil nunca foi feita de forma amistosa, mas sempre houve um campo de tensão, culminando até em mortes, conforme é possível verificar no caso de Eldorado dos Carajás. Haviam, 155 policiais militares que participaram da ação para desbloquear a rodovia PA-150, no sudeste do Pará, esse desbloqueio, resultou no assassinato de 19 trabalhadores sem-terra, na tarde do dia 17 de abril de 1996, lamentavelmente, dos 155 policiais que comandaram a operação, apenas dois, foram condenados.

É possível notar que, esse campo de tensão se inscreve como algo histórico no Brasil, tradicionalmente marcado pela disputa entre o latifundiário e o sem-terra.

Esse embate evidencia não apenas a falta de equidade em relação a distribuição da terra, que podes ser percebida com facilidade na seguinte equação: Os que tem muito e outros que não tem nada, para além dessa falta de justiça social, temos um agravante por se tratar de terras ociosas, e improdutivas que estão assim por falta de alguém que as manejem, entretanto se tais terras estivessem com grupos do MST, há muito já estariam produzindo alimentos para a mesa dos Brasileiros.

Temos ouvido com frequência no contexto político Brasileiro, sobre liberdade, equidade, isonomia, inclusão social e justiça social. Se apropriaram de conceitos que historicamente foram caros para emergir na sociedade, deixando um saldo de mortes e outras pessoas que foram presas, ou torturadas defendendo esses princípios que agora são usurpados, de forma indevida por pessoas inescrupulosas. Esses mestres do engano, roubam não apenas o dinheiro do povo Brasileiro, mas também a terra, a dignidade e ultimamente a educação e a saúde, mas ainda assim são capazes de usar esses valiosos conceitos, conforme exposto a seguir:

> "Apesar de incorporarem as ideias de justiça e igualdade, o apoio dos humanistas, as ações que são movidas por essas ideias são apenas aparentes, permanecendo no campo do debate em nível teórico, e conduzindo a argumentação de modo a neutralizar as ideias revolucionarias". (RIBEIRO, 2010, p.212).

Mas embora as circunstancias sejam desfavoráveis em todos os sentidos, essas ideias revolucionárias continuaram a ecoar a despeito daqueles que tentam neutralizar essas vozes. Muitas delas oriundas da universidade, em sua resistência a uma nova idade das trevas da ignorância que permeia o Brasil, podendo ser percebida por meio da negação a ciência, a exacerbação das falas no senso comum norteando a educação, e a saúde, fatos que colocam a ciência como algo imprescindível na contemporaneidade.

Uma conquista, em termos de dispositivos legais que amparam a luta pela terra foi a Constituição Federal de 1988, esta poderia ser um marco na execução de políticas voltadas ao campo e à redução da concentração de terras no Brasil, porém, não obteve nenhuma inovação em relação à Lei 4.504. é possível até dizer que houve retrocessos, uma vez que a nova constituição acabou legitimando o "latifúndio produtivo", pois não regulamentou o artigo que previa a desapropriação de terras maiores que o limite máximo que se poderia fiscalizar. Caso esse artigo fosse regulamentado, poderíamos até ter um freio em relação a questão latifundiária no Brasil, nesse sentido cabe dizer que o Estado está contaminado pelos interesses do capital.

De forma intencional, resolvi terminar esse resumo sobre os marcos legais que amparam o direito a terra com a Lei n. 8. 629/1993, que regulamenta as disposições em relação a reforma agraria, previstas no capítulo III, no Título VII, da Constituição Federal de 1988, nos artigos, 184 a 191, uma vez que a questão da Reforma Agraria tem sido um gargalo para sucessivos Governos no Brasil. Tal impasse tem relação estreita com o jogo de interesses liderado por aqueles que detém a posse de diversos hectares de terra, que incluem, empresários e políticos do Brasil, gerando esse campo de tensão, emperrando assim a reforma agraria.

Nesse ponto, podemos inferir que esse campo de tensão, trava a reforma agraria no Brasil, porem se quisermos entender a causalidade existente nesse processo é preciso desvelar o poder que exerce o capital. Nesse sentido podemos dizer que o Estado atende os interesses do capital, do contrário a reforma agraria já teria saído do papel e a distribuição de terras de forma equânime já teria acontecido, mas conforme o texto abaixo se surge um elemento contraditório a lógica capitalista logo e silenciado porque o capital possui o poder de comprar, e nada pode se opor a ele, conforme se vê aqui:

> O capital é, portanto, poder de governo sobre o trabalho e seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é proprietário do capital. O poder de comprar do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder. (MARX, 2004, p.40).

O capitalista moderno pode ser, um empresário, político conforme já foi pontuado, que seria a tese, entretanto esse outro que luta pela terra é a antítese, a síntese no caso da dialética Marxista seria o comunismo, ou seja, uma sociedade onde todos tivessem tudo em comum. Porem mesmo que não tivéssemos uma sociedade pelo menos a equidade em relação a terra e a educação, poderíamos afirmar que já teríamos avançado considerável nas nossas relações humanas.

Quanto a sua raiz, reforma agraria vem da junção das duas palavras, re e formare, destacando-se que reforma nesse sentido seria, mudar uma estrutura anterior, para modifica-la em algum aspecto.

Reforma agraria em relação a terra significa dizer da intenção do governo praticar a distribuição justa e equânime da terra. Entretanto no Brasil isso ainda está longe de acontecer em virtude do campo de tensão entre aqueles que detém a propriedade privada e o Estado Brasileiro entrelaçado nesse jogo de interesses.

O PROTAGONISMO DA EDUCAÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO A TERRA

Antes de delinear sobre o protagonismo, exercido pela educação no contexto da consolidação do direito a terra, é importante dizer que, não existe pratica educativa que seja neutra por parte daqueles que a utilizam, ao contrário disso, ela traz consigo uma certa intencionalidade ainda que não seja explicita, conforme vemos a seguir:

> “Não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a

> outra, a que não se esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade (FREIRE, 1992, p. 78)".

Isto posto, é possível dizer então que em relação a educação e o direito a terra, se essa educação é emancipadora ela há de se rebelar contra os promotores de qualquer tipo de injustiça social, na esteira dessas injustiças temos, a retirada do direito a terra. Essa desalienação do ser humano da terra, pode ser melhor sucedida se este humano entende a importância da educação, e que ao adentrar nela ele está se politizando. Essa intencionalidade educativa é revolucionaria conforme a seguir, "Porque assim é, a educação a ser praticada pela liderança revolucionária se faz com intencionalidade". Freire, (1987, p. 37).

Entretanto, além de uma educação que não se apresente como neutra, mas se mostre intencional e revolucionaria, é necessário que ela seja uma educação que elabore estratégias adequadas a fim proporcionar a conscientização da classe trabalhadora explorada uma tomada de consciência do seu papel a fim de não sucumbir diante dos ditames da exploração capitalista conforme lemos a seguir.

> "Essa superação só acontecerá de forma muito planejada, e a educação faz parte desse contexto de conscientização dos trabalhadores a respeito da exploração capitalista e dos mecanismos de ultrapassá-la. Para tanto, o papel da educação é indispensável para ajudar na elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como uma automudança consciente dos indivíduos". (SANTOS & SOUZA 2010, p. 10).

É possível notar o protagonismo da educação, em relação ao processo da emancipação humana, essa automudança consciente dos indivíduos acima citada, é libertadora, a partir daí o ser humano consegue se perceber como sujeito de direitos e não mais como assujeitado. Nesse sentido, O Programa Nacional de Reforma Agraria, PRONERA, são extremamente importantes especialmente, para os jovens e adultos que compõem a população do campo com mais dificuldades para acessar esse bem tão valioso que é a educação, conforme o texto que segue.

> "O Programa atendeu um grande número de educandos oriundos do campo e representou a principal fonte de oferta para cursos dessa natureza em várias modalidades de ensino, propiciando que estes educandos viessem a ampliar suas potencialidades intelectuais, com reflexo direto na vida pro-ssional de muitos destes que tiveram sua inserção no mundo do trabalho, para além das relações manifestadas pelo sistema do capital". (SANTOS & CARVALHO 2019, p. 290).

Ademais, o PRONERA, também possibilita a população campesina desenvolver suas potencialidades, e a partir do conhecimento proporcionado por meio da educação, se tornarem resistência a eventuais sistemas opressores. Nesse sentido cabe salientar que dentre as características da práxis educacional do Pronera que diferem da educação convencional, está a ênfase no trabalho coletivo, dessa forma

além de envolver os educadores de forma mais efetiva, os alunos(as), por sua vez se percebem como parte do processo.

Porém, conquistas como essa só foram possíveis em virtude da criação de uma pauta de reivindicações dos movimentos sociais, que valoriza o coletivo do campo, especialmente os assentados, a defesa da equidade em relação a posse da terra, além da educação que deixa de ser um bem distante para fazer parte da vida diária deles. Cabe ainda dizer que o PRONERA, se constitui no Brasil como a mais importante política pública educacional para o campo, visto que não temos um outro que tenha o seu alcance, ou contemple as demandas da educação do campo em especial os povos assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, podemos concluir que a educação é fundamental no contexto de luta pela terra, porem desde que não seja uma educação que tenha como pano de fundo uma ideologia capitalista, pois se assim for ela estará alinhada aos anseios do capitalista e não do oprimido que luta pelo direito a terra. Para além disso essa educação também não pode se apresentar como neutra, uma vez que não existe neutralidade no processo educativo, ela deve ter um caráter critico, não uma educação alienada, ou desprovida dessa lucidez.

O momento que atravessamos no Brasil é delicado, pois existe um movimento bem orquestrado para colocar a ciência em descrédito, e fortalecer o senso comum, desacreditando a ciência, por conseguinte a educação estará também desacreditada pois não existe ciência se não houver educação, desta forma esse texto que o leitor tem em mãos se inscreve como um movimento de resistência, contra tudo que se opõe a ciência e consequentemente a educação.

Quanto a luta pela terra, ao problematizar sobre os tensionamentos inerentes ao binômio, latifúndio x sujeito que luta pelo direito a terra, esse texto se apresenta como uma forma de expor as mazelas provenientes do egoísmo humano, que não estão presentes apenas no segmento empresarial do Brasil, mas também no âmbito político, já que determinados líderes políticos no contexto Brasileiro são detentores de volumosos hectares de terras, e isso naturalmente se dá em virtude da ganância do ser humano que desconhece limites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária. Programa Nacional da Reforma Agrária. Manual de Operações. Brasília, 2004.

BRASIL. Constituição 1988. 14. ed. at. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. (Série Textos Básicos. Nº 22).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas. Clássicos e Contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

https://www.sedep.com.br/artigos/a-reforma-agraria-no-brasil/Acesso em 17/05/2021, às 01:54

https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64.Acesso em 16/05/2021, às 23:50.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Eldorado_do_Carajás.Acesso,em 18/05/2021/, às 03:34

https://jus.com.br/artigos/24312/a-institucionalizacao-da-politica-de-reforma-agraria-no-estatuto-da-terra-uma-proposta-a-frente-de-seu-tempo,Acesso,em:18/05/2021,às 03:45.

https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/capitanias-hereditarias. Acesso em: 18/05/às 04:02.

LEI 4.504, de 30 de novembro de 1964. Presidência da República. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 22 out. 2009.

MARX, Karl, Manuscritos econômico-filosóficos. Título original: Ökonomie philosophische Manuskripte. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

RIBEIRO, Marlene. Movimento Camponês, Trabalho e educação: Liberdade, autonomia, emancipação: Princípios/fins da formação humana/1-ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Arlete Ramos dos, & SOUZA, Gilvan dos Santos. Para Além da Escolarização: O MST Rumo a um Paradigma Progressista de Gestão, UFMG, UESB. Ilhéus/BA: Editus, 2010.

SANTOS, Arlete Ramos dos, & CARVALHO, Mauro dos Santos. O Pronera como política pública educacional do campo: contextos e contradições. Rev. Tempos Espaços Educ. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, 2019.

GRAMSCI, A Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

MAGALHÃES, Jonas E. P.; AFFONSO, Claudia R. A.; NEPOMUCENO, Vera Lucia da C. Trabalho docente sob fogo cruzado. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. 268 pp. Resenha de: BOMFIM, Maria Inês. Precarização estrutural do trabalho docente: o fim do professor intelectual? Revista Trabalho, Educação e Saúde, v.17, n.3, Rio de Janeiro, 2019.

Capítulo 18

10.37423/240108636

FERRAMENTAS DE GESTÃO: UMA ANÁLISE DO AUXÍLIO PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS EM UMA INDÚSTRIA

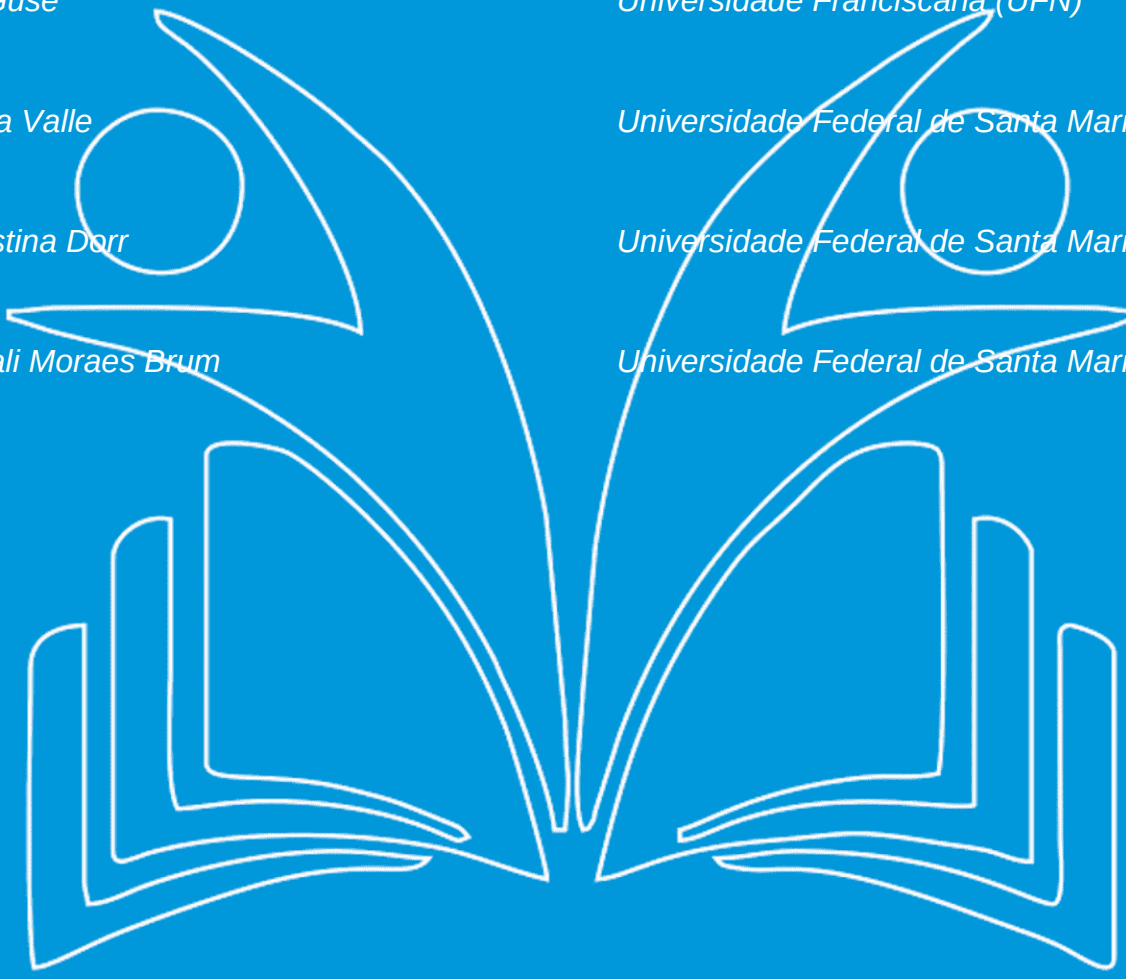
Natália Ceretta Pozzer — *Universidade Franciscana (UFN)*

Jaqueline Guse — *Universidade Franciscana (UFN)*

Carine Dalla Valle — *Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*

Andrea Cristina Dorr — *Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*

Tônia Magali Moraes Brum — *Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*



Resumo: Um bom planejamento, estratégias, controles eficazes são capazes de amparar aos gestores no processo decisório da empresa através de informações relevantes. Para tanto, realizou-se um estudo de caso, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, qualitativa e descritiva, dispondo dados e informações coletados através de relatórios, demonstrações contábeis, planilhas, dentre outros documentos que foram essenciais para a elaboração deste trabalho, todos disponibilizados pela empresa e ainda, contou com uma entrevista semiestruturada as gestoras. Como principais resultados, nota-se que as formas de controles internos da própria empresa são eficazes, sendo eles por meio de planilhas eletrônicas, manuais, entre outros, mas percebe-se que estes podem adaptados, para serem ainda mais completos e claros e assim atingir a um resultado satisfatório e colaborando para a tomada de decisão. Sendo assim, conclui-se que as ferramentas de controle denotam uma análise mais profunda e detalhada da real situação da empresa, possibilitando as gestoras um planejamento mais preciso e fazendo os ajustes quando necessário para alcançar os objetivos da mesma.

Palavras-chave: Contabilidade de Custos. Ferramentas de Gestão. Tomada de Decisão.

1 INTRODUÇÃO

Hoje, a contabilidade deve ser tratada como uma grande aliada da gestão, especialmente em microempresas. Essas empresas costumam ser mais frágeis devido ao seu porte e no ambiente competitivo elas necessitam do amparo contábil para se manterem vivas devido à grande concorrência do mercado globalizado. A utilização da informação contábil, como ferramenta de auxílio à gestão e tomada de decisão, ocorre diante do grau de necessidade do gestor ou proprietário (CREPALDI, 2020).

Assim, a contabilidade de custos é uma ferramenta para a tomada de decisões e a determinação do custo dos produtos é essencial para a fixação de preços, além da análise de rentabilidade, avaliação dos estoques, entre outros (MELO; PIETRO, 2013). Conforme afirma Niederle (2012), para as organizações que desejam resultado positivo diante da concorrência no mercado é necessário que o lucro desejado seja alcançado com o máximo de produção e com o mínimo de custo e perda.

Com isso, a importância destes passou de ser um mero contribuinte na avaliação dos estoques, mas sim, um instrumento fundamental de controle e para decisões gerenciais, em consequência disso, alguns pontos cruciais que servem para obter as informações necessárias como: preço, produto rentável ou não. Padoveze (2003) define a contabilidade de custos como o ramo da ciência contábil que atua na gestão econômica dos custos e dos preços de venda das mercadorias e serviços das empresas, dando suporte para que o preço de venda do produto ou serviço finalizado possa ser suficiente para cobrir os custos e despesas utilizadas na compra ou fabricação do produto ou serviço, e ainda ter lucratividade (ROCHA *et al.,* 2019).

De acordo com Young (2006) os dados e as informações são transcritos através de relatórios e normas contábeis que foram sendo elaborados conforme a necessidade dos usuários, que na maioria das vezes, são designados a usuários externos (investidor) e raramente é idealizada para utilizadores internos (gestor e responsável da empresa). Por outro lado, a “informação contábil” tem como público alvo os gestores e tem por finalidade o processo de departamentalização no ramo dos negócios dentro da entidade, com propósitos específicos, para isso, foi desenvolvida uma ferramenta que serve para mensurar o desempenho de cada setor, sempre com o consentimento de que as medidas adotadas, ou seja, as estratégias sirvam para abastecer as necessidades com aquilo realmente que for primordial e que os objetivos traçados sejam atingidos.

Dessa forma o gerenciamento dos custos torna-se indispensável para o gestor não tomar decisões equivocadas e evitar prejuízos. Este trabalho é cunho relevante, pois contribuirá para que os gestores

se embasem sobre a importância que é ter um controle de gerenciamento contábil de forma mais organizada e prática. Diante desse cenário surgiu a motivação de se estudar o seguinte problema: como as ferramentas de gestão podem auxiliar na redução de custos de uma indústria de grande porte? Com base nessa problemática, este artigo objetiva analisar como as ferramentas de gestão podem auxiliar na redução de custos de uma grande indústria atuante no ramo de moagem de trigo e fabricação de derivados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A necessidade para que as organizações tivessem melhor controle dos valores utilizados na produção dos seus produtos e execução dos seus serviços, pode ser apontado como um dos principais motivadores para o surgimento da contabilidade de custos (MARTINS, 2008). Esse ramo da contabilidade atua com uma ferramenta norteia o processo de formação de preço, evitando gastos excedentes e subsidiando o processo de tomada de decisão.

Uma entidade que tem um bom controle de custos tem condições de acompanhar seu desempenho empresarial, podendo então relacionar os resultados obtidos como consequências de um bom gerenciamento de custos (LIMA, 2014). A contabilidade dentro uma organização é uma área que precisa produzir resultados positivos, logo é necessário utilizar-se das ferramentas que envolvam a gestão contábil, para assim, auxiliar da melhor forma os gestores na tomada de decisão (MARION, 2009).

Na opinião de Jesus e Pinheiro (2013), a contabilidade de custos está relacionada com o estudo dos gastos feitos para que se possa obter um produto ou um serviço para venda, e a partir do momento em que a empresa organiza seus custos, ela pode determinar o preço de venda da mercadoria ou serviço. Os gestores podem utilizar da contabilidade de custos como um dispositivo capaz de lhes dar informações importantes, as quais podem decidir o destino de toda a organização.

2.1.1 MÉTODOS DE CUSTEIO

Os métodos de custeio são ferramentas que servem para a elaboração de informações e são essenciais para auxiliar no processo decisório e também para a tomada de decisão, à medida que, cada entidade deve utilizar o método que condiz com a sua estrutura (SILVA *et al.,* 2016). Com isso, vale ressaltar que todos os tipos de métodos de custeio dispõem dos custos diretos e indiretos, e através destes que é

estabelecido o custo individual de cada produto ou serviço. Por outro lado, Dubois, Kulpa e Souza (2009) mencionam que estes métodos são ferramentas primordiais para o fornecimento de informações, em que estas, são responsáveis para assessorar na tomada de decisões.

O método de custeio variável, só são alocados aos produtos os custos variáveis, ficando os fixos separados e considerados como despesas do período, indo diretamente para o resultado; para os estoques só vão, como consequência, custos variáveis". Já, segundo Bertó e Beulke (2009, p. 34) "o custeio variável parte do princípio de que um produto, uma mercadoria ou um serviço são responsáveis apenas pelos custos e pelas variáveis que geram". O Custeio de Unidades de Esforço de Produção (UEP), conforme Wernke (2005) preza pelo custo individual de cada produto em que é estabelecido por meio das matérias-primas e também pelos custos de transformação. Este tipo de método é utilizado para fins de custeamento em indústrias.

O método de custeio ABC se embasa em atividades de produção, na qual, busca fragmentar a entidade em atividades operacionais para que se possam identificar quais os procedimentos são desempenhados tanto das atividades quanto dos objetos para depois designar qual o custo adotado (FERREIRA, 2007), este sistema advém para sintetizar as distorções ocasionadas pelas formas de rateio dos custos indiretos e também para obter resultados mais significativos para a empresa (AZEVEDO; GOUVÊA; OLIVEIRA, 2006).

O custeio por absorção é considerado umas das ferramentas ancestrais da metodologia de custeio, e o mais utilizado na atualidade pelas empresas. Sendo também um método básico para avaliação do estoque, com a finalidade de realizar o levantamento do balanço patrimonial e da demonstração do resultado (DA SILVA *et al.,* 2018).

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

Segundo Crepaldi (2012), a contabilidade gerencial é a área que tem por objetivo possibilitar ferramentas aos gestores que sejam propícias e favoreçam no momento de tomar decisão. Ainda, tem como finalidade a de facilitar o planejamento, o controle, a avaliação e o processo decisório aos administradores com o auxílio da informação contábil para que ocorra tudo como o esperado e assim seja alcançado com êxito o sucesso da entidade.

Bazzi (2015) diz-se que a contabilidade gerencial tem como metodologia a de diferenciar, mensurar e averiguar eventos ocorridos na entidade a fim de desenvolver informações que serão ajustadas conforme a carência de cada utilitário, tornando-se relevante na tomada de decisão. Noutra

perspectiva, Padoveze (2012), diz que tem como objetivo o de amparar aos usuários com informações econômicas relevantes e fidedignas para o processo decisório e de execução satisfatório dos administradores.

Conforme Albanez e Bonizio (2007), as informações cada vez mais de forma tecnológica trazendo mais rapidez para o processo da contabilidade, com mais detalhe, os profissionais acessam maior quantidade de dados e com maior rapidez. Já para Horngren *et al.,* (1998), pode-se mencionar que a contabilidade gerencial é aquela de organiza os dados, analisa as informações, faz a mensuração para que os gestores tenham entendimento do que está acontecendo nos processos da empresa, dessa maneira ela está relacionada a uma contabilidade mais precisa como uma ferramenta gerencial, facilitando o setor contábil a diagnosticar suas informações.

3 METODOLOGIA

O presente estudo apresenta-se como uma pesquisa qualitativa, pelo fato de ser realizado um levantamento dos custos e analisado quais as ferramentas poderão fazer-se úteis para os gestores perante a tomada de decisão. De acordo com Martins e Theóphilo (2007, p. 136), “uma das principais características da pesquisa qualitativa é a predominância da descrição [...] tem como preocupação central descrições, compreensões e interpretações dos fatos, ao invés de medições”.

Quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se como descritiva, pois buscou detalhar as características e quais os custos que foram aplicados na empresa. Desta maneira, este tipo de pesquisa busca relatar como a gestão pode colaborar a tomada de decisão e proporcionar uma relação com o problema (GAMMARANO; FARIAS; FILHO; ARRUDAFILHO, 2012).

A pesquisa ainda se identificou como documental, por se proceder de materiais já elaborados e publicados como, por exemplo, artigos, revistas, e demais materiais, buscando fontes de sustentação em instrumentos já existentes na empresa também, ou seja, controles e relatórios que auxiliam perante a influência dos custos, analisando de certo modo como eles procedem-se e no que eles cooperam com o gestor para a tomada de decisão da empresa. Por essa razão, conforme Silva e Grigolo (2002 *apud* BEUREN, 2013), mencionam que este tipo de estudo busca escolher e examinar as ideias que nem sempre podem agradar a todos, mas fazem com que se possa selecionar algo de produtivo, à medida que, consiga contribuir com os demais.

A fim de alcançar o objetivo, foi aplicada uma entrevista semiestruturada no segundo semestre do ano de 2020 à responsável da empresa, em que sua função é gerente administrativa, a fim de compreender

e conhecer como são as condutas de gestão que a empresa emprega. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), a entrevista semiestruturada é onde o pesquisador necessita da elaboração de um conjunto de questões de acordo com o tema proposto, na qual, o chamado de roteiro, sendo possível o entrevistado conversar livremente sobre questões que vão surgindo.

Ainda, pode-se falar que ocorreu uma observação na indústria para verificar como o sistema de custos auxilia na gestão da mesma. Para Pereira *et al.* (2018), é uma ferramenta que visa usar os sentidos como forma de compreensão de fatos, buscando um maior contato com o propósito a ser investigado. Também, a pesquisa deu-se de caráter documental, em que foram averiguados documentos disponibilizados pela própria proprietária a fim de possuir maior compreensão dessas informações. Diante das respostas encontradas, sucedeu-se a coleta de acordo com os documentos extraídos da empresa e também do sistema contábil do escritório de contabilidade, na qual, o uso de todas essas informações foram autorizadas pela empresa e com isso, foi possível desenvolver um pequeno sistema de custos, a fim de registrar todos os custos e despesas que inseridos na empresa.

Após aplicar o roteiro de pesquisa à responsável pela empresa, foram extraídas as informações, houve a análise das mesmas e os dados coletados inseridos e tabulados em planilhas eletrônicas, na qual, a ferramenta utilizada foi o Software *Microsoft Office Excel* e consequentemente ocorreu a formulação de gráficos de acordo com cada pergunta aplicada. Sendo assim, foi possível ter noção no que se refere à aplicabilidade e ainda obter conhecimento sobre a contabilidade e suas ferramentas de gestão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa objeto deste estudo foi constituída no ano de 1952, atuando a mais de 60 anos no ramo de moagem de trigo e fabricação de derivados. Encontra-se situada na Quarta Colônia – RS e é uma sociedade limitada, composta por três sócias, sendo que duas delas trabalham diretamente da empresa e sua forma de tributação é pelo regime tributário do lucro real. No Quadro 1, pode-se visualizar o número de colaboradores que a empresa em análise possui.

Quadro 1: Número de Colaboradores e Funções

Número de funcionários	Cargo/Função
2	Administradoras
2	Auxiliares de moleiro
2	Motoristas
5	Auxiliares de empacotamento
1	Auxiliar administrativo
2	Serviços de limpeza
2	Carregadores e descarregadores de caminhão
1	Menor aprendiz de eletricista industrial

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com o Quadro 1, pode-se notar que a empresa possui 17 colaboradores, sendo: duas administradoras, uma com formação em enfermagem e obstetrícia com especialização em administração hospitalar e a outra com formação em engenharia civil, dois auxiliares de moleiro, dois motoristas, cinco auxiliares de empacotamento, um auxiliar administrativo, dois serviços de limpeza, dois carregadores e descarregadores de caminhão e um menor aprendiz de eletricista industrial.

A rotina de trabalho dos funcionários da indústria é com uma carga horária de 44 horas semanais, sendo realizada de segunda-feira à sexta-feira. Ademais, a indústria é toda mecanizada, necessitando de pessoal somente para controle de produção e de funcionamento das máquinas. Diante das atividades de cada setor, a indústria necessita de funcionários para atividades que não são mecanizadas como: no ensacamento de mercadoria que há designação de funcionário para costura da sacaria e para empilhar as mesmas; empacotamento e enfardamento; depois do produto pronto é feito o carregamento dos caminhões e a distribuição para clientes.

Menciona-se que na produção há o envolvimento de 08 colaboradores e diante suas funções, pode-se dizer que no recebimento de matéria-prima são destinadas duas pessoas, e nesta função é a descarga de caminhões, análise do potencial hidrogeniônico (PH) do trigo que serve para avaliar o nível de acidez, neutralidade ou alcalinidade (substâncias que são capazes de neutralizarem os ácidos) e ainda definir para qual silo devem ser destinados os produtos. Já, no recebimento de insumos para industrialização é necessária de uma a duas pessoas para receber caminhões de transporte de insumos, controle de notas fiscais e ainda para recebimento da matéria-prima.

No processo de moagem é designada de duas a três pessoas, dependendo da necessidade, que vão determinar qual trigo deve ser destinado para moer, acionar a retirada do produto do silo, acionar o processo de transporte do mesmo para molhador e caixas de descanso e também o processo de

moagem. Neste mesmo processo, ainda há de acompanhar, supervisionar e avaliar o produto na moagem, assim como o funcionamento das máquinas e dar suporte e manutenção quando necessário.

No ensacamento são necessárias duas pessoas, em que ocorre o fechamento dos sacos e o empilhamento dos mesmos. No empacotamento é designada uma pessoa diariamente e quantas mais forem necessárias pois depende das vendas, para encher os pacotes, pesar, fechar e enfardar. Na expedição e carregamento de caminhões são utilizadas duas pessoas. Por fim, na limpeza geral da indústria é utilizada uma pessoa e no segmento do escritório é utilizada mais uma para serviços de limpeza. A indústria abastece os municípios da Quarta Colônia – RS e demais municípios da região com seu produto principal, a farinha de trigo, que é disponibilizada para supermercados, fábricas de bolachas e padarias e a parte não utilizada, pode-se dizer as sobras ou os restos, são farelos que são comercializados principalmente para produtores rurais.

4.2 CONTROLES DE CUSTOS EXISTENTES NA EMPRESA EM ANÁLISE

Diante da entrevista realizada na empresa, as administradoras relataram como ocorre todo o processo de produção, a rotina de trabalho dos colaboradores, e ainda, quais ferramentas são utilizadas pela indústria, como o preço do produto é formado e também quais informações contábeis necessárias para auxiliar no processo decisório. Dentro da empresa é utilizado um sistema *software* para o controle, o qual registra notas de entrada, as despesas que envolvem a produção e despesas gerais e o registro de notas de saídas. Esse sistema gera as informações que são enviadas a contabilidade que é realizada em escritório externo a empresa. Além desse sistema a empresa utiliza de planilhas eletrônicas para realização do processo de controle.

Sendo assim, nota-se que a empresa já utiliza controles que facilitam na gestão empresarial e colaboram para o processo decisório, mas, percebe-se que esses controles podem ser ainda mais eficazes, ajustados e adaptados para a melhor tomada de decisão. Com relação aos custos dos insumos para a fabricação, os controles são elaborados por meio de planilhas eletrônicas na ferramenta do *Microsoft Excel*.

Da mesma maneira, o controle de despesas e ainda o controle de produção e vendas do produto também são realizados em planilhas eletrônicas. Por outro lado, o controle de contas a receber e a pagar é realizado manualmente, do mesmo modo que acontece com o controle de estoques. A fim de responder a problemática, buscou-se analisar as informações contábeis apontadas nos relatórios

contábeis e gerenciais com o intuito de observar se estas são coerentes e adequadas para a tomada de decisão.

Diante dos apontamentos as gestoras entrevistadas e ainda por meio de documentos manuseados, nota-se que a empresa emprega ferramentas, destacando principalmente o uso de *software,* planilhas eletrônicas e relatórios, em que estas geram informações para controles internos. Salienta-se que se utilizou dos dados de gastos gerais para a realização das análises, não se detendo no cálculo dos gastos individuais por produtos, e sim do gasto geral da empresa. De acordo com o Quadro 2, pode-se perceber a mensuração dos custos com materiais diretos da empresa.

Quadro 2: Custos Operacionais

CUSTOS OPERACIONAIS	2018	2019
	R$ 3.421.137,44	R$ 4.517.529,20
CUSTOS DAS MERCADORIASVENDIDAS	R$ 776.028,93	R$ 1.024.679,71
COMPRA DE MISTURA A PRAZO	R$ 781.260,00	R$ 1.041.157,00
(-) DEVOLUÇÃO DE COMPRA DE MERCADORIAS	-	-R$ 9.480,00
BONIFICAÇÕES RECEBIDAS	-	R$ 1.080,00
(-) BONIFICAÇÃO CONCEDIDAS	-	-R$ 798,00
ESTOQUE INICIAL – REVENDA	R$ 101.222,95	R$ 95.608,90
(-) ESTOQUE FINAL – REVENDA	-R$ 106.454,02	-R$ 102.888,19
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	R$ 2.645.108,51	R$ 3.492.849,49
COMPRAS DE TRIGO – PF A PRAZO	R$ 7.416,50	R$ 238.712,40
COMPRAS DE TRIGO – PJ A PRAZO	R$ 2.743.227,01	R$ 3.359.310,31
COMPRA DE SACARIA A PRAZO	R$ 127.793,90	R$ 153.505,88
COMPRA DE EMBALAGENS	R$ 4.959,75	R$ 5.771,25
(-) DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	-R$ 5.126,94	-
(-) BONIFICAÇÃO CONCEDIDAS	-R$ 969,00	-R$ 2.750,00
(-) CRÉDITO PIS S/COMPRAS	-R$ 17.382,19	-R$ 23.214,03
(-) CRÉDITO COFINS S/COMPRAS	-R$ 80.063,36	-R$ 106.882,51
(-) ICMS S/ENTRADAS	-R$ 73.072,60	-R$ 96.204,86
ESTOQUE INICIAL	R$ 2.867.068,31	R$ 3.386.494,82
(-) ESTOQUE FINAL	-R$ 2.928.742,87	-R$ 3.421.893,77

Fonte: Dados da Empresa (2023).

No Quadro 2, tem-se os custos operacionais, sendo o custo das mercadorias vendidas e o custo dos produtos vendidos. Pode-se notar que houve um aumento nos custos totais de mercadorias e produtos vendidos de um ano para o outro, sendo que o aumento foi de 32,05%, ou seja, o custo aumentou em R$ 1.096.391,76. Com relação ao custo das mercadorias vendidas, que são referentes a compras de misturas, nota-se um aumento de R$ 776.028,93 em 2018 para R$ 1.024.679,71 em 2019, representando um aumento de 32,04 %. Já, em relação ao custo dos produtos vendidos, que tem como

item principal a compra do trigo, percebe-se que em 2019 o valor total foi de R$ 4.517.529,20, sendo maior que 2018 em 32,05%.

Observa-se que a maioria das contas de um ano para outro apresentaram um aumento, muitas vezes não expressivos, mas especificadamente a conta que teve um aumento maior de 2018 para 2019 foi compras de trigo – pessoa física a prazo, que aumentou de R$ 7.416,50 passando para R$ 238.712,40, o que representa um aumento de 3.218,67%. Esse fato pode ser devido a ter havido maior oferta de compra de trigo de pessoa física no ano de 2019, em comparação com o ano de 2018.

Denota-se que na separação dos custos das mercadorias, elenca-se a compra de mistura a prazo, já como custos dos produtos, têm-se a compra de trigo tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, compram de sacaria a prazo que variam conforme a quantidade do produto e ainda a compra de embalagens. Diante da compra de embalagens, pode se destacar uma série de itens que a compõe, como por exemplo: sacos de vinte e cinco a cinquenta quilogramas, sacos de papel de um quilograma e também cinco quilogramas, capas de dez e vinte e cinco quilogramas respectivamente, cola, fita adesiva e fio poliéster. Ainda, tem-se também a especificação dos outros custos de produção que podem ser visualizados no Quadro 3.

Quadro 3: Custos Operacionais – Outros Custos de Produção

CUSTOS OPERACIONAIS	2018	2019
OUTROS CUSTOS DE PRODUÇÃO	R$ 252.360,42	R$ 330.872,44
OUTROS INSUMOS DE PRODUÇÃO	R$ 24.657,74	R$ 27.723,87
DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES	R$ 19.850,11	R$ 19.640,51
CONTROLE DE PRAGAS - DEDETIZAÇÃO	R$ 9.139,24	R$ 8.453,47
ASSESSORIA TÉCNICO CIENTÍFICA	R$ 1.675,00	-
ENERGIA ELÉTRICA	R$ 144.561,93	R$ 184.360,81
ANÁLISES LABORATÓRIAIS	R$ 3.410,80	R$ 7.405,94
SEGURO DO ENGENHO	R$ 14.997,11	R$ 9.714,80
MANUTENÇAO E CONSERTOS	R$ 29.057,08	R$ 68.502,58
IPTU PRODUÇÃO	R$ 4.743,27	R$ 4.836,72
FRETES E TRANSPORTES	R$ 268,14	R$ 233,74

Fonte: Dados da Empresa (2023).

No Quadro 3, nota-se os outros custos de produção, sendo novamente o ano de 2019 o maior, com o valor total de R$ 330.872,44, apresentando uma diferença de R$ 78.512,02 que representa um aumento de 31,11% de um ano para outro. Apesar de algumas contas de custos serem menores no ano de 2019, destaca-se as depreciações/amortizações, o controle de pragas – dedetização, o seguro do engenho e os fretes e transportes, com 1,05%, 7,50%, 35,22%, 2,83%, respectivamente.

As contas mais evidentes e que obtiveram um aumento relevante em 2019 foram a energia elétrica com R$ 184.360,81 e a manutenção e consertos de R$ 68.502,58, com um aumento de 27,53% e 42,42% respectivamente. Neste contexto, no Quadro 4, visualiza-se os custos referentes a mão de obra direta e indireta com relação ao processo de produção da indústria.

Quadro 4: Custos com Mão de Obra Direta e Indireta

CUSTOS OPERACIONAIS	2018	2019
CUSTO COM MÃO DE OBRA	R$ 249.286,80	R$ 298.255,36
SALÁRIOS	R$ 147.254,63	R$ 174.554,66
13º SALÁRIO	R$ 12.005,24	R$ 15.408,19
FÉRIAS	R$ 18.311,39	R$ 21.892,50
UNIFORMES	R$ 450,00	-
UNIMED	R$ 2.162,54	R$ 2.495,66
INSS S/ MÃO DE OBRA	R$ 46.914,31	R$ 57.795,69
FGTS S/ MÃO DE OBRA	R$ 13.478,18	R$ 16.803,86
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO	R$ 472,00	R$ 246,40
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO	R$ 975,00	-
SEGURO DE VIDA	R$ 2.479,18	R$ 2.946,01
CESTA BÁSICA	R$ 4.784,33	R$ 6.112,39

Fonte: Dados da Empresa (2023).

Pode-se observar que no ano de 2019 os custos com mão de obra sofreram um aumento no seu valor em relação ao ano anterior em 19,64%, sendo que os itens com maior significância foram os salários e INSS s/ mão de obra, com 18,54% e 23,19% conforme demonstrado no quadro acima. Nota-se que as demais contas sofreram variância, umas maiores e outros menores, mas nem tanto significativas. Elenca-se ainda, que as contas de uniformes e de cursos de aperfeiçoamento apenas tiveram custo no ano de 2018, sendo valores de R$ 450,00 e R$ 975,00, respectivamente.

Nesta perspectiva, a mão de obra direta soma um total de R$ 237.963,75 em 2018 e R$ 286.454,90 em 2019, apresentando 20,38% a mais no último ano. Já, a mão de obra indireta, sendo demonstrada pelas contas de Unimed, equipamentos de proteção, seguro de vida e cesta básica, apresentam apenas 4,22% a mais em 2019 que em 2018, com um somatório de R$ 11.800,46. Além dos custos, é relevante a verificação das despesas incorridas pela empresa para a realização dos processos administrativos e vendas. No Quadro 5, pode-se visualizar tais gastos.

Quadro 5: Despesas Operacionais

DESPESAS OPERACIONAIS	2018	2019
DESPESAS DE DISTRIBUIÇÃO	R$ 382.492,08	R$ 473.259,65
DESPESAS COM PESSOAL	R$ 92.955,99	R$ 93.167,31
13º SALÁRIO	R$ 4.847,60	R$ 5.186,57
SALÁRIOS	R$ 54.036,20	R$ 57.931,18
FÉRIAS	R$ 9.819,62	R$ 6.887,92
FGTS S/ DISTRIBUIÇÃO	R$ 5.496,32	R$ 5.248,95
INSS S/ DISTRIBUIÇÃO	R$ 18.756,25	R$ 17.912,69
DESPESAS COM ENTREGA	R$ 289.536,09	R$ 376.393,14
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	R$ 203.193,68	R$ 243.342,19
DESPESAS COM VIAGENS	R$ 22.163,72	R$ 25.903,77
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R$ 45.058,48	R$ 81.050,98
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	R$ 11.006,28	R$ 17.593,85
SEGUROS DE VEÍCULOS	R$ 8.113,93	R$ 8.502,35
DESPESAS COM VENDAS	-	R$ 3.699,20
REPRESENTAÇÃO COMERCIAL	-	R$ 3.592,40
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	R$ 106,80

Fonte: Dados da Empresa (2023).

Diante do Quadro 5, nota-se que as despesas operacionais no ano base de 2018 foram menores em comparação ao ano base de 2019, apresentando uma diferença de R$ 90.767,57, cujo percentual é de 23,73%. Observa-se ainda que em 2019 a empresa obteve um maior gasto com essas despesas, com o montante foi de R$ 473.259,65. Além disso, percebe-se um acréscimo das despesas devido a elucidação em determinadas despesas no ano de 2019, apresentando com maior relevância as despesas de 13º salário, salários, combustíveis e lubrificantes, despesas com viagens, manutenção de veículos, depreciações e amortizações e seguros de veículos, com 6,99%, 7,21%, 19,76%, 16,87%, 79,88%, 59,85% e 4,79% respectivamente. Por outro lado, do ano de 2019 para o ano de 2018, ocorreu um decréscimo nas despesas de férias, FGTS s/ distribuição e INSS s/ distribuição com 29,85%, 4,50% e 4,50% nesta ordem.

O aumento expressivo das determinadas despesas citadas anteriormente pode ser um provável aumento de produção e também de vendas. Nesta concepção, percebe-se que esta, possui relação com o aumento dos gastos em funcionários, sendo possível o acréscimo no quadro de funcionários, em virtude da maior demanda na produção. Nesta perspectiva, verifica-se que a maior parte das despesas não possuem uma variância significativa de um ano para o outro, salvo algumas das despesas, sofrendo tanto um acréscimo ou uma queda constante. Sendo assim, as que possuem maior relevância são as despesas de salários, combustíveis e lubrificantes, manutenção de veículos e depreciações e amortizações.

Destaca-se ainda, que as despesas com vendas, dentre elas a relacionada a representação comercial e máquinas e equipamentos apenas obtiveram montantes no ano de 2019. A despesa de máquinas e equipamentos que apresentou valor somente no ano de 2019, o que provavelmente seja referente a aquisição de novos investimentos em equipamentos e ainda a representação comercial pode ser devida a mudança nas políticas de vendas da empresa. Ainda se referindo as despesas administrativas, tem-se os seguintes dados conforme Quadro 6.

Quadro 6: Despesas Administrativas

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2018	2019
	R$ 150.613,17	R$ 143.386,60
DESPESAS COM PESSOAL	R$ 54.913,65	R$ 60.611,59
13º SALÁRIO	R$ 1.500,00	R$ 1.608,08
FÉRIAS	R$ 2.042,00	R$ 2.144,11
SALÁRIOS	R$ 17.508,31	R$ 17.995,16
UNIFORMES	-	R$ 1.065,00
UNIMED	R$ 26.075,86	R$ 30.049,38
VALE TRANSPORTES	R$ 68,40	-
FGTS S/ ADMINISTRAÇÃO	R$ 1.749,35	R$ 1.794,25
INSS S/ ADMINISTRAÇÃO	R$ 5.969,73	R$ 5.955,61
DESPESAS COM SÓCIOS	R$ 95.699,52	R$ 82.775,01
PRÓ-LABORE	R$ 79.749,60	R$ 70.212,65
INSS S/ PRÓ-LABORE	R$ 15.949,92	R$ 12.562,36

Fonte: Dados da Empresa (2023).

Conforme o Quadro 6, percebe-se que as despesas administrativas no ano de 2018 foram as maiores, com o total de R$ 150.613,17, em comparação ao do outro ano avaliado, sendo R$ 7.226,57 a mais que 2019, com um percentual de 4,80%. Porém, denota-se que a diferença entre os valores de cada despesa é pouco variável. Ademais, o pequeno acréscimo das despesas administrativas de um ano para outro se dá em virtude da relevância de montantes nas despesas de pessoal, constatando que houve alteração minuciosa no FGTS s/ administração e no INSS s/ administração, mas o que realmente se destacou e fez com que as despesas do ano de 2018 fossem maiores, foram as despesas com sócios, salientando o pró-labore e o INSS s/ pró-labore, com o total de R$ 95.699,52 em 2018 e caindo para R$ 82.775,01 em 2019, com um percentual de 13,51% a menos.

Constata-se que dentre as despesas administrativas, sendo elas, 13º salário, férias, salários e plano de saúde, em 2018 o montante dessas despesas foi menor que 2019, salientando que apenas em 2019 teve um gasto não tanto significativo com uniformes. Pode-se destacar também, que houve gastos com vales transportes apenas no ano base de 2018 com o valor de R$ 68,40 e no período de 2019 não sofreu nenhum se quer envolvimento de valor com esta despesa. Nesta perspectiva, ainda em

conformidade com a explanação das despesas, denota-se as seguintes informações relacionadas a despesas de funcionamento como demonstra no Quadro 7.

Quadro 7: Despesas de Funcionamento

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	2018	2019
	R$ 84.802,48	R$ 104.590,25
SERVIÇOS CONTÁBEIS	R$ 34.317,00	R$ 34.670,00
ASSINATURA DE JORNAIS E REVISTAS	R$ 1.036,74	R$ 1.318,70
ASSOCIAÇÕES DIVERSAS	R$ 7.777,30	R$ 4.391,04
BENS DE NATUREZA PERMANENTE	-	R$ 500,00
CUSTAS E EMOLUMENTOS	R$ 3.988,73	R$ 12.837,20
DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES	R$ 8.618,53	R$ 6.688,30
DESPESAS COM ÁGUA	R$ 4.654,41	R$ 3.972,93
DESPESAS COM INTERNET	R$ 1.018,11	R$ 1.642,08
DESPESAS COM MEDICAMENTOS	R$ 7,90	R$ 5.320,28
DESPESAS DIVERSAS	R$ 126,88	R$ 430,00
DESPESAS POSTAIS	R$ 183,08	R$ 293,12
FRETES E TRANSPORTES	R$ 241,00	R$ 9.406,46
MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	R$ 5.338,71	R$ 5.536,23
MATERIAL DE USO E CONSUMO	R$ 1.968,63	R$ 1.967,79
MATERIAL DE EXPEDIENTE	R$ 6.294,06	R$ 5.620,91
MATERIAL DE LIMPEZA	R$ 960,46	R$ 4.045,47
PRESTAÇÃO SERVIÇO – VIGILANCIA	R$ 440,00	R$ 480,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	R$ 485,00	R$ 161,00
TELEFONE	R$ 6.363,76	R$ 5.308,74
DESPESAS JUDICIAIS	R$ 982,18	-

Fonte: Dados da Empresa (2023).

Conforme demonstrado no Quadro 7, verifica-se que as despesas de funcionamento no ano de 2019 foi maior comparado com as despesas do ano de 2018, com R$ 19.787,77 a mais, o que corresponde a 23,33%. Nota-se ainda que, em 2019, a empresa auferiu o total de R$ 104.590,25, esse aumento de despesas foi devido a maior oscilação em algumas delas, destacando-se as custas e emolumentos, despesas com medicamentos, fretes e transportes e material de limpeza, com 221,84%, 67.245,31%, 3.803,10%, 321,20% de acordo com o quadro acima.

Em razão disso, algumas despesas também se destacaram no ano de 2018, sendo associações diversas, depreciações e amortizações, despesas com água, material de uso e consumo, material de expediente e telefone. Percebe-se ainda que algumas das despesas de 2019 apresentam valores maiores, mas pouco significativos comparados a 2018, como exemplos: serviços contábeis, assinatura de jornais e revistas, despesas com internet, despesas diversas, despesas postais, manutenção de software e prestação de serviço – vigilância, com1,03%, 27,20%, 61,29%, 131,02%, 60,10%, 3,70% e 9,09%

respectivamente. Por outro lado, pode-se mencionar que bens de natureza permanente, somente obtiveram valor em 2019, já as despesas judiciais, somente em 2018.

Desse modo, constata-se que grande parte das despesas de funcionamento não apresentam alterações de valor altamente expressivos de um ano para o outro, exceto algumas destas já mencionadas, em que sofrem um aumento ou uma diminuição constante. Diante das informações, os gestores possuem uma maior visibilidade das despesas ocorridas durante os dois períodos comparados, o ano de 2018 e 2019, sendo conveniente a utilização dos dados que advêm de controles internos e facilitam para a tomada de decisão. De acordo com Garcia, Kinzler e Rojo (2014), as entidades necessitam de controles eficazes para o seu desenvolvimento e crescimento organizacional, sendo que cada uma delas possuem suas características específicas e por essa razão não há nenhum controle padronizado, sendo por meio destes que se dispõem as atividades da empresa, elaborando planejamentos, traçando metas para que os propósitos sejam alcançados. Após a verificação dos custos e despesas envolvidos no processo produtivo, torna-se importante verificar a quantidade vendida durante o período de análise. No que tange a quantidade de produtos vendidos, denota-se os seguintes dados de acordo com Quadro 8.

Quadro 8: Quantidade Vendida de Mercadorias e Produtos a Prazo

VENDAS DE MERCADORIAS / PRODUTOS A PRAZO					
MÊS	**2018**				
	Mistura	Farinha De Trigo	Farelo	Cancelamentos	Receita Total
Jan	R$ 65.668,22	R$ 274.165,35	R$ 51.675,13	R$ 1.775,00	R$ 389.733,70
Fev	R$ 47.931,45	R$ 238.973,15	R$ 33.352,00	R$ 730,00	R$ 319.526,60
Mar	R$ 62.740,35	R$ 229.538,80	R$ 41.261,00	R$ 1.050,00	R$ 332.490,15
Abr	R$ 58.051,91	R$ 229.620,93	R$ 34.401,16	R$ 3.383,00	R$ 318.691,00
Mai	R$ 55.290,25	R$ 182.049,30	R$ 44.594,50	R$ 2.080,50	R$ 279.853,55
Jun	R$ 99.269,07	R$ 315.281,43	R$ 33.291,50	R$ 0,00	R$ 447.842,00
Jul	R$ 79.741,14	R$ 383.295,86	R$ 51.534,50	R$ 356,00	R$ 514.215,50
Ago	R$ 93.457,92	R$ 353.662,90	R$ 64.121,68	R$ 0,00	R$ 511.242,50
Set	R$ 85.801,73	R$ 321.120,08	R$ 53.289,69	R$ 0,00	R$ 460.211,50
Out	R$ 92.148,16	R$ 408.292,35	R$ 51.208,24	R$ 0,00	R$ 551.648,75
Nov	R$ 65.900,30	R$ 305.977,56	R$ 51.890,59	R$ 0,00	R$ 423.768,45
Dez	R$ 79.051,20	R$ 186.450,34	R$ 34.303,71	R$ 119,70	R$ 299.685,55
Total	R$ 885.051,70	R$ 3.428.428,05	R$ 544.923,70	R$ 9.494,20	R$ 4.848.909,25
MÊS	**2019**				
	Mistura	Farinha De Trigo	Farelo	Cancelamentos	Receita Total
Jan	R$ 81.446,17	R$ 325.383,65	R$ 31.098,63	R$ 1.229,50	R$ 436.698,95
Fev	R$ 88.739,72	R$ 366.415,88	R$ 65.053,60	R$ 0,00	R$ 520.209,20

Mar	R$ 83.795,37	R$ 306.022,93	R$ 57.121,50	R$ 0,00	R$ 446.939,80
Abr	R$ 93.068,80	R$ 371.149,73	R$ 50.590,67	R$ 0,00	R$ 514.809,20
Mai	R$ 87.538,95	R$ 399.548,74	R$ 45.757,06	R$ 0,00	R$ 532.844,75
Jun	R$ 83.579,16	R$ 413.651,94	R$ 57.364,00	R$ 0,00	R$ 554.595,10
Jul	R$ 103.169,94	R$ 429.810,56	R$ 87.573,50	R$ 220,00	R$ 620.334,00
Ago	R$ 109.911,07	R$ 422.824,93	R$ 75.623,50	R$ 0,00	R$ 608.359,50
Set	R$ 105.850,52	R$ 299.824,61	R$ 58.993,23	R$ 616,12	R$ 464.052,24
Out	R$ 114.994,84	R$ 497.442,34	R$ 52.595,43	R$ 0,00	R$ 665.032,61
Nov	R$ 101.804,58	R$ 402.852,57	R$ 64.907,50	R$ 0,00	R$ 569.564,65
Dez	R$ 113.101,67	R$ 424.391,18	R$ 70.016,50	R$ 0,00	R$ 607.509,35
Total	R$ 1.167.000,79	R$ 4.659.319,06	R$ 716.695,12	R$ 2.065,62	R$ 6.540.949,35

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme dados do Quadro 8, percebe-se que nos dois anos avaliados, ocorreu um aumento significativo na quantidade vendida das mercadorias quanto dos produtos da empresa. Considera-se como mercadoria, a mistura, já como produtos, tem-se a farinha de trigo e o farelo. Nota-se que no ano de 2018, a venda da quantidade da mistura foi de R$ 885.051,70 e no ano de 2019 de R$ 1.167.000,79, com um crescimento de 31,86%.

A quantidade total da farinha de trigo vendida é de R$ 3.428.428,05 em 2018 e R$ 4.659.319,06 em 2019, com uma diferença de R$ 1.230.891,01, apresentando um percentual de 135,90% a mais em 2019. O farelo demonstrou um percentual de 31,52% a mais no ano de 2019 na questão da quantidade vendida de produtos. Apesar do ano de 2019 possuir o montante maior no que se refere às quantidades vendidas, três meses no ano de 2018 se destacaram, dentre eles, a mistura no mês de junho, a farinha de trigo no mês de setembro e o farelo em janeiro.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTEIO QUE MELHOR SE ADAPTE A EMPRESA EM ANÁLISE

Os métodos de custeio empregados para os cálculos do custo total foram o custeio por absorção e custeio variável, visando aplicar ambos para o estudo em questão. Diante desse contexto, os custos mensurados a partir do custeio por absorção serão demonstrados no Quadro 9.

Quadro 9: Custeio por Absorção

DESCRIÇÃO	2018	2019
Material direto	R$ 3.421.137,44	R$ 4.517.529,20
Mão de obra direta	R$ 237.963,75	R$ 286.454,90
Custos indiretos	R$ 239.025,73	R$ 314.949,03
Custo total	R$ 3.898.126,92	R$ 5.118.933,13

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Seguindo o método de custeio por absorção, em que para a realização do seu cálculo é utilizado o valor dos materiais diretos, mão de obra direta e os custos indiretos de fabricação, nota-se que a indústria apresentou um custo total de produção de R$ 3.898.126,92 no ano de 2018 e R$ 5.118.933,13 no ano de 2019. Nota-se, que frente a este aumento significativo possivelmente foi pela grande demanda de produção do período, maior parte dessa diferença se dá através dos custos indiretos, que alavancaram de um ano para outro. A apuração do resultado operacional pelo custeio por absorção da produção pode ser visualizada no Quadro 10, conforme os dados coletados na pesquisa.

Quadro 10: Demonstração dos Resultados pelo Custeio por Absorção

CUSTEIO DE ABSORÇÃO		
Resultado do Exercício	2018	2019
Receita Líquida	R$ 4.848.909,25	R$ 6.540.949,35
(-) Custos	(R$ 3.898.126,92)	(R$ 5.118.933,13)
(=) Lucro Bruto	R$ 950.782,33	R$ 1.422.016,22
(-) Despesas	(R$ 672.028,17)	(R$ 769.820,59)
(=) Resultado Operacional	R$ 278.754,16	R$ 652.195,63

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com o Quadro 10, a receita líquida de vendas obtida na produção foi de R$ 4.848.909,25 em 2018 e R$ 6.540.949,35 em 2019, havendo uma diferença de R$ 1.692.040,10. E que com isso, deduzindo os custos que envolvem a indústria em estudo, obtêm-se um valor estimado de R$ 950.782,33 no ano de 2018 e R$ 1.422.016,22 em 2019, equivalente a 49,56% de lucro bruto. Sendo assim, após encontrar o lucro bruto, reduz-se as despesas para que se possa atingir ao resultado operacional e percebe-se que em 2019 obteve um resultado satisfatório, sendo de R$ 652.195,63. Em virtude disso, outro método de custeio utilizado no presente estudo foi o custeio variável, em que os custos fixos não são retratados neste método, mas sim os custos diretos e os custos indiretos variáveis. Neste caso, este método de custeio pode ser visualizado no Quadro 11.

Quadro 11: Custeio Variável

DESCRIÇÃO	2018	2019
Custos diretos	R$ 3.659.101,19	R$ 4.803.984,10
Custos indiretos variáveis	R$ 144.561,93	R$ 184.360,81
Custo total variável	R$ 3.803.663,12	R$ 4.988.344,91

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com o Quadro 11, é perceptível que, excluídos os custos fixos, o valor do custo total variável foi 31,15% a menos em 2018 que 2019. Nota-se que ainda, que tanto para o custeio por absorção quanto o custeio variável, os custos de um ano para outro aumentam respectivamente. Destaca-se ainda, que o método do custeio variável denota o total de custos menores tanto em 2018 quanto 2019, em comparação ao custeio por absorção. O motivo para esse aumento de um ano para o outro, possivelmente se dá em virtude do aumento de produção e de vendas no período exposto, em que provavelmente houve uma maior demanda.

Pode se estabelecer como custos diretos utilizados para o cálculo acima, todos os custos com material direto, dentre eles: outros insumos de produção, compra de mistura a prazo, compras de trigo pessoa física e pessoa jurídica a prazo, compra de sacarias a prazo e compra de embalagens; ainda como custos diretos, os gastos referentes a salários, 13º salário, férias, INSS e FGTS s/ mão de obra respectivamente. Por outro lado, o único custo indireto variável mensurando para fins do cálculo em questão é a energia elétrica, à medida que, há uma maior demanda de produção, em que as máquinas irão trabalhar por mais horas, aumentará sim a energia elétrica, em contra partida, à medida que faltará luz na indústria, a energia diminuirá, pois não haverá funcionamento das mesmas por um determinado momento, acarretando assim a produção.

Denota-se que, diante dos dados analisados e confirmação através dos cálculos, o melhor método e benéfico para a empresa no presente momento é por meio do custeio variável, em que se destacou com um custo menor nos dois anos analisados, mas nada impede de ser aplicado ao outro método. Para isso, apuração do resultado operacional pelo custeio variável pode ser entendida no Quadro 12, conforme os dados abaixo.

Quadro 12: Demonstração dos Resultados pelo Custeio Variável

CUSTEIO VARIÁVEL		
Resultado do Exercício	2018	2019
Receita Líquida	R$ 4.848.909,25	R$ 6.540.949,35
(-) Custos Variáveis	(R$ 3.803.663,12)	(R$ 4.988.344,91)
(-) Despesas Variáveis	(R$ 225.357,40)	(R$ 272.945,16)
(=) Margem de contribuição	R$ 819.888,73	R$ 1.279.659,28
(-) Custos Fixos	(R$ 94.463,80)	(R$ 130.588,22)
(-) Despesas Fixas	(R$ 392.550,33)	(R$ 448.291,34)
(=) Resultado Operacional	R$ 332.874,60	R$ 700.779,72

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nota-se que conforme explanado no Quadro 12, a empresa auferiu uma receita líquida de vendas de R$ 4.848.909,25 em 2018 e R$ 6.540.949,35 em 2019, conforme já demonstrado anteriormente. Para encontrar a margem de contribuição, basta deduzir os custos variáveis e as despesas variáveis, contudo, pode-se dizer que em 2019 a margem de contribuição foi maior que no ano anterior, apresentando R$ 1.279.659,28 e R$ 819.888,73, respectivamente. Consequentemente, reduzir-se-á os custos fixos, sendo alguns deles, seguro do engenho, manutenção e consertos, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) da produção, controle de pragas – dedetização, assessoria técnico científica, uniformes, cursos e aperfeiçoamentos, seguro de vida, dentre outros já citados. E também, as despesas fixas, sendo elas as despesas com pessoal e com sócios, salários, encargos, vale transporte, Unimed, uniformes, ainda todas as despesas de funcionamento já citadas no Quadro 8 e também, despesas operacionais, exceto combustíveis e lubrificantes, despesas com viagem, representação comercial e máquinas e equipamentos.

Diante disso, após diminuir os custos fixos e as despesas da margem de contribuição, acha-se o resultado operacional, e que neste caso, os dois resultados foram satisfatórios, sendo positivos, e com uma diferença de R$ 367.905,12 de um ano para outro, representando 110,52% a mais em 2019. No Quadro 13, será demonstrado o valor do preço médio do quilograma dos três produtos oferecidos na empresa.

Quadro 13: Preço Médio

PREÇO MÉDIO			
PRODUTO	MISTURA	FARINHA DE TRIGO	FARELO
ANO 2018			
RECEITA TOTAL	880.620	2.353.712	-
QUANTIDADE TOTAL EM KG	505.875	3.967.059	-
PREÇO MÉDIO DO KG	R$ 1,7408	R$ 0,5933	-
ANO 2019			
RECEITATOTAL	1.166.301	3.533.431	1.710
QUANTIDADE TOTAL EM KG	634.150	5.372.950	3.000
PREÇO MÉDIO DO KG	R$ 1,8392	R$ 0,6576	R$ 0,5700

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme demonstrado no Quadro 13, com o intuito de encontrar o preço médio do quilograma, utilizou o custo total de cada produto separadamente, da mistura, da farinha de trigo e do farelo, estes, explícitos no quadro anterior de número quatorze, e posteriormente foi analisado estes individualmente, principalmente a quantidade de quilogramas citadas em cada um destes, para que fosse possível multiplicar a quantidade de quilogramas pela quantidade do produto, achando assim a quantidade total em quilogramas. Sendo assim, o cálculo realizado para atingir o preço médio foi o custo total, dividido pela quantidade total em quilogramas.

Nesta perspectiva, por não obter os dados da quantidade produzida total dos dois anos analisados no presente estudo, utilizou-se apenas a quantidade vendida como sendo igual a quantidade produzida. De acordo com o Quadro 14 verifica-se o custo unitário médio da empresa quando calculado pelo método de custeio absorção.

Quadro 14: Custo Unitário pelo Método de Custeio por Absorção

ABSORÇÃO	2018	2019
Custo Total	R$ 3.898.126,92	R$ 5.118.933,13
Custo Unitário Médio	R$ 0,87	R$ 0,85

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Diante da demonstração no Quadro 14, verifica-se um custo unitário menor no ano de 2019, sendo uma diferença de R$ 0,02, quando calculado pelo método de custeio por absorção. No Quadro 15 pode-se verificar o custo unitário médio da empresa quando calculado pelo método de custeio variável.

Quadro 15: Custo Unitário pelo Método de Custeio Variável

VARIÁVEL	2018	2019
Custo Total	R$ 3.803.663,12	R$ 4.988.344,91
Custo Unitário Médio	R$ 0,85	R$ 0,83

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No que refere-se ao Quadro 15, nota um custo unitário maior no ano de 2018, sendo R$ 0,85 e no ano seguinte, apresentou R$ 0,83, por meio do método de custeio variável. Percebe-se uma diferença pouco significativa entre os métodos de custeio no que se refere a valores, em conformidade com os dois anos avaliados, mas é perceptível que através do método por absorção tanto em 2018 quanto em 2019, o valor do custo unitário médio é maior em comparação ao método variável. Essa pouca diferença se dá em função de a produção não envolver um gasto significativo com custos indiretos e fixos. A seguir, são apresentadas propostas de ferramentas de gestão que podem ser utilizadas pela empresa a fim de melhor controle de custos e auxílio no processo decisório.

4.4 PROPOSTA DE FERRAMENTAS DE GESTÃO

Mediante a empresa em estudo, se pode perceber que apesar de possuir alguns controles, estes denotam uma estrutura organizacional bem clara e definida, demonstrando que através dessas ferramentas e alguns controles internos utilizados pela indústria, facilitam e ao mesmo tempo colaboram para o processo decisório. Em concordância, foi realizada a averiguação e análise da empresa em questão com a finalidade de propor melhorias e novas ferramentas gerencias que possam auxiliar no controle interno cooperando com as gestoras no sentido de tomada de decisão.

Nesta perspectiva, sugere-se possíveis melhorias, em que se ocorrer a implantação com eficácia, provavelmente se obterá de maneira mais apropriada as informações pertinentes à gestão da indústria, sem que ocorra alteração ou aumento nos seus custos. Uma das ferramentas disponíveis para tal finalidade é o *Balanced Scorecard.* Conforme Herrero Filho (2017), o *Balanced Scorecard* é um sistema de avaliação de desempenho estratégico que dá ênfase aos objetivos da empresa, ou seja, é um processo de transição organizacional que passa a contar da estratégia da empresa. É por isso que se propõe essa ferramenta, pelo fato de ser bastante íntegra e que se for executada de modo correto, trará resultados satisfatórios para a empresa em questão.

Além disso, propõe-se outra ferramenta para a empresa em estudo, o *benchmarking*, em que esta possui a finalidade de amparar e auxiliar os gestores da indústria, reconhecendo as práticas já existentes que se evidenciam por alguma razão e assim aderir a estas práticas, analisá-las para aferir a outras maneiras, a fim de estabelecer melhorias na empresa. Pode-se dizer que essa ferramenta é

um processo contínuo que visa examinar os procedimentos de trabalho e de produtos da indústria, com o intuito de melhorias dentro da empresa, advindas de melhores práticas adotadas (SPENDOLINI, 1992 *apud* MELO; CARPINETTI; SILVA, 2000).

Nesse sentido, a empresa é capaz de ir à busca de atividades desempenhadas pelos seus concorrentes parar estabelecer suas ações e executar melhorias eficazes dentro da empresa. Outra ferramenta a ser levada em consideração é a utilização do fluxo de caixa pois é fundamental para a empresa, com a finalidade de ferramentas financeira para controlar as entradas e saídas do negócio, a fim de possuir uma noção de como está indo o crescimento da empresa e também para poder fazer planejamentos. Ainda, outra proposta de ferramenta seria a realização do controle dos custos indiretos por produto, desenvolvendo o rateio da melhor maneira. Para isso, é necessário separar o percentual de cada um dos produtos no consumo total da matéria-prima, basta dividir o valor unitário pelo montante total do mesmo e posteriormente multiplicar o valor encontrado pelo somatório total dos custos indiretos.

Pode-se mencionar que o rateio é divisão proporcional de custos citada no parágrafo anterior, e é fundamental que seja relacionado nas informações de cada uma das áreas afins, pois somente dessa maneira é que o custo individual vai se tornar mais próximo da realidade. Sendo assim, o rateio nada mais é que um planejamento, uma estratégia que finda entender todos os gastos essenciais para a produção de mercadorias da indústria para que a mesma continue se desenvolvendo. Nesta concepção, para o rateio é utilizado os custos diretos e os indiretos apenas.

No entanto, espera-se que as sugestões de ferramentas para melhorias em todos os âmbitos da indústria, mas principalmente para a redução de custos e no processo decisório poderá oferecer benefícios vantajosos, com a finalidade de verificar o desenvolvimento com êxito da empresa através de sua execução diante dos resultados esperados pela mesma. Sendo assim, é válido ressaltar a importância das ferramentas de controle para qualquer que seja a empresa, e dentre algumas das sugestões mencionadas neste tópico, é possível verificar que quaisquer delas é de extrema importância, pois é perceptível que todas colaboram de alguma maneira, seja no controle de receitas, custos, estoques, no planejamento de novos objetivos, entre outras, mas principalmente auxiliam aos gestores no processo decisório da empresa, a fim de possibilitar controles imediatos e desenvolver melhores resultados dentro da mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado em uma indústria situada na Quarta Colônia – RS e teve como objetivo geral de analisar como as ferramentas de gestão podem auxiliar na redução de custos de uma grande indústria atuante no ramo de moagem de trigo e fabricação de derivados. Diante dos resultados encontrados, percebe-se que com relação aos controles internos gerados pelas gestoras e contábeis usufruídos dentro da própria empresa, constatou-se que a indústria já utiliza ferramentas para esses controles, são eles: estoques, produção, vendas e financeiro, estes são bem eficazes, sendo eles por meio de planilhas eletrônicas, relatórios, software e anotações manuais.

Ainda, verifica-se que todas as informações obtidas são utilizadas para o processo decisório, pois estas são coerentes e fidedignas, mas ainda com o intuito de melhorias para a empresa, nota-se que poderia haver algumas mudanças no sentido de serem mais detalhadas as informações e consequentemente possibilitaria a empresa de tomar decisões convenientes com suas metas e objetivos.

Diante das análises e confirmações por meio de cálculos, é possível demonstrar os custos envolvidos na produção da indústria, demonstrando-se o resultado através do método de custeio por absorção que é mais utilizado para fins fiscais e também pelo método de custeio variável que é usufruído mais para visualizações para que possam ser comparados. Notou-se que de acordo com o método pelo custeio variável o resultado foi satisfatório, sendo menor em comparação com o outro. No entanto, os dois métodos analisados podem ser aplicados na empresa, dependendo da finalidade, seja para fins fiscais ou gerenciais.

No que concerne à proposta de ferramentas para melhorias no controle interno para que se possa atingir de forma mais abrangente e clara as informações associadas à gestão da indústria, achou-se válidas as sugestões já mencionadas a fim de auxiliaram os responsáveis e tornando mais acessível para o processo decisório. Em concordância disso, é válido salientar a necessidade de ferramentas gerenciais, essas diretamente ligadas à contabilidade, possibilitando uma análise mais precisa e ainda planejando e fazendo ajustes para que a empresa alcance os objetivos já traçados.

Contudo, conclui-se que o problema de pesquisa e o objetivo geral foram atingidos, e que através da análise e averiguação de dados e informações disponibilizadas pela indústria e outros documentos advindos da contabilidade (Balancete e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) que as gestoras destacam ser imprescindíveis, pois é através das informações da contabilidade e da análise de mercado que levam em consideração no momento de tomar decisões, no momento de calcular o

custo da mercadoria e ainda na formação de preços de vendas e também questões econômico financeiras.

Destaca-se que as ferramentas gerenciais são fundamentais para redução de custos, melhorias de desempenho e tomada de decisão e podem auxiliar aos gestores, pois é por meio dessas ferramentas que é possível visualizarem informações mais precisas e com isso, mudar o planejamento da empresa, traçando novas metas para que se alcance aos objetivos, em função disso que se sugeriu outras ferramentas com o intuito de facilitar os processos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. P. F., GOUVÊA, J. B., & DE OLIVEIRA, U. R. Custeio por absorção x custeio ABC. III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, SEGET. Resende/RJ, 2006.

BAZZI, S. Contabilidade Gerencial: conceitos básicos e aplicação. Intersaberes: Curitiba, 2015.

BERTÓ, Dalvio José; BEULKE, Rolando. Gestão de Custos. São Paulo: Saraiva, 2006.

BEUREN, I. M. I. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. Editora Atlas AS, 2013.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Gestão de Custos e Formação de Preços. 6. ed. Atlas, 2016.

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission. Enterprise Risk Management – Integrated Framework – Executive Summary – September, 2004.Disponível em: <http://www.coso.org/Publications/ERM/COSO_ERM_ExecutiveSummary.pdf>. Acesso em: 29 agosto de 2023.

CREPALDI, S.; A. Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 1998.

CREPALDI, S.; A. Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CREPALDI, S.; A. Curso Básico de Contabilidade de Custos.5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CREPALDI, S.; A. Contabilidade gerencial, teoria e prática. 3ª ed. São ERBES, Rafael Henrique. MARTINI, Raphael. BRGALHO, Diones Kleinibing. O Impacto Do Planejamento Tributário No Cotidiano Das Empresas (Mestrado). 12ª. ed. Chapecó. Revista Gestão em Foco, 2020.

DA SILVA, Ana Claudia Rodrigues et al. Análise da Gestão Estratégica de Custos e Métodos de Custeio tradicionais em uma Indústria Têxtil Paraibana. ABCustos, v. 13, n. 1, 2018.

DUBOIS, Alexy; KULPA, Luciana; SOUZA, Luiz Eurico de. Gestão de Custos e Formação de Preços. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, José Antonio Stark. Contabilidade de Custos. São Paulo: Person Education, 2007.

GAMMARANO, I. D. J. L. P., ARRUDA FILHO, E. J. M., & FARIAS FILHO, M. C. "Inovac? o tecnologica e preferência de consumo: uma Analise Cross-Cultural na America Latina." Informação & Sociedade, 22.1 (2012).

GARCIA, O. P. G., KINZLER, L., & ROJO, C. A. Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506, 11(2), 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Plageder, 2009.

HERRERO, Emílio. Balanced scorecard e a gestão estratégica. Gulf Professional Publishing, 2005.

JESUS, Tamires Fernanda Costa de; PINHEIRO, Tiago. SILVA, Irene Caires da. A importância da gestão de custos na elaboração do preço de venda. Anais do Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, Presidente Prudente, 21 a 24 de outubro, 2013.

KAPLAN, RS, NORTON, DP. A Estratégia em ação: Balanced Scorecard. 8a.edição, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

LEONE, George Sebastião Guerra. Custos: planejamento, implantação e controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

LIMA, Eugenize Bezerra. Contabilidade de custos. Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007.

MEGLIORINI, Evandir. Custos: Análise e Gestão. 2. ed. São Paulo, 2006.

DE MELO, Alexandre Meneses; CARPINETTI, Luiz César Ribeiro; SILVA, Wendell Thales Silgueiro. Utilização do Benchmarking por Empresas Brasileiras. 2000. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Alexandre_Melo3/publication/228812956_Utilizacao_do_Benchmarking_por_Empresas_Brasileiras/links/56d72c3908aebe4638af1936.pdf>. Acesso em: 19 nov de 2023.

MORGANTE, Antônio Salvador; JORGE, Fali Controladoria: Análise financeira, planejamento e controle orçamentário. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, C. L; TARANTO, F. C. Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PEREIRA, Adriana Soares et al. Metodologia da pesquisa científica. 1.ed. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018.

Rocha, I. C., de Oliveira, A. M., Soares, F. I. L., da Silva, G. V., Oliveira, A. M. O., Valdevino, R. Q. S., & de Oliveira, M. C. S. A contabilidade de custos como ferramenta na formação do preço de venda em uma indústria em Panificação. Brazilian Journal of Development, 5(9), 15957-15980, 2019.

SILVA, José Pereira da. Análise financeira nas empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003.

DA SILVA, Mônica Campos et al. Estudo Comparativo entre os Métodos de Custeio Absorção Aplicados na Produção do Milho no Estado do Mato Grosso. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2016.

SILVA, Jhonathan A. Degrandida; SANTOS, Heloisa Corrêa dos; SILVA, Ademir da. A importância da gestão de custos como diferencial para micro e pequenas empresas. Org. Soc., Iturama (MG), v. 5, n. 4, p. 79-92, jul./dez. 2016.

SOUZA, Marcos Antônio de; DIEHL, Carlos Alberto. Gestão de Custos. São Paulo: Atlas, 2009.

WERNKE, Rodney. Análise de custos e preço de vendas. São Paulo: Saraiva, 2005.

Capítulo 19

10.37423/240108641

O TRABALHO DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS E(M) ENSINO REMOTO: TECNOLOGIAS E GÊNEROS DIGITAIS EM EVIDÊNCIA

Zeneide Paiva Pereira Vieira — *Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*

Anderson de Jesus Caires — *Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*

Ana Ketilly Manhães Magalhães — *Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*



Resumo: Este artigo é uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico que visa apresentar elementos que contribuam para a discussão sobre as abordagens e metodologias de professores no contexto de ensino remoto. Este trabalho apresenta o relato de experiência de um recorte das ações executadas no primeiro módulo do Subprojeto Letras Vernáculas e Letras Modernas - RP/UESB. O referido recorte constitui o período da fase regência ocorrida entre os dias 23 de fevereiro de 2021 a 18 de março de 2021. Mais especificamente, trataremos das ações pedagógicas realizadas nesse período, a fim de evidenciar o trabalho do professor de Língua Portuguesa e(m) interação didática com e através dos gêneros digitais meme e jogos.

Palavras-chave: Gênero digital; Interação; Relato de experiência; Ensino Remoto.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos resultados de uma pesquisa qualitativa (FLICK, 2006; MINAYO, 2012) elaborados juntamente ao Programa Residência Pedagógica- UESB módulo do Subprojeto Letras Vernáculas e Letras Modernas - RP/UESB. À vista disso, este artigo visa socializar uma pesquisa construída com bases no relato de experiências das atividades elaboradas no projeto acima citado, à medida que discorre acerca da interação didática e de abordagens que se mostraram eficientes para o ensino no contexto remoto visando uma maior aproximação da realidade em sala de aula.

Este trabalho apresenta um recorte da fase da regência pedagógica devido a sua relevância para o aprimoramento acadêmico e profissional do professor em formação, levando em conta o contexto atual de pandemia e a implementação da modalidade de ensino remota. Vale ressaltar que a execução dos planejamentos pedagógicos realizados durante essa fase, com alunos de uma escola estadual técnica, ocorreu antes do governo do estado decretar o retorno às aulas.

Aqui, objetivamos colocar em evidência o trabalho do professor de língua materna para e com estudantes do 1º ano do Ensino Médio, matriculados nos cursos técnicos Agroecologia ou Agropecuária. Buscamos fundamentar o nosso planejamento didático nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (2018) ao privilegiar um processo de ensino-aprendizagem contextualizado, garimpando gêneros textuais4 que condizem com o objeto de ensino e com os conhecimentos dos alunos. Nesse sentido, apostamos na didatização de textos autênticos (ANDRADE e SILVA, 2017), considerando que gêneros textuais são enunciados sócio-discursivos materializados em qualquer situação comunicativa (MARCUSCHI, 2002).

Os desdobramentos dessa pesquisa foram advindos dos trabalhos com gêneros digitais de duas categorias, sendo estes os jogos digitais bem como o trabalho com o gênero digital meme. Dessa forma, os recursos utilizados para essa aula estiveram alinhados com a tentativa de tornar o aprendizado e contato dos discentes colaboradores em aulas remotas, mais interativas, didáticas e crítico discursivas.

Findou-se, portanto, a possibilidade da utilização de dados obtidos por meio de uma sondagem realizada com os discentes como um recurso de apoio à aula. Desse modo, as atividades realizadas, bem como os produtos obtidos, mostram resultados positivos de uma elaboração de um planejamento intrinsecamente pensado em conjunto com um olhar assíduo para o público em questão.

DAS CONDIÇÕES DA PESQUISA: O PROGRAMA COLABORADOR, O CAMPO E OS SUJEITOS

Atualmente, o mundo enfrenta uma crise pandêmica que trouxe grandes mudanças para diferentes áreas. O ensino também foi atingido por essa crise e, de forma radical, impôs que os discentes e professores que sempre estiveram em contato, por meio de interação face a face, hoje se veem interagindo de forma virtual. Devido a esse evento, foi necessário uma atualização nos métodos de ensino de muitos docentes para se adequarem à realidade do ensino remoto vindouro.

Essa mesma realidade foi vivida no Programa Residência Pedagógica, que possibilitou o contato com os discentes. O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Como já mencionado anteriormente, essa pesquisa foi realizada com alunos de uma turma do 1º ano do ensino médio de uma escola estadual. Vale ressaltar que os discentes estavam, também, matriculados em cursos técnicos nas disciplinas de Agroecologia ou Agropecuária.

Esses alunos participam como colaboradores de nossa pesquisa, em função de uma parceria firmada entre o Programa Residência Pedagógica-UESB e a escola em que estão matriculados. O Programa tem a escola como campo de pesquisa, os alunos participam das atividades agendas dos projetos voluntariamente, como atividades de formação extraclasse, incentivadas pela escola, sendo essa participação autorizada pelos responsáveis dos alunos.

Tal parceria possibilitou um aspecto inerente ao Programa, mesmo em tempos de pandemia: a vivência do licenciando no ambiente escolar do ensino médio. Impedidos de experienciar a regência na escola de forma presencial por motivos maiores, utilizamos, principalmente, a rede social de mensagens instantâneas *WhatsApp* como intermediário de comunicações, e a ferramenta *Google Meet* para a execução das aulas. O uso das tecnologias digitais, portanto, antes abordadas, sequer, como recurso secundário nas aulas, tornou-se primordial para a implementação da modalidade de ensino remoto e a viabilização de ensino-aprendizagem em contexto escolar.

METODOLOGIA

De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa dispõe de termos estruturantes, a saber: *experiência*, *vivência*, *senso comum* e *ação*; além disso, é preciso *compreender*, *interpretar* e *dialetizar*. *Compreender* corresponde à necessidade de que o investigador se envolva empaticamente, isto é, de

que exerça a capacidade de colocar-se no lugar do outro; *interpretar*, no que lhe concerne, parte do pressuposto de que existe compreensão sem interpretação, mas não o contrário, e *dialetizar*, por sua vez, diz respeito ao vozeamento da pesquisa entre acadêmicos na comunidade científica. Assim, quando se pensa em lidar com sujeitos, leva-se em consideração muito mais do que o número de dados obtidos, mas, isto sim, a vivência de cada um sobre o mesmo objeto, fator que "[...] depende de sua personalidade, de sua bibliografia e de sua participação na história" (MINAYO, 2012, p. 622).

Foi nesse viés que abordamos as ações que concretizaram a regência pedagógica. Os trabalhos foram feitos com cuidado desde seu planejamento assim como sua execução, visando uma abordagem precisa e eficiente e pensando também na atual situação de discentes que estavam, até então, não tendo contato com interações didáticas escolares. Deste modo, no planejamento, elaboramos uma programação de trabalho para o primeiro módulo de estudos e ajustamos as datas todas de acordo com os prazos e desafios advindos das intemperanças do ensino remoto.

Vale explicitar que a regência deste primeiro módulo do Subprojeto ocorreu antes do retorno às aulas da rede estadual da Bahia. Como já é sabido, as aulas presenciais em todo território nacional foram suspensas em 2020 devido ao alto risco de contaminação do coronavírus. Essa situação acarretou na adoção do modelo de ensino remoto por várias instituições de ensino, mas o retorno às atividades da Educação Básica da rede estadual, decretado para o dia 15 de março de 2021, foi anunciado apenas na última semana de fevereiro.

Com a implementação da modalidade de ensino remoto, surgiu a necessidade de aprimoramentos nos métodos utilizados para trabalhar de forma *online* com diferentes sujeitos. O fazer pesquisa de forma *online* se tornou um recurso único e de necessária adequação por parte de muitos educadores, assim como pontuam Ferraz e Alves (2017), sobre os métodos da pesquisa online:

> a extensão do método para as práticas em rede [...] reatualiza a etnografia pela possibilidade do encontro com uma série de dados, os quais, isolados, podem parecer insignificantes, mas que juntos, conforme Mauss inspira a pensar, seguem a representação da concentração de uma série de princípios e valores (FERRAZ; ALVES, 2017, p.6).

Nesse meio virtual é possível encontrar muitos recursos potencializadores do ensino e da interação. É bem verdade que, atualmente, estamos em uma era de forte discernimento de gêneros virtuais e recursos de interação online, por esse motivo, foi selecionado como um dos recursos de trabalho o gênero digital meme. Pudemos perceber que os memes, por serem um mecanismo que se utiliza de recursos imagéticos e textuais para uma abordagem mais interativa, acabam influenciando a percepção dos jovens sobre diferentes nuances no texto em diferentes graus, inclusive contribuindo

para a construção das diferentes noções acerca da competência comunicativa e interpretativa. Isso graças a característica polissêmica dos memes visto que é um recurso carregado de sentido, já que este é um fenômeno amplamente conhecido em decorrência de sua difusão generalizada.

Os trabalhos e estudos aqui apresentados têm apoio de uma aula de Português/Gênero digital meme, ministrada pelo projeto RP/UESB como atividade processual do projeto que se resumem em duas aulas em que foi exposto o conteúdo para os discentes voluntários. Indo ao encontro da abordagem dessa pesquisa, foram criados momentos em que o grupo demonstra um pouco da metodologia e a forma das abordagens lúdicas com o apoio dos recursos digitais. Em suma, essa atividade foi uma forma de deixar o ensino e as aulas do projeto mais leve e intimista, bem como com o intuito de engajar ainda mais os alunos.

No início do ano de 2021, as reuniões semanais com os residentes e docentes do Subprojeto já traçaram possibilidades para a fase de regência mediante interlocução com a preceptora, que intermediou o contato com seus alunos via *WhatsApp*®, convidando-os a participar de aulas remotas conosco. Assim como sucinta Araujo, Couto e Ficoseco (2021), sobre a facilidade de acesso e extensão da sala de aula para o ambiente virtual no *WhatsApp*®:

> Podemos destacar, nesse contexto de mensagens instantâneas, o aplicativo WhatsApp®, por sua flexibilidade/mobilidade, sua capacidade imediata e ubíqua, através de mensagens multiplataforma, além da sensação de generalização e democratização na conectividade em esferas nacional e internacional, principalmente por sua gratuidade e baixo uso de dados de internet. (ARAUJO; COUTO; FICOSECO apud PORTO; OLIVEIRA; CHAGAS, 2021, p. 4).

Sendo assim, o *WhatsApp*® foi utilizado como um meio de contato e para fins de instrução e mediação das atividades passadas aos discente colaboradores, sendo este um meio de interação que os mesmos alunos já possuem constante contato e, agora, estaríamos ampliando a seu leque de funcionalidades para um meio de interação e engajamento virtual.

Uma vez recebida as respostas positivas dos alunos, iniciou-se a preparação: acordamos a sequência didática, socializamos os planos de aula, nos programamos de acordo com o cronograma de aulas elaborado pela docente orientadora e criamos o grupo de *WhatsApp*® *Juntos na Residência* para abrir a comunicação com os interessados. Mesmo após o anúncio do retorno das aulas das escolas estaduais, alguns alunos continuaram a participar voluntariamente do projeto. Vale relatar que todas as quatro turmas da preceptora foram convidadas, portanto, o alunado da escola técnica presente nas

aulas do projeto estão matriculados nos cursos técnicos, matutino ou vespertino, de Agropecuária ou de Agroecologia.

Como já mencionado na seção anterior, trataremos, neste trabalho, da regência efetuada para o primeiro módulo da RP/UESB nas manhãs de 24 e 25 de fevereiro com alunos do 1º ano do colégio colaborador, utilizando a plataforma *Google Meet*. As aulas ministradas nos dias supracitados foram pensadas na temática linguagem verbal e/ou não verbal. Como estratégia pedagógica, optamos por chamar a atenção dos estudantes com gêneros digitais que fazem parte do seu cotidiano, como *post* e meme, sempre encorajando a interação no intuito de analisar o verbal e o imagético conjuntamente.

GÊNERO DIGITAL *MEME* E JOGOS DIGITAIS E(M) INTERAÇÃO DIDÁTICA.

Admitindo os gêneros textuais como "entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa" (MARCUSCHI, 2002, p. 1), justifica-se sua didatização em sala de aula de línguas, já que, no que tange ao âmbito educacional, há uma demanda nos documentos descritivos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de pautar o ensino de linguagens na produção e recepção de gêneros textuais. Ou seja, essa exigência pretende garantir que seja priorizado o ensino *contextualizado*. Isso se expressa na didatização do texto autêntico, que

> refere-se aos textos (orais, escritos, visuais) que os falantes de uma determinada língua utilizam para se expressar e se comunicar uns com os outros; consistem em materiais que veiculam os aspectos sócio-histórico-culturais de uma comunidade linguística e que podem ser um instrumento valioso no processo de ensino-aprendizagem [...]. (VIEIRA, 2012, p. 14 apud ANDRADE e SILVA, 2017, p. 18)

Condizente a isso, reafirmamos o respaldo teórico-metodológico nos postulados bakhtinianos. Bakhtin (1997), ao compreender que os gêneros discursivos são concebidos de modo vinculado às demandas e às atividades socioculturais, conclui que tudo que materializamos em texto é gênero. A grande diversidade de formas de enunciado justifica-se na complexidade das atividades humanas, que, por sua vez, transformam seus respectivos gêneros, atribuindo-lhes um novo sentido. Este é um fenômeno típico dos gêneros digitais, que se (trans)formam rapidamente, segundo a necessidade do falante posto em uma sociedade cujo avanço tecnológico revolucionou as formas de interagir.

No contexto das novas tecnologias, os gêneros digitais surgiram para adequar as necessidades comunicativas do ciberespaço. Segundo Xavier (2009), em virtude do suporte eletrônico do texto digital, um aspecto que lhe é intrínseco é a multimodalidade ou multissemiose, representada pela

viabilidade de abarcar, em uma mesma superfície perceptual, recursos das várias linguagens que co-constroem o(s) sentido(s) pretendido(s) pelo produtor do texto.

Dito isto, diante do recorte conferido neste trabalho, consideramos o meme e os jogos digitais, sob a perspectiva bakhtiniana, como gêneros discursivos e como objeto de/para ação pedagógica.

É de grande valia, aqui, portanto, a conceituação do gênero meme, assim explanado por Luis Mauro de Sá Martino, em sua obra *Teoria das Mídias Digitais linguagens, ambientes e redes* (2015): os "memes são entendidos como unidades de informação na área cultural- para jogar com as palavras, os memes seriam parte do DNA da cultura" (MARTINO, 2015, p. 175). Desse modo, uma abordagem ligada à cultura e o meio que os discentes estão inseridos é totalmente favorável para o entendimento da aula como um todo.

Os jogos foram e são, até hoje, fortes recursos de interação e, aqui nessa pesquisa, nos debruçamos nos trabalhos com jogos digitais como facilitadores do ensino e como um recurso de aprendizado semi-autônomo decorrentes das tutorias e do acompanhamento como um processo necessário do professor no ensino *online*. Nesse sentido, é importante traçar algumas diferenças e aproximações acerca de recursos e conceituações de jogos digitais e não digitais, já que estamos tratando de metodologias de ensino *online* e interação virtual.

Os jogos em geral potencializam a interação visto que são dotados de mecânicas que produzem uma imersão no indivíduo o levando a uma experienciação diferente do mundo real. Citamos, por exemplo, trilha sonora, recursos visuais interativos, bem como texto presentes em tela ou oralizados. Deste modo, os jogos digitais possuem algumas características que se mostram importantes para uma prática docente mais interativa, como vemos a seguir nas palavras de Lucchese & Ribeiro (2009):

> [...] além da busca pelo prazer, divertimento e a possibilidade de imersão num mundo fantasioso como fuga ao cotidiano, a necessidade de aprender e conhecer são outros fatores que motivam a prática de jogos. Tal prática, por exemplo, permite a manutenção e ampliação do convívio social, permite que os indivíduos se conheçam melhor e aprendam a respeitar suas diferenças culturais e étnicas. (CRAWFORD apud. LUCCHESE & RIBEIRO, 2009, p. 3).

Tenta-se aprimorar, portanto, os processos de ensino em contexto remoto com recursos discursivos mais lúdicos e interativos que instruam e direcionem os discentes a um aprendizado pleno e prazeroso. Ora, sendo o recurso digital uma nova realidade necessitando de uma adequação docente, é necessário, também, destrinchar cada vez mais esse campo de ensino/pesquisa. Assim como pontuam, precisamente, Alves e Ferraz (2017), "a qualidade metodológica desempenhada em

qualquer campo está em reconhecer e identificar os princípios significantes do objeto estudado." (2017, p. 6).

Vale ressaltar que é essencial um domínio de certas tecnologias para que os docentes possam extrair um maior potencial dos seus discentes e de suas aulas em modalidade remota. Afinal, com os dispositivos que empregam a tecnologia digital e, portanto, que dão acesso aos gêneros digitais, outras ações passaram a fazer parte do conjunto de técnicas que viabilizam a leitura/escrita: digitar, "ler, escolher, pesquisar, triar, selecionar, refazer, participar" (RIBEIRO, 2009, p. 35) são as habilidades que constituem o letramento digital e proporcionam a comunicação eficiente no ciberespaço. Em outras palavras, possuir letramento digital é necessário para que o uso de gêneros digitais seja possível.

Os Jogos digitais são uma ferramentas que já fazem parte da cultura há bastante tempo, sendo este um dos principais meios de lazer e divertimento de muitos jovens. Com o advento da pandemia, o fator do isolamento social potencializa algumas práticas que antes eram dadas como um "divertimento nas horas vagas", sendo assim, por que não levar esse recurso para a sala de aula, sendo que é uma prática que já preenche boa parte do tempo dos jovens em seu cotidiano? Assim como pontua Azevedo (2012) "os jogos eletrônicos podem ser considerados componentes importantes na construção da cultura lúdica contemporânea" (2012, p. 16), em suma, um meio de facilitador do aprendizado e engajamento em sala de aula online em que já nos deparamos com uma interação totalmente limitada.

Na próxima seção, discorremos acerca dos resultados da pesquisa obtidos pela vivência docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Retornemos às ações pedagógicas. Nós usamos como estratégia a aplicação de uma sondagem, elaborada em um Formulário *Google*, a fim de mapear as respostas obtidas e utilizar como suporte didático itens que os alunos sinalizaram interesse para tornar a aula mais lúdica e atrativa. Desse modo, incluímos no plano didático, por exemplo, cenas, memes e *posts* da animação japonesa *Naruto* para a explicação e debates sobre a temática preterida, a saber linguagem verbal e/ou não verbal. Diante disso, buscamos sempre trazer abordagens leves com intuito de alcançar debates com experienciações plenas em virtudes aos recursos lúdicos utilizados (LUCKESI, 2006), para garantir uma melhor interação e reciprocidade na troca de conhecimentos.

Após todos os períodos de organização e postulados, foi realizada uma aula inaugural do projeto via *Google Meet* juntamente com os alunos do Colégio colaborador. Essa aula foi de extrema importância

para os Residentes que ministraram as aulas já que seria, portanto, uma possibilidade para visualizar, mesmo que minimamente, um pouco das subjetividades dos discentes. Essa aula teve o intuito de apresentar os objetivos do projeto e deixar os discentes a par das temáticas abordadas.

Doravante, foi feita a primeira aula que colocou os planejamentos em prática. A aula de linguagens foi ministrada por dois Residentes. Nesse encontro foram trabalhados os tipos de linguagem verbal, não verbal e verbo-visual, mas optamos por dar maior foco na linguagem verbal para que na aula seguinte fosse melhor aproveitado o conteúdo sobre linguagem não verbal e verbo-visual. A aula contou com muitas contribuições por parte dos discentes que já estavam muito engajados pelo fato de estarmos trabalhando o conteúdo juntamente com o gênero meme, bem como uma linguagem bem intimista sempre trazendo exemplos de acordo com o cotidiano deles. Isso foi possível graças à sondagem aplicada previamente, bem como com a vantagem de conhecer os alunos na aula inaugural.

Como recurso teórico-metodológico, embasamo-nos na conceituação de linguagem verbal e não verbal trazida pelo próprio livro didático disponibilizado pela escola, a saber: *Vozes do Mundo 1- Literatura, língua e produção de texto* (CAMPOS; et al, 2013). Além disso, em específico sobre a dimensão verbo-visual, nos respaldamos na linguista brasileira Beth Brait, que percebe a verbo-visualidade como a "dimensão em que tanto a linguagem verbal como a visual desempenham papel constitutivo na produção de sentidos, de efeitos de sentido, não podendo ser separadas" (BRAIT, 2013, p. 44).

Transpondo essa noção de trabalho em conjunto para a (co)produção de sentidos para a interação didática, reconhecemos a linguagem como uma atividade realizada em qualquer situação comunicativa. Nesse sentido, reiteramos a importância do engajamento em sala de aula, lugar de co-construção de conhecimentos a favor das subjetividades dos sujeitos.

Uma outra estratégia para o encorajamento da participação dos estudantes foi possibilitada via uma proposta de atividade: no encerramento da aula, foi solicitado que os alunos buscassem por textos cujo conteúdo temático estivesse ligado aos seus cursos técnicos, postassem no grupo de *WhatsApp Juntos na Residência* e, em seguida, analisassem os elementos verbais e/ou verbo-visuais; assim como foi feito em aula. Em consequência a esse movimento, parte da aula seguinte foi protagonizada pelas análises dos memes garimpados pelos próprios alunos, como podemos visualizar na imagem a seguir:

Figura 1 - Garimpo textual e análise de um meme realizados por uma aluna.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

O momento de análise em conjunto dos garimpos feitos pelos alunos proporcionou uma participação excepcional dos estudantes, o que impulsionou uma discussão riquíssima que envolveu os conteúdos programáticos elencados (leitura e interpretação de textos, linguagem verbal e não verbal, e pistas de contextualização) em consonância com as realidades local e global. Houve um bom proveito dos memes relacionados ao curso técnico que os discentes frequentam no colégio em que estudam. Apresentamos para eles memes sobre agroecologia/agropecuária, agora como uma tentativa de ver um pouco mais sobre a vivência dos discentes. E assim, foi realizada essa oportunidade interacional, com debates contextualizando os memes e analisando o tipo de linguagem ali presentes, como visto nos exemplos trabalhados anteriormente. Fez-se evidente, então, a importância de explorar a potencialidade do garimpo textual na interação didática: para além da exposição do componente curricular, a sua didatização contextualizada proporcionou a protagonização e o compartilhamento de vivências subjetivas, que acarretaram em engajamento e em troca de conhecimentos no palco do ensino-aprendizado escolar remoto.

Ademais, contamos com ferramentas como o *Google Jamboard* para garantir uma maior dinâmica e ludicidade nas atividades realizadas. Assim como pontua Luckesi (2006) “O que a ludicidade traz de novo é o fato de que o ser humano, quando age ludicamente, vivencia uma experiência plena. [...] Não há divisão” (LUCKESI, 2006, p.02), isso posto as atividades lúdicas realizadas foram pensadas como um meio de garantir a interação espontânea por parte dos alunos via os recursos subjetivos a ele obtidos nas sondagens.

Seguindo essa ideia de dinâmicas, após toda a abordagem sobre o conteúdo planejado, foi realizado um momento de revisão que investimos em um jogo digital na plataforma *Kahoot!5*, com questões relacionadas ao assunto estudado. Essa plataforma trabalha com conteúdos em forma de *quizzes* interativos e competitivos. Desse modo, usamos esse recurso como um atrativo e como um meio de revisitar as temáticas já abordadas, visto que, por se tratar de um jogo, muitos discentes se interessaram. Vejamos um exemplo da atividade elaborada na plataforma digital Kahoot:

Figura 2 - Print do jogo digital realizado na plataforma Kahoot.it



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Figura 3 - Print do resultado do jogo digital

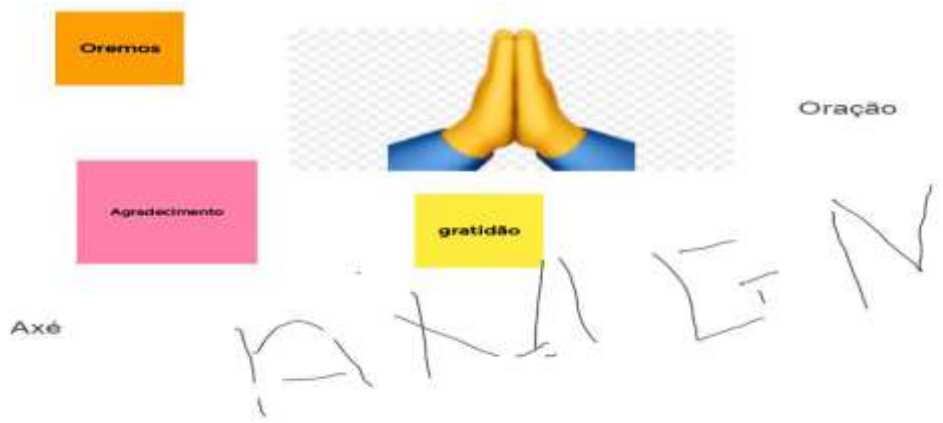


Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Por se tratar de um jogo digital com características competitivas, os alunos estiveram muito atentos aos enunciados das questões durante os jogos, bem como na aula, colaborando com muito ativamente nas discussões e debates sobre o assunto da atividade a ser aplicada via jogos digitais.

Outro fator existente nessa dinâmica foi a acessibilidade. Buscamos desenvolver iniciativas que garantissem a participação de todo o alunado, com atividades que pudessem ser realizadas no próprio *Google Meet* (via *Jamboard*), bem como *quizzes* que seriam uma vez realizados por eles no pós-aula. Logo abaixo, um exemplo da utilização da ferramenta *Jamboard* na interação didática:

Figura 4 - Atividade didática interativa no Jamboard.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A atividade apresentada acima teve como objetivo reiterar a característica polissêmica dos emojis, uma linguagem multimodal que representa gestos e/ou expressões faciais. Por meio do *Jamboard*, uma ferramenta que viabiliza edição simultânea em uma lousa interativa por mais de um usuário, pedimos para que os alunos identificassem os significados que eles atribuem a um determinado *emoji*. Após essa identificação, discutimos sobre os contextos de uso desses *emojis* em relação aos significados especificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos que participaram voluntariamente do projeto nos surpreenderam com muitas contribuições ricas e um engajamento que superou as expectativas. Houve interação por parte dos estudantes via áudio e pelo chat. Por ter havido essa interlocução entre residentes e alunos do ensino médio já na primeira semana de projeto, com um *feedback* positivo, consideramos que esses momentos foram mutuamente benéficos e significativos.

A regência, oportunizada pela interlocução entre os residentes, a docente orientadora, a preceptora e os alunos de ensino médio, foi uma oportunidade ímpar para nós como professores em formação, especialmente por ter sido nosso primeiro contato com o trabalho docente voltado para a língua materna e em modalidade remota. Pensando em métodos para aulas remotas, as atividades realizadas na RP/UESB foram um divisor de águas possibilitando uma visão meta consciente dos meios mais eficazes de lidar com discentes do ensino público naturalmente matriculados para frequentar aulas presenciais.

Ademais, essa pesquisa foi um guia para nós, professores em formação, como uma tentativa de direcionamento à novas metodologias para aulas remotas e em contexto de interação virtual, possibilitando, assim, um leque de possibilidades que contribuam para aulas inovadoras e mais interativas e, tendo em vista as intemperanças em que o ensino está assujeitado, é de grande importância garantir domínio das possibilidades que a tecnologia e recursos virtuais nos apresentam.

REFERÊNCIAS

ANDRADE e SILVA, Mariana Kuntz de. Autenticidade de materiais e ensino de línguas estrangeiras. Pandaemonium, São Paulo, v. 20, n. 30, p. 1-29, jul./ago. 2017.

ARAUJO, A. M. C. de; COUTO, E. S; FICOSECO, V. S. Whatsapp® como prolongamento de espaço formativo: narrativas de professores de língua inglesa de escolas públicas municipais de Feira de Santana. Práxis Educacional, v.17, n.44, p. 1-19, jan./mar., 2021.

AZEVEDO, V. A. Jogos eletrônicos e educação: construindo um roteiro para sua análise pedagógica. RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação. Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 1-228, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: ____. Estética da criação verbal. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 279-287.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

FERRAZ, C. P.; ALVES, A. P. Da etnografia virtual à etnografia online deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. Anpocs, 2017, p.1-25.

LUCCHESE, Fabiano; RIBEIRO, Bruno. Conceituação de jogos digitais. Academia.edu, 2019. Disponível em: <https://www.acdemia.edu/download/43062585/Fabiano_Lucchese_e_Bruno_Ribeiro-conceituacao_de_Jogos_DIgitais.pdf> Acesso em: 16 nov. 2019.

LUCKESI, Cipriano. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna. DOCPLAYER, 2019. Disponível em: https://docplayer.com.br/51232908-Ludicidade-e-atividades-ludicas-uma-abordagem-a-partir-da-experiencia-interna-cipriano-carlos-luckesi-1.html. Acesso em: 23 nov. 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. No prelo. 16 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf.

MARTINO, L. M. Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes. São Paulo: Vozes, 2015.

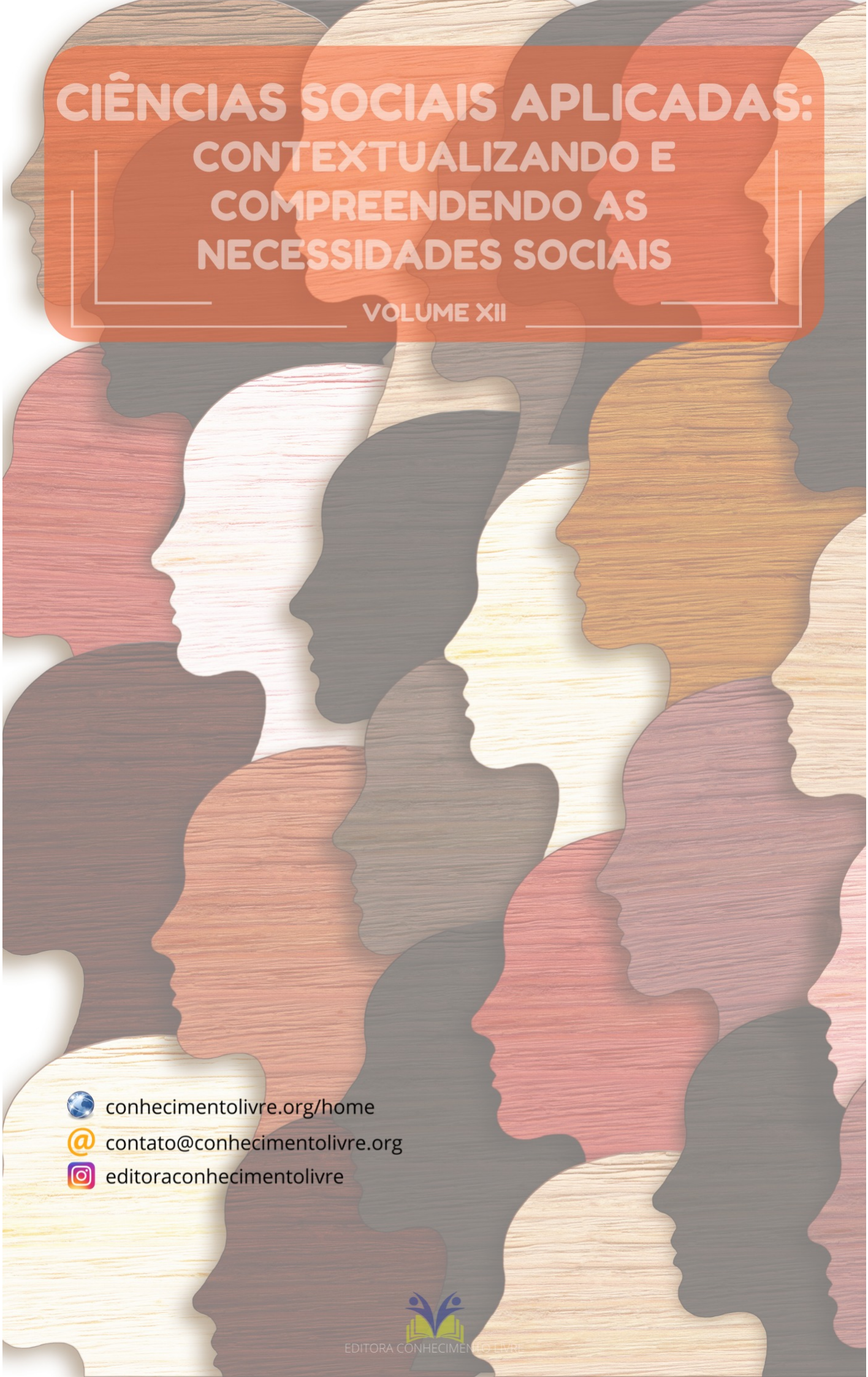
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

RIBEIRO, A. E. Letramento digital: um tema em gêneros efêmeros. Revista da ABRALIN, v. 8, n. 1, 15 mai. 2009. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1002. Acesso: 18 jun. 2021.

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido. São Paulo: Cortez, 2009. p. 170-180.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XII



conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE